



PUC-SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ROSANGELA ARAUJO ALMEIDA

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

São Paulo

2024

Rosangela Araujo Almeida

Insubmissas mulheres negras:
racismo institucional e cotidiano na escrivência de uma servidora pública negra

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Raichelis Degenszajn.

São Paulo

2024

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

A447 Almeida, Rosangela Araujo
Insubmissas mulheres negras: racismo institucional e
cotidiano na escrevivência de uma servidora pública negra.
/ Rosangela Araujo Almeida. -- São Paulo: [s.n.], 2024.
281p. ; cm.

Orientador: Raquel Raichelis Degenszajn.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço
Social.

1. mulheres negras. 2. escrevivência. 3. racismo
institucional. 4. violências de trabalho. I. Degenszajn,
Raquel Raichelis. II. Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social.
III. Título.

CDD

Banca Examinadora

Profa. Dra. Raquel Raichelis Degenszajn – orientadora
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. Dra. Maria de Fátima Lima Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Rodrigo Aparecido Diniz - suplente
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. Dra. Ariana Celis Alcantara- suplente
Universidade de São Paulo

Às mulheres da Diáspora Africana.
Às mulheres da migração nordestina que construíram a cidade onde vivo.
Às mulheres da minha família que já estão em outro plano.
Tataravós: Maria Castora de Jesus e Joaquina.
Bisavós Maternas: Maria dos Anjos Silva e Rosalina Rosa de Jesus.
Bisavós paternas: Joana Rosa de Jesus e Maria Ricarda de Lima.
Vovó Paterna: Elpídia Rosa de Almeida;
Vovó Materna: Madalena Rosa de Jesus Araujo falecida em maio deste ano
Ao meu saudoso pai Edson Santos Almeida.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo número do financiamento é: 130135/2022-4

The study herein was carried on with funds of Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financing Code 130135/2022-4.

AGRADECIMENTOS

Ao pai de todos, Deus! Ao meu irmão Jesus Cristo, a espiritualidade maior, ao meu mentor, ao meu anjo da guarda e toda ancestralidade que me oferece inspiração espiritual para tornar meus sonhos em realidade.

Aos povos da diáspora africana, a todos/as escravizados/as no Brasil que lutaram e morreram para que hoje a população negra continue determinada na superação do racismo.

À minha mãe querida Dionice de Araújo que me ensinou que se cair é só levantar e que me entregou tudo o que sabe e os sentimentos mais incríveis que uma filha pode ter.

A todo povo de Laços - Tanhaçu - Bahia onde moram meus antepassados e amigos desde a origem. E principalmente aos Araújo e os Almeidas que batalharam muito para deixar este legado de dignidade para todos que vieram depois deles.

A todas as minhas amigas e amigos que criaram uma rede de apoio para tornar a minha vida possível. Em especial a Maria Mota e João Gabriel que nos momentos mais críticos das violências de trabalho me seguraram com a força do amor.

À escritora Conceição Evaristo que me apresentou o conceito da escrevivência e a escrita que me curou da maldade das pessoas.

Aos discentes da PUC/SP que me acolheram desde o primeiro momento em que pisei na universidade e que renovaram o meu prazer na leitura, nos estudos e na pesquisa.

Ao corpo docente da PUC/SP que é orgulho para o Serviço Social e à oportunidade única que foi estar com pessoas que dedicaram suas vidas ao ensino e ao aprendizado de muitos profissionais que compõem essa categoria profissional. Agradecimento especial à minha professora da graduação e convidada do NETRAB, Dra. Damares Vicente, que sempre esteve ao meu lado me incentivando a superar todos os obstáculos que apareceram no caminho desta dissertação.

À minha orientadora Dra. Professora Raquel Raichelis que me ouviu atentamente, respeitou todo o meu processo, sua paciência com minhas dúvidas, sua atenção às minhas escrevivências, seu apoio nos momentos em que a minha vida estava um ciclone e ela gentilmente me dizendo “você vai conseguir, você está indo muito bem!”

À Banca Examinadora, à Dra. Profa. Carola Carbajal Arregui e à Dra. Profa. Maria de Fátima Lima Santos pela leitura atenciosa da dissertação, suas orientações assertivas e a coragem e a ousadia de acreditarem no conceito da escrevivência como possibilidade de construir estudos epistemológicos.

À torcida das servidoras públicas negras, e outras amigas queridas do trabalho que desde a minha primeira tentativa de fazer o mestrado desejaram que esse momento chegasse.

A todas as mulheres negras que fazem deste país pilar de sustentação para a existência desta sociedade brasileira.

Ao meu cachorro Max que esteve comigo nestes últimos 13 anos me ouvindo falar sozinha, me fazendo companhia em todos momentos da minha escrita; principalmente nesses dois últimos anos, me recebendo carinhosamente na porta de casa, abanando o rabinho de felicidade e me dando seu amor incondicional.

Agradeço como bolsista o apoio recebido dos trabalhadores desta universidade para realização do Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MINHA
FAMILIA



MAX
MEU AMOR



ACESSE A TRILHA
SONORA PELO QR CODE

**INSUBIMISSAS
MULHERES**



[...] Compreenderá que sua vida, um grão de areia lá no fundo do rio só tomaria corpo, só engrandeceria, se tornasse matéria argamassa de outras vidas. Descobriria também que não bastava saber ler e assinar o nome. Era preciso autorizar o texto da própria vida, assim como era preciso ajudar a construir a história dos seus. E que era preciso continuar decifrando nos vestígios do tempo os sentidos de tudo que ficara para trás. E perceber que por baixo da assinatura do próprio punho, outras letras e marcas havia. A vida era um tempo misturado do antes-agora-depois-e-do-depois-ainda. A vida era a mistura de todos e de tudo. Dos que foram, dos que estavam sendo e dos que viriam a ser [...]
(EVARISTO, Conceição, 2017, p. 109-110).

RESUMO

Esta dissertação realiza um estudo sobre trajetórias, experiências e a memória coletiva como modo de aproximação da realidade crítica de um cotidiano de uma classe trabalhadora. Descrevo a história da minha família negra de migrantes nordestinos recuperando a ancestralidade familiar e nossas vivências no sudoeste do Estado da Bahia. O objetivo disso foi trazer as narrativas desses trabalhadores da zona rural contribuindo para o não apagamento epistêmico da memória de uma população negra. Essa memória foi articulada com a formação social brasileira (Moura, 2019) que após 1888 aboliu a escravidão no Brasil; entretanto, não promoveu a cidadania para todos. Por meio do acionamento da memória das mulheres negras resgatou-se e revelou-se muitos aspectos do racismo estrutural e institucional (Almeida 2019) que por meio do uso das violências e da discriminação racial consolida na nossa sociedade uma divisão racial entre os que são considerados classe inferior (negritude) e aqueles que são considerados classe superior (branquitude). Também por meio do conceito da escrevivência (Conceição Evaristo, 2020) e seus pressupostos epistemológicos apresento a minha condição de ser uma mulher negra na sociedade paulistana que é similar a tantas outras da minha raça apresentando elementos que identificam o racismo cotidiano (Grada Kilomba, 2019), um problema que intersecciona entre classe, raça e gênero. A pesquisa tem a centralidade no trabalho como categoria de análise tamanha a importância na formação da identidade, na organização da vida, na sociabilidade e relações sociais e também na dinâmica das relações de trabalho que constituem as instituições e a estrutura política, econômica e social da nossa sociedade. Apresentamos para a pesquisa de campo os resultados e análises das entrevistas narradas por servidoras públicas negras da Prefeitura de São Paulo, que como eu, vivenciam e reconhecem o racismo institucional nos espaços ocupacionais como método de dominação do sistema capitalista, dificultando as sujeitas do direito político, social de participação das relações e processos de trabalho por discriminação das suas raças. Pudemos resgatar trajetórias de violências de trabalho, a racialização provocada por estigmas e estereótipos que nos afetaram causando muito sofrimento e traumas de forma que deixaram nossos corpos segregados dentro das relações institucionais, provocando o desgaste mental que alterou o percurso de nossas vidas.

Palavras-chave: mulheres negras. escrevivência. racismo institucional. racismo. violências de trabalho.

ABSTRACT

This essay carries out a study on trajectories, experiences, and collective memory as a way of approaching critical reality of a working class daily life. I describe the history of my black northeastern migrant family, recovering my ancestry and experiences of people from the southwest region of the State of Bahia, workers in rural areas contributing to the epistemic erasure of the real history of a black population. This particular history was articulated with Brazilian social formation (Moura, 2019) which, after 1888, abolished slavery in Brazil, however, this did not promote citizenship for everyone. By triggering the memory of black women, many aspects of structural and institutional racism were rescued and revealed (Almeida 2019), which, through the use of prejudice and racial discrimination, consolidates in our society a racial division between who are considered lower class (blackness) and those who are considered upper class (whiteness). Also, through the concept of writing (Conceição Evaristo, 2020) and its epistemological assumptions, I present my condition being a black woman who is similar to many other black women in São Paulo society, bringing elements that identify everyday racism (Grada Kilomba, 2019) a problem that intersects between class, race and gender. The research has a central focus on work, and to this end, we present the results and analyzes of interviews narrated by black public servants from São Paulo City Hall, who, like me, experience and recognize institutional racism in occupational spaces as a method of social domination separating women, subjects of political and social rights of participation in relationships and work processes by distinction of their races. We were able to recover ourselves from those trajectories of workplace violence, the racialization caused by stigmas and stereotypes affected us, leading to a lot of suffering and trauma to the extent that left our bodies segregated within institutional relationships and caused mental exhaustion that altered the course of our lives.

Keywords: black women. slavery. institutional racism. racism. violence at work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diáspora africana	43
Figura 2 - Diferenças entre brancos e negros em todas as dimensões da vida	54
Figura 3 - Localização de Tanhaçu.....	59
Figura 4 - Tucum - Bactris setosa.....	69
Figura 5 - Tucum - Detalhe da parte superior da urna, com dupla carena e frisos em greca e uma banda com linhas largas onduladas, desenhadas em preto e recheadas em vermelho.....	69
Figura 6 - Árvore Genealógica	74
Figura 7 - Árvore Genealógica - Antepassados da Família Materna	77
Figura 8 - Árvore Genealógica/ Família Materna Masculino.....	81
Figura 9 - Árvore Genealógica/ Família Araujo.....	85
Figura 10 - Cartografia de Laços - Vizinhança	90
Figura 11 - Mandaguaçu, PR.....	100
Figura 12 - Registro Natural do Paraná	101
Figura 13 - Bisavó Rosa de Jesus	109
Figura 14 - Família de Vitória da Conquista	110
Figura 15 - José Procópio de Almeida e Elpídia Rosa de Almeida.....	112
Figura 16 - Reportagem da Folha de São Paulo	122
Figura 17 – Bens de consumo	127
Figura 18 - A década de 1980 – “década perdida”	136
Figura 19 - Plano Collor	143
Figura 20 - Conjuntura da época	148
Figura 21 - A colorimetria da Pele Negra.....	150
Figura 22 - Concepção individualista.....	167
Figura 23 - Concepção institucional.....	167
Figura 24 - Palavras/Sentimentos em relação as violências raciais	215
Figura 25 - Tá na Lei - Prevenção ao Assédio Moral.....	241

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Viagem de carro de SP - Tanhaçu 12/2023 (Dionice e Rosangela).....	60
Imagem 2 - Tanhaçu/Bahia.....	60
Imagem 3 - Tanhaçu - Estação de trem, 1950	61
Imagem 4 - Prefeitura de Tanhaçu, 1970	61
Imagem 5 - Praça Dr. Osvaldo Ribeiro, Tanhaçu.....	62
Imagem 6 - Povoado de Laços visão área	63
Imagem 7 - Feira livre de Laços, Bahia.....	67
Imagem 8 - Associação Quilombola Tucum	71
Imagem 9 - Rosalina Rosa de Jesus	75
Imagem 10 - Casa reformada da Madinha Rosa, 2023.....	77
Imagem 11 - Ruínas da casa do Aristides e Maria dos Anjos dezembro/2022	82
Imagem 12 - Madinha dos Anjos	83
Imagem 13 - Madalena e Miguel.....	84
Imagem 14 - As irmãs	86
Imagem 15 - Dionice no rego que percorria a casa do bisavô até as casas do Miguel e seus irmãos	89
Imagem 16 - Minha mãe aos 12 anos (à esquerda) e Maria e seus filhos em Ourives.....	95
Imagem 17 - Dionice, Jaime e sua namorada no centro de Pulinópolis - Paraná (1965).....	103
Imagem 18 - À esquerda Edson (pai); à direita José Procópio avô em 10/1970.....	108
Imagem 19 - Vó Elpídia	110
Imagem 20 - Os irmãos Almerindo, Reginaldo, Jaime	111
Imagem 21 - A casa do meu pai Edson e da sua família Almeida; na frente da casa eu e minha mãe dez/2022.....	112
Imagem 22 - Em 1970, Edson e Dionice junto à parentada comunicando o noivado, ambos com 22 anos.....	114
Imagem 23 - Casamento dos meus pais.....	115
Imagem 24 - Minimercado com as portas fechadas, nosso carro corcel 2 amarelo, e nossa casa em cima do comércio em abril de 1980.....	126
Imagem 25 - Eu e meu irmão Ronaldo.....	127
Imagem 26 - À esquerda, Madrinha Rosa/ à direita, Velório da Madrinha Rosa com meus avós maternos	128
Imagem 27 – Eu e o Ronaldo com uniforme escolar	130

Imagem 28 - Turma da conclusão do ensino fundamental II - (1987)	145
Imagem 29 - Sarah Baartman	146
Imagem 30 - Carteira de Trabalho.....	148
Imagem 31 - Violência e racismo.....	178
Imagem 32 - Turma de Juízes do Supremo Tribunal Federal em agosto de 2023	184
Imagem 33 - A população negra encarcerada	186
Imagem 34 – Encontro/Momentos dos profissionais da Assistência Social	198

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabelas:

Tabela 1 - Alfabetização da População de Quinze Anos e Mais – Brasil – 1900/1991	103
--	-----

Quadros:

Quadro 1 - Preconceitos e estereótipos direcionados aos nordestinos no Norte do Paraná e no município de Maringá.....	98
Quadro 2 - Servidoras Públicas Negras Concursadas	163
Quadro 3 - Histórico da situação de cargos no STF	185
Quadro 4 - Histórico da situação de docentes de direito na PUC São Paulo (2022).....	185

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAS	Coordenadoria Assistência Social
MROSC	Marco Regulatório das Organizações Sociais de 2015
Centro Pop	Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CGB	Coordenadoria de Gestão de Benefícios
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
COGEP	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
COMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
COVS	Coordenação do Observatório da Vigilância Socioassistencial
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DECRADI	Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância, para Coordenação de Promoção da Igualdade Racial.
ESPASO	Espaço Público do Aprender Social
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FMI	Fundo Monetário Nacional
FMU	Faculdades Metropolitanas Unidas
GERESS	Grupo de Estudos das Relações Étnico-raciais e o Serviço Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MC/SNAS	Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Assistência Social

MS	Ministério da Saúde
MNU	Movimento Negro Unificado
MPF	Ministério Público Federal
NETRAB	Núcleo de estudos e pesquisas sobre trabalho e profissão
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica / Sistema Único da Assistência Social
OMC	Organização Mundial de Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-americana da Saúde
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PCRI	Programa de Combate ao Racismo Institucional
PDMASsp	Plano Decenal de Assistência Social da Cidade de São Paulo
PLAS	Plano de Assistência Social da Cidade De São Paulo
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PróPAC	Pró- Reitoria de Planejamento e Avaliação Acadêmicos
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SAS	Secretaria de Assistência Social
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEI	Serviço Eletrônico de Informações
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial

SINAIT	Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho
SINDESP	Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	21
2	“PRECISAMOS NOS ESFORÇAR PARA ERGUER-NOS ENQUANTO SUBIMOS. EM OUTRAS PALAVRAS, DEVEMOS SUBIR DE MODO A GARANTIR QUE TODAS AS NOSSAS IRMÃS, IRMÃOS, SUBAM CONOSCO”	42
2.1	O processo de colonização e a descoberta da raça	43
2.2	Awon Baba.....	55
2.3	A viagem e o processo de resgate da memória dos antepassados	58
2.3.1	Tanhaçu.....	60
2.3.2	Laços	63
2.3.3	Tucum	68
2.4	A Família: As Araujos e os Almeidas	72
2.4.1	Mulheres de Jesus	73
2.4.2	Rosalina Rosa de Jesus e José Antonio Santana.....	75
2.4.3	Conhecendo os Araujos	80
2.4.4	Madalena e Miguel	83
2.5	Do terreiro ao asfalto: um caminho sem volta	97
2.6	E os novos baianos chegam à terra da garoa.....	106
2.7	Os Almeidas e o destino nas mãos das feiras	108
2.7.1	Enlace do povo dos Laços	114
3	"QUANDO ESTAMOS CANSADOS, QUE APRENDAMOS A DESCANSAR E NÃO A DESISTIR"	118
3.1	Apresentação	118
3.2	Escrevivências de uma infância racializada	120
3.3	Vivências de uma menina negra no espaço educacional	129
3.4	Sabará Miolo	134
3.5	Dinâmicas de poder nas relações afetivas de um casal negro	140
3.6	Escrevivências de uma jovem negra.....	144
4	“QUANDO NÓS, MULHERES NEGRAS, EXPERIMENTAMOS A FORÇA TRANSFORMADORA DO AMOR EM NOSSAS VIDAS, ASSUMIMOS ATITUDES CAPAZES DE ALTERAR COMPLETAMENTE AS ESTRUTURAS SOCIAIS EXISTENTES”	160

4.1	Apresentação	160
4.2	No meio do caminho aparece uma treva: É Racismo Estrutural ou não?	166
4.3	Racismo institucional - processos de racialização e branquitude.....	179
4.4	Mulheres Negras ingressam no serviço público	189
4.5	Ubuntu - nossa coletividade no campo das ações de resistência.....	196
4.6	Ruim com eles! Pior sem eles.	204
4.7	As microagressões no cotidiano de trabalho	206
4.7.1	Tempestades e sombras sobre as cabeças de servidoras públicas	212
4.7.1.1	<i>Isolamento/silenciamento.....</i>	216
4.7.1.2	<i>Dororidade.....</i>	220
4.7.1.3	<i>Estigmatização</i>	221
4.7.1.4	<i>Apagamento / rebaixamento.....</i>	223
4.7.1.5	<i>Negro disputa com negro</i>	225
4.7.1.6	<i>Tratamento diferenciado.....</i>	227
4.7.1.7	<i>Provar que você é competente</i>	229
4.7.1.8	<i>Exclusão</i>	230
4.7.1.9	<i>Descrédito</i>	232
4.7.1.10	<i>Agressividade</i>	234
4.7.1.11	<i>Desqualificação.....</i>	236
4.8	O desgaste mental e os efeitos do Racismo Institucional.....	243
4.9	Solidariedade de classe	249
4.10	Ninguém solta a Mão de ninguém - Militância e Resistência	250
4.11	Denúncia	253
5	CONCLUSÃO: A ESCRIVIVÊNCIA DE NÓS MESMAS.....	256
	REFERÊNCIAS	269
	ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	286
	ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	289

1 INTRODUÇÃO

*Minha voz abre meu espaço,
Mantém minha postura firme,
Rejeito as raízes da dor sufocante
Rejeito as noites de terror e medo
Rejeito o trabalho escravo renovado nas carteiras.
Assumo minha caneta,
Fortalecida pelos meus antepassados:
/os Sonhos de liberdade...
Sem palavras-correntes
Eu me reescrevo,
EU escrevo minha história.
(Serafina Machado, 2019, p. 83)¹.*

Esta dissertação realiza um estudo sobre a ancestralidade como modo de aproximação da realidade crítica do cotidiano (Maria Lúcia Martinelli *et al.*, 2021) de integrantes da classe trabalhadora, que são as/os sujeitas/os² desta pesquisa. Nela, utilizo narrativas orais e experiências (Thompson, 2012) para descrever a história da minha família, que viveu no sudoeste do estado da Bahia, região rural, e os costumes sertanejos, como levantamento analítico do tratamento dispensado às pessoas negras após a abolição da escravatura em 1888. Por meio do acionamento da memória coletiva (Halbwachs, 2014) serão revelados muitos aspectos do racismo cotidiano (Grada Kilomba, 2019), fenômeno social, cultural e econômico que atravessa todo contexto familiar.

Também por meio do conceito de *escrevivência*³ (Conceição Evaristo, 2020)⁴ e seus pressupostos epistemológicos, apresento a minha condição de ser uma mulher negra na

¹Cf. RIBEIRO, E.; BARBOSA, M. (org.). **Escritoras de cadernos negros**: contos e poemas afro-brasileiros. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 2019.

²Na dissertação aparecerão as referências femininas com nome e sobrenome das mulheres em feminagem em consideração à luta do movimento feminista por reconhecimento acadêmico e intelectual. Predominantemente, utilizaremos a linguagem inclusiva ou feminina ao longo da dissertação.

³A escritora literária Conceição Evaristo cunhou o termo *ESCREVIVÊNCIA* a partir da evocação da noção de lugar de fala, já que a constituição do conceito proposto pela autora para sua produção escrita é contaminada pela sua condição de mulher negra na sociedade brasileira (Conceição Evaristo, 2017). A *escrevivência* é a capacidade de um sujeito falar de si e desta história também representar a história de um outro. É um movimento de resistência porque expressa o testemunho de uma experiência de uma mulher negra. A *escrevivência* tem consistido em um método de investigação e produção de conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais. A autobiografia e a revelação das diferentes histórias reais das mulheres negras apontam para o necessário incômodo que esta escrita precisa provocar no interior da produção científica hegemônica, marcadamente eurocêntrica, como um sinal da decolonialidade epistêmica em que essa produção se insere, bem como por sustentar a força de uma ética engajada à militância, sobretudo nas revelações e denúncias racistas, daquilo que não foi escrito e produzido dos movimentos políticos de mulheres negras e da retirada de sua existência na formação histórica e cultural brasileira. Cf.: HERMINIO, B. A *escrevivência* carrega a escrita da coletividade, afirma Conceição Evaristo. **IEA Notícias**. 2022. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo>. Acesso em: 20 nov. 2022.

⁴Doutora em Letras (Literatura Comparada) pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2011. Mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC) em 1996. Graduada em Letras pela

sociedade paulistana trazendo elementos da discriminação e do preconceito: “Um resgate de seu lugar, sua vida, seus corpos, seus afetos, e do que as afeta. A escrevivência é a denúncia que se expressa de diversas maneiras” (Conceição Evaristo, 2020, p. 89).

Como nesta citação, esta pesquisa trata de revelar aspectos objetivos e subjetivos da minha constituição como mulher e como servidora de uma instituição pública. Por essas razões, eu apresento um diálogo intergeracional, inter-racial com meus antepassados, imprescindível para explicar muitos acontecimentos da minha vida e, principalmente, a relação com o mundo do trabalho. Do mesmo modo me debruço na pesquisa para demonstrar as complexibilidades das questões que interseccionam classe, raça e gênero, sexualidade e território (Kimberlé W. Crenshaw, 1989).

Ao estudar as sujeitas desta pesquisa e as relações étnico-raciais (Rios; Santos; Ratts, 2023), procurei sistematizar expressões do racismo cotidiano (Grada Kilomba, 2019) e as particularidades de ser negra correlacionando com os resultados das entrevistas contidas na pesquisa de campo realizada com servidoras públicas negras da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), e de outras secretarias da Prefeitura de São Paulo, servidoras essas que, como eu, vivenciaram e reconhecem o racismo institucional nos espaços ocupacionais como método de dominação social. Assim, também apresento as suas memórias em relação às violências de trabalho por conta da racialização que configura uma forma de deixar o corpo negro segregado dentro das relações institucionais e do sistema político, social e econômico.

Procurei, por meio das narrativas e da escrevivência, dar visibilidade ao racismo cotidiano e institucional e demonstrar como ele alcança uma capilaridade nas relações interpessoais e de trabalho culminando na naturalização, normalidade e banalização do racismo, a fim de revelar os privilégios do conjunto dos trabalhadores brancos sobre as trabalhadoras negras.

Foi possível desvelar discursos produzidos no seio da sociedade, como aqueles que afirmam que “não existe racismo”, e constatar, em vários depoimentos das trajetórias das entrevistadas o mecanismo de descrédito das nossas ações que nos deixou vulnerabilizadas nas

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1990. Atua nas áreas de Literatura e Educação, com ênfase em gênero e etnia. Assessora e consultora em assuntos afro-brasileiros para pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Poetisa, romancista e ensaísta. Parte de sua produção poética aparece em *Cadernos Negros*, publicação do Grupo Quilombagem, de São Paulo. Autora dos romances **Ponciá Vicêncio** e **Becos da memória**; Antologia poética **Poemas da recordação e outros movimentos** e Antologia de Contos **Insubmissas lágrimas de mulheres**. O romance **Ponciá Vicêncio** tem sido indicado como obra de leitura em vestibulares de universidades brasileiras. Em 2007 foi traduzido para a língua inglesa e está em processo de tradução para a língua francesa. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9653059262448203>. Acesso em: 12 mar. 2023.

relações institucionais, e provocou o desgaste mental e o adoecimento de trabalho (Seligmann-Silva, 2017), como também, agravos na nossa saúde alterando o percurso de nossas vidas.

Traremos para a nossa análise a constatação de que, na divisão social do trabalho no Brasil, trabalhadoras/es negras/os ocupam na sua grande maioria o posto de ser o maior exército de reserva, como evidenciam os indicadores sociais e econômicos. Desde quando o país passou a ter a forma de trabalho livre assalariado, a população negra foi excluída, com a colaboração do Estado, para os piores postos de trabalho, com os menores salários, com a maior taxa de morte por acidente de trabalho, como sujeitos desprovidos de capacidades e sem inteligência suficiente para assumir, na hierarquia do mercado de trabalho, os melhores postos e condições.

Sendo assim, entendemos o trabalho e o racismo como elementos estruturantes e centrais da formação social capitalista na sociedade brasileira colonial, dependente e periférica, que, articulado ao sistema neoliberal, aprofunda a precariedade e a superexploração das relações de trabalho. Desta forma, o cenário torna-se mais perverso quando mesmo em condições sub-humanas “a reprodução social não se restringe ao acesso aos meios de vida, mas exige trabalho extra para serem efetivados” (Ferreira; Fagundes, 2021, p. 71). Sendo esta realidade apresentada, trata-se de estratégia ideológica a manutenção das discriminações contra a classe trabalhadora como mecanismo de conservação da supremacia branca como classe dominante, ou seja, o racismo como estruturante das relações capitalistas que, em nossa análise, será apreendido no âmbito das dinâmicas hierárquicas de classe, gênero e raça, que inter cruzam as contradições entre capital e trabalho nas organizações sociais, sobretudo nas instituições públicas que vamos contextualizar.

Importante destacar que, através da escrivência, em todo percurso da dissertação, são revelados aspectos da subjetividade humana que vão sendo explorados junto às trajetórias familiares e às vivências de trabalho das servidoras, evidenciando categorias de análise como raça, racismo e racialidade por trás dessas experiências de vida. A subjetividade é entendida por mim alinhada com as reflexões do filósofo Michel Foucault⁵, cujo excerto a pesquisadora Jéssica Ferrara (2019) destaca a fim de pensarmos juntas:

Acredita ser o sujeito constituído do momento de suas ações e de suas experiências no mundo; logo, a subjetividade não preexiste aos acontecimentos e não há uma essência primordial escondida em algum lugar de nossa consciência. Para o filósofo, a subjetivação se dá em uma reflexividade que passa por uma relação estabelecida com nós mesmos, que é ‘não apenas a que temos com nossa própria individualidade, mas a que temos com os outros na medida em que também são nós mesmos’ (Foucault, 2016 *apud* Ferrara, 2019, p. 85).

⁵Cf.: FOUCAULT, M. **Subjetividade e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016. p. 13.

Antes de submeter meu anteprojeto ao mestrado, eu me encontrava com depressão e com diagnóstico de síndrome de burnout⁶ como consequência das violências de trabalho. Na época, em 2021, fui incentivada a extravasar esses sentimentos traumatizantes escrevendo sobre eles. Em um encontro com o coletivo de mulheres negras da Casa de Marias⁷, fui apresentada à *escrevivência*, um conceito que permite escrever sobre a própria vivência, como uma oportunidade de romper com o silêncio, com o sofrimento, com o apagamento que historicamente me foi imposto por conta do racismo. Nas rodas de conversa, tornava-se visível como experiências das mulheres negras o reconhecimento do fenômeno diaspórico como resultado de um processo de brutalidade. Aprendemos o sentido do *aquilombamento*⁸ (Nascimento, 2021) e surgiu no grupo uma conexão de amizade, afeto e acolhimento, atitudes que colaboram para que mulheres negras não percam a sua condição humana.

Em plena pandemia, época de muitas indecisões, medo e luto, fui apresentada aos textos da escritora Conceição Evaristo, que eram lidos justamente por representarem nossas histórias, as de nossas mães, nossas avós e assim tivemos a oportunidade de resgatar a ancestralidade. De certa forma, eu aprendi que se “as mulheres negras (como eu) perceberam que o ato de ler

⁶Portaria nº 1339, de 18 de novembro de 1999 do MS: instituiu a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho, e incluiu a Sensação de Estar Acabado (“Síndrome de Burnout”, “Síndrome do Esgotamento Profissional”) (Z73.0), nos transtornos mentais e do comportamento relacionados com o trabalho, tendo como agentes etiológicos ou fatores de risco de natureza ocupacional o Ritmo de trabalho penoso (CID10 Z56.3) e Outras dificuldades físicas e mentais relacionadas com o trabalho (CID10 Z56.6). A Portaria nº 1.999, de 27 de novembro de 2023, que atualizou a lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT) e incluiu a síndrome de burnout e a depressão na lista de novas patologias que causam danos à saúde mental do trabalhador. O documento coloca em evidência o trabalhador e suas vulnerabilidades mediante um mercado superexplorador.

⁷A Casa de Marias é um espaço de escuta e acolhimento no qual se encontra uma equipe qualificada de psicoterapeutas, para receber pessoas que, por qualquer motivo, precisam de cuidado. A Casa de Marias, coordenada por um grupo de mulheres negras, propõe uma prática clínica não-dissociada do campo social e, por isso, se debruça com especial cuidado às questões que envolvem classe, gênero, raça e território. Cf.: CASA DE MARIAS. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://casademarias.com/>. Acesso em: 12 out. 2023.

⁸“A palavra ‘quilombo’ tem origem no aportuguesamento de ‘kilombo’, vocábulo da língua *umbundu*, compartilhada pelos povos bantu. O termo quilombo, já aportuguesado, aparece em Pernambuco a partir de 1681, mas a sua consolidação no vocabulário português aparentemente decorre da sua introdução na legislação colonial (Conselho Ultramarino de 1740), na qual o termo designa ‘toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles’. Seu uso persiste estável ao ressurgir na legislação imperial, fixando no imaginário nacional a imagem dos quilombolas como agrupamentos de escravizados fugidos e isolados em locais de difícil acesso, sem comunicação ou troca comercial com o meio circundante” (Arruti Silva, 2023, p. 286). A partir da Constituição de 1988, o termo passa por uma releitura atribuindo novos sentidos culturais e morais associados à resistência política, concepção utilizada, por exemplo, nos estudos de Clóvis Moura e de Edson Carneiro. A historiadora e ativista Beatriz Nascimento enfatiza o quilombo como uma instituição que expressa a busca pela independência, autonomia e organização própria, metas que a levam a conceber o quilombo como um fenômeno que não está limitado aos marcos históricos e jurídicos da escravidão, mas que se estende a territórios negros contemporâneos, notadamente as favelas, tanto como um tipo de organização quanto como uma imagem, “instrumento ideológico” da luta negra contemporânea. O fenômeno histórico ganha um sentido cada vez mais contemporâneo até dar lugar à proposição do conceito de quilombismo, formulado em 1980 pelo escritor Abdias Nascimento.

oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida” (Conceição Evaristo, 2020, p. 35).

Nesse coletivo lemos alguns contos de *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (Conceição Evaristo, 2020) e, inevitavelmente, nos identificamos com aquelas histórias. Éramos trabalhadoras negras, vivendo situações semelhantes, ou seja, práticas discriminatórias que nos esmagavam a alma e nos adoeciam, tamanha a desumanidade; mas, ao mesmo tempo, a gente se fortalecia *umas com as outras* quando buscávamos estratégia de superação coletivamente. Por isso, o título desta dissertação é emprestado de um livro que encoraja e potencializa todas as mulheres negras a resistirem a todas as formas de submissão e opressão.

Pareceu-me tudo isso, tão eu, tão todas nós mulheres negras, tão potente e coerente que mesmo sem muito letramento racial, arrisquei-me a escrever um anteprojeto para o Programa de Pós-graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e consegui ser classificada em primeiro lugar no final do ano de 2021, por meio das cotas raciais. Chegou o meu momento de expor o racismo operando nos espaços institucionais. Eu cheguei com “sangue nos olhos”.

Cheguei à teoria porque estava machucada – a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguiria continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender – aprender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura (hooks, 2013, p. 83 *apud* Felisberto, 2020, p. 174).

Como nesta citação de bell hooks⁹, outra intelectual negra de maior relevância, principalmente para pesquisadoras no caminho da autorrecuperação, percebemos que, por meio da coletividade, as mulheres negras podem ser conduzidas a lugares de pertencimento e preservação como caminho possível para sairmos deste lugar da humilhação social que a branquitude¹⁰ insiste em nos colocar. Por vezes, chegamos à academia pela dor, mas necessariamente não é nela que teremos que ficar.

⁹Nasceu Gloria Jeans Watkins em Kentucky, EUA, em 1952, no entanto, bell hooks abandonou seu nome de batismo, adotando pseudônimo em homenagem à sua avó e solicitou que ele fosse escrito sempre em letra minúscula em respeito às suas obras, pois gostaria que fossem consideradas maiores do que seu próprio nome. Teve um papel central na discussão contemporânea sobre os limites do feminismo para levar em conta as posições sociais e as experiências das mulheres negras. Ela chama a atenção para as relações de opressão e dominação entre mulheres e, nelas, para o silenciamento das mulheres negras.

¹⁰Branquitude refere-se à identidade racial branca. É um termo construído dentro da teoria crítica de raça com o objetivo de enunciar as estruturas sociais que produzem e reproduzem a supremacia branca e o privilégio branco resultantes da expansão colonial. Dessa forma, a ideia de que a branquitude é um lugar de valor e uma posição na qual os sujeitos recebem e distribuem benefícios simbólicos e materiais apenas por pertencerem a esse grupo social foi construída por Du Bois e permanece até hoje como o maior legado do autor (Conceição Evaristo; Schucman, 2023, p. 52).

“Escrever é um modo de sangrar” (Conceição Evaristo, 2023). A autora sabiamente vai nos esperando mesmo nas situações mais difíceis em que pensamos em desistir. Porque para uma pessoa negra estar na academia é preciso se esforçar o dobro das outras mulheres: “A gente despreza esse exercício da escrita, e vamos trabalhando e vamos pensando e vamos elaborando e vamos experimentando, e só mais tarde é que a gente percebe que esse exercício pode ser traduzido também em teoria” (Conceição Evaristo, 2023 *apud* Caetano, 2023, s.p.)¹¹.

O desafio começaria pela escrita da própria vivência, pois até então, em grande medida, sempre foi uma prática da classe dominante, um privilégio de quem sabia ler e escrever e tinha a oportunidade de publicar ou de frequentar uma universidade. Hoje, por meio das cotas raciais e das políticas afirmativas, as negras chegam à academia reivindicando o lugar de fala para expor a nossa cultura preta. E foi com muito choro, raiva, alegria, satisfação, adoecimento e aprendizado que esta dissertação aconteceu.

Foi bastante difícil e ousado levar esta proposta para a academia, afinal, quando se trata da sua história de vida a tarefa fica mais difícil. O medo de ser julgada, de não conseguir transmitir a história como ela é e de não ser compreendida. Todas essas questões persistiram no percurso do mestrado e chegaram a me boicotar várias vezes, como numa síndrome da impostora, que é um pensamento perturbador de ruminação mental que nos faz acreditar que não somos capazes de dar conta de uma ação intelectual, ou melhor dizendo, é a falsa ideia de não acreditarmos que teremos credibilidade nas ações intelectuais que realizamos. Essa situação de baixa autoestima por competência me acompanhou quase que a vida toda, um estigma associado às mulheres negras. Desde a chegada das nossas ancestrais fomos colocadas nesse lugar da desqualificação, de que nós servimos para algumas coisas, mas não teríamos talento para desenvolvermos outras, principalmente produções intelectuais.

No entanto, mulheres como as escritoras Maria Carolina de Jesus, bell hooks, Patrícia Hills Collins, Léia Gonzales e Conceição Evaristo, entre outras, nos incentivam, por meio dos seus livros, a vencermos mais esse obstáculo e a nos encorajarmos para escrever porque esses registros são um ato político. Ao narrar a mim mesma eu consigo expor a realidade vivida, experienciada e crio a possibilidade de analisar essas situações e contribuir com a teoria sobre os/as sujeitos/as da história. Como no texto de Glória E. Anzaldúa (2000, p. 229-236), em que ela escreve para as escritoras do terceiro mundo afirmando a importância da tradução da nossa voz:

¹¹CAETANO, E. Na Flup, Nêgo Bispo e Conceição Evaristo mostram por que os saberes ancestrais pautam a intelectualidade hoje. [S. l.]. **Nonada**, 17 out. 2023. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2023/10/na-flup-nego-bispo-e-conceicao-evaristo-mostram-porque-os-saberes-ancestrais-pautam-a-intelectualidade-hoje>. Acesso em: 11 fev. 2022.

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito da minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falam, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Escreverei sobre o não dito sem me importar com o suspiro de ultraje dos sensores e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever.

E imersa no processo de autopercepção fiz um encontro com a ideia de que a investigação da minha subjetividade não seria uma terapia para me descobrir, ou promover somente meu autoconhecimento, como supostamente algumas pessoas pensaram ao ler o meu projeto. Mas a escrevivência serviria de instrumento para traduzir tanto a individualidade quanto dar espaço ao conhecimento de uma coletividade, uma ancestralidade, posto que o assunto carece de esforços para descortinar os enganos de análises produzidas por uma ciência eurocentrada¹², normativa, conservadora, ou seja, não estou e as mulheres negras não estão isoladas no contexto social onde estão inseridas. A pesquisadora Jessica Antunes Ferrara (2019, p. 84) completa este pensamento afirmando: “O trabalho sobre si mesmo, elaborado a partir da escrita, passa a ser compreendido enquanto o reflexo do desenvolvimento de um ser social, evidenciando o caráter histórico e ideológico por trás das mais diversas experiências”.

A escrevivência passa a ser para mim meu melhor instrumento de pesquisa da realidade crítica, pois todas as vidas importam: aceitar-me negra (já que me achava parda) mudou muitas coisas em mim, principalmente a minha visão de mundo, que passou a ser mais solidária com a classe mais marginalizada e com a importância da dignidade humana. A escrevivência, desta forma, não seria um ato confessional, mas utilizada como um conceito empírico, democrático, empático. Como disse a escritora Chimamanda Ngozi Adichie (2019, p. 12): “As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.”

¹²Segundo o cientista egípcio, da economia neo-marxista, Samir Amin (2021), o Eurocentrismo corresponde à ideia de que a Europa é centro de todo o modelo de civilização, dos elementos culturais, sociais, econômicos e políticos. A Europa como referência no contexto de composição de toda sociedade moderna. De acordo com ele e diversos estudiosos e analistas, essa perspectiva, o eurocentrismo, se mostra como uma doutrina que toma a cultura europeia como a pioneira da história, dessa forma, se enquadra como uma referência mundial para todas as nações, como se apenas a cultura europeia fosse útil e verdadeira e um modelo a ser seguido por todos. O modo europeu como o modelo superior às outras nações. AMIN, S. Culturas tributárias centrais e periféricas. In: AMIN, S. **Eurocentrismo**: crítica de uma ideologia. São Paulo: Lavrapalavra, 2021. cap. 1, p. 19-79

Por isso, a insubmissão me acompanhou em todo meu percurso acadêmico, cuja questão sobre a escolha de fazer a pesquisa conheceu a **metodologia indisciplinada**. Segundo a explicação do pesquisador Haber (2011), é necessário romper os padrões coloniais: “essa metodologia embaralha as relações de sujeito e objeto”. Embaralha uma suposta linearidade temporal da sequência de produção de conhecimento “e não hierarquiza os conhecimentos, sejam eles acadêmicos ou do mundo”. Para o autor, é importante pensar em novos caminhos de reflexão:

A investigação indisciplinada segue o negativo das pegadas que persistem ainda que ausentes, é escutar o não dito das palavras. Metodologia disciplinada é seguir a sequência protocolizada de ações para adquirir conhecimento, traçar o caminho que se deve seguir. Nometodologia é seguir todas aquelas possibilidades que o caminho esquece, que o protocolo obstrui, que o método reprime. Trata-se de conhecimento em movimento (Queiroz; Santana, 2022, p. 510).

Desta forma, resolvi me dedicar a uma imersão na negritude, um conceito cunhado pelo poeta Aimé Césaire¹³ e buscar acessar conteúdos executados por pessoas negras. O objetivo era descolonizar meus pensamentos e manter a mente aberta para entender o que é ser negro. Para isso, as leituras da escritora e psiquiatra Neusa Souza Santos (2021, p. 115) tem um efeito transformador e reflexivo como na citação do seu livro *Tornar-se Negro*: “ser negro é tomar posse desta consciência e criar nova consciência [...]. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori, é um vir ser”. Senti que era preciso não ser mais “*uma negra de alma branca*” como ouvimos desde sempre pela cultura popular racista, mas orgulhosamente negra.

Neste contexto, eu fiz uma imersão necessária com poemas e poesias. Eu ouvia músicas¹⁴ de pretos/as. Assisti séries, filmes, lives, documentários com roteiros de histórias afrodescendentes¹⁵. Consumi todos os podcasts de temas étnico-raciais. Comprei mercadorias

¹³Aimé Fernand David Césaire nasceu em 26 de junho de 1913, em Basse-Pointe, cidade localizada no nordeste da Martinica. De família humilde e numerosa, sua mãe era costureira e seu pai funcionário público. Na infância, muda-se para Fort-de-France, capital do país, onde Césaire estuda no Lycée Schœlcher até os 18 anos. Foi o criador do movimento da Negritude em parceria com Léon Gontran Damas e Leopold Sedar Senghor. Teve diálogos com teóricos como: Frantz Fanon, Birago Diop, David Diop. Paralelamente à carreira política, publicou livros individuais com peças, coletâneas de poemas e ensaios. Césaire faleceu aos 94 anos de idade em Fort-de-France, no dia 17 de abril de 2008.

¹⁴Veja o link de músicas selecionadas que fizeram parte da trilha sonora desta pesquisa: Disponível em: <https://open.spotify.com/playlist/7ekuN9U6JjTHPi16uzFphv?si=JUBRKuOnRGmhWyJXoQ2vrA&pi=u-QXrEgOF7QiuG>. Acesso em: 11 set. 2023.

¹⁵**Filmes:** Infiltrado na Klan (2018); Corra (2017); Mulher Rei (2022); O mundo depois de nós (2023); O menino que descobriu o vento (2019); Messias Negro (2021); Marighella (nacional) (2019); M-8 quando a morte socorre a vida (nacional) (2019); Dois estranhos (2020); Identidade (2021); Rustin (2023); Os sete de Chicago (2020). **Documentários:** A 13ª emenda (2016); What Happend Miss Simone (2015); Sankofa (2020); Racionais (nacional) (2022); Emicida Amarelo (nacional) (2020). **Séries:** Olhos que condenam (2019); Cara Gente Branca (2017); Atlanta (2016); A vida e a História de Madam C.J.Walker (2020); Insecure (2016); Sintonia (nacional) (2019);

produzidas por pessoas negras e usei roupas e acessórios africanos. Fui em apresentações de dança, de música, de peças de teatro, de folclore. Aproximei-me da filosofia africana, da minha cultura negra e suas multiexpressões que, erroneamente, por décadas, não tinham tanta importância para mim.

Eu também me interessei em assistir lives e ler os livros do psiquiatra e militante martinicano Frantz Fanon, acompanhados das explicações do sociólogo, pesquisador e professor Deivison Faustino, os quais, de forma mais radical, escreveram sobre contribuições da percepção sobre nós mesmos e dos outros racializados, temas muito abordados nas obras dos dois intelectuais. A partir dessa compreensão eu parto do princípio de que ser negra é uma consciência política, histórica e cultural, no emaranhado das contradições, questões que serão melhor desenvolvidas ao longo desta pesquisa. Vale a pena conhecer esta afirmação trazida por Faustino:

O problema para o negro é que essas representações reciprocamente racializadas estão ligadas a uma hierarquia que confere ao branco a posição de privilégio e comando. Mais do que isso, já que o branco é tido como expressão universal do humano, a brancura se torna o único caminho para o Ser. Devido a isso, o negro se vê diante de um duplo problema: de um lado, como resposta à pressão externa, busca organizar o seu esquema corporal, linguístico e simbólico sob os parâmetros da brancura. Fanon (2008, p. 163) alerta para a inviabilidade dessa primeira alternativa, já que os privilégios que lhe deram origem necessitam manter a diferenciação racializada entre eu e o Outro, de forma que as máscaras brancas utilizadas pelos outros servem para atestar o seu status de macaco, mas jamais para igualá-lo entre aqueles que estão no poder (Faustino, 2015, p. 71).

Vejam, que para esta citação descobrimos que no caso da sociedade brasileira nos foi imposto pela classe dominante a exigência que tenhamos determinados comportamentos que nos levem a sermos brancos (utilizar uma máscara branca) no intuito de que somente assim seria possível conviver com as diferenças. Porém, somos convocados a romper com esta lógica histórica pelo simples fato de que somos negros e negras, não iguais. Portanto, a superação está localizada na diversidade, de sermos aceitos como humanos dotados de todas as possibilidades. Entretanto, quem vai sair do seu lugar de privilégio? Nos vários questionamentos que foram feitos do porquê a branquitude torna-se um problema a nós, nos deparamos com a frase inspiradora de Nelson Mandela quando ele nos coloca a pensar: *“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender”*. O ex-presidente da África do Sul nos coloca a pensar sobre a reprodução social e

política que, instalada nas sociedades de gerações para gerações, contribui para manutenção do racismo como condição de controle e reprodução do sistema capitalista.

Logo, munida dessas leituras sobre as relações étnico-raciais o resultado esperado será o de confrontar **a nossa hipótese analítica** com os dados extraídos das entrevistas com as mulheres negras servidoras públicas municipais, de que múltiplas violências que ocorrem nas relações de trabalho são tratadas de forma distorcida, equivocada e nomeadas sem a devida constatação de que se trata de racismo, porque historicamente essas ações foram banalizadas e naturalizadas sem a identificação de discriminação e do preconceito racial, com objetivo de manter o pacto da branquitude¹⁶ e a supremacia branca no poder.

Concordamos com a intelectual (Cida Bento, 2002) e seus estudos de que no Brasil o problema do racismo é considerado erroneamente pela branquitude como um problema do próprio negro. A omissão, o silêncio, a falta de percepção das pessoas brancas é uma forma de não combater o racismo, para isso, usam também como estratégia o acordo tácito, para promover falsas ideologias das discrepâncias de raças, e com isso manter as desigualdades sociais e raciais como forma de conservar seus privilégios e favorecer o poder dominante nas escalas hierárquicas da sociedade. Essas caracterizações negativas criadas e reforçadas pelo racismo científico reforçam as discriminações e a forma como os negros são vistos, como no exemplo desta citação: “Quando a civilização europeia entrou em contato com o negro, todo o mundo concordou: esses negros eram o princípio do mal [...] negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais” (Fanon, 1980, p. 154 *apud* Cida Bento, 2022, p. 7).

Meu mergulho na pesquisa se deu com base nas leituras pautadas em estudos contra-hegemônicos, antirracistas, cujas análises valorizavam não só as questões objetivas, mas as subjetivas como forma de investigação. “A realidade é a expressão do campo de valores que a interpretam (suas bases subjetivas) e ao mesmo tempo o desenvolvimento concreto das forças produtivas - suas bases objetivas” (Furtado, 2023, p. 91). Contudo, analisar o contexto atual que explica o racismo e seus mecanismos foi tarefa que exigiu conhecer e aprofundar diversas leituras.

¹⁶Corresponde a um acordo e tácito predeterminado pela identificação racial entre sujeitos brancos, independentes de classe social. A concepção do pacto da branquitude,[...].Reconhece a constituição e articulação dos brancos como grupo de identificação racial, o sujeitos brancos se protegem, criam e partilham reciprocamente oportunidades que beneficiam seu próprio grupo racial podendo ser observado em práticas sociais cotidianas[...] A ideologia do branqueamento aparece como constructo histórico com ressonância nas estruturas sociais, através da interdependência entre classe e raça, que conformam a subjetividade do sujeito em sociedade e o aspecto psicossociais do racismo brasileiro. Cf.: RIOS, F.; SANTOS, M. A.; RATTIS, A. **Dicionário das Relações Étnico-Raciais Contemporâneas**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva 2023. p. 56-57.

Desde o início da proposta do pré-projeto, meu objetivo geral foi analisar os desdobramentos do racismo institucional em mulheres negras servidoras públicas da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) por meio do conceito da escrevivência realizar uma pesquisa social crítica e contemporânea sobre a questão racial e o mundo do trabalho, compreendendo a realidade e os efeitos da racialização no cotidiano das relações sociais e humanas.

E para desenvolver a investigação desta pesquisa destaquei os seguintes objetivos específicos:

1. Realizar um estudo da ancestralidade familiar para desvendar o caráter histórico, ideológico e cultural presentes nos modos e meios de vida produzidos por aquele grupo familiar com o objetivo de entender a constituição das suas relações de trabalho implicadas na formação social brasileira (capítulo 1);
2. Revisitar a minha história, por meio das minhas memórias e lembranças e utilizando a escrevivência para me colocar como autora em diálogo com outras mulheres negras que têm como eixo central de suas vidas o racismo cotidiano e institucional (capítulo 2);
3. Realizar uma análise crítica a partir das trajetórias, vivências e memória das servidoras públicas negras que trabalharam no mesmo período que eu na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), de como o racismo institucional foi se constituindo na estrutura e na dinâmica de execução dos seus trabalhos como assistentes sociais, bem como identificar as repercussões e efeitos da racialização nas relações profissionais e nas formas de reprodução de suas vidas (capítulo 3).

Para tanto foi realizada **pesquisa documental** com o objetivo de explorar eventos do passado, contextos históricos, fatos, acontecimentos e experiências familiares e sociais. Foram pesquisados arquivos pessoais da família, documentos civis, certidões de cartório; álbuns de fotografias; contratos, vídeos de documentários da cidade de Tanhaçu; processos administrativos, revistas e jornais.

Para realizar **pesquisa bibliográfica** necessária para fundamentar o estudo e desvendamento teórico-metodológicos do objeto, me aproximei de autores clássicos e contemporâneos, alguns já falecidos, e que deixaram seus legados intelectuais e sua contribuição em vasta e reconhecida obra para pensar sobre a questão negra no Brasil: Clóvis Moura (2019); Lélia Gonzalez (2020); bell hooks (2023); Frantz Fanon (1956); Neusa Souza Santos (2022). Assim como recorreremos aos (novos) intelectuais que despontam na nova cena

acadêmica com contribuições significativas: Márcia Eurico (2020); Flávia Rios (2023); Grada Kilomba (2019); Achille Mbembe (2018); Silvio Almeida (2019); Adilson Moreira (2019); Cida Bento (2020); Deivison Faustino (2020); Robin Diangelo (2018); entre tantos outros que foram sendo incorporados ao longo da análise e que poderão ser consultados nas referências.

Ou seja, eu optei por abrir um leque de pensadoras e pensadores para incorporar diferentes dimensões e abordagens temáticas, mesmo porque, em muitos casos, tratou-se das minhas primeiras aproximações com vários autores e suas teses, e desta forma, seria precoce da minha parte tender a uma determinada perspectiva teórico-metodológica ou excluir autoras/es que de alguma forma poderiam contribuir para a análise crítica que circunscreve nosso objeto de estudo. Grande parcela desta intelectualidade abriu as portas para novos conceitos que estão auxiliando a reconstruir, por distintas angulações, a história da formação social brasileira, sacudindo a velha forma de conhecimento eurocêntrico que serviu ao poder dominante.

Por séculos, o negro foi analisado sob o olhar da branquitude, suas avaliações foram realizadas a partir de suas culturas dominantes. Predominantemente, como já referimos, quem tinha acesso à universidade eram brancos e abastados que avaliavam a dinâmica social sob a ótica dos demais pensadores brancos e principalmente localizados ao norte global. Desta forma, concordamos com o sociólogo Clóvis Moura, quando reposiciona a conceituação do negro brasileiro e sua formação social alertando sobre o racismo científico¹⁷ que deve ser abandonado como algo do passado:

Os estudos sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, têm sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e, de outro, por uma ideologia racista racionalizada, que representa os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação, na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu (Moura, 2022, p. 39).

Para além dos estudos acerca das relações étnico-raciais, como nos alertou Clóvis Moura (2022) na citação acima, ao longo dos capítulos será possível perceber que os autores que compõem esta pesquisa, primordialmente, revelam proximidade com o pensamento científico decolonial pelo fato de associarem e revelarem ao mundo outras perspectivas da história dos povos originários e dos povos africanos que foram, e ainda são, descendentes vítimas de um

¹⁷Racismo Científico: Também cunhado do termo darwinismo social, e/ou eugenia, trata-se de um conjunto de ideias, conceitos que transformados em pesquisa científica justificaram a discriminação racial, de gênero e principalmente a hierarquização das raças humanas considerando características fenotípicas, culturais, intelectuais, corporais. Essas pesquisas foram disseminadas como verdade absoluta, sobretudo nos séculos XVIII e XIX durante a era do Iluminismo como forma de justificar inclusive a colonização europeia na América e o sequestro de povos africanos. Cf.: MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 2019.

genocídio, decorrente da implantação do tráfico negreiro e do sistema de escravização como método eficaz de enriquecimento por parte dos países colonizadores da Europa. A raça uma invenção para dar o *start* ao sistema capitalista marcar seu poder e ganhar notoriedade como propulsores do desenvolvimento da humanidade.

De qualquer forma, teremos um levantamento histórico da formação social brasileira entrelaçada a minha história e memória familiar que o leitor irá identificar as forças sociais construtoras deste país. Nessa direção, apresentamos esta discussão nas perspectivas de classe, trabalho, raça, gênero e território no capítulo 1.

Além disso, durante o mestrado, nas aulas e nas orientações da dissertação, foi possível dialogar sobre o pensamento crítico de vários expoentes do Serviço Social e verificar que na sua grande maioria, o marcador principal é a ideia de que o sistema capitalista produz um efeito nocivo, desigual, opressivo a todas as sociedades que nele se estruturam para organizar a vida humana e suas relações. A luta de classes é algo permanente dentro do sistema capitalista e, ao longo dos séculos, a classe trabalhadora constituiu-se como campo oposto à classe dominante por se tratar de um sistema explorador e desencadeador de injustiças que impedem o desenvolvimento humano. A população negra quase que na sua totalidade estivera na luta de classes desde a diáspora africana, luta por liberdade e se coloca contrária às várias formas de exploração capitalista e seu racismo estrutural.

Importante contextualizar que o/a profissional assistente social precisa sempre estar atento/a a esta compreensão das relações étnico-raciais na sociedade capitalista porque trabalha com os resultados das contradições que sustentam o sistema do capital e seus aparatos de dominação, com muitas violências decorrentes das disputas hierárquicas e de poder desiguais. Nessa direção, a discussão de raça, racismo e racialização estão associadas e implicadas na questão social e nas novas configurações do trabalho como categoria fundante para analisar o exercício da profissão nas políticas sociais e as novas demandas para o Serviço Social.

No intuito de assegurar o importante debate sobre trabalho, gênero e raça, no capítulo 2 o leitor poderá ter mais elementos de como funcionam as opressões do racismo cotidiano em relação às mulheres negras, como também sobre o funcionamento desigual e violento que uma servidora pública pode receber quando defende o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Relembro inclusive da Campanha de Gestão (2017-2020) do Conselho Federal de Serviço Social e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS-CRESS) pela qual me interessei na época lembrando aos meus opositores sobre meu lugar de fala:

O trabalho de assistentes sociais tem relação direta com as demandas da população negra que reside nos morros, nas favelas, no sertão, no campo e na cidade. Assistentes sociais estão nos serviços públicos como os de saúde, educação, habitação e assistência social, que devem ser garantidos para toda a população. O combate ao preconceito é inclusive um compromisso do Código de Ética dos/as Assistentes Sociais [...]. Ao dar centralidade a este debate, queremos incentivar a promoção de ações de combate ao racismo no cotidiano profissional de assistentes sociais, ampliando a percepção sobre as diversas expressões do racismo.¹⁸

Diante do exposto, vimos como essencial a proposição por parte do nosso Conselho Profissional de uma frente de incentivo à categoria de assistentes sociais para promover e intensificar ações de combate ao racismo em seu cotidiano profissional, dando visibilidade, inclusive, a pesquisas e estudos que forneçam subsídios para as ações que forem necessárias.

Totalmente implicada nas condições objetivas que me levaram a estudar o tema, junto às vivências que tive dentro dos coletivos organizados pelo sindicato dos servidores públicos, associadas ao meu compromisso ético-político com o Serviço Social e a profissão, a minha produção não poderia ser outra que não fosse uma **pesquisa militante** que busca realizar uma produção de conhecimento e científico imbricada e associada aos acontecimentos societários na busca por ações transformadoras, de superação e emancipação dos seres humanos. Uma reflexão crítica, teórica e prática atenta aos movimentos sociais, nas lutas coletivas dos grupos excluídos em “um processo multidirecional, com os objetivos de fortalecer o protagonismo popular e de contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária, livre de todas as opressões e dominações” (Jonathan Varella; Renata Versiani Scott, 2016, p. 433).

Ao longo de todo o estudo, será interessante observar que as **narrativas orais** são o coração pulsante de toda esta pesquisa, processo importante para as mediações das relações sociais “por meio do [das] qual [quais] o homem [e a mulher] se individualiza [m], se humaniza [m], apreende [m] e materializa [m] o mundo das significações que é construído no processo social e histórico” (Wanda Aguiar, 2021, p. 130). A autora em questão mobiliza Vygotsky (*apud* Aguiar, 2021) ao afirmar que as palavras são nossos pontos de partida “para empreender a constituição da subjetividade, um ponto de partida entendido aqui como um momento do desenvolvimento teórico”.

O trabalho investigativo foi todo organizado em torno da **memória** das pessoas e sua **oralidade**, elementos que contribuíram para o exercício da análise crítica da realidade que fazemos em todo percurso destas histórias, concordando com as informações da pesquisadora Sonia Maria Peres (1990, p. 25), que aborda o pensamento de Maurice Halbwachs quando

¹⁸ASSISTENTES Sociais no combate ao racismo. Brasília, DF: CFESS, CRESS, 2017. Disponível em: <https://servicosocialcontraracismo.com.br/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

explica que os estudos da memória valorizam os discursos e os depoimentos conferindo-lhe a importância dos acontecimentos: “Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias”. Halbwachs (2014 *apud* Peres, 1990) afirma a importância das análises do discurso como fonte de pesquisa no meio acadêmico.

Um outro autor que discute memória individual e coletiva é Pierre Nora (1984) ao explicar que existe uma diferença de entendimento do que é memória e história, que para nós é fundamental para explicar o uso da categoria memória como forma de expressão de uma realidade:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo se opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica [...]. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é o absoluto e a história só conhece o relativo (Pierre Nora, 1984, p. 9 *apud* Sonia M. Peres, 1990).

Para mim, e também para as/os leitoras/es, espero que os resultados destas narrativas acessem vários signos e conhecimentos e não despertem um tipo de apatia como não percepção do outro. Porque foram tantos aprendizados que tive ao ouvir essas mulheres, prestar atenção a detalhes que evidenciam as ambiguidades e o contraditório da vida cotidiana da população negra, que me trouxe empatia com a cultura popular e a progressiva lucidez para entender o *modus operandi* da ordem dominante.

Feitas essas conexões, nos atentamos e observamos com a devida importância a **experiência** como categoria analítica para compreender a classe trabalhadora, uma mediação entre ser e consciência social (Maria Lúcia Martinelli, 2021). Por meio dos estudos de Thompson (2011), a professora explica que essa utilização significa “um olhar sobre as práticas cotidianas vividas socialmente pelos sujeitos de forma a identificar tensões e contradições, permanências e rupturas, resistências e revoltas”. Nesses termos, minha **pesquisa na escrevivência** recupera a experiência, principalmente das mulheres negras, como condição de

conferir visibilidade às particularidades das sujeitas, às condições de vida a que são submetidas e como elas lidam com o sistema de dominação e exploração - motor propulsor do sistema capitalista. São captações feitas pela **pesquisa de campo**, utilizando uma abordagem **qualitativa** por meio dos depoimentos coletados na forma de **entrevistas semiestruturadas**, resultando em suas histórias de vida e na apreensão circunstanciada dessas realidades.

Para conseguirmos desvelar o racismo institucional, entrevistamos quatro servidoras públicas negras que atuaram na SMADS, e que ingressaram no mesmo concurso público de 2008 do qual fiz parte. São mulheres negras que já haviam participado dos coletivos de funcionárias públicas negras e que são militantes defensoras do Sistema Único de Assistência Social na cidade de São Paulo. Foram realizadas entrevistas individuais, gravadas, omitidas informações que as identificassem, como nomes e locais de trabalho, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo). Receberam codinomes que representam as pedras mais preciosas do continente Africano: Diamante, Esmeralda, Rubi e Safira simbolizando a dureza da vida, mas a impressionante resistência, brilhos e valiosidade dessas mulheres.

As entrevistas foram transcritas e trechos fiéis foram destacados de seus depoimentos, sem mudar seus contextos como forma de exemplificar as situações ocorridas nos espaços ocupacionais e valorizando suas vozes que foram apagadas e silenciadas nos processos de apuração dos fatos.

Analizamos as narrativas refletindo como elas produzem as alternativas para lidar com o mundo, na cultura, no modo de pensar e agir, nas mediações com os valores e a moral veiculados pelo sistema político e econômico. Importante refletirmos sobre as tomadas de decisões destas mulheres, não com o olhar julgador, mas com o compromisso de contribuir para desvelar as condições objetivas e subjetivas que incidem no cotidiano das instituições e suas determinações estruturais.

No processo de desenvolvimento da pesquisa, eu busquei caminhos para refletir a contemporaneidade por meio das regras metodológicas científicas existentes; todavia, assegurando a perspectiva contracolonial da escrevivência. Fui orientada pela banca de qualificação a me concentrar no objeto do meu estudo, sendo imprescindível responder às perguntas que circunscrevem o **problema da pesquisa**. E eu busquei essas respostas nas narrativas e experiências das sujeitas participantes deste estudo.

No que se refere às minhas próprias vivências de violência institucional, minha maior dificuldade foi evidenciar que se tratava de racismo institucional. Para as pessoas que me ouviam, havia uma dificuldade em acreditar que eu teria passado por tais situações. É uma unanimidade que ser racista é uma atitude abominável. Então, é difícil acreditar que um/a

servidor/a seria capaz de tamanha indignidade. Desta forma, uma das dimensões do problema da pesquisa está localizada na questão da credibilidade de uma pessoa negra ao afirmar que foi vítima de racismo. Por que é tão difícil entender, identificar, nomear e acreditar que várias violências de trabalho dizem respeito ao racismo institucional? Como ele acontece e quais são as características e as implicações do racismo institucional? Como podemos responder com convicção que determinadas violências e humilhações às quais as pessoas negras são submetidas no espaço institucional são expressões de discriminação e preconceito por raça? Por que as pessoas acreditam que não estão realizando práticas racistas, mesmo que elas estejam? Quais fatores dificultam provar nas relações de trabalho que as atitudes racistas acontecem e que não há responsabilização por isso?

No decorrer do caminho investigativo nos perguntamos em que medida a ancestralidade explica o racismo institucional. E fui entender melhor esta minha opção por iniciar meu trabalho com a saga familiar, quando me senti convocada à escrever esta história alinhada a vários/as autores/as das relações étnico-raciais. O sociólogo e intelectual Otávio Ianni (2003, p. 14) já afirmou que a pesquisa é uma viagem rumo à surpresa da novidade, como a aventura do conhecimento: “a pesquisa é um ato de conhecer/investigar como um percurso de descobrimento”. Descobrimento porque o real precisa ser desvelado, exige “ultrapassar o que é dado empiricamente e surpreender o que está escondido, desvendando as articulações e o movimento real”. Ou seja, havia um universo a ser conhecido, afinal entender a importância do trabalho para o povo negro iria fazer toda a diferença para eu entender como essas relações sociais e de trabalho são construídas nas relações institucionais.

Partir para o processo de saber quem somos e porque somos é uma descoberta que só é possível com a conexão com o passado. Como na letra do compositor e cantor Gonzaguinha: “*É como se então de repente eu chegasse, ao fundo do fim...de volta ao começo*” ou como a expressão: “*Os homens são os sonhos de outros homens*” (frase de autoria desconhecida). Ou seja, nós somos a continuidade, o legado afrodescendente a partir dos que morreram em defesa da liberdade e dos que sacrificaram seus desejos e sonhos, somos o estágio de reivindicação para reparação histórica, econômica, social e cultural.

Como puderam conferir, na **Introdução** exposta aqui, o caminho percorrido para construir a dissertação teve uma escolha metodológica, ela foi ancorada no materialismo histórico e dialético como filosofia, método e teoria. Não houve nenhuma dúvida da minha parte que, apesar das transformações e atualizações do campo das ciências sociais críticas em relação à realidade, esta teoria tem todos os elementos para uma abordagem dinâmica da

totalidade social para a compreensão do mundo, as contradições, os antagonismos e as similaridades das condições humanas, suas relações sociais e a constituição da sociedade.

Diante do exposto, ainda é necessário explicar aos/às leitores/as dessa dissertação que ao entrar em contato com as memórias dessas mulheres negras e viajar em suas trajetórias encontramos transparência e simplicidade de pessoas oriundas da miséria sertaneja e da pobreza da periferia paulista. As entrevistadas narram o melhor das suas vidas, quando conseguem subir um degrau para melhores condições de vida, mas também narram o pior das suas vidas, a violência e a ausência de justiça. Elas partilham informações que marcam esse tempo histórico e explicam as diferentes formas de opressão interseccional e de dominação que constitui o racismo.

Levando em consideração todos esses aspectos, a dissertação foi organizada em três capítulos, além da Introdução e da Conclusão.

O **Capítulo 2** trata do racismo cotidiano vivido pela minha família desde a abolição da escravidão promulgada por meio da Lei Áurea em 1888 até o meu nascimento em 1973, cujo título representativo da história é: **“Precisamos nos esforçar para ‘erguer-nos enquanto subimos’. Em outras palavras, devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs, irmãos, subam conosco”** (Davis, 2016). Nesse capítulo, eu apresento primeiramente a história da diáspora africana sobre os primeiros escravizados no nosso país, a invasão, o saque, o racismo científico criando a ideologia das diferenças de raça. Viajamos na memória e nas experiências, por meio das narrativas orais, da família Araujo e Almeida, o cotidiano de vida da minha família, as discriminações que se apresentaram de diversas formas e situações, em diferentes lugares, sendo o racismo não percebido e entendido como um ato de violação de direitos humanos, mas compreendido como algo natural da existência. Nesse capítulo descobrimos o racismo arraigado na cultura brasileira e que, de forma consciente, preside não apenas nossas relações sociais e nossos julgamentos éticos, como também o funcionamento de nossas instituições. Infelizmente o racismo define quem pode ser cidadão neste país e exerce o controle de quem pode ou não existir.

Importante, compartilhar que este capítulo foi construído a partir do resgate da memória coletiva das mulheres negras e que a viagem até a cidade de origem familiar Tanhaçu- Bahia auxiliou para análise da realidade local e o resgate da história.

O **Capítulo 3** versa sobre a minha descoberta de ser uma mulher negra, constituída na importância do trabalho na minha vida e das minhas relações, e os impactos do racismo cotidiano e institucional atravessando a minha existência, cujo título reflexivo escolhido foi:

"Quando estamos cansados, que aprendamos a descansar e não a desistir" (autor desconhecido).

A realidade experienciada do trabalho e do racismo, os encontros com outras mulheres oprimidas, as experiências da minha família, as lutas contra as violências de trabalho, o encontro com o conhecimento e a desalienação, a compreensão de que sou uma mulher negra e só por isso o mundo é assim comigo.

As práticas racistas narradas por mim destacam vários estereótipos e discriminações com os quais eu tive contato desde a infância, e que coincidem com semelhantes experiências de outras mulheres negras, cuja existência é marcada pela ideologia da inferioridade. Esse sentido discriminador ao qual nós as pretas estivemos submetidas prejudicou nosso processo de desenvolvimento sendo que somos objeto da tripla exploração, de gênero, classe e raça, ocasionando a falta de oportunidade e de ascensão social devido ao tratamento desigual e excludente que a branquitude nos ofereceu.

Na pesquisa, por meio das minhas escrivências será possível observar a opressão, a discriminação e o preconceito racial e social da mulher negra na sociedade brasileira como estratégia de manutenção e estruturação do sistema capitalista. Segundo a teoria da reprodução social (TRS) entende-se que as mulheres de um modo geral são oprimidas “no capitalismo porque são as únicas capazes de produzir os portadores da força de trabalho já que possuem as condições inatas da reprodução de trabalhadores/as” (Gabriela Figueira, 2021, p. 68).

Também será possível notar a minha dificuldade com o enquadramento imposto pela supremacia branca em relação a estética, comportamento, sociabilidade e relacionamentos. Padrões esses que quando não me encaixaram, não me aceitaram ou quando me sujeitaram consequentemente me remeteram às circunstâncias de subalternização, humilhação e vexame. Situações que hoje o feminismo negro combate como forma de contestação das discriminações que são operadas por mulheres brancas e homens de todas as raças. Pode-se notar que ao retornar ao passado foi possível reconhecer as lutas e contribuições das quais as mulheres negras se desprenderam em suas vidas para então, conscientes da própria identidade assumida, partir para um futuro rompidas dos grilhões que nos aprisionaram.

E no **Capítulo 4** compartilho o resultado da pesquisa sobre o racismo institucional vivido por mim e por mulheres negras servidoras públicas na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), e outras secretarias da Prefeitura de São Paulo, o qual tem o título: **“Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes”** (bell hooks, 2006, p. 6).

A sociedade brasileira foi forjada na falsa ideia da democracia racial de que todos somos iguais, mas com práticas coloniais racistas reproduzidas na sociedade, alienando as pessoas de si mesmas. As percepções do que a população acha que é um negro ou uma negra orbitam em todas as esferas institucionais disseminando as discriminações e os preconceitos que visualizamos no cotidiano mantendo a desigualdade social e racial. Sendo assim, exploramos o referido estudo nas análises do racismo como estruturante das relações sociais presentes na formação social, econômica, política e cultural da sociedade brasileira. Transferimos para este estudo o principal debate sobre o significado do racismo estrutural como contribuição das investigações da relação entre colonialismo, capitalismo e racismo como modo de entender nossa relação brasileira de dependência, o imperialismo mundial, as transformações do mundo do trabalho e as consequências para a classe trabalhadora e para a classe dominante da contemporaneidade.

Destacamos os estudos das intelectuais Cida Benta (2002, 2022) e Robin Diangelo (2018), entendendo que a branquitude favorece que a população negra esteja desde o Brasil Colônia nos piores índices de desenvolvimento humano, social e econômico. Nesse Capítulo destacamos o conceito de racismo institucional e suas manifestações nas estruturas das organizações da sociedade e o mecanismo de exclusão que são praticados nas relações sociais dos grupos racialmente dominantes formando o pacto da branquitude.

Apresentamos um pouco da história da Política Pública de Assistência Social nos cenários em que as entrevistadas entraram no poder público para exercer suas profissões. Contextualizamos alguns estágios políticos, as disputas e as forças entre servidores, poder público e sucateamento dos serviços públicos.

Incluímos alguns levantamentos como a disparidade do mercado de trabalho entre brancos e negros, a quantidade de servidores públicos na prefeitura de São Paulo e na SMADS, e um pouco do cenário de atendimento do sindicato dos servidores públicos em relação às condições de trabalho e ao racismo institucional.

Em algumas seções explicamos o que são as microagressões, seus estágios e sua aparência supostamente velada. Incluímos na pesquisa nomeações para as violências de trabalho por considerarmos que é importante destacar essas ações para expor ao público os danos causados por esse mecanismo de agressão, como alguns deles: silenciamento, perseguição, isolamento, descrédito, impedimento e outros que poderão ser conferidos no capítulo 4.

As entrevistadas narraram as violências de trabalho, o desgaste mental, o trauma como efeitos ocasionados nas relações de trabalho a que foram submetidas. As situações que

vivenciaram não poderiam ter ocorrido se o cenário mundial não fosse o de constante crise do capital, superexploração do trabalho, precarização e flexibilização dos direitos no mundo do trabalho.

Assim, o racismo (Almeida, 2018) fomenta a política de biopoder (Foucault, 1984), em que características fenotípicas influenciam os sistemas de controle social e político, instaurando um estado de Necropolítica (Mbembe, 2018). As instituições detêm domínio sobre a vida dos/as sujeitos/as, ao mesmo tempo em que buscam convencer a sociedade de que grupos não brancos racializados representam perigo, e que, portanto, o Estado e a classe dominante promovem ações de barramentos (Clóvis Moura, 2019) limitando a população negra ao acesso as políticas públicas, e a superação das desigualdades sociais.

A pesquisa apresentou o atual percurso das denúncias de violências de trabalho e destaca a solidariedade de classe e as organizações coletivas como método estratégico para enfrentar o poder hegemônico.

Nossa conclusão é finalizada descrevendo algumas fases do percurso do mestrado, nossas percepções, nossas descobertas, que considero relevantes e necessárias para o avanço dos estudos étnico-raciais. Também é incluído o pensamento sobre o alargamento das correntes teóricas, do campo epistemológico, como foi o caso da escrevivência como um conceito possível de análise da realidade, de ativismo antirracista, anticapitalista, contra sistemas tão destruidores da humanidade. Finalizo com a alegria desta grande oportunidade que foi fazer este estudo e esta pesquisa com essas insubmissas mulheres negras.

À revelia do mundo, eu as convoco a viver apesar de tudo.
Na radicalidade do impossível.
Aqui, onde todas as portas estão fechadas,
e por isso mesmo somos levadas a conhecer o mapa das brechas.
(Mombaça, 2019, p. 9)

2 **“PRECISAMOS NOS ESFORÇAR PARA ERGUER-NOS ENQUANTO SUBIMOS. EM OUTRAS PALAVRAS, DEVEMOS SUBIR DE MODO A GARANTIR QUE TODAS AS NOSSAS IRMÃS, IRMÃOS, SUBAM CONOSCO”** ¹⁹

*A voz de minha bisavó ecoou
criança nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela
A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue e fome.
(Conceição Evaristo, 2008, p. 10-11)²⁰.*

Início este capítulo com a citação deste poema de Conceição Evaristo, que me motiva a escrevê-lo reverenciando todas as mulheres negras que estiveram nesta terra antes de mim e por meio de suas sabedorias e resistências me deram plenas condições para hoje realizar esta pesquisa relevante para futuros estudos das relações étnico-raciais. Neste primeiro capítulo, centrei a análise no processo sócio-histórico cultural na saga da minha família nordestina, escrevendo passagens dos seus modos e meios de vida através de uma investigação epistemológica que possibilitou uma análise da realidade social. Nesses termos, a partir do conceito de escrevivência, acredito ser possível a exploração das trajetórias e experiências em conexão com as demais fontes de pesquisa histórica, considerando as múltiplas facetas de ser racializada em nosso país e sobreviver ao mundo do trabalho em um contexto neoliberal estruturado nas desigualdades de classe, gênero, raça e territórios.

Esta saga familiar alcança uma dimensão política na pesquisa, o que será possível perceber ao longo do trabalho, pois traduz a experiência de ser negra, em um contexto de várias ausências de políticas públicas.

¹⁹Citação de Angela Davis (2016).

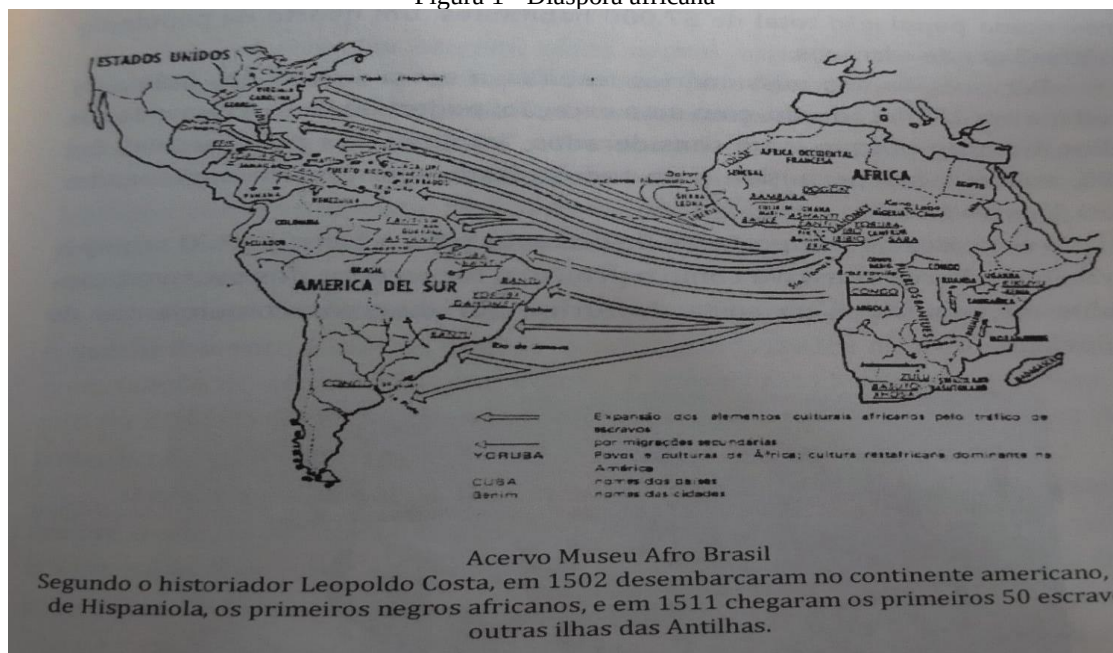
²⁰EVARISTO, C. **Trecho do poema de recordação e outros movimentos**, 2008.

2.1 O processo de colonização e a descoberta da raça

A Figura abaixo representa um mapa que desenha o sequestro dos povos negros de seus territórios de origem. Como se pode observar, várias pessoas de várias nações foram capturadas pelos colonizadores europeus para trabalharem em um sistema de escravidão nas Américas. Trata-se do que chamamos de diáspora africana, um fenômeno social violento que impôs a imigração – por meio de navios negreiros pelo Oceano Atlântico – de homens e mulheres de diferentes culturas para trabalharem de forma escrava em diversas regiões do continente americano.

Assim começa a história do povo negro no Brasil.

Figura 1 - Diáspora africana



Fonte: Kaçula (2020).

Um dos registros mais contundentes da racialização que podemos constatar na nossa história trata-se da carta de Pero Vaz de Caminha descrevendo de forma preconceituosa sua impressão dos povos originários do nosso país. Infelizmente, ainda hoje, o racismo é revelado quando pessoas discriminam outras pessoas não brancas por sua cor ou origem, transformando-as em aberrações.

Senhor: Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que ora nesta navegação se achou, não deixarei também de dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que — para o bem contar e falar — o saiba pior que todos fazer. Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e

creia bem por certo que, para aformosear nem afear, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu.

Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro. Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles pousaram.

Ali não pôde deles haver fala, nem entendimento de proveito, por o mar quebrar na costa. Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. Um deles deu-lhe um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas como de papagaio; e outro deu-lhe um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljaveira, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza, e com isto se voltou às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar. (A carta, 1500)²¹

Segundo a historiografia oficial, em 22 de abril de 1500 os portugueses avistaram o Monte Pascoal na Bahia e começaram o processo de racialização dos não brancos como narrado neste trecho escrito por Pero Vaz de Caminha. Ele descreveu os povos indígenas como pessoas exóticas, fora do comum, julgadas como não civilizadas. Abordando o fenômeno sob uma perspectiva crítica, a racialização, segundo o intelectual e advogado, Adilson Moreira (2020), acontece quando:

É adotada como forma de classificar os sentidos culturais que são atribuídos para as raças, distinguindo-as entre superiores e inferiores, civilizados e não civilizados, ou seja características físicas e comportamentais para que um grupo seja visto como diferente [...]. A racialização seria uma forma de construção e de diferenciação dos indivíduos, prática que possui um objetivo específico: a raça é uma marca que representa as relações de poder presentes em dada realidade. Não há, portanto, brancos e negros, mas sim mecanismos de atribuição de sentido a traços fenotípicos para que a dominação de um grupo sobre outro possa ser legitimada. [...] a identidade racial branca estão associados diversos predicados positivos, como superioridade cultural, beleza estética, integridade moral, sucesso econômico e sexualidade sadia (Moreira, 2020, p. 41-42).

A partir do relato de Caminha, percebe-se que entendiam os nativos como diferentes e pacíficos; praticaram a invasão, o saque, a dominação daqueles povos originários como forma de explorar as riquezas daquele território e mostrar o poderio das conquistas de novas terras. Para Aníbal Quijano (2005, p. 1), a saída dos europeus para “investir” e acumular lucro no século XIV se deu por uma:

culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/ moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social

²¹A CARTA de Pero Vaz de Caminha. 1500. Ministério da cultura. **Fundação Biblioteca Nacional**. Departamento Nacional do Livro. Disponível em: https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 27 set. 2023.

da população mundial de acordo com a ideia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial incluindo sua racialidade específica, o eurocentrismo (Quijano, 2005, p. 1 grifo do autor).

Para o autor, “a ideia de *raça*, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América” (Quijano, 2005, p. 1). E a partir do olhar do colonizador para esses povos de diversos continentes, as identidades sociais historicamente foram divididas em “índios”, predominantemente originários do continente americano, negros do continente africano, brancos originários do continente europeu e orientais até então conhecidos pelos territórios asiáticos (Quijano, 2005, p. 2).

Os colonizadores resolveram aplicar como classificação os traços fenotípicos da população colonizada como forma de distingui-los de seus padrões europeus, assim, foram atribuindo os estereótipos e os estigmas que são vistos até a atualidade (Quijano, 2005). Sob essa lógica, foi possível gerar na sociedade representações simplificadas e exageradas dos racializados. E aqui, tanto dos brancos como dos não brancos.

O conceito de *raça* foi modernizado, principalmente pelos intelectuais pós-coloniais e decoloniais²² que esclarecem que não se trata mais de uma explicação baseada na evolução das espécies e no campo da evolução biológica, assim, para o autor W. E. B. Du Bois, as pessoas não têm tipos raciais bem definidos entre os homens: “A *raça* não é um conceito estático; é um conceito dinâmico; e os tipos raciais estão em constante mudança, se desenvolvendo, se misturando e se diferenciando” (Du Bois 1970, p. 9 *apud* Devulsky, 2021, p. 194). Ou seja, a *raça* pode ser entendida dentro de uma organização social como prática “consciente e inconscientemente, por imperativos políticos ou de poder, com formas culturais implícitas - imagens, símbolos, metáforas, normas que abrangem desde o cotidiano até o institucional” (Bannerji, 2022, p. 9). O entendimento sobre *raça* também pode ser acrescido pelos conhecimentos do antropólogo Munanga (2014, p. 5), que contextualiza o fato de que não podemos invalidar o conceito de *raça* produzido pela ciência genética, porém, “*raça* não

²²Breves definições de conceitos fundamentais para o debate sobre a colonialidade e a decolonialidade a partir das contribuições de Maldonado-Torres (Grosfoguel *et al.*, 2019). O “colonialismo” moderno é entender como os impérios ocidentais colonizaram grande parte do mundo desde as Grandes Navegações. “Colonialidade” pode ser entendida como a “lógica global de desumanização” (Veronica S. Queiroz, 2022, p. 36) que existe mesmo depois da relação entre colônia e metrópole ser extinta. São os rastros da colonização que se atualizam e persistem até hoje. O racismo, o capitalismo e a hierarquização dos seres humanos fazem parte da colonialidade. A “descolonização” refere-se aos eventos históricos nos quais os/as sujeitos/as colonizados/as ou os inferiorizados se insurgiram contra os colonizadores e lutaram para a sua independência. A “decolonialidade” diz respeito à luta constante contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos. Cf.: QUEIROZ, V. S. Quando se fecha os olhos e vê: por uma metodologia ativa. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 507-516, jul./set. 2022.

significa que todos os indivíduos ou todas as populações sejam geneticamente semelhantes. Os patrimônios genéticos são diferentes, mas essas diferenças não são suficientes para classificá-las em raças” (Kabengele Munanga, 2003).

A partir dos fenótipos das raças se criou uma difusão e propagação do ser ou não ser civilizado. Por meio das classificações, aconteceram crimes contra a humanidade, como o Holocausto e o genocídio da população sequestrada da África e sua escravização. “Não se mata todo mundo, a supremacia branca decide quem vive, e quem deve morrer”. É como Judith Butler (2021) reforça, no capitalismo o que existe é uma máquina pronta para moer gente a partir da violência perpetrada pelo próprio Estado e por instituições²³.

O preconceito e o tratamento desigual são a solidificação de quem são os marginais para empurrá-los para a exclusão social, necessária ao capital; a estratégia é separar as pessoas por fenótipos, cor, distribuir “a população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (Quijano, 2005, p. 118). A concepção de “raças humanas” foi concebida e empregada para segmentar os seres humanos segundo uma hierarquia que ainda molda nossa maneira de viver. Essa hierarquia, forjada pelo racismo científico prevalente do final do século XIX até meados do século XX, proclamava a supremacia moral, cultural, política e econômica da raça branca sobre as demais. A raça negra era, supostamente, colocada no nível evolutivo mais baixo, justificando assim a escravidão e a dominação do continente africano por colonizadores europeus (Munanga, 2003).

Atualmente, compreendemos que a classificação das raças humanas reflete um mundo eurocêntrico²⁴ em busca de justificativas para empreendimentos desumanos, desvinculados da realidade biológica e científica (Munanga, 2014). No entanto, a ideia originalmente criada para legitimar a submissão de um povo estruturou a sociedade como a conhecemos, influenciando políticas e ações discriminatórias que explicam diversos fenômenos sociais contemporâneos.

Com essas reflexões, faz sentido pensar na escravidão como constitutivo das relações sociais que perpetuam o racismo dentro do sistema capitalista. Logo,

o racismo é parte estrutural de uma racionalidade instituída para ser a norma de compreensão e manutenção das relações sociais. Não se trata, portanto, de uma

²³BUTLER, J. A força da não violência. **TV Boitempo**. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6DceyjMKel4&t=172>. Acesso em: 27 set. 2023.

²⁴Segundo o cientista econômico neomarxista egípcio Samir Amin (2021), o Eurocentrismo corresponde à ideia de que a Europa é o centro de todo o modelo de civilização, dos elementos culturais, sociais, econômicos e políticos. A Europa como referência no contexto de composição de toda sociedade moderna. De acordo com ele e diversos estudiosos e analistas, essa perspectiva, o eurocentrismo, se mostra como uma doutrina que toma a cultura europeia como a pioneira da história, dessa forma, se enquadra como uma referência mundial para todas as nações, como se apenas a cultura europeia fosse útil e verdadeira e um modelo a ser seguido por todos. O modo europeu como o modelo superior às outras nações.

anomalia no interior de um sistema, e sim de um estruturante do modo de funcionamento das sociedades ocidentais contemporâneas, o que implica pensá-lo como fundamento de tais sociedades, o que abrange as dimensões da economia, da política e da cultura. De outra parte, o racismo também é estruturante, então funciona como elemento dinâmico que favorece, condiciona e mantém um tipo específico de racionalidade que impede a erosão das relações de exploração e das condições de opressão presentes em todas as expressões da vida social, e tem seu marco histórico demarcado pelos processos de colonização das Américas e da construção de um novo modelo de espaço/tempo que se espraia mundialmente como padrão de poder (Silva, 2020, p. 164 *apud* Fornazier; Gonçalves; Favaro, 2023, p. 3).

Segundo as pesquisas organizadas no Arquivo Nacional da História Luso-Brasileira²⁵, as primeiras pessoas negras sequestradas do continente africano foram da região da Guiné. Chegaram ao Brasil a partir de 1530, nas expedições de Martim Afonso de Souza e foram transportadas para o Nordeste do país, com boa parte alocadas no Estado da Bahia. Portugal já havia autorizado a escravização dos povos originários, mas no intuito de ampliar seu capital importou negros para trabalharem principalmente nas plantações de açúcar. Em 1583, havia registro de aproximadamente 14 mil escravos para uma população brasileira de 57 mil habitantes. E aqui, precisamos entender que os povos africanos trouxeram para as Américas muitas contribuições para a formação social, econômica, política e cultural.

O país foi o que recebeu a maior quantidade de pessoas escravizadas, mais de 4 milhões de negros, segundo dados do IBGE²⁶, e foram mortas na travessia da África pelo Atlântico aproximadamente 600 mil pessoas. Hoje, o Brasil é o país mais negro fora do continente africano. Segundo a escritora e poetisa Conceição Evaristo, sobre essa travessia atlântica, “Se houvesse um monumento à memória negra, deveria ser construído no fundo do mar, em homenagem àqueles que se perderam na travessia” (Santana; Zapparoli, 2020, p. 5).

Várias civilizações africanas eram reinos evoluídos em suas organizações, como nos casos dos Impérios de Gana, do Mali, Songai. Na Agricultura e na Ecologia, com diversas técnicas agrícolas desenvolvidas ao longo dos séculos, na África, Kanem-Bornu, Iorubá, Benin, Ifé, Congo, Abomé. Os povos ancestrais sequestrados dos seus reinos chegaram munidos de muita tecnologia e conhecimento como: A Medicina tradicional, em relação à qual, diversas comunidades africanas têm uma rica tradição de conhecimentos médicos, utilizando plantas e recursos naturais para tratar doenças e lesões. A Matemática e Astronomia, sendo que a antiga civilização egípcia fez importantes contribuições e descobertas: a agricultura de terraços e

²⁵ARQUIVO NACIONAL. **O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2023. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/>. Acesso em: 16 nov. 2023.

²⁶Cf. SOUZA, D. **População escrava do Brasil é detalhada em Censo de 1872**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares: MinC, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/populacao-escrava-do-brasil-e-detalhada-em-censo-de-1872>. Acesso em: 9 set. 2023.

sistemas de irrigação. Logo, os povos africanos demonstraram conhecimento profundo sobre a gestão dos recursos naturais e a adaptação às condições ambientais (minério e madeira) (Moraes; Lisboa; Oliveira, 2012, p. 25-80).

Na Antropologia e na Paleontologia, a África é considerada o berço da humanidade, com muitas descobertas paleontológicas importantes, como os fósseis de hominídeos. Inclusive, com o melhor exemplar encontrado até agora de um ancestral do homem, semelhante a um primata, do *Australopithecus anamensis*, datado de 4,2 milhões de anos atrás. Acreditava-se que o *anamensis* era o ancestral direto de uma espécie mais avançada, conhecida como *Australopithecus afarensis*, que por sua vez era considerada ancestral direto dos primeiros seres humanos do gênero *Homo*, que inclui todos os homens modernos²⁷.

A supremacia branca durante diversos séculos mistificou a África com inúmeros estereótipos e construiu um imaginário que moldou a percepção ocidental sobre seus povos e suas diversas culturas. Ao examinarmos a visão que os países do ocidente têm em relação ao continente africano, torna-se evidente uma associação frequente com concepções de atraso, barbárie e selvageria. Estes estereótipos persistem até os dias atuais, sendo perpetuados por uma mídia muitas vezes tendenciosa e permeada por preconceitos raciais.

No Brasil, herdamos a cultura, os costumes, as religiões e a gastronomia forjada da diáspora africana²⁸ e da expansão colonial: Os alimentos: acarajé, tudo da mandioca, a feijoada. A linguagem: muvuca, tanga, caçula, bunda, quenga. A religiosidade: Candomblé, Umbanda, Vodú. A música, a dança: jongo, congado, a capoeira (Moraes; Lisboa; Oliveira, 2012, p. 25-80).

Ao abordar a situação racial brasileira, entendemos que os povos escravizados no nosso país não foram pessoas que aceitaram passivamente todas as opressões às quais foram submetidos (Moura, 2019). Os negros impuseram muita resistência, luta e organização. Várias formas de enfrentamento: fugas, revoltas, abandono de fazendas, insubmissão às regras, abortos, organização por meio dos encontros religiosos.

Vejam, como exemplo, a Revolução Baiana, que se origina no estado onde meus antepassados nasceram. A Guerra da Independência na Bahia começou em fevereiro de 1822, quando as forças patriotas baianas iniciaram um levante contra as forças portuguesas que

²⁷GHOSH, P. Por que crânio descoberto na Etiópia pode mudar o que sabemos sobre evolução humana. **BBC News**, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49507708>. Acesso em: 15 ago. 2023.

²⁸Diáspora africana - Ao longo de mais de três séculos, os povos africanos saíram de diversos portos do continente sequestrados e foram forçados a cruzar o Atlântico em tumbeiros para serem escravizados em diferentes países nas Américas. O resultado do tráfico transatlântico de africanos e africanas para o trabalho servil e escravo dentro de um sistema colonial é o que chamamos de diáspora (Enciclopédia das Relações Étnico-Raciais, 2023).

controlavam a região. O movimento foi ampliado após a declaração de independência do Brasil por Dom Pedro I em 7 de setembro de 1822, que não foi imediatamente reconhecida na Bahia pelas autoridades portuguesas. A luta pela independência na Bahia foi feroz e envolveu uma série de batalhas e confrontos armados, incluindo o cerco de Salvador, que durou até julho de 1823, quando as forças patriotas conseguiram retomar a cidade, consolidando a independência da Bahia do domínio português (Podcast - Projeto Querino)²⁹.

Nessa luta, estava Maria Felipa de Oliveira, uma figura notável, cuja existência até hoje os historiadores contestam. Ela foi uma mulher afrodescendente que desempenhou um papel significativo na luta, pois organizou um grupo de mulheres pescadoras e liderou ataques ousados contra as forças portuguesas que ocupavam a região. Maria Felipa e seu grupo realizaram ataques noturnos contra os navios e tropas portuguesas, usando tochas incendiárias, surra de cansação (*Jatropha urens*), uma planta urticante que produz uma coceira intensa e que, com golpes, vigorosamente produz queimaduras muito dolorosas, que Maria Felipa e suas companheiras teriam dado nos soldados portugueses como uma das táticas de guerrilha para prejudicar o inimigo (Podcast - Projeto Querino).

A trajetória de resistência de Maria Felipa e a história do povo baiano se correlacionam com esta dissertação por entendermos que as mulheres negras tiveram papel fundamental na luta de nossa libertação da escravidão. Eram insubmissas mulheres que não aceitavam passivamente a condição desumana e, por isso, se colocavam em posição contra-hegemônicas como outras mulheres negras que vamos conhecer nesta pesquisa.

O povo baiano é considerado pejorativamente como preguiçoso, que não larga “a rede de descanso”. Na verdade, é um povo que descende de guerreiros, de antepassados que viviam em reinos organizados de sabedoria e conhecimento milenares, como a utilização dos recursos naturais que até hoje salvam vidas em todo mundo. A esperteza e a criatividade de observar os algozes coloniais nos proporcionou as ideias de estratégias de defesa e resistência para ter o direito de existir até os dias de hoje, fato que é constatado ao olharmos as favelas.

Interessante refletir sobre o apagamento de Maria Felipa assim como de Joana Angélica, Maria Quitéria, verdadeiras heroínas que, em nome de um coletivo, doaram suas vidas para libertação dos povos escravizados. A quem interessa esconder e apagar a inteligência de uma mulher negra?

²⁹PODCAST: A grande Aposta. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/podcast-item/a-grade-aposta/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

A perspectiva do podcast do Projeto Querino, do jornalista Tiago Rogero³⁰, também se soma a essa reflexão de que no Brasil se estabeleceu uma deslealdade que nos provoca a questionar:

Quantas vezes, na História do Brasil, o país teve a chance de se entender com o passado, e escolheu não fazer isso? Foi assim em 1850, foi assim com a abolição, que veio sem compensação nenhuma, foi assim com a ditadura militar, e vai ser assim até quando?

Na história oficial, mulheres negras são apagadas e colocadas sem importância, apesar da sua contribuição significativa para o legado nacional. Neste sentido, concordamos com a escritora e psicóloga Grada Kilomba³¹ (2019, p. 108), que explica sobre a intenção do apagamento:

[...] Assim, Young fala das mulheres negras como pessoas ‘desaparecidas no debate, aquelas que não possuem designação e que desaparecem dentro de um grande grupo: ‘Aqueles que tem pouco ou nenhum poder são categorizadas assim não apenas por não terem nada, mas por não serem nada; elas são excluídas porque são consideradas nada’ (Young, 1996, p. 88) [...] a reivindicação de feministas negras não é classificar as estruturas de opressão de tal forma que mulheres negras tenham que escolher entre a solidariedade com homens negros ou com mulheres brancas, entre raça ou gênero, mas ao contrário, é tornar nossa realidade e experiência visíveis tanto na teoria quanto na história. O movimento e a teoria de mulheres negras têm tido, nesse sentido, um papel central no desenvolvimento de uma crítica pós-moderna, oferecendo uma nova perspectiva a debates contemporâneos sobre gênero e pós-colonialismo.

Na análise acima, Grada Kilomba nos convoca a pensar que a luta antirracista e antissexista nos provoca a revelar a nossa experiência e divulgá-la no âmbito científico como fato histórico. Para o sociólogo Clóvis Moura, o movimento contra as ofensivas do capital deve persistir e para isso uma das atitudes é continuar a desgastar o sistema:

As lutas dos escravos, como podemos ver, não chegaram ao nível de modificar a estrutura, criando um novo modelo de ordenação social, foram, no entanto, um motivo de permanente desgaste do sistema. Podemos dizer que se dá em três níveis principais: 1 - desgaste econômico; 2 - desgaste político; 3 - desgaste psicológico (Moura, 2019, p. 20).

³⁰O jornalista Tiago Rogero é o diretor do Projeto Querino, que é apoiado pelo Instituto Ibirapitanga. Ele tem um podcast que é produzido pela Rádio Novelo. O site, projetoquerino.com.br, reúne todas as informações sobre o projeto, e conteúdo adicional. O site foi desenvolvido pela Aiyé. As publicações estão também na revista Piauí. Sobre esta pesquisa, para este episódio, foi realizada por Gilberto Porcidonio, Rafael Domingos Oliveira e outros.

³¹“Grada Kilomba (Lisboa, 1968) é uma escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar portuguesa reconhecida pelo seu trabalho que tem como foco o exame da memória, trauma, gênero, racismo e pós-colonialismo e está traduzido em várias línguas, publicado e encenado internacionalmente. Com raízes em São Tomé e Príncipe e Angola, reside desde 2008 em Berlim (Alemanha) e a experiência de crescer, estudar e trabalhar em Portugal, um país com fortes traços colonialistas, marca profundamente o seu trabalho.” Sua obra mais conhecida no Brasil é “Memórias de uma Plantação”. Cf.: FOLHAPRESS. **A portuguesa Grada Kilomba na Pinacoteca**. 2019. Disponível em <https://folhapress.folha.com.br/foto/13986729>. Acesso em: 20 mar. 2022.

O Brasil colonial se tornou uma terra de várias disputas políticas e, com o passar dos anos, a sociedade foi se transformando e necessitando de regras e normas, que inclusive validassem as práticas de violências. O período regencial de 1831-1840 foi um período de muito terror porque autorizava as torturas de escravizados e a pena de morte. Esses métodos inescrupulosos eram utilizados como uma forma de resguardar os interesses dos colonos e também auxiliavam na manutenção de uma ordem ideológica e econômica.

As legislações da época isentavam de crime os donos de escravos e os capitães de mato que capturavam negros fugidos e quilombolas. Desse modo, o medo e o pânico eram instaurados e as resistências enfraqueciam quando os negros enfrentavam os fazendeiros, uma vez que logo vinham as diversas formas de punição. Os métodos de tortura são os mesmos que vimos na ditadura do século passado no Brasil, e os que vemos hoje nas milícias, chacinas e outras repressões urbanas (Silva, 2009, p. 536-538). A classe dominante criou um corpo de leis – os mecanismos legais – para impedir a mobilidade da população negra e seus descendentes.

A Inglaterra, país que mais financiou a expansão marítima para Portugal, era também o maior comerciante de açúcar. Com o desejo de aumentar o consumo do produto pelo mundo, construiu um tratado em 1810 que pretendia acabar com a comercialização de escravizados. Ou seja, era de “exclusivo interesse político e econômico, proibindo o tráfico de negros que lhe causava sérios danos. Aliás, os portugueses não poderiam mais comprar escravos acima da linha do Equador” (Silva, 2009, p. 538). A ideia dos ingleses era aumentar o consumo de produtos industrializados e, para isso, era importante que o trabalho fosse livre.

Os tratados no Brasil em relação à extinção do tráfico negreiro deram origem à expressão para “inglês ver”, pois Portugal em conluio com os monarcas da época continuaram o tráfico no contrabando, na ilegalidade. Ainda existiam vários latifúndios escravistas e não se concebia a ideia de trabalho livre. Nesse sentido, a Inglaterra por décadas abateu vários tumbeiros que insistiam em fazer a travessia, matando vários portugueses, tripulantes e negros.

Nesse contexto, o Brasil precisava de leis que contribuíssem com a preservação da aristocracia rural, mantendo o poder concentrado em uma classe social, com acumulação de capital e a força de trabalho dependente e subalternizada. Entre as várias novas regras brasileiras, em 1824 foi promulgada a Constituição assegurando a igualdade de todos perante a lei. Em 1830, foi elaborado o Código Penal Brasileiro que serviu de exemplo para outros países da América do Sul e Central (Silva, 2009, p. 539). Observamos desde então que as elites nunca foram diretamente afetadas pelo cumprimento das leis, atingindo sempre os já oprimidos, daí a expressão “terra sem lei” para afirmar que não existe proteção e justiça.

Em relação às legislações de direito privado, após a Proclamação da Independência Brasileira, em 1822, nada mudou de forma significativa na vida das oligarquias e na opressão aos escravizados. A legislação de 1824, inclusive, proibia a população negra de estudar, considerada como gente contagiosa.

Em 4 de setembro de 1850, foi aprovada a Lei n. 581/1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós³², que não mais permitia o tráfico negreiro no país. Nessa época, o governo brasileiro até endureceu a fiscalização do contrabando de negros, por conta das imposições da Inglaterra. O objetivo disso foi o de estabelecer um sistema capitalista com mão de obra livre assalariada, e, no caso do Brasil, com uma imigração europeia para o país. Segundo os registros da época, não houve nenhuma dificuldade com a diminuição do tráfico negreiro, pois logo apareceram novas formas de circulação de dinheiro. Em meados de 1850, houve uma febre consumista de importação de vários objetos vindos da Europa: perfumes, roupas, armas de fogo e artigos para casa e fazenda. Estava em curso um projeto de modernização, com expansão das cidades, a circulação de mais mercadorias, e a introdução de ferrovias para esse incremento. Houve uma superabundância de dinheiro, especialmente no Sudeste brasileiro, que acabou assumindo ainda mais protagonismo por causa da explosão da exportação do café.

Apesar da diminuição da chegada legal de negros escravizados, o contrabando permaneceu movimentado pelo coronelismo conservador até a abolição de 1888. Para esses fazendeiros, a mão de obra escravizada ainda era essencial, ou seja, ninguém queria abrir mão daqueles lucros mesmo sabendo que era crime tipificado no Código Penal da época, como crime de sequestro. Há registros históricos de pelo menos quatro viagens que foram flagradas pelas autoridades, mas, com certeza, foram muito mais. E nesse sentido, é possível afirmar que a última geração de escravizados no Brasil é uma geração de negros ilegais. Uma geração completa de negros juridicamente livres, sendo não livres.

Então a escravidão, por si, já é um horror, é uma barbárie, é uma aberração. Imagine uma escravidão que juridicamente é ilegal pelas leis do país escravizador. Cada pessoa africana que foi trazida de algum país ao norte do Equador nesta década, e todas as que foram trazidas antes, por meio de outras legislações de barragem do tráfico, cada uma dessas quase 800 mil pessoas, mais os seus descendentes, um número que infelizmente a gente não consegue saber qual é; cada uma dessas pessoas foi escravizada ilegalmente. Um crime segundo as leis do Brasil (Projeto Querino, 2022)³³.

³²Cf.: O QUE FOI A LEI EUSÉBIO DE QUEIRÓS. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares: MinC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/173-anos-da-lei-eusebio-de-queiros>. Acesso em: 9 set. 2023.

³³PROJETO QUERINO: 2 o pecado original. [Locução de]: Tiago Rogero. [s. l.]: Instituto Ibirapitanga, 2022. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/podcast-item/o-pecado-original/>. Acesso em: 9 set. 2023.

Estamos tentando dizer com isso que esse sistema de corrupção e de impunidade é uma prática de tempos coloniais herdada que permanece até a atualidade.

Outra legislação que fortemente contribuiu para o barramento da ascensão da classe trabalhadora branca pobre, e da população negra liberta e escravizada, foi a Lei de Terras n. 601/1850. Até a promulgação, a única forma de obter terras no Brasil era por meio das sesmarias, que eram grandes extensões de terra concedidas pelo rei de Portugal a particulares (pessoas não negras e indígenas escolhidas por algum interesse econômico, político, parentesco, militares, pessoas que o rei queria beneficiar) conhecidos como sesmeiros, em troca do compromisso de cultivar e desenvolver a terra.

Os sesmeiros recebiam uma quantidade específica de terra para ser cultivada e explorada, e em troca, eram responsáveis por melhorar a produção agrícola e econômica da região. Essas concessões eram geralmente hereditárias, passando de geração em geração, e muitas vezes resultavam na formação de grandes latifúndios. Essa era uma forma de garantir o domínio e a exploração eficiente das colônias, ao mesmo tempo em que incentivava o estabelecimento de colonos europeus nas terras recém-descobertas (Silva, 2009, p. 520-523).

Com a legislação, passa a ter direito a terras públicas somente aquelas pessoas que teriam dinheiro para comprá-las. Se tem algo que a classe dominante sabe melhor fazer são legislações que a favoreçam. A Lei de Terras foi uma legislação crucial para o desenvolvimento do sistema fundiário no Brasil e também para a introdução da ideologia do embranquecimento do país. Serviu para impedir que escravizados e seus descendentes livres tivessem acesso à possibilidade de comprá-las; as terras já possuídas estavam supervalorizadas, e para comprar as terras do Estado o custo era elevado. A lei estabeleceu a venda de terras devolutas por meio de leilões públicos e o valor arrecadado serviu para subsidiar a imigração europeia. Dessa forma, era quase impossível que um liberto pudesse adquirir terras; portanto, ele continuaria a depender da venda da própria força de trabalho para conseguir se manter.

Com os donos de terras (brancos) de posses antigas com direito à regularização e à herança para seus herdeiros, com os novos proprietários de terras de classes sociais mais favorecidas (brancos), e com a doação de terras para a população imigrante europeia (brancos) recém-chegada ao Brasil, o barramento social estava constituído. Moura (2020, p. 109) explica as intenções do Estado:

Segundo podemos concluir o pensamento da historiadora Emília Viotti da Costa, em médio e curto prazo, quando os escravos fossem libertados, não haveria mais nenhuma possibilidade de um decreto abolicionista radical que incluísse no seu texto a doação, por parte do governo imperial, das terras capazes de fixá-los nas terras pertencentes à Nação. Pelo contrário. Dado seu grau de descapitalização (quase absoluto, por sinal)

no momento em que fossem libertados, as terras seriam mercadoria de aquisição impossível. Com esse mecanismo jurídico, a terra entrou no mercado tendo Estado como vendedor. Aqueles que possuíam possibilidades monetárias ou de crédito privilegiado para adquiri-las seriam os novos proprietários.

Segundo Moura, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre já se pretendia e era inevitável, sendo assim, de forma calculada essa transição foi feita até a assinatura da abolição. Após 13 de maio de 1888, os povos negros não encontraram liberdade e direitos iguais; pelo contrário, foram expostos a várias violações de direitos humanos e discriminações. Os negros foram abandonados à própria sorte, sem a realização de reformas que os integrassem socialmente. Por trás disso, conforme vimos anteriormente, um projeto de modernização que manteve os donos de terras e seus herdeiros com seus latifúndios sem prejuízos.

As consequências dessas duas legislações e do processo de desenvolvimento do país foram a manutenção das desigualdades sociais que são a maior expressão das condições de gênero e raça até os dias de hoje. Números das diferenças entre brancos e negros em todas as dimensões da vida, como nas manchetes (Figura 2) de jornais abaixo:

Figura 2 - Diferenças entre brancos e negros em todas as dimensões da vida



Verticalização desigual em SP: brancos moram mais em prédios de regiões estruturadas e negros em casas de bairros periféricos

Estudo do LabCidade da USP mostra que a presença da população negra em imóveis verticais só é forte nos empreendimentos habitacionais...

14 de dez. de 2021



UOL Notícias

Negros são 75% entre os mais pobres; brancos, 70% entre os mais ricos

Há o triplo de negros entre os 10% com menores rendimentos per capita no Brasil do que entre o seletor grupo dos 10% com maiores rendas.

13 de nov. de 2019

Racismo fundiário: negros são maioria no campo, mas têm menos terras do que brancos

Fim da escravidão deixou a população negra sem qualquer direito, mesmo para quem recebeu algum terreno. 'Foram perdendo os seus territórios, mas, ainda assim, não deixaram de existir', resume o autor do premiado livro 'Torto Arado'; assista à conversa com o g1.

Por Anaísa Catucci e Vivian Souza, g1

20/11/2022 06h00 - Atualizado há um ano

Fonte: Organizado pela autora com base no G1 e Uol Notícias (2017, 2019, 2021, 2022).

Em 2017, o Censo Agropecuário do IBGE realizou uma pesquisa em mais de cinco milhões de propriedades e estabelecimentos agrários e concluiu que as grandes propriedades de terra no Brasil são de proprietários brancos. Em terras com mais de 10 mil hectares, para quatro produtores rurais brancos, há um produtor negro. Nas pequenas propriedades ocorre o inverso, sendo que, nos estabelecimentos com menos de um hectare, a proporção é de três produtores negros para cada branco.

O povo negro não foi integrado, ele foi excluído para o lugar da falta de oportunidade. Um emaranhado de impedimentos como afirma Moura (2019, p. 31):

O negro urbano tem uma trajetória que bem demonstra os mecanismos de barragem étnica que foram estabelecidos historicamente contra ele na sociedade branca. Nele estão reproduzidas as estratégias de seleção estabelecidas para opor-se a que ele tivesse acesso a patamares privilegiados ou compensadores socialmente para que as camadas brancas (étnica/ e ou socialmente brancas) mantivessem no passado e mantenham no presente o direito de ocupá-los. Bloqueios estratégicos, que começam no próprio grupo familiar, passam pela educação primária, a escola de grau médio até unidade de empregos, no nível de salários em cada profissão, na discriminação velada (ou manifesta) em certos espaços profissionais; passam também nos contatos entre sexo opostos, nas barreiras aos casamentos interétnicos, e também pelas restrições múltiplas durante todos os dias, meses e anos que representam a vida de um negro.

De propósito, são construídos barramentos impostos pelo sistema para que esta população nunca chegue a modos de vida de ascensão econômica.

2.2 Awon Baba³⁴

*Eu Gosto de Ser Baiano³⁵
Onde nasceu o Brasil?/O nosso Porto é Seguro
A flor do tempo se abriu passado, presente e futuro
Terra que não tem idade Dona da felicidade, é mesmo assim.
A Bahia é o começo e o Bonfim/Com arte e com poesia
Cantar-te nunca e demais/Generosa geografia
Chapada, sertões, litorais/Eu gosto de ser baiano
Ai ai, Bahia!/Ando perguntando/
Quem é, que não gostaria?! (Moreira, 2023).*

Nesta seção, busco entender como a minha família afrodescendente misturou-se com os povos originários e com os povos ibéricos resultando na nossa miscigenação e conseguindo

³⁴AWON BABA (pronuncia-se abonbaba) é uma expressão IORUBÁ que significa os antepassados, ou os pais, são aqueles que nos deixam um legado.

³⁵Moraes Moreira nasceu na terra ancestral da minha família, Ituaçu, na Chapada Diamantina, em 1947, e construiu uma longa carreira solo com cerca de 40 discos. Sua história se confunde com o auge dos trios elétricos criados por Dodô e Osmar em Salvador. Faleceu em 13 de abril de 2020. Cf. MORAES MOREIRA. In: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa15192/moraes-moreira>. Acesso em: 4 out. 2023. Verbete da Enciclopédia.

sobreviver ao que Clóvis Moura (2019) vai identificar como escravismo tardio³⁶, superando barreiras e a falta de políticas públicas presentes nas suas vidas e, mesmo assim, construindo e deixando um legado sobre o qual vou me dedicar a escrever nas próximas seções.

Segundo o laboratório de análise genética³⁷, meu teste de ancestralidade indica que tenho a probabilidade de pertencer à raça branca, sendo 47% proveniente da Europa. Com indicação de 32% da região ibérica (região relativa a Portugal e Espanha) e com 9% da região da Europa Ocidental, o que pode indicar a origem branca de parte da minha família materna e paterna.

Minha outra metade do DNA caracteriza-se como 44% de ancestralidade africana da região Costa da Mina, que engloba os países africanos da Nigéria, Gana, Togo e Benim. Essa região, originalmente, foi o local que mais traficou os povos africanos para serem escravizados a partir do século XVIII tendo como destino principal a Bahia.

Saber da minha origem sempre foi uma curiosidade que tive desde criança. Descobrir meus antepassados não é tarefa tranquila, assim como não é para a maioria da população negra.

Ao desembarcar nos portos litorâneos no Brasil, a população escravizada perdia suas identidades. Para a maioria dos povos africanos, seu território é o local sagrado, do culto aos ancestrais, que subsidia toda a sua existência. Ao não pisar mais na terra, entrar em tumbeiro³⁸ e atravessar os oceanos, os escravizados perdiam suas raízes³⁹ e o elo que os fortalece como humanos (Munanga; Nunes, 2006, p. 66-68).

Os povos africanos eram batizados com nomes cristãos como Maria e José e seus sobrenomes também levavam, o sobrenome da fazenda onde iam trabalhar, ou o sobrenome da família à qual pertenciam. Muitos foram registrados na igreja como “de Jesus” porque não tinham um sobrenome, eram filhos de indígenas e escravos fugidos. Muitos não conseguiam realizar seus registros civis, porque a igreja não chegava até determinadas regiões, e não havia

³⁶Escravidismo tardio é um conceito utilizado por Clóvis Moura para descrever um sistema escravista que sobreviveu por mais tempo do que em outros lugares e que teve uma influência significativa no desenvolvimento da economia e da sociedade brasileiras. Além disso, o conceito de "escravismo tardio" também aponta para a continuidade das desigualdades sociais e econômicas no Brasil após a abolição da escravatura (Moura, 2019).

³⁷Site de busca de ancestralidade e origens genéticas. Cf.: GENERA. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.genera.com.br/>. Acesso em: 9 set. 2023.

³⁸A palavra "tumbeiro" é um termo informal em português que se refere a um navio ou embarcação utilizada historicamente para o transporte de escravos africanos durante o período de tráfico de escravos. Estes navios eram notórios por suas condições desumanas e insalubres, onde os africanos eram amontoados em espaços apertados e muitas vezes submetidos a péssimas condições de vida durante a travessia do Atlântico.

³⁹Filmes que demonstram a retirada dos povos negros da África: A MULHER REI. Direção: Gina Prince-Bythewood. Roteiro Dana Stevens. [S. l.]: TriStar Pictures, 2022. (135 min); 12 ANOS DE ESCRAVIDÃO. Direção: Steve McQueen. Roteiro John Ridley. [S. l.]: New Regency Pictures, 2018. (133 min); AMISTAD. Direção: Steven Spielberg. [S. l.]: DreamWorks SKG, 1998. (148 min).

interesse nesses registros pela própria igreja, já que os escravizados constavam na contabilidade de espólio, considerados como uma mercadoria, uma ferramenta de trabalho sem alma. Esse apagamento dos afrodescendentes impossibilitou que muitas famílias não achem seus parentes e descubram suas origens, já que o passado foi colocado em valas. A gestão do colonizador ocasionou isso, que as memórias e os corpos escravizados “não existissem”, não pertencessem como gente, como cidadão.

Minha família foi uma dessas milhares de pessoas sem registros das filiações. Sendo assim, eu era mais uma menina negra que não conseguia responder sobre a origem da família. Enquanto outras crianças brancas diziam que eram descendentes de portugueses, italianos, espanhóis ou de outro país europeu, eu só sabia responder de forma constrangida que era filha de baianos mesmo. E os olhares já diziam tudo: “essa aí não é importante”.

Por conta da informação genética descrita no início desta seção, tenho a probabilidade de descender de povos ibéricos e uma outra pequena parcela de povos originários. Sobre estes povos, segundo informações dos historiadores Isnara Ivo e Santos (2016), a partir de pesquisa histórica sobre o sertão baiano, por volta dos séculos XVII e XVIII havia na região um contingente de “índios escravizados”, denominados pelos portugueses como povos Tapuia, para representar diferentes nações, sobretudo as não Tupi. Destaco ainda que na região habitavam caetés, tupinambás, tupinaés, amoipiras, ubirajaras e amazonas, ou seja, diferentes etnias que viviam próximas ao mar e aos rios da região do Norte de Minas Gerais, ao Sul e Sudoeste Baiano, região da minha família. Desta forma, seria possível supor que por parte da família paterna da minha mãe, sua origem pode ter vindo dessas condições.

Minhas bisavós paterna e materna eram brancas de olhos azuis, mas também não foi possível descobrir exatamente suas origens. No entanto, Isnara Ivo e Santos (2016) revelam que no processo de colonização, vários indivíduos não nobres envolvidos em atividades comerciais, descendentes de judeus, mouros, militares sem muita patente, ciganos e mestiços, ou seja, diversas pessoas sem muita mobilidade em Portugal, migraram para o Brasil e aqui realizaram a mestiçagem. Minhas bisavós eram mulheres muito pobres, fato que me leva a entender que elas eram descendentes desta condição quando se casaram com seus maridos negros.

Esta busca pela origem dos meus antepassados e pela descoberta dos seus modos de vida potencializou quando me deparei com determinados momentos em que eu fui atingida pela violência institucional dentro da prefeitura de São Paulo, sendo que vários questionamentos me surgiam à cabeça. Devido a práticas opressoras dirigidas a mim atacando meu comportamento e atitude ante as injustiças sociais, eu sempre me sentia diferente, fora do lugar. Por conta disso, a minha interferência no trabalho era quase sempre conflituosa. Como os desentendimentos

eram prioritariamente institucionais, eu me achava desajustada ao trabalho e comecei a indagar sempre: *mas por que eu sou assim?*

Tornou-se necessário retornar às minhas origens, como possibilidade de achar respostas ao meu comportamento perante as pessoas. E para isso, tinha sentido e significado conhecer sobre o local de onde eu vinha, porque meus pais, avós, bisavós e antepassados transmitiram determinados valores que carrego dentro de mim e se manifestam na interação com os outros que passam pela minha vida. Recuperar essa memória seria me constituir novamente.

A discussão sobre memória, inclusive, adentra obrigatoriamente neste estudo, pois, segundo Gondar (2005, p. 17), “o conceito de memória produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja”.

Neste sentido, retornar às terras dos meus antepassados, Tanhaçu, Bahia, para tentar fazer algum levantamento possível, verificar algumas hipóteses, conhecer pessoas, conversar com parentes, pisar naquele solo, saborear os alimentos daquela terra, redescobrir a história, seria uma imersão necessária para encontrar algumas explicações de uma realidade concreta.

Para os povos africanos e seus descendentes, a ancestralidade ocupa um lugar especial, tendo posição de destaque no conjunto de valores de mundo. Vincula-se à categoria de memória, ao contínuo civilizatório africano que chegou aos dias atuais irradiando energia mítica e sagrada. Integrantes do mundo invisível, os ancestrais orientam e sustentam os avanços coletivos da comunidade [...]. A ancestralidade remete aos mortos veneráveis, sejam os da família extensa, da aldeia, do quilombo, da cidade, do reino ou império, e à reverência às forças cósmicas que governam o universo, a natureza (Brasil, 2006, p. 215)

Os estudos da ancestralidade são uma partilha que ampliam nosso conhecimento sobre nossos antepassados, conduzindo a um processo de mudanças e enriquecimento individual e coletivo. Qualquer pessoa negra que faz essa viagem ao passado não sai deste processo da mesma forma, a sua negritude se ressignifica.

2.3 A viagem e o processo de resgate da memória dos antepassados

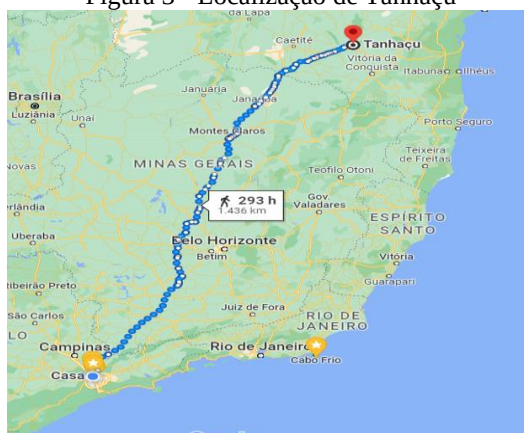
Começamos agora o meu encontro com os antepassados. Veremos os acontecimentos históricos daquela época e o modo de sobrevivência deles. A migração para o sul do país, a chegada da minha família à São Paulo até o meu nascimento em 1973.

Dentro desta imersão não poderia faltar ao meu lado a minha mãe, Dionice de Araujo⁴⁰, que na minha pesquisa, por coincidência, era a pessoa que mais lembranças e memória

⁴⁰Mãe - Dionice de Araujo – (Data de Nascimento: 15/12/1948) – Tanhaçu, BA.

preservada sobre o passado tinha entre todos da família. Seu conhecimento dos lugares onde as pessoas viviam, da cultura da região, da localização, da história em tempo e espaço. Minha mãe viveu praticamente duas décadas em Tanhaçu, conheceu várias personagens desta história, é a única que poderia facilitar a descoberta de informações sobre a família do meu pai Edson Santos Almeida⁴¹, que faleceu em 2009. Sem ela, com sua colaboração, eu não conseguiria entender que família é essa.

Figura 3 - Localização de Tanhaçu



Fonte: Google Maps (2023).

Em dezembro de 2022, eu e ela saímos nesta aventura de São Paulo para Tanhaçu, em uma viagem de carro de dois dias rodando 1436 quilômetros para chegar ao destino, como retratado na Figura 1. A família ficou extremamente preocupada com uma mulher ao volante em uma estrada perigosa. Acostumados a achar que rodovias são para homens, comigo não! Achei a viagem emocionante, e adorei dirigir.

Em geral, a viagem compreende várias significações e conotações, simultâneas, complementares e mesmo contraditórias. Os viajantes buscam o desconhecido, a experiência inusitada, a surpresa da novidade, atenção escondida nas outras formas de ser, sentir, agir, realizar, lutar, pensar ou imaginar. Toda viagem se destina a ultrapassar fronteiras, tanto dissolvendo-as como recriando-as. Ao mesmo tempo que demarca as diferenças, singularidades, ou alteridades, demarca semelhanças, continuidade, ressonância. Tanto singulariza como universaliza [...]. O caminhante devaneia sobre a estrada e a travessia, o que vê e o que não vê, o que aprende e o que imagina que sabe, a aparência e a essência (Ianni, 2003, p. 27).

Esta descoberta do desconhecido, proposta pelo intelectual Otávio Ianni, me inspirou inclusive a colocar no percurso uma trilha sonora⁴² com músicas da Jovem Guarda, Roberto

⁴¹Pai - Edson Santos Almeida (Data de nascimento: 03/02/1948 - Data de falecimento: 11/2009).

⁴²Músicas incluídas no Spotify – Compartilhamento Público como Insubmissas Mulheres. Acesso ao QR CODE na capa desta pesquisa

Carlos, sertanejo antigo, muito Luiz Gonzaga e as bregas clássicas Wando, Gilliard, Paulo Sérgio. Também, de forma proposital, eu queria que minha mãe entrasse em contato com sua trajetória de vida ao facilitar a ativação de suas lembranças.

Para me manter acordada, minha mãe já foi contando várias histórias sobre seus familiares e algumas passagens da sua vida. Ela foi lembrando que fazia essa viagem com meu pai, e como era visitar a parentada, os conhecidos e amigos. Nós fomos gostando da paisagem e observando a estrada por onde certamente tantas pessoas percorreram no processo migratório em busca do sonho que consideravam mais digno e feliz.

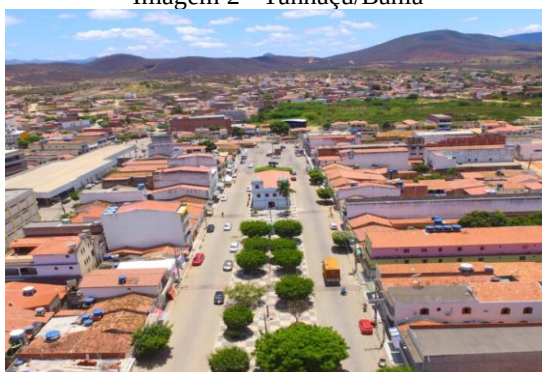
Imagem 1 - Viagem de carro de SP - Tanhaçu 12/2023 (Dionice e Rosangela)



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

2.3.1 Tanhaçu

Imagem 2 - Tanhaçu/Bahia



Fonte: Tanhaçu (2023)⁴³.

Tanhaçu é um município do Estado da Bahia com característica de sertão produtivo de clima semiárido. De acordo o IBGE (2022), e seu último censo, tem uma população aproximada

⁴³TANHAÇU (BA). Prefeitura Municipal de Tanhaçu. **História do Município**. 2023. Disponível em: <https://tanhacu.ba.gov.br/historia/>. Acesso em: 9 set. 2023.

de 21.006 mil habitantes. Está localizado a 127 km de Vitória da Conquista, principal centro urbano da região, e a 483 km da capital do estado, Salvador. A cidade está próxima à reserva da chapada da Diamantina. E seus principais rios são: Gavião, Ourives e Rios de Contas.

Imagem 3 - Tanhaçu - Estação de trem, 1950



Fonte: Estações (2015)⁴⁴.

Imagem 4 - Prefeitura de Tanhaçu, 1970



Fonte: IBGE (2023)⁴⁵.

⁴⁴ESTAÇÕES Ferroviárias do Brasil. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba_monte%20azul/tanhacu.htm. Acesso em: 9 set. 2023.

⁴⁵ IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História Tanhaçu-Bahia**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/tanhacu/historico>. Acesso em: 9 set. 2023.

Imagem 5 - Praça Dr. Osvaldo Ribeiro, Tanhaçu



Fonte: IBGE (2023)⁴⁶.

Tanhaçu originou-se da língua Tupi-Guarani, cujo significado é Porco Grande. O território tinha muitos porcos que eram criados pelos povos indígenas. As terras que formam o município de Tanhaçu⁴⁷ foram invadidas por portugueses, sendo o primeiro Antônio Guedes de Brito (1627 – 1694), descendente da casa da ponte de Portugal, responsável por um dos maiores latifúndios do Brasil Colônia. No início do século XVIII, o sertão baiano passa a ser explorado por vários bandeirantes à procura de pedras preciosas. Um deles era o Capitão André da Rocha Pinto, que exterminou e expulsou muitos indígenas que viviam naquela região próxima ao Rio de Contas.

O capitão e seu filho Sebastião da Rocha Pinto foram os maiores responsáveis pela colonização de uma extensa faixa de terras no atual município de Ituaçu e Tanhaçu. Na segunda metade do século XVIII, com o crescimento da atividade do garimpo nas minas do Rio das Contas, e mais tarde nas lavras diamantinas, aumentou a demanda por alimentos, intensificando a atividade agrícola e pecuária nas terras que compõem o município de Tanhaçu, fato que resultou no estabelecimento de fazendas na região do Bicudo, Laços e na região de Suçuarana.

Em 1872, ocorreu em todo o território brasileiro o primeiro recenseamento geral da população. A seguir, temos a descrição de Brejo Grande ao unir os dados da Paróquia N. Sr^a do Alívio do Brejo Grande e da Paróquia S. Sebastião do Sincorá. No mesmo ano, a paróquia N. Sr^a do Alívio (Ituaçu) possuía 6.681 habitantes, sendo estes: quanto à divisão social havia 5.588 livres e 1.088 escravizados; quanto à raça havia 1.016 brancos, 5.343 pardos, 263 pretos e 10 caboclos; quanto à escolaridade havia 507 que sabiam ler e escrever enquanto 6.124 eram analfabetos.

⁴⁶IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História Tanhaçu-Bahia**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/tanhacu/historico>. Acesso em: 9 set. 2023.

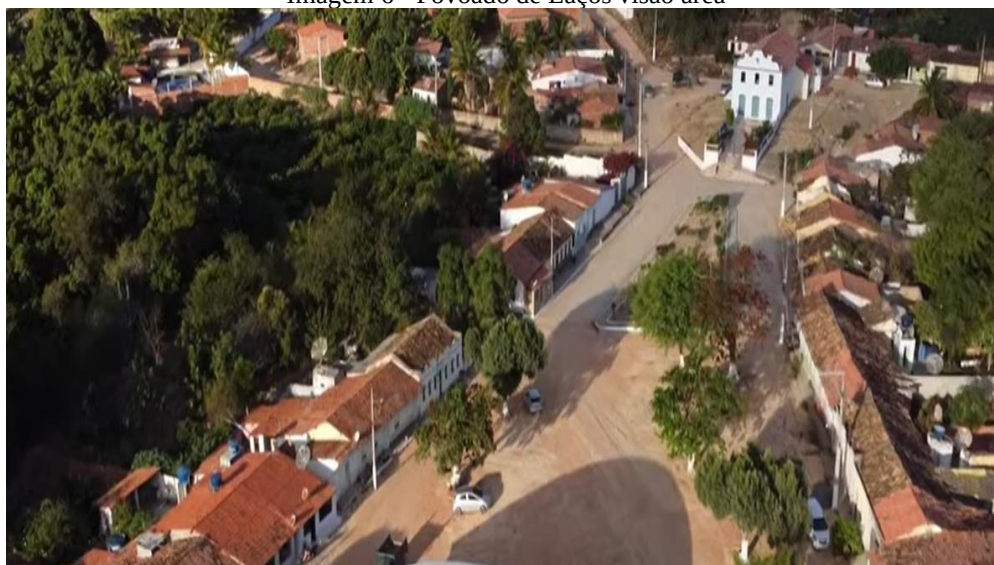
⁴⁷A história de Tanhaçu foi obtida no site oficial da cidade. Cf.: CARLOS, E. **Tanhaçu – BA**. CISUDOESTE, 2023. Disponível em: <https://cisudoeste.ba.gov.br/historia/>. Acesso em: 9 set. 2023.

Assim, os próprios números traduzem como a região era predominantemente negra e indicam um modo de vida rural, ou seja, de sociabilidades singulares de um tempo histórico marcado pelo predomínio do poder do homem branco, uma minoria constituída de letrados privilegiados. Sendo uma maioria negra chegamos à conclusão que as pessoas que ali colaboraram com o impulso modernista foram, ao mesmo tempo, os excluídos das melhores oportunidades e desprotegidos das políticas públicas provando como a formação das desigualdades foi fundamental para a supremacia branca.

Meus bisavós, pelos cálculos familiares estimados, eram nascidos quando o primeiro censo categorizou opções de raças (preto, pardo, branco, índio), marco importante que classificou e hierarquizou mestiços e não mestiços que viviam no Brasil.

2.3.2 Laços

Imagem 6 - Povoado de Laços visão área



Fonte: Google Imagens (2023)⁴⁸

Durante todo o século XIX, o Povoado dos Laços foi o aglomerado urbano mais importante das terras que hoje compõem o município de Tanhaçu. E até onde conhecemos da história dos meus antepassados, eles se estabelecem em Laços e Tucum na mesma época de intensa disputa política. Inclusive, quando conversamos com a população local, eles gostam de

⁴⁸GOOGLE Imagem. **Povoado dos Laços, Tanhaçu, Bahia.** Povoado com mais de 200 anos. Imagem de Drone. Disponível em: https://www.google.com/search?sca_esv=2f37674a3ad0ce97&sca_upv=1&sxsrf=ACQVn08K2PQlktS_Y5vwU Fi7giVPnfhcAg:1711998209289&q=Povoado+de+La%C3%A7os+vis%C3%A3o+%C3%A1rea&tbm=isch&source=lnms&prmd=ivsnmbtz&sa=X&ved=2ahUKEwiqmvuo2qGFAxUZppUCHSt9C3cQ0pQJegQIDBAB&biw=1707&bih=820&dpr=1.13#imgsrc=fKfbI54YL3mX4M. Acesso em: 9 set. 2023.

contar várias versões sobre os conflitos de terras e o Cangaço, em que a maior guerra estava entre os Rabudos, comandados por José Marques da Silva, Zezinho dos Laços, e os Mocós, liderados pela família Gondim de Ituaçu. Essas histórias de matanças e vinganças por disputa de poder das famílias são contadas em dois documentários ⁴⁹⁵⁰ e representadas em uma música interpretada por Fagner, de nome “Os sertões”, cuja autoria é de Edeor de Paula:

Sertanejo é forte/ Supera a miséria sem fim /
Sertanejo homem forte/ Dizia o poeta assim /
Foi no século passado/ No interior da Bahia /
O homem revoltado com a sorte /Do mundo em que vivia/
Ocultou-se no sertão /Espalhando a rebeldia /
Se revoltando contra a lei /Que a sociedade oferecia
(Paula, 1976).

Como na música representada acima, os povos das áreas rurais passaram por muitas dificuldades após a abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889, o país passava por uma mudança econômica e social significativa, que foi a alteração do sistema colonial para um incipiente processo de industrialização, ou seja, tornar-se-iam mais veladas e ocultas, pela própria objetividade das relações de produção capitalistas e suas expressões subjetivas, as contradições entre o capital e o trabalho. Assim, milhares de escravizados, um contingente de homens negros e mestiços, sem terras principalmente nas regiões de caatingas, ficaram sem trabalho e suas famílias na miséria.

Segundo o geógrafo e pesquisador Wilson Santos (2018), uma parte destes homens começou a trabalhar nas fazendas como jagunços e capangas dos donos dos sítios e latifúndios prestando diversos tipos de serviço: desde tirar satisfação sobre a honra da família, desavenças entre vizinhos, a trabalhos de segurança para proteção do patrimônio criando a fama de perigosos e bandidos. Outros encontraram formas de sobrevivência como cangaceiros, indivíduos que, de modo independente, se organizavam em bandos para realizar furtos e roubos. Criou-se um cenário favorável para as violências e conflitos entre parentes, entre fazendeiros e chefes políticos, agravados por movimentos como Canudos, na Bahia. A disputa pelos cargos e títulos da recém-criada República deixou em pânico toda a região, causando repercussão e grande preocupação aos governantes da Província da Bahia.

⁴⁹TANHAÇU (BA). Prefeitura Municipal de Tanhaçu. 22 set. 2021. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=546370936433912>. Acesso em: 9 set. 2023.

⁵⁰TANHAÇU (BA). Prefeitura Municipal de Tanhaçu. 22 set. 2021b. *Facebook*. Disponível em: https://m.facebook.com/PrefeituraMunicipaldeTanhacu/videos/%C3%A9-com-muita-honra-que-apresentamos-a-todos-um-document%C3%A1rio-sobre-a-nossa-querida/546370936433912/?locale=ms_MY&_rdr. Acesso em: 9 set. 2023.

No início do século XX, os cangaceiros espalharam terror e medo. O grupo de Virgilino, que era nascido no Tucum (Tanhaçu), terra onde minha bisavó viveu e minha avó nasceu, foi o mais temido da região, tendo seus integrantes sido mortos por forças volantes (policiais) em julho de 1934.

Para a classe dominante, o cangaço significava o banditismo e uma ameaça às suas riquezas, mas para o bando significava a saída da miséria pela força, pela disputa, a possibilidade de sair de solos áridos improdutivos, do isolamento e fazer parte da divisão da economia. Ressalta-se que naquela época a comunicação era extremamente escassa e os povos sertanejos eram dominados por homens que exerciam ainda práticas escravagistas. Mais conhecidos como coronéis, eles eram autoridades locais que desumanizavam os mais humildes. Desta forma, os que optaram por resistências não poderiam ser chamados de bandidos, mas eram os que se recusaram a permanecer sob controle e exploração (Santos, 2018).

Destaco, inclusive, em minhas entrevistas com as pessoas do povoado, o fato de que eles afirmavam que Virgilino é tido como um *Robin Hood*, pois tirava dos ricos para doar aos mais necessitados. Virgilino é querido por toda Laços. Não é tido como um sanguinário, mas como um revolucionário do seu tempo.

Segundo Lando, (informação verbal)⁵¹, morador do povoado de Laços, o território foi parada de muitos cangaceiros. Eles encontravam ali tudo o que necessitavam. Laços tinha muitas fazendas e engenho e no começo do século havia muita produção de cachaça. Da matéria-prima que era predominante na região a cana-de-açúcar se produziam muitos produtos: alambiques de cachaça, melado, doces de rapadura.

Ali tinha-se muitas paradas de carros de boi, burros de cargas, era região de muitos tropeiros que se encontravam no Rio Mato Grosso para prorear, tomar banho, fazer suas alimentações e ganhar fôlego para prosseguir suas viagens. Por conta deste costume dos encontros dos tropeiros que paravam para fazer os laços dos seus carros, o povoado leva esse nome (Lando, 2023).⁵²

Com a chegada dos imigrantes europeus, políticos e comerciantes de Ituaçu, começaram em meados de 1920 a projetar a construção da ferrovia que ligaria várias cidades do sudoeste a Salvador. Até então, as viagens eram parcialmente realizadas a cavalo até Machado Portela, atual município de Mircionílio Souza, e a partir daí seguiam de trem até São Félix, de onde seguiam de barco. O trecho sul da Leste Brasileiro já estava chegando a Brumado em meados dos anos 1920, e isso ligaria a região a São Paulo via trem.

⁵¹Viagem pessoal realizada em dezembro de 2022.

⁵²No entanto, os registros históricos informam que esse nome é anterior ao século XIX.

Segundo Moura (2020), após a abolição, no período que compreende 1880-1930, a classe dominante passa a influenciar a sociedade com ideias que garantiam a supremacia branca no status de poder com estratégias de barramento e de imobilismo social. Primeiro fortaleceram a ideologia do branqueamento do país como lógica desenvolvimentista; segundo, com a ideologia do negro incapaz, predominantemente no sul do país, para justificar a imigração estrangeira (portugueses, italianos, espanhóis e japoneses). O Brasil estava se preparando para ser o maior exportador de café do mundo.

Segundo os argumentos de Moura (2020, p. 98-99):

Toda essa força de trabalho relativamente diversificada, integrada e estruturada em um sistema de produção, desarticulou-se, portanto, com a decomposição do modo de produção escravista: ou se marginaliza, ou se deteriora de forma parcial ou absoluta com a morte de grande parte dos ex-escravos. Surge, concomitantemente, o mito da incapacidade do negro para o trabalho e, com isso, ao mesmo tempo que se proclama a existência de uma democracia racial, apregoa-se, por outro lado, a impossibilidade de se aproveitar esse enorme contingente de ex-escravos [...]. O preconceito de cor é assim dinamizado, no contexto capitalista, os elementos não brancos passam a ser estereotipados como indolentes, cachaceiros, não persistentes no trabalho e, em contrapartida, por extensão, apresenta-se o trabalhador branco como modelo do perseverante, honesto, de hábitos morigerados e tendências à poupança e a estabilidade no emprego. Elege-se o modelo branco como sendo o do trabalhador ideal e apela-se para uma política migratória sistemática e subvencionada, alegando-se a necessidade de se dinamizar a nossa economia através da importação de um trabalhador superior do ponto de vista racial e cultural e capaz de suprir, com sua mão de obra, às necessidades da sociedade brasileira em expansão.

Desta forma, justifica-se que outros estados na Nação estavam combinados a fortalecer o enriquecimento do país concentrado nas mãos do poder dominante, proporcionando os mecanismos necessários para a expansão comercial sem que houvesse nenhum negro para atrapalhar esses planos.

Com o desenvolvimento do país, era necessário melhorar as malhas rodoviárias e, principalmente, as ferroviárias. Desta forma, na década em que meus avós se casaram em 1943 foi inaugurada a Estrada de Ferro de Tanhaçu. O trem de ferro era o mais moderno meio de transporte que passou a colocar o sertão em ligação direta com os grandes centros urbanos. Com isso, aproveitando a circulação de pessoas, pequenos agricultores montaram as primeiras barracas para vender alimentos e comercializar suas colheitas (inclusive os avós do meu pai). Comercializavam e transportavam de tudo, frutas, cereais, algodão, mamona, animais e, principalmente, a criação de caprinos.

Com a chegada da primeira usina de geração de eletricidade na mesma década, as pequenas descaroçadoras de algodão movidas por juntas de boi não davam mais conta de produzir os fardos de algodão para atender à demanda. Meus avós ficaram desempregados, pois

trabalhavam justamente nas plantações de algodão. A modernidade e o progresso não eram para todos.

Com essa expansão, uma parte da população do povoado dos Laços, e redondeza, migrou para Tanhaçu. E em menos de 10 anos, a partir da estação, surgiram mais de cem residências. O distrito de Laços foi incorporado a Tanhaçu, que passou a ser sede do distrito em 1953. Em 22 de setembro de 1961, Juracy Magalhães promulga a Lei nº 1.493 que cria o município de Tanhaçu e o território foi desmembrado da cidade de Ituaçu, constituindo-se atualmente por quatro pequenos povoados: Sussuarana, Ourives, Várzea da Pedra e Laços, mais os povoados quilombolas.

Na atualidade, Tanhaçu é uma típica região do interior nordestino, que sobrevive da agricultura, pecuária e do comércio. A venda dos seus produtos se efetiva nas feiras livres, que têm grande destaque em relação às cidades vizinhas. É considerada, por muitos, a mais dinâmica com variedades na região, muitos feirantes se deslocam de outros municípios para realizar vendas em Tanhaçu. A minha família paterna e materna, inclusive, vivia das vendas de seus produtos nesta feira⁵³.

Imagem 7 - Feira livre de Laços, Bahia



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Em conversa novamente com Lando, ele explica que hoje tem predominado na cidade os agricultores familiares que herdaram das suas famílias as terras e constituíram famílias por ali. Porém, também explica que a nova geração não demonstra mais interesse em permanecer na cidade e continuar o trabalho nas plantações:

LANDO: *Daqui alguns anos, sem ninguém para plantar e cuidar das terras, o que será daqui? A nova geração não quer saber deste tipo de serviço, e cada vez mais a cidade fica sem os jovens que vão tentar a vida fora de Tanhaçu.*

⁵³FEIRA LIVRE DE TANHAÇU BAHIA, imagem aérea de drone. **Rei da Roça**, 3 set. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5XyphlPOvp0>. Acesso em: 9 set. 2023.

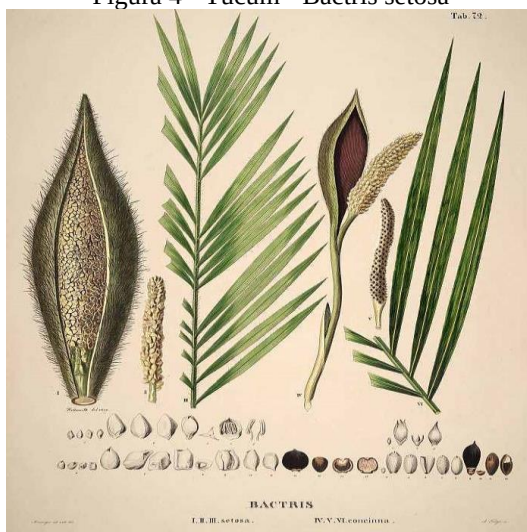
Também aponta sobre as poucas possibilidades de progresso e desenvolvimento da cidade:

LANDO: *Aqui é difícil o financiamento governamental, porque é complicado provar a titulação da terra, e sem incentivo e suporte do governo não produzimos melhorias e diversidade de cultivos. O tempo tá louco também, oscilam as temperaturas, viu essa cheia? (O rio da cidade na época estava transbordando).*

A migração do campo para a cidade, desencadeada por diversos fatores, incluindo a implementação de um modelo econômico moderno na atividade agropecuária, teve profundos impactos na vida dos agricultores familiares (Fonseca, 2005). A modernização da agricultura, promovendo a mecanização do setor rural, rompeu com a lógica tradicional da agricultura familiar ao adotar um novo padrão tecnológico baseado em insumos agrícolas e mecanização, prejudicando especialmente os pequenos produtores e de pouca escolaridade, que não conseguem se adequar a esse modelo, resultando em desvantagem no mercado (Vanderlinde, 2005). Esta situação levou muitos a optar pela migração, dificultando a permanência no meio rural.

2.3.3 Tucum

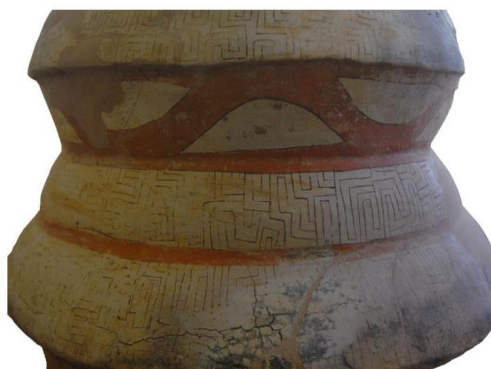
A origem do nome do povoado vem de uma planta muito encontrada na região, também conhecida como tucum ou ticum.

Figura 4 - Tucum - *Bactris setosa*

Fonte: Von Martius (1839).⁵⁴

Tucum também é um grande sítio arqueológico relacionado a um grupo indígena pré-colonial, vinculado convencionalmente a uma microunidade cultural, denominada Tradição Tupi.

Figura 5 - Tucum - Detalhe da parte superior da urna, com dupla carena e frisos em greca e uma banda com linhas largas onduladas, desenhadas em preto e recheadas em vermelho⁵⁵



Fonte: Etchevarne (2020).

Na fase colonial, os primeiros a habitar a região eram negros que se refugiaram naquele local exatamente por ser território de difícil acesso, escondido da passagem de pessoas que poderiam descobri-los. É chamado no senso comum como "confins do Judas" onde nem "Barrabás perdeu as botas".

Quando eu cursava o ensino fundamental, lembro-me de ter aprendido que as pessoas escravizadas não resistiam e não lutavam por suas liberdades por tratar-se de pessoas

⁵⁴VON MARTIUS, C. F. P. Historia Naturalis Palmarum, v. 2., 1839. Disponível em: www.plantillustrations.org. Acesso em: 9 set. 2023.

⁵⁵Esse motivo e o formato das carenas duplicadas são inéditos nos recipientes Tupi na Bahia.

extremamente dóceis, pacíficas, conformadas, e outros preguiçosos e apáticos. Estes equívocos históricos até hoje circulam como uma realidade. Ao aprofundar as questões de resistência do povo negro, verificamos que eles buscavam incansavelmente se libertar das opressões. Existiam na época o suicídio, o aborto, os homicídios dos capatazes e fazendeiros, insubmissão ao trabalho, abandono das plantações, revoltas, as fugas para os quilombos, todas consideradas formas de luta e organização contra a escravidão (Munanga; Nunes, 2006, p. 69).

A palavra Kilombo é originária da língua banto *Umbundo*, que significa uma organização militar aberta a todos conhecida no Congo e Angola desde meados do século XVII. Parece não se tratar de uma coincidência que na mesma época, no Brasil, iniciam-se agrupamentos de negros de oposição ao escravismo (Munanga; Nunes, 2006, p. 71).

Neste sentido, podemos afirmar que:

É uma experiência coletiva dos africanos e seus descendentes, uma estratégia de reação à escravidão, somada da contribuição de outros segmentos com os quais interagiram em cada país, notoriamente alguns povos indígenas. [...] essa definição de quilombo nos mostra um aspecto da resistência negra que nem sempre é discutido por nós em nosso cotidiano. Inúmeros quilombos foram constituídos no período colonial. Seus habitantes eram chamados de quilombolas, mocambeiros ou calhambolas, e foram perseguidos pelos senhores de escravos e pelo aparato militar colonial e imperial onde quer que estivesse. Alguns quilombos conseguiram sobreviver durante muitos anos, mesmo durante a escravidão, geralmente, foram aqueles que se localizavam em áreas de maiores isolamento e outros que mantiveram relação de aliança com índios, brancos pobres, e demais grupos da população. Nesse sentido, quilombo não significa refúgio de escravos fugidos. Tratava-se de uma reunião fraterna e livre, com laços de solidariedade e convivência resultante do esforço dos negros escravizados de resgatar sua liberdade e dignidade por meio da fuga do cativeiro e da organização de uma sociedade livre (Munanga; Nunes, 2006, p. 72).

No Brasil, a Revolta dos Malês (1835), a Conjuração Baiana (1798), a Balaiada (1838-1841), assim como as centenas de quilombos que existiram, incluindo os mais conhecidos deles, o Quilombo de Palmares, Quilombo de Quariterê no Vale do Guaporé, em Mato Grosso, que foi liderado por Tereza de Benguela, são provas irrefutáveis da luta organizada e do sentimento aguerrido dos escravizados por sua libertação.

A comunidade quilombola do Tucum encontra-se na zona rural a 9 km de distância de Tanhaçu, e obteve sua certidão de reconhecimento da Fundação Palmares em 13 de dezembro de 2006 (Eugênio; Lima, 2014). A garantia das terras quilombolas constitui-se ainda como um espaço de manutenção de tradições, a possibilidade do resgate da memória, da cultura e da oralidade – por exemplo, no meu caso, foi possível, inclusive, reviver lembranças assim que minha mãe pisou nas suas terras de origem.

Imagem 8 - Associação Quilombola Tucum



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

No que tange às comunidades quilombolas, seu efetivo reconhecimento veio em 1988, quando no artigo 68 da Constituição Brasileira foi colocada como direito a posse definitiva da terra por parte das comunidades que fossem reconhecidas como advindas de antigos grupos quilombolas.

Os quilombolas brasileiros ocuparam sertões e florestas, cercaram e penetraram em cidades, vilas, garimpos, engenhos e fazendas; foram atacados e usados por grupos escravistas, aos quais também atacaram e usaram em sua própria causa; fugiram da escravidão e se comprometeram com a escravidão; combateram e se aliaram com outros negros, índios e brancos pobres; criaram economias próprias e muitas vezes prósperas; formaram grupos pequenos, ágeis, móveis e temporários, ou grupos maiores sedentários, com gerações que se sucediam, politicamente estruturados; envolveram-se com movimentos políticos e outros setores até internacionais, para crescer, ampliar alianças, fazer avançar seus interesses imediatos e projetos de liberdade mais ambiciosos (Reis; Gomes, 1996, p. 23 *apud* Eugênio; Lima, 2014, p. 205).

Mesmo negros libertos eram impossibilitados de possuir terras legalmente, ainda que as mesmas fossem herdadas de seus senhorios por conta dos termos da Lei de Terras, explicada nos parágrafos anteriores. Era impossível registrar-se como proprietários, aumentando assim um contingente de trabalhadores excluídos do direito de obter algo para si e para sua família. Esse sistema de injustiça propiciou que várias famílias sertanejas até hoje tenham muita dificuldade de comprovar suas posses pela impossibilidade de provar propriedade.

Esta situação significa explicar que a cidade foi formada por um contingente de descendentes de escravos que herdaram seus costumes, hábitos, modos de vida e sabedoria de lidar com a terra e de se estabelecer naquela região para trabalhar.

Toda esta pesquisa realizada até agora foi uma grata surpresa pra mim, que até então só havia pensado na cidade dos meus antepassados como um lugar geográfico, localizado em um determinado local onde eles teriam nascido. Este lugar, antes desta pesquisa, não era um lugar de tamanha importância, ou significado, e agora me parece fundamental que, de alguma forma,

todos nós, que temos oportunidade de fazê-lo, seria importante resgatar as memórias dos territórios habitados por nossos antepassados. Nos envolvermos com a ancestralidade é possibilitar criar identidade e orgulho de ser negro neste país.

2.4 A Família: As Araujos e os Almeidas

Não é sem razão que Carmelo Distante, recorrendo à voz da poesia, afirma: “Não existirá um porvir verdadeiro para humanidade e não existirá um verdadeiro progresso, se o futuro não tiver um ‘coração antigo’, isto é, se o futuro não se basear na memória do passado” (Distante, 1998, p. 84).

A família Almeida e Araujo origina-se do sudoeste baiano, que, historicamente, compõe mais uma das regiões que serviram como base de sustentação ao colonialismo com a comercialização de mão de obra escravizada. O europeu branco enriqueceu às custas da opressão e da acumulação do capital por meio da exploração, inicialmente nas plantações de cana-de-açúcar, adoçando muitas xícaras de chás; do algodão, vestindo muitas madames e políticos; do café, servido para fechar tantos negócios lucrativos; e da mineração, que financiou tantos navios tumbeiros e ergueu tantos falsos monumentos de heróis.

Meus tataravós são da época em que o Brasil começava a se tornar o maior exportador de café do mundo. Os latifundiários, em especial os situados em São Paulo, obtiveram vastas fortunas por meio do comércio do café. As imponentes residências que se ergueram ao longo da Avenida Paulista representavam o ícone do poder da aristocracia cafeeira. Uma parcela significativa dos lucros com o café foi investida na modernização industrial, principalmente no eixo Rio-São Paulo. A cafeicultura desencadeou o início do fluxo migratório europeu e a implantação da malha ferroviária. Os donos das plantações passaram a figurar pessoas importantes para decisões políticas e econômicas que antecederam a Proclamação da República em 1889 (Silva, p. 491).

Segundo Brandão *et al.* (2012), estatísticas da Food and Agriculture Organization (FAO) mostram que o Brasil é o maior produtor e exportador de café, seguido por Vietnã e Colômbia. O país ainda tem características de um território explorado pelo agronegócio nacional e a região do sul de Minas Gerais tem a maior concentração dessa produção. Ou seja, poucas situações mudaram desde o período histórico colonial, tendo em vista que a população

negra continua excluída das oportunidades de cidadania e os não negros continuam donos das maiores plantações, e das terras produtivas e lucrativas no país (Brandão *et al.*, 2012)⁵⁶.

2.4.1 Mulheres de Jesus

Minha árvore genealógica, até o limite em que a minha família materna consegue se lembrar, começa por **Maria Castora de Jesus**⁵⁷. Nas lembranças da família, trata-se de uma mulher da região Tanhaçu-Ituaçu, mas não conseguem precisar exatamente o local e data do seu nascimento. Contudo, pelas contas, ela viveu entre o final do século XIX e início do XX. Talvez ela tenha tido apenas uma filha, que se chamava **Rosalina Rosa de Jesus**⁵⁸ (madinha Rosa), nascida no povoado de Tucum-Tanhaçu em meados de 1888. **Castora** é uma mulher branca de olhos azuis. Segundo minha tia-avó **Ditinha**⁵⁹:

Ela se apresentava sempre bem arrumada, pó de arroz no rosto, unhas esmaltadas. Nenhuma mulher dali, pintava as unhas. Ela parecia uma cigana. Eram roupas coloridas, brilhantes, saias e vestidos longos, esvoaçantes. Ela coloca uns badulaques, colar, brincos e pulseiras. Era toda empiriquitada.

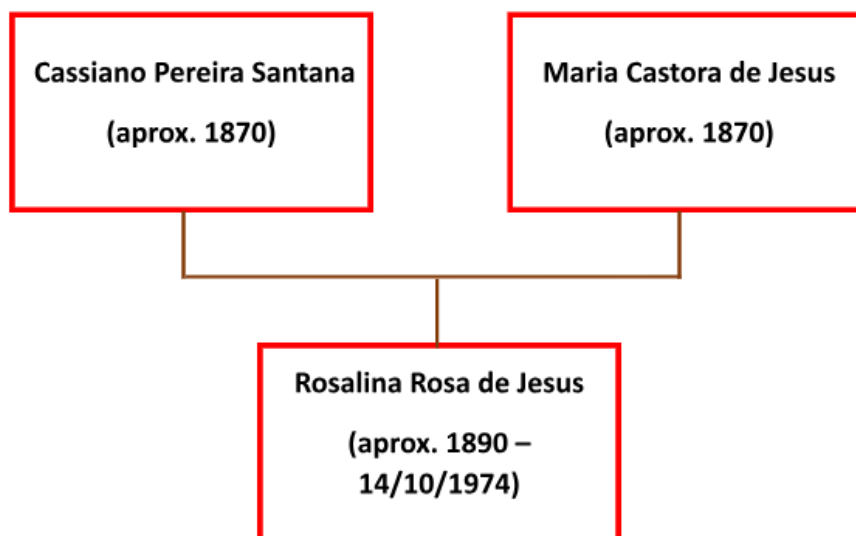
⁵⁶BRANDÃO, F. S.; CEOLIN, A. C.; GIANEZINI, M.; RUVIARO, C. F.; DIAS, E. A.; BARCELLOS, J. O. J. Orientação para mercado externo do café brasileiro. **Coffee Science, Lavras**, v. 7, n. 3, p. 275-283, 2012.

⁵⁷Maria Castora de Jesus - Tataravó (Ano de nascimento: 1870?).

⁵⁸Rosalina Rosa de Jesus - Bisavó (Ano de nascimento: 1890? – Data de falecimento: 14/10/1974 - anexo certidão de óbito).

⁵⁹Ditinha - Viúva do Ermínio, irmão do meu avô Miguel.

Figura 6 - Árvore Genealógica



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Segundo a minha avó **Madalena Rosa de Araújo**⁶⁰, ela chegou a conhecer sua avó; no entanto, em razão de sua idade avançada, não consegue reunir muitas memórias. Em suas lembranças, Castora chegou a trabalhar em um Alambique o local onde produz e vende cachaças.

Ela saía ao redor do povoado para vender cachaças e bananas, disso eu lembro.

No atestado de óbito de Rosalina, consta o nome do seu pai **Cassiano Pereira Santana**⁶¹. Por um longo período, após seu casamento, em meados dos anos 1930, não se via mais a Maria Castora porque ela teria migrado para São Paulo. Algumas tias dizem que ela era amante de um homem que morava na capital paulista e outras histórias comentam que ela era prostituta. Sobre a migração de Castora para São Paulo, como o historiador Marco Antonio Villa (2017) explica em seu livro:

O registro do número de ‘trabalhadores nacionais’ - como eram denominados os migrantes - era muito falho, diferentemente do que ocorria com os estrangeiros. Isso pode explicar porque entre 1820-1900 existe somente a anotação da entrada e 965 migrantes contra 973.212 estrangeiros, para o mesmo período. Tudo indica que no início do século XX as estatísticas começaram a incorporar os migrantes, em parte porque seu número efetivamente passou a ser importante no mercado de trabalho paulista (Villa, 2017, p. 8).

⁶⁰Madalena Rosa de Jesus Araujo - avó materna (Data de nascimento: 11/08/1925).

⁶¹Cassiano Pereira Santana - Tataravô.

Entre 1890 e 1920, no Estado de São Paulo, a população quase triplicou, enquanto a de imigrantes aumentou 1000%. Na capital estadual, estavam concentrados quase 70% deles, a maioria italianos. Em meados de 1910, a maioria dos estrangeiros era de espanhóis e portugueses devido às consequências da Primeira Guerra Mundial 1914-1918. Em 1886, a população nacional representava 74% da população, e em 1893, a capital paulista já tinha 44% de estrangeiros, ou seja, sua população havia triplicado graças à imigração. Em termos de raça, em 1872, os brancos totalizaram 55%, em 1886, já eram 77%, em 1893, representavam 87% dos habitantes de São Paulo. Há quem diga que São Paulo mais parecia uma Europa com habitantes brancos de hábitos e costumes da cultura europeia, diferente da cultura vivida no país até então (Villa, 2017, p. 8-9).

A tia Ditinha foi a única a lembrar que Castora retornou de São Paulo para visitas familiares algumas vezes. Foi em um desses retornos que ela teria conhecido e visto Castora, na casa da sua sogra, Maria dos Anjos, no entanto, não conviveu para saber mais detalhes sobre sua vida:

Ela era uma mulher diferente das outras, estilosa, casuísta, toda emperquitada, maquiagem, unhas pintadas, saias coloridas. Não havia mulheres como ela por aqui.

Pensando que Castora vivia em São Paulo em plena transformação cultural de influências europeias, pode ser que ela tenha retornado ao povoado já transformada.

2.4.2 Rosalina Rosa de Jesus e José Antonio Santana

Imagem 9 - Rosalina Rosa de Jesus



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Rosalina casou-se aos 12 anos de idade com **José Antonio Santana**⁶², um homem negro, viúvo, que provavelmente deva ter nascido em meados de 1870, e que já tinha filhos de outro matrimônio. Não se sabe se eles casaram oficialmente, mas que Rosalina tinha uma idade aproximada do filho mais velho do José Antônio, o Firmino, que veio a ser, posteriormente, padrinho da minha mãe. Nenhuma pessoa da família tem documentos desta época, ou possui informação sobre meu tataravô.

Segundo minha avó Madalena:

Madinha Rosa era uma criança quando casou-se, ela ainda gostava de brincar de bonecas, inclusive, contava que não sabia muito bem o que fazer na casa, porque era muito infantil. Meu pai era um homem alto, sempre usava um paletó, era de cor parda, igual você. Ele trabalhava na roça, igual a todo mundo. Às vezes, a gente via ele sair com um livro debaixo do braço. Ele raiava com a gente, toda vez que as crianças estavam brincando ele dava bronca, queria silêncio. Ele batia na gente quando fazíamos traquinagens.

O casamento infantil (Andressa Cardoso *et al.*, 2020) caracterizado pela união formal ou informal em que pelo menos um dos cônjuges tem idade inferior a 18 anos, abrangendo o período que compreende a infância e a adolescência, representa uma realidade que acarreta impactos negativos expressivos, sobretudo para as mulheres, seus filhos, famílias e sociedades. As repercussões dessa prática manifestam-se em diversas esferas, incluindo a saúde dos envolvidos, incidência de violência doméstica, níveis mais baixos de escolaridade, renda e autonomia, contribuindo substancialmente para a perpetuação da pobreza em escala coletiva.

Embora a “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher”, desde 1979, tenha estabelecido a ilegalidade do casamento infantil e enfatizado que o consentimento livre de ambas as partes é essencial, investigações em âmbito internacional têm revelado que essa prática persiste ao longo do tempo (Andressa Cardoso *et al.*, 2020).

José Antônio e Rosalina eram donos de um pequeno pedaço de terra na região do Tucum. A casa era simples, feita de taipas (como a representação das ruínas da casa, a partir de registro fotográfico feito em dezembro de 2023). Segundo estudos da própria prefeitura de Tanhaçu, o povoado de Tucum tem uma arquitetura vernacular, ou seja, mais de 80% das casas têm um corpo único, com paredes construídas em pau a pique ou com adobes, rebocadas com barro e caiadas com teto de telhas.

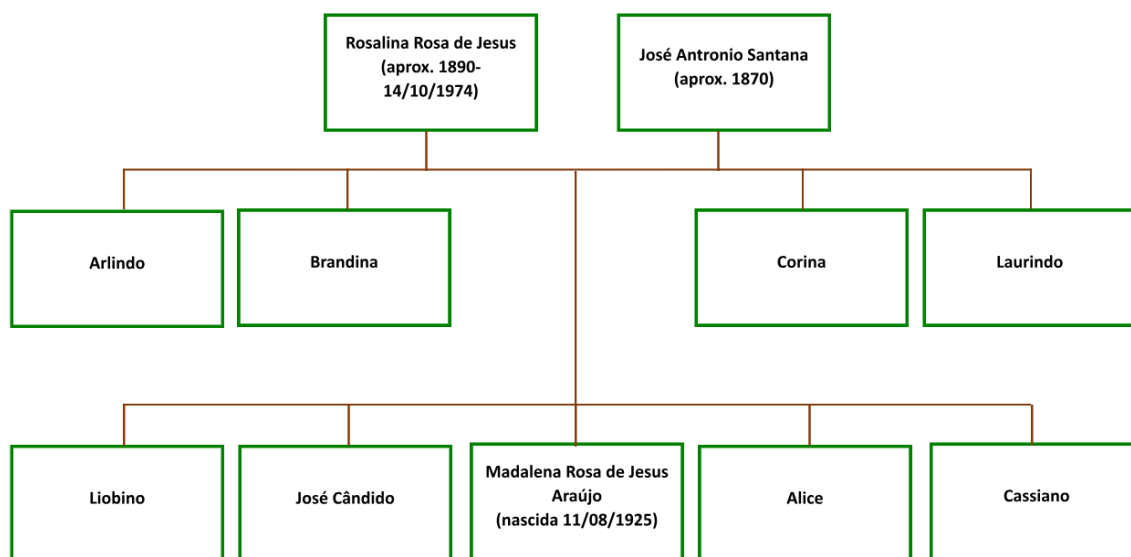
⁶²José Antonio Santana - bisavó materno (Ano de Nascimento: 1870, aproximadamente).

Imagem 10 - Casa reformada da Madinha Rosa, 2023



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Figura 7 - Árvore Genealógica - Antepassados da Família Materna



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Rosalina era uma mulher branca, de olhos azuis, cabelos castanhos claros, que depois ficaram brancos como a neve, estatura baixa, gordinha. Ela teve nove filhos: Arlindo, Brandina, Corina, Laurindo, Liobino, José Cândido, Alice, Cassiano, Madalena. Todos trabalhavam nas lavouras da região, constituíram família no local, migraram da Bahia para São Paulo, e somente o Liobino permaneceu em Tanhaçu. A maioria tinha famílias grandes, com muitos filhos. Quando seu marido José Antônio faleceu, provavelmente próximo ao final da década de 1930, começo dos anos de 1940, minha bisavó precisou trabalhar na colheita de algodão, de mamonas, de milho, de goiaba, de café e outras que apareciam. Segundo minha mãe:

Ela era sempre chamada para trabalhar, tudo que fazia era bem-feito, então cada safra estávamos lá, minha vó e eu, na plantação, ou na colheita.

Minha bisavó era uma mulher muito batalhadora e com um dom espiritual, conhecida como uma excelente benzedeira. As pessoas da região chegavam à sua casa com dores no corpo (coluna, dor de cabeça, lesões, feridas), ela usava mentruz e fumo em tiras finas para ajudar no tratamento. Fazia benzimento para mal olhado, inveja, feitiços, encantamentos. As crianças ao nascer eram levadas para ela benzer, era necessário fazer a retirada do quebranto. Ela oferecia uma cura com o ritual de rezas, orações e palavras junto com gestos e folhagens (do tipo canjuão, losna, alecrim, arruda). Também ofertava chás de ervas para agregar o tratamento ao efeito de bem-estar, além de ser chamada para fazer alguns partos, quando era difícil para a parteira da região chegar. Ajudou algumas pessoas a chegarem ao mundo.

Rosalina era uma mulher branca nascida em um território quilombola. Ou seja, muito provavelmente ela cresceu em um ambiente de cultura afrodescendente e influenciada por ela, já que se casou com um homem negro aos 12 anos. Desta forma, podemos supor que suas habilidades como enfermeira das almas e do corpo podem ter vindo do sincretismo, que são as relações interétnicas religiosas estabelecidas naquele povoado.

Ainda hoje, percebemos que a sociedade brasileira, especificamente, ainda coloca em um patamar superior as religiões de matrizes cristãs, tratando outras, como as de matrizes africanas, como religiões inferiores, exóticas ou bizarras. Para Moura (2020, p. 65), inclusive as religiões foram utilizadas por membros da academia científica para retificar a concepção de que o sincretismo foi uma assimilação dos povos africanos para se chegar próximo ao cristianismo, como se as religiões africanas fossem algo não tão civilizado, visão eurocêntrica que também fortalece a ideia de que tudo que vem da nossa cultura negra é algo não tão especial, lógico ou normal.

Em seu livro *Sociologia do Homem Negro*, Moura cita a autora Juana Elbein dos Santos, que nos elucida a pensar a questão:

Desde bruxaria, magia, sistema de superstição, fetichismo, animismo, até as mais pudicas dominações dos cultos afro-brasileiros, toda uma multiplicidade de designação leva implícito negar o caráter de religião ao sistema místico legado pelos africanos e reelaborados pelos seus descendentes, despojando-os de valores transcendentais e encobrimdo sobretudo o papel histórico da religião como o instrumento fundamental – Já que a independência espiritual foi durante longo tempo a única liberdade individual do negro – que nucleou os grupos comunitários que se constituíram em centros organizadores da resistência cultural e da elaboração de um *ethos* específico que resistiu às pressões de desvalorização e de domínio [...]. A religião afro-brasileira, assim como o cristianismo, é o resultado de um longo processo de seleção, associações, reinterpretações de elementos herdados e outros novos, cujas variações foram se estruturando de acordo com as etnias locais e de um inter-relacionamento socioeconômico, mas todas elas delineando um sistema cultural básico que serviu de resposta a instituições oficiais (Juana E. dos Santos, ano *apud* Moura, 2020, p. 66)

Minha mãe explica as atitudes de sua avó com grande admiração por ter tido mais tempo de convivência com minha bisavó. Acredita-se que parte da infância passou com Rosalina, provavelmente dos 6 aos 10 anos.

Certa vez, estávamos juntas fazendo um caminho, onde a travessia era uma ponte onde passavam os trens de cargas, a Madinha quase morreu. Eu ouvi o berro da buzina....bennnnnn...eu saí correndo...Corre madinha! Corre! O trem tá chegando...eu gritava...fiquei na estrada achando que ela ia morrer.... via ela e o trem chegando. Ela acelerou, andava com um porrete na mão...pulou da linha do trem...eu só vi a saia dela voando e o trem passando. Meu Deus, que susto foi aquele? Até hoje, eu não sei como ela conseguiu chegar andando, por um fio ela não foi atropelada.

Ela fica empolgada e conta outra história:

Outra vez, uma cobra armou o bote, eu vi, já tava certo que ela ia picar. Madinha devagar olhou pra ela, fixou os olhos e poin...bateu o porrete na cabeça do animal, ele caiu morto, se viu? Não é impressionante? Somente com um porrete!

São histórias que deixam minha mãe admirada, saber de tamanha coragem de sua avó. Ela associa esta atitude a um tipo de proteção divina.

Quando viúva, alguns dos filhos de Madinha já tinham saído de casa por conta do casamento e outros permaneceram ajudando com a lida na vida que era muito humilde. Minha vó Madalena era a caçula da família e com aproximadamente 13 anos conheceu **Miguel José Araujo**⁶³, em meados do final da década de 1930⁶⁴, nos Gerais, na cidade de Ituaçu em uma fazenda de plantação de algodão. Tinham uma diferença de idade de 10 anos um do outro, mas rapidamente marcaram o casamento na igreja de Ituaçu e permaneceram casados por 52 anos até o falecimento do meu avô.

⁶³Miguel José de Araújo (Data de nascimento: 17/10/1915 – Data de falecimento: 30/05/1992).

⁶⁴Os anos trinta marcaram indelevelmente o Brasil moderno. Na década de 1930, desencadeou-se no Brasil um movimento revolucionário liderado por Getúlio Vargas que resultou na queda do presidente Washington Luís e na instauração de um novo regime político. Este episódio marca o fim da República Velha e início de um governo provisório (1930-1934), com Getúlio Vargas assumindo a liderança do país com algumas mudanças nas estruturas políticas e econômicas do Brasil. Em 1934, é promulgada a Constituição democrática e inaugurada a chamada "Era Vargas". Esta constituição estabeleceu avanços sociais, como a legislação trabalhista (Cammarota, 2007). Foram criados o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho. Porém, de 1937 a 1945, Getúlio Vargas instaura a ditadura do Estado Novo após a promulgação da nova Constituição em 1937, estabelecendo um regime autoritário, com forte centralização do poder. Portanto, podemos afirmar que esta década foi marcada pelo início de uma série de transformações que influenciaram o desenvolvimento do Brasil ao longo do século XX (Cammarota, 2007).

2.4.3 Conhecendo os Araujos

Segundo a prima da minha mãe, **Zelinda**⁶⁵, minha tataravó foi perseguida por cachorros e caçada a laços. Quando eu ouvi isso pela primeira vez, fiquei imaginando que poderia se tratar de uma lenda. Quando passei a ouvir esta história muito mais tarde, por várias mulheres negras e comecei a desconfiar que se tratava de mais uma prática violenta contra os povos originários. E ao ler o artigo do cientista político Felipe Velden (2018, p. 1), pude compreender que o uso de cachorros auxiliou muito os colonizadores a capturarem mulheres, estuprarem e explorarem seus corpos como mais uma técnica de captura para a submissão:

Os cães europeus, assim como os cavalos, estranhos ao conjunto faunístico americano até 1492, teriam sido formidáveis instrumentos de um violento e particularmente cruel processo de colonização, permitindo a ocupação de imensas regiões tomadas dos habitantes originais. A simples visão desses animais parece ter infundido terror nas populações nativas do Novo Mundo. No caso dos cães – às vezes, vestidos com suas próprias armaduras (Werner, 1999; Stannard, 1993, p. 69) –, ainda havia seu uso intensivo em torturas, desmembramentos e brutais execuções de indivíduos, tendo sido regularmente empregados em estratégias de total aniquilação dos povos nativos (Johnson, 2009, p. 73).

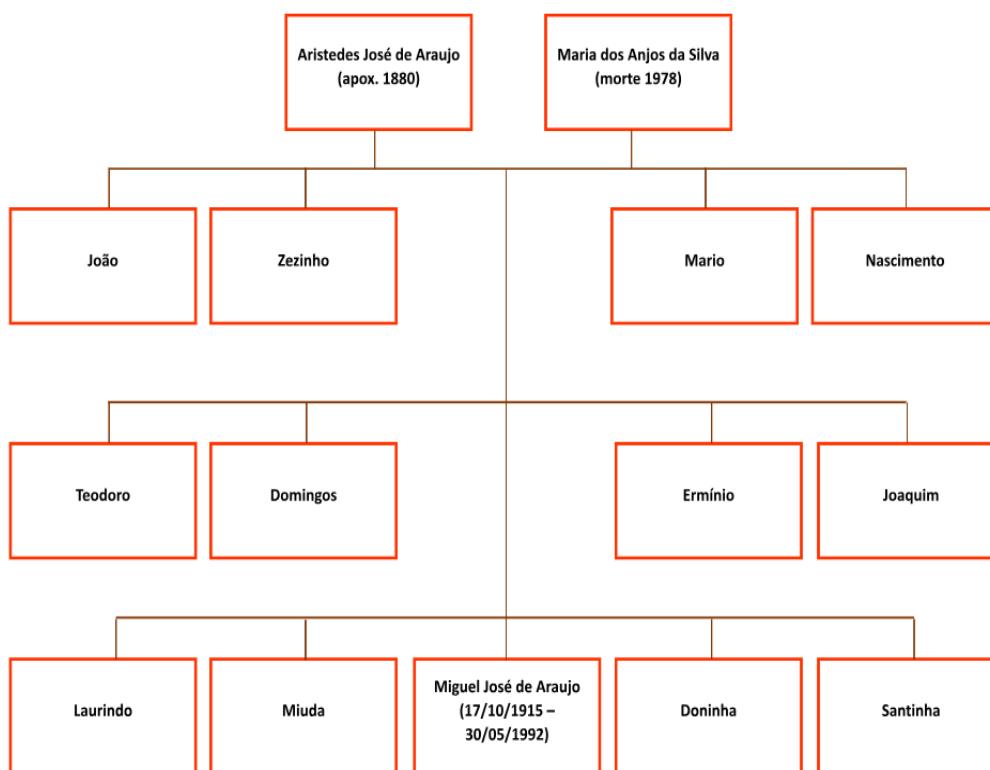
Iniciei buscar saber sobre a origem dos Araujos com esta prima que mais tempo viveu na casa do **Aristides José de Araújo**⁶⁶, meu bisavô. A **Maria Joaquina** era uma mulher indígena que vivia em uma aldeia, ela mencionava que morava em uma oca. Disse que foi capturada e estuprada por vários homens. Dessa violência nasceu seu único filho, o Aristides, cujo nascimento deve ter sido em meados de 1870/80. **Joaquina** foi uma mulher empreendedora, pois conseguiu ter um alambique nas regiões dos Gerais - Ituaçu, e essas terras existem até os dias de hoje. Chama-se fazenda “Olhos d’Água”, onde seus bisnetos vivem organizados em uma agricultura familiar com produção em um pequeno engenho de cana-de-açúcar. Zelinda menciona que ouvia sua avó, **Maria dos Anjos Silva**⁶⁷, dizer que sua sogra viveu mais de 100 anos.

⁶⁵Zelinda Araujo Oliveira (Ano de nascimento: 1941).

⁶⁶Aristides José de Araujo - bisavô (Data de nascimento: 1880, aproximadamente).

⁶⁷Maria dos Anjos da Silva - bisavó (Ano de falecimento: 1978).

Figura 8 - Árvore Genealógica/ Família Materna Masculino



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Meu bisavô era um homem alto, negro, de olhos verdes, forte e bem-sucedido para a época. Estabeleceu-se primeiro desenvolvendo os negócios de sua mãe. A terra era muito próspera, com muitas bicas de água e pequenos riachos. Na fazenda, cultivava-se a cana-de-açúcar para além do engenho, cuja produção se destinava, também, à fabricação de cachaças que comercializava para toda região. Expandiu uma casa de farinhas onde mantinha mulheres realizando os subprodutos da mandioca (polvilho, beiju, puba, farinha de mandioca, tapioca). Com os negócios bem-sucedidos, comprou terras em Laços, em um povoado chamado **Lajinha**⁶⁸. Seu terreiro também servia de estadia para tropeiros que viajavam na rota Ourives, Vitória da Conquista, Brumado, Sussuarana e paravam para descansar e armar acampamento para cuidar dos carros de boi. **Aristides** era pecuarista, criava cabras, ovelhas, porcos, galinhas (ovos), jegues para transporte e vacas leiteiras (produzia queijos e requeijão). Com a colaboração de toda a sua família, mantinha a agricultura familiar e plantava arroz, milho, feijão, mamona, palmas, mandioca, manga, embu, colheita de mel de abelha, entre outros produtos da roça. Sua esposa e suas filhas eram excelentes cozinheiras que faziam o melhor

⁶⁸Lajinha, local de nascimento de todos os irmãos da Dionice, minha mãe.

requeijão e rapadura da região. Segundo Zelinda, os netos faziam fila para raspar os tachos de requeijão.

Imagem 11 - Ruínas da casa do Aristides e Maria dos Anjos dezembro/2022



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

O Aristides chegou, inclusive, a ter empregados para cuidar de tantas frentes de trabalho. Conhecemos um deles, o **Sr. Jonas**⁶⁹, 88 anos, que ainda está vivo, morando no povoado de Laços. Disse que ainda era criança de poucos anos quando trabalhou plantando cana-de-açúcar nas terras de Aristides. Porém, talvez com a idade dele, possa estar confundindo, mas mesmo assim fiz questão de deixar a sua memória registrada.

Além de trabalhar com os Araujos, o Sr. Jonas também trabalhou com os Almeidas, com meu bisavô Procópio⁷⁰ na pequena fazenda do bairro do Riachão-Laços. Por lá, plantava feijão, palma e mandioca.

Ele nos disse também:

quando jovem, sai de Laços e fui de pau de arara para a região de Campinas para trabalhar nas plantações de café. Em meados de 1950 era um hábito da região que os homens migrassem para o sul, já que o trabalho começou a ficar mais escasso aqui. A região tinha uma diversificação de plantações e com a seca ficou pouca roça pra gente cuidar. Sem dizer que muitas pessoas venderam suas terras para outros fazendeiros e esses cultivavam uma única plantação como a de manga e cebolas que ainda existem aqui.

Com o aumento do acesso aos meios de comunicação, predominantemente rádio e jornal, que anunciavam sobre trabalho e a oportunidade de sucesso com atividades no Rio e, especialmente, em São Paulo, vários sertanejos da década de 1940 e 1950 ficaram esperançosos que a vinda para o Sudeste pudesse trazer uma vida mais digna. Com a chegada da Ferrovia

⁶⁹Jonas Pedro Nascimento (Data de nascimento: 12/02/1932).

⁷⁰Procópio José de Almeida - Tataravô paterno.

administrada pela Monte Azul, o transporte ferroviário intensificou a onda migratória para São Paulo. Segundo Villa (2017), em 1952 chegaram em torno de 250 mil pessoas, com um perfil de 70% para homens e 96% para analfabetos, mestiços/negros. Em 1949 havia sido inaugurada a Rodovia Rio-Bahia, e em 1951, a Rodovia Dutra, que facilitou o deslocamento de muita gente do Nordeste para São Paulo. Em 1953, mais de 280 mil quilômetros de rodovias foram pavimentadas. Essa travessia deixou muitas pessoas mortas pelo caminho, pois demorava vários dias para chegar. Muitas crianças e idosos não resistiram à fome, sede, disenterias, febres, infecções e às doenças pré-existentes, além dos acidentes graves no pau-de-arara e nos ônibus.

Aristides foi casado com Maria dos Anjos, uma mulher negra, magra, de estatura baixa, cuja maior habilidade era fazer queijos, requeijão e rapaduras que eram vendidas por suas filhas na feira de Laços e Tanhaçu. Minha mãe disse:

ela era uma madinha muito generosa, sempre nos dava algo para comer, e ajudava outras pessoas que tinham necessidade de alimentos.

Imagem 12 - Madinha dos Anjos



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

O casal teve 19 filhos, entre os quais a minha família consegue se lembrar dos seguintes tios-avôs: *João; *Zezinho; *Mario; * Nascimento; *Teodoro; *Domingos; *Ermínio; *Joaquim; *Laurindo; *Miuda; *Doninha; *Santinha e o meu avô Miguel, os outros morreram ainda na primeira infância.

Aristides em vida dividiu suas terras nos Gerais e na Lajinha entre todos os seus filhos, que por muitos anos sobreviveram dessa herança do pai. Todos, após o casamento, permaneceram em agricultura familiar e trabalhando em outras roças, de outras pessoas da região.

2.4.4 Madalena e Miguel

Imagem 13 - Madalena e Miguel



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

ALDEIA

*Só agora que comecei a escrever
a minha aldeia,
a minha aldeia vive perto de mim,
a minha aldeia está dentro de mim.
Fecho os olhos,
tampo os ouvidos
e escuto a minha aldeia.
A minha aldeia
não sai de mim,
ela é
a minha cicatriz tatuada
(Lima, 2017)⁷¹.*

Quando meus avós se casaram em meados de 1940, minha avó Madalena tinha 15 anos e Miguel 25 anos. A cerimônia foi na igreja matriz de Ituaçu, porém, o registro oficial foi realizado no Paraná. Até o nascimento da minha mãe, meus avós moraram no povoado de Tucum, e posteriormente, migraram para o povoado da Lajinha.

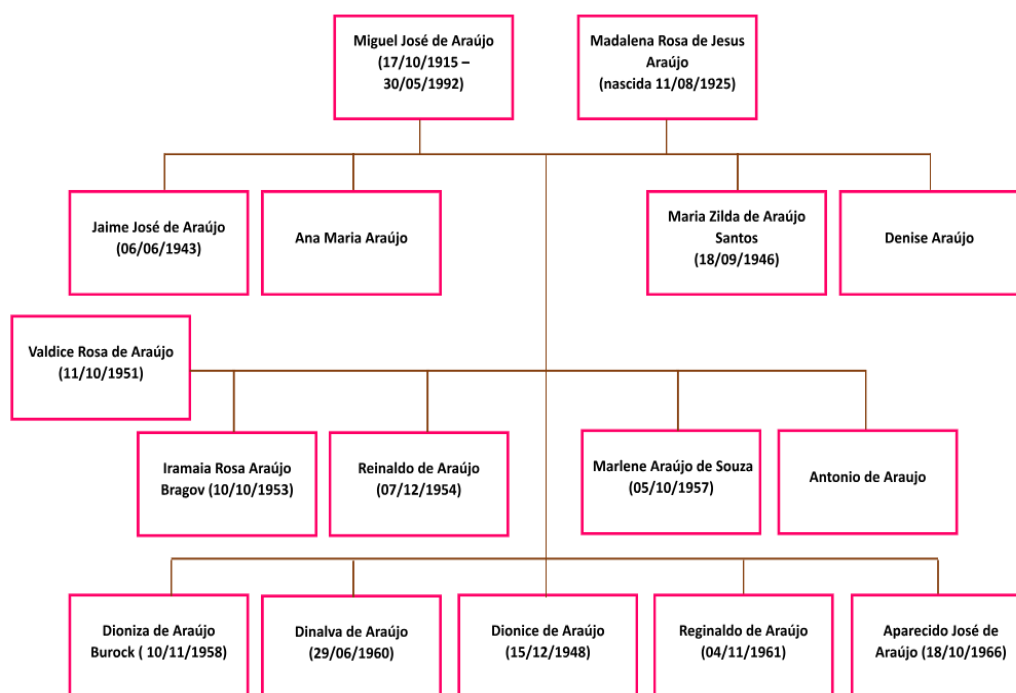
Desta união nasceram 15 filhos. São meus tios maternos. O primogênito **Arnaldo**, que faleceu adolescente de barriga d'água⁷². Na época, as consultas para descobrir um diagnóstico eram feitas em farmácias e a família consultava-se em Ourives, um povoado que na época tinha certo progresso por conta da movimentação populacional com a facilidade da linha de trem. Segundo minha mãe, o tratamento era feito dentro de casa:

Arnaldo estava bem amarelo, a barriga era grande, delirava e queimava de febre. Quem cuidava dele era minha tia Cora que herdou o dom da Madinha Rosa de fazer rezas, e fazer chás de ervas para curar doenças.

⁷¹LIMA, M. **Sinhá Rosa**: poemas. São Paulo: Invisíveis produções, 2017.

⁷²“Barriga d'água” refere-se a um inchaço abdominal causado pelo acúmulo anormal de líquidos na região abdominal. Essa condição é clinicamente conhecida como ascite. A ascite pode ser um sintoma de várias condições médicas, incluindo doenças hepáticas, insuficiência cardíaca congestiva, doenças renais, infecções abdominais, entre outras.

Figura 9 - Árvore Genealógica/ Família Araujo



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O próximo filho a nascer foi **Jaime José de Araújo** em 06/06/1943 falecido em 2018; a primeira mulher a nascer foi **Ana Maria Araújo**, que faleceu ainda bebê; depois nasce **Maria Zilda de Araújo Santos**, em 18/09/1946; **Denise Araújo** falecida quando bebê. Nasce minha mãe **Dionice de Araujo** em 15/12/1948. Em seguida, **Valdice Rosa de Araujo**, em 11/10/1951, falecida em 2020; **Iramaia Rosa Araujo Bragov** em 10/10/1953; **Reinaldo de Araujo** em 07/12/1954; **Marlene Araujo de Souza** em 05/10/1957; e **Antonio de Araujo**, que faleceu ainda criança de febre amarela⁷³: Segundo Dionice:

ele foi levado até a farmácia de Ourives. Meu pai carregou ele nos braços montado em cima de um Jegue de manhã cedinho, eu consigo ver a cena como se fosse hoje. Ao retornar a noite meu pai avisou a minha mãe que ele não tinha mais jeito, todos começaram a chorar. Depois de dias ele piorou, ficou com falta de ar, nós olhávamos aquilo sem saber o que fazer. Meu pai disse, ele está morrendo, acende uma vela e coloca entre as suas mãos. Anjinho Antonio deu o último suspiro e fechou os olhos. O povoado ajudou a fazer o caixão com tábuas, os homens saíram em cortejo e enterraram no cemitério de Laços.

⁷³Febre Amarela é uma doença viral aguda transmitida por mosquitos infectados. Ela ocorre em áreas tropicais e é causada por um flavivírus transmitido principalmente pelos mosquitos *Aedes aegypti* (também vetor da dengue) e *Haemagogus* (na floresta). A doença recebe o nome de “amarela” devido à icterícia que afeta alguns pacientes, causando uma coloração amarelada na pele e nos olhos.

Em 10/11/1958 nasce **Dioniza de Araujo Burock**; **Dinalva de Araujo** - 29/06/1960; **Reginaldo de Araújo** - 04/11/1961; e o caçula **Aparecido José de Araújo** - 18/10/1966, que foi o único filho a nascer fora das terras baianas em São Paulo. Os Araujos nasceram dentro de suas casas, pelas mãos da maior parteira da região, a Dona Idália, muito conhecida pela população de Laços que afirma haver em torno de mil partos⁷⁴ pelas mãos desta mulher.

Imagem 14 - As irmãs



Fonte: Arquivo pessoal (2023)⁷⁵.

Os Araujos nasceram entre as décadas de 1940 e 1970. Os registros de nascimento não ocorriam de imediato. O hábito no povoado era aguardar o padre passar nas casas para realizar os batizados e fazer os registros; ou marcavam-se batizados coletivos na igreja com intervalo médio de um semestre. A única pessoa que registrava os habitantes em um livro era uma senhora chamada Maria Brito, quem a parentada informou, infelizmente, ter feito muitos registros errados. Nomes, datas, meses e até ano foram trocados; esse fato era descoberto após anos, no momento de regularizar o registro de identificação, tornando-se um problema de localização. Segundo Dionice:

Não tínhamos calendário, não sabíamos ao certo que horas eram, ou o dia da semana, e nem a data. Quando queríamos saber, perguntávamos ao nosso pai. A hora era vista pela posição do sol, e a data ele simplesmente sabia.

⁷⁴Dona Idalina teve sua história como parteira e cordelista registrada neste documentário produzido pela Prefeitura de Tanhaçu. Cf. TANHAÇU (BA). Prefeitura Municipal de Tanhaçu. **Facebook**, 22 set. 2021. Disponível em: https://m.facebook.com/PrefeituraMunicipaldeTanhacu/videos/%C3%A9-com-muita-honra-que-apresentamos-a-todos-um-document%C3%A1rio-sobre-a-nossa-querida/546370936433912/?locale=ms_MY&rdr. Acesso em: 9 set. 2023.

⁷⁵Do lado esquerdo da Madalena: Dionice, Dinalva; abaixadas, Maria Zilda, Dioniza, Marlene; do lado direito, Iramaia e Valdice.

Meus avós eram pessoas simples e viviam do que plantavam na roça. Miguel era um homem extremamente inteligente, um analfabeto conhecedor da fauna e da flora e das técnicas rurais. Nenhuma estatística explica a sabedoria dos homens da roça. Todas as suas filhas são unânimes em dizer que ele não media esforços para não faltar absolutamente nada do que estava ao seu alcance para dar sustentação para sua família. Com sua coragem, ele conseguia trazer soluções para situações difíceis.

A Madalena tomava conta da casa, auxiliava na lavoura e na agricultura familiar. Em média, paria um filho por ano, dessa forma, passou sua juventude toda grávida, ou amamentando seus filhos. Viveu seu matrimônio no modelo patriarcal, ou seja, era importante a condição de ser esposa e ter vários filhos para dar continuidade à família. Naquela época, sem os anticoncepcionais, quanto maior uma família, mais braços para promover a prosperidade, uma ideia transferida do feudalismo para o sistema capitalista.

Nesse contexto, para corroborar com esta assertiva, Gabriela Figueira (2021, p. 2), em seu artigo “Produzir na Reprodução” recupera a feminista e intelectual Lise Vogel (1983) afirmando que as mulheres “são oprimidas no capitalismo porque são as únicas capazes de produzir os portadores de força de trabalho”. Como são as únicas a gerar um ser humano, elas podem garantir o funcionamento do capitalismo porque as pessoas serão a força de trabalho que o sistema precisa para se retroalimentar. Para que haja pessoas nascendo ativas, produtivas, para a realização de produção e reprodução de capital, “se na base do modo de produção capitalista está o trabalhador de quem se apropria a mais-valia, na base da produção desses portadores de força de trabalho estão as mulheres” (Gabriela Figueira, 2021, p. 2).

Madalena e a filha mais velha Maria Zilda tinham a responsabilidade de fazer a comida na hora certa: Em média três refeições diárias. Pela manhã, café preto com mingau de leite escaldado com farinha de mandioca. As outras refeições eram com feijão, mistura de carnes, arroz, legumes e verduras. Em tempos mais difíceis, chegaram a comer pirão de água quente com farinha de mandioca e pimenta.

Todas as mulheres precisavam colaborar com as atividades de trabalho da família, quem não cumpria poderia ter castigos. Naquela época, meados dos anos 50, a vontade do pai era o que prevalecia, bastava um olhar para os filhos entenderem o que ele queria. E o respeito pelos pais era muito importante. Todos tomavam a benção ao acordar ou adormecer:

- Benção mãe! - Benção pai! - Deus te abençoe!

Na quaresma, era regra tomar a benção do padrinho, da madrinha, dos avós e dos mais velhos:

Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo! (ajoelhados e fazendo o sinal da cruz) - Para sempre seja louvado! (com sinal da cruz com o uso das mãos e braços).

Lajinha era um território de muitas estradas cercadas de juremas e mandacarus. Muitas árvores frutíferas compunham as sombras daquele lugar como a fruta pão, embu, manga, goiaba, mamão e outras. O céu era bem estrelado e a temperatura era bem quente na maior parte do ano. A vida era pouco confortável, quase não havia recursos mais modernos naquela região. Na Lajinha, não existiam caminhos ou estradas que pudessem passar automóveis. Por ali, somente circulavam carros de boi ou jegue, porque cavalo também era algo muito caro para se manter. Não havia iluminação elétrica, algumas casas utilizavam velas ou lamparinas de querosene. Sem eletricidade, não havia geladeiras nem nos comércios. O único veículo de comunicação era o rádio; porém, nas décadas de 1950 e 1960, a família não teve acesso a ele. Os lavradores também não contavam com máquinas agrícolas, os instrumentos de trabalho eram rudimentares ou improvisados.

A família morava em uma casa modesta, composta por uma sala, três quartos, uma cozinha com fogão a lenha do lado de fora, uma dispensa, um terreiro ao redor da casa, também chamado de “capoeira” (chão batido de terra misturado com areia seca). Nos fundos, havia uma pequena roça, com pés de frutas, horta, feijão e verduras; logo abaixo, um brejo ou córrego, onde por vezes se conseguia pegar um pouco de água (imprópria para consumo, mesmo assim utilizada). Havia algumas galinhas, cabras, ovelhas e porcos em tempos de fartura; enquanto em outros anos, não era possível contar com nenhum animal para se alimentar ou fazer algum dinheiro para o sustento da família. Minha mãe se recorda:

passsei por períodos de fartura e de grande fome. Para obter carne, já que em certas épocas não se tinham galinhas ou porcos, meu pai saia para caçar tatu, quati, paca, rolinhas para servir de alimento.

*Xique-xique, mucunã,
Raiz de imbu e cole,
Feijão brabo, catolé,
Macambira, imbiratã,
Do pau-pedra e caimã,
A parreira e o murão,
Maniçoba e gordião.
Comendo isso todo o dia.
Incha e causa hidropisia.
Foge, povo do sertão!*

*Os que para o brejo vão
morrem de epidemia;
sofrem fome todo dia
os que ficam no sertão,
neste pego de aflição.
Vai o sertão ficar vago!
À memória tudo eu trago
repassando de tristeza.
Ó Deus, que és pai da pobreza,
Dai- nos pão, dai-nos afago!*⁷⁶

A casa não tinha móveis, só existiam alguns bancos de madeira. A família dormia em colchões de folhas de bananeira costurados em sacos de farinha de trigo ou de folhas de malva. Alguns dormiam em esteiras. O banheiro não existia, as necessidades eram feitas no mato, em qualquer lugar, perto da casa. Mesmo descrevendo as situações precárias e humildes das duas décadas vividas na Bahia, minha mãe expressa sua identidade com o local e suas saudades dos tempos em que viveu na região.

Todos tinham poucas roupas que eram feitas pela própria avó Madalena, que possuía uma máquina de costura. As crianças não usavam roupas íntimas, e cada uma tinha apenas algumas peças de roupas. No domicílio, havia poucos utensílios de barro e alumínio para preparar os alimentos. Minha mãe não lembra de ver colheres, garfos e copos de vidro. A limpeza da casa era feita com vassoura de palha de coqueiro ou garranchos.

Utilizavam o rio, que ficava algumas léguas dali. Nele, lavavam roupas, utensílios e faziam a higiene pessoal que, em média, era uma vez por semana. Quando chovia, acumulavam água na cacimba (local de água salgada, que diziam poder trazer doenças), que servia para tudo.

Imagem 15 - Dionice no rego que percorria a casa do bisavô até as casas do Miguel e seus irmãos

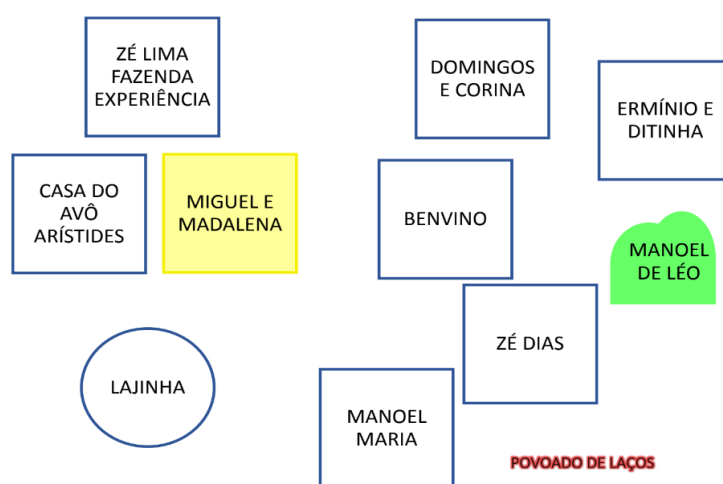


Fonte: Arquivo pessoal (2023).

⁷⁶Refrão do poema sertanejo utilizado pelo historiador Marcos Villa no seu livro “Quando eu vim-me embora: história da migração nordestina para São Paulo (2017). Disponível na plataforma Skoob.com.br/resenha.

A vizinhança fazia parte da rede de solidariedade da família. Contavam com ela para trocas de mercadorias, para a subsistência, com apoio nas horas mais difíceis para a família, para compartilhar informações de trabalho. Em outros termos, a vizinhança passou a ter um papel fundamental de ajuda mútua, constituída de pessoas de consideração, inclusive com apadrinhamento dos filhos uns dos outros, além de organizarem os momentos de lazer e as principais comemorações santas, como a Festa de Reis em janeiro, a Páscoa em abril, a Festa Junina em junho. A maior parte dos vizinhos também era a parentada, irmãos do Miguel, cunhadas, sogras, tias, primos das esposas.

Figura 10 - Cartografia de Laços - Vizinhança



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Nos povoados de Laços e Lajinha, existia uma sociabilidade em que não se via uma relação hierárquica entre as famílias, a posição e os papéis desenvolvidos por cada um eram de cooperação sem relação de poder. Ali, eles não estavam ainda influenciados pelo desenvolvimentismo da década de 1960. “A incorporação à economia capitalista altera as posições na estrutura tradicional e possibilita a definição de outras, fora dela” (Candido, 2001, p. 233). Ou seja, viviam com o que era possível obter naquela região, naquelas condições objetivas (temperatura, colheitas, fauna e flora).

Os afortunados daquela época eram pequenos donos de terras que oportunizavam emprego para boa parte das famílias da região, cujo trabalho era preparar a terra, dar manutenção, colher e transportar os produtos da roça. A ambição não era o trabalho assalariado, mas ter condições de um dia sobreviver do seu próprio cultivo para sustentar sua família e deixar a herança daquele local para eles.

A vida sertaneja no povoado de Laços encontra um certo equilíbrio social atrelado aos poucos recursos que aquela comunidade tinha. Todos ali estavam na mesma classe social, trabalhando para sua exclusiva subsistência. O que se praticou naquelas décadas em que os Araujos estavam todos juntos (1940 - 1960) era uma correlação entre as necessidades humanas e o desenvolvimento das técnicas de sobrevivência e de trabalho com suas organizações sociais. Trabalhavam exclusivamente para satisfazer os seus. Portanto, podemos dizer que praticavam uma economia de subsistência semifechada com agricultura familiar (Candido, 2001, p. 233-236). Pelo que entendemos, essas características de vivência aconteceram em algumas zonas rurais onde os efeitos do desenvolvimento econômico e da política econômica do país não conseguiram chegar a ponto de influenciar o modo de produção desses trabalhadores rurais. Em caráter provisório, sendo que a modernização de forma mais intensa a partir da década de 1970 somada à redemocratização do país acelerou as modificações das relações sociais transformando o modo de produção do trabalho, além da própria produção e reprodução da vida.

Sobre o dinheiro, Dionice lembra apenas de receber moedas quando vendia verduras na cidade de Tanhaçu junto às suas irmãs Zilda e Dina:

Não tinha noção do valor das coisas, tudo que ganhávamos era sempre umas moedinhas e era pro pai. Ele decidia o que fazer, eu não tinha noção do significado do dinheiro a não ser quando chegava um cortado de pano, ou as compras de mantimentos da semana.

As crianças iam para escola na região de Laços, mas nenhuma completava o ano letivo, pois dentro do período ocorriam muitas faltas por conta das tarefas na roça. Todos até a fase adulta permaneceram analfabetos, reconhecendo apenas algumas letras e palavras.

A vida não era totalmente dura. Havia brincadeiras quase todos os dias:

As crianças brincavam de esconde-esconde, pega-pega, casinha com bonecos de sabugos de milho, passa anel, faziam trilhas no mato.

Havia festas durante o ano, em janeiro cortejos das festas de reis e no dia 25 de janeiro a festa na Paróquia de São Sebastião Padroeiro de Laços. As fazendas realizavam leilões para arrecadar dinheiro para a igreja.

As pessoas circulavam na praça para conversar, paquerar. Nas festas de casamento, ou noivado apareciam trios de sanfoneiros para tocar forró pé de serra Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro, as festas eram nos terreiros das casas e duravam a noite toda, só íamos embora de manhã. A gente tirava

linhas com os meninos. Tinha também, algumas festas lá na Experiência - Fazenda Paga Tempo, onde moravam os sanfoneiros Renatão e Renatinho; meu pai quase não deixava a gente ir, mas às vezes, acompanhada dos mais velhos, a gente conseguia ir algumas vezes. A fazenda parecia uma mansão, era lindo lá!

Muito saudosa ela explica alegre:

A gente esperava o ano todo pra chegar junho (13, 24 e 29) Santo Antônio, São João e São Pedro era uma folia o mês todo. Era as melhores festas, praticamente todas as casas faziam fogueiras, comidas típicas e contratavam os tocadores para fazer a festa. A gente se apaixonava todo ano por alguém rs!

Eis a memória de uma música que marcou as festas juninas da época:

*Oi, oxente, foi que houve, meu fi? Faltou tutano?
Bote feijão nesse motor, homiCadê?
Minha morena, venha pra cá pra dançar xote
Se deita em meu cangote E pode cochilar
Tu é muié pra homem nenhum botar defeito
Por isso, satisfeito Com você vou dançar
(Cintura fina, 1950)⁷⁷.*

O folclore também aparecia nos costumes da Lajinha como um conjunto de tradições que eram passadas na oralidade de geração para geração. Até hoje, a família acredita em lendas, mitos, superstições, “assombrações”, seres místicos da natureza que vêm assustar ou chamar a atenção para certas situações.

Quando anoitecia, a gente se recolhia rapidinho, a gente tinha medo de assombração, defunto. Queria ver a gente gritar era dizer: ‘Olha o defunto aí!!’ Fazíamos xixi no pinico, ninguém saía pro terreiro de pavor. Era um medo de mula sem cabeça, lobisomem, saci. Meu pai dizia que era o diabo. Eu tenho medo de espírito até hoje.

Na Fazenda da Experiência, na casa da Odila, tinha festa de Cosme e Damião. A minha mãe e sua família participavam e observavam atentas os rituais das manifestações dos orixás e dos espíritos. Também associavam a uma festividade da Umbanda, porém, suas análises da expressão religiosa são pejorativas. Achavam que eram referências ligadas ao mal, a manifestações que não têm a ver com Deus, com o bom, com angelical; parte dos brasileiros foi influenciada a pensar assim sobre as religiões de matrizes africanas:

⁷⁷CINTURA FINA. [Compositor]: Luiz Gonzaga, Zé Dantas. [Intérprete]: Luiz Gonzaga. 1950. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/67896/>. Acesso em: 9 set. 2023.

Tinha bastante fartura, comidas e doces. Nós íamos para comer, mesmo a contragosto do pai. No terreiro víamos as pessoas baixar o espírito, era uma macumba, com batucadas e as pessoas se vestiam com roupas do saravá⁷⁸.

Segundo o sociólogo Clóvis Moura (2020, p. 70), a classe dominante, desde a época da colonização, elegeu o catolicismo como religião predominante no país. Portanto, idealizada como religião a ser seguida, compreendida sob uma perspectiva eurocêntrica ao destacá-la como superior. A religião torna-se então um modo de controle, uma parte de um aparelho ideológico. Dessa forma, o autor explica (Moura, 2020) que o país passou por um processo de assimilação cultural, sendo necessário que as outras religiões incorporassem padrões cristãos, ou seja, um embranquecimento progressivo. Folclorizadas, as religiões de matriz africana precisaram atuar de forma clandestina para não sofrerem discriminações, sendo que eram consideradas inferiores. Em algumas situações, as manifestações eram apenas aceitas em eventos culturais ou como espetáculos exóticos. Contemporaneamente, de forma desrespeitosa e alienada, ainda existem pessoas que tratam a referida religião como demoníaca fora dos ideais cristãos ou então a tratam como uma questão cultural com relação apenas a um passado escravagista.

Geralmente, os filhos, ao chegarem à idade de 6 anos, já precisavam ajudar com os afazeres da casa ou da roça. No caso da minha mãe, ela foi enviada para Tucum para fazer companhia para Rosalina.

Na metade da década de 1950, os tios/as da minha mãe estavam casados e alguns netos se revezavam para ficar com Rosalina, que após a saída de todo mundo passou a morar sozinha. Minha mãe morou no Tucum provavelmente dos 5 até os 8 ou 9 anos:

Não lembro exatamente quantos anos eu tinha quando fui morar com minha Madinha Rosa, só lembro que eu era um toquinho de gente.

Rosalina já estava viúva e sozinha e meus avós decidiram ajudá-la enviando minha mãe para fazer companhia a ela. Já tinham passado pela casa várias netas e sobrinhas; no entanto, a região era muito isolada, nenhuma criança queria ficar ali, sem ver outras crianças e ficar sem brincar. Por isso, a única que resistiu e permaneceu por mais tempo foi minha mãe. Uma realidade brasileira, quando se trata de infância de mulheres negras, o cuidado e as tarefas

⁷⁸O termo tem suas raízes nas línguas africanas trazidas pelos escravizados durante o período colonial no Brasil. No contexto religioso, “saravá” é frequentemente utilizado como uma forma de invocar energias positivas, saudar os orixás (divindades no Candomblé) ou homenagear as forças espirituais.

domésticas e de trabalho tomam o lugar da época que elas precisariam mais brincar e praticar as ludicidades.

Eu adorava a Madinha, mas o lugar era ermo, não tinha vizinhos, ou casas perto. Não se via ninguém a não ser no trabalho, comecei a sentir saudades da minha família, dos meus irmãos. A Lajinha tinha muitas crianças, meus primos. Pedi para minha mãe e ela me levou de volta. Acho que eu tinha quase 8 ou 9 anos.

A casa da Rosalina lembrava um rancho com teto de palha, paredes de taipa, sala, um quarto, cozinha, chão de terra batida e um terreiro ao redor da casa.

Eu ajudava minha avó em tudo que ela precisava. Cortava lenhas, pegava lata d'água, ajudava na horta. Minha avó trabalhava muito para os pequenos agricultores. Ela era uma sevadora de mandioca muito boa, a região sempre ofertava trabalho para ela e eu auxiliava junto nas casas de farinha. Também, íamos as roças em períodos de colheita (milho, café, mandioca, mamonas).

O dia a dia era acordar cedo, andar muito até o trabalho, executar o serviço e ir para cama sem tomar banho. Minha mãe puxa na memória e lembra que esses trabalhos eram em troca de comida.

Minha avó recebia ovos, pães, café, arroz, verduras, ou seja, uma cesta de alimentos. Eu não me lembro dela recebendo moedas ou dinheiro em troca do trabalho. Lembro também do medo que sentia quando voltávamos pra casa mais tarde, nós duas, sempre sozinhas, naquela estrada vazia, sem ninguém, nem uma alma penada.

Dionice voltou a morar com os pais, mas ficou novamente pouco tempo com a família. Seu pai Miguel cedeu sua filha, para morar no povoado de Ourives na casa de Adelfo enteado da sua avó. Na época era comum as filhas morar com outros parentes. Ela servia como empregada doméstica. Minha mãe não sabe exatamente por que existia essa situação de “emprestar uma filha”, e lamenta muito que tenha passado pelo trabalho infantil.

Eu era uma escrava. Buscava lenha, cozinhava para a família, mas também fazia uns tachos grandes para o dia da feira de Ourives, onde os amigos da família paravam para almoçar e fazer visita para a família. Eu limpava toda casa, passava e lavava roupa no rio que não era tão perto. Não recebia nenhum dinheiro e tudo era em troca de alguns tecidos para fazer roupa. O Adelfo também tentou arrumar um marido para mim. O rapaz era um ajudante de farmácia. Certo dia, ele me mostrou onde eu iria morar com ele depois do casamento. Era um lugar isolado e assustador. Disse ao Adelfo que precisava visitar minha família. No sábado, ele me botou no trem para

Tanhaçu. Quando cheguei na Lajinha contei tudo para o meu pai. Não voltei mais para Ourives. O Adelfo baixou lá, perguntou o que tinha acontecido. Meu pai respondeu que eu não ia casar com ninguém. Ele ainda argumentou que seria bom para mim. Meu pai não quis. Adelfo pediu para eu voltar para Ourives, porque eu ajudava muito a esposa dele. Óbvio né! Eu fazia tudo de graça. Meu pai firme disse que eu não voltaria mais. Por todo meu trabalho, meu pai ganhou uma leitoa, que depois de meses deu vários porquinhos, o que foi muito bom para toda minha família que pode comê-los depois.

Imagem 16 - Minha mãe aos 12 anos (à esquerda) e Maria e seus filhos em Ourives



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) o trabalho infantil refere-se ao envolvimento de crianças em atividades econômicas e laborais de maneira que afete negativamente seu bem-estar e seu desenvolvimento físico e psicológico. Esse fenômeno é considerado uma violação dos direitos fundamentais das crianças e é proibido em muitos países, conforme estabelecido por leis nacionais e acordos internacionais.

O trabalho infantil é condenado, pois impede o pleno desenvolvimento das crianças, afeta negativamente sua saúde, educação e oportunidades futuras. É importante ressaltar que a erradicação do trabalho infantil requer esforços políticos e um investimento em educação e a sensibilização da sociedade, pois é tratado de forma banalizada e naturalizada na sociedade brasileira. Um país de economia desigual, que integra o mapa da fome e com um contingente populacional abaixo da linha da pobreza, faz com que as pessoas acreditem que não há alternativas para sobreviver a não ser que todos os membros familiares trabalhem independente das condições e da idade. Essa situação revela os impactos negativos do trabalho infantil, expressos nos registros de dados no site na UNICEF, em que o número de crianças nessa situação foi de 1.768.475 em 2021.

Com o aumento das idas e vindas das pessoas ao sul do país, chegou a notícia em Tanhaçu que trabalhar em terras de cultivo de café poderia ajudar as famílias a prosperarem.

Existia também uma campanha nacional do governo brasileiro pregando um Brasil moderno e de oportunidades, marcada por uma onda de otimismo, mesmo em um país com altíssimos índices de desigualdades sociais.

Nos anos de 1950 a 1960, os governos de Getúlio Vargas (1951 - 1954), de Café Filho, que assumiu a presidência em agosto de 1954 após a renúncia de Vargas, permanecendo no cargo até 8 de novembro de 1955, e, na sequência, de Juscelino Kubitschek, eleito nas eleições indiretas realizadas em agosto de 1955, assumindo a presidência em 31 de janeiro de 1956, discursavam e incluíam em seus programas de governo propostas para o desenvolvimento do país (Cammarota, 2007).

Todos, cada um a seu modo, buscaram impulsionar a economia brasileira, reduzir a dependência de setores agrícolas e modernizar a infraestrutura do país. Entretanto, essas políticas desenvolvimentistas também enfrentaram críticas, incluindo questões relacionadas à dívida externa e à desigualdade social, principalmente com Juscelino Kubitschek, cuja promessa de campanha era 50 anos em 5, a partir de uma política desenvolvimentista conhecida como Plano de Metas (Cammarota, 2007). Seu governo buscou acelerar o desenvolvimento econômico e a industrialização por meio de grandes projetos de infraestrutura, como a construção de Brasília, a implementação da indústria automobilística e investimentos em energia e transporte. Dentre as significativas mudanças, segundo Cammarota, 2007 estão:

- O transporte com a expansão da malha rodoviária, que possibilitou a mobilidade das pessoas entre as regiões, tornando a migração mais acessível.
- A estrutura agrária no Nordeste com características de concentração de terras em grandes propriedades dificultou o acesso à terra para pequenos agricultores e trabalhadores rurais; além disso não havia mecanização do campo, nem ferramentas adequadas para lidar com as novas técnicas de plantação e colheita. Muitos trabalhadores rurais se viram desempregados ou com menos perspectivas de emprego na agricultura tradicional levando-os a buscar melhores condições de vida em outras partes do Brasil.
- As secas e condições climáticas adversas recorrentes no período levaram à escassez de água, dificuldades na agricultura e falta de sustentabilidade econômica para muitas famílias.
- O Sudeste, especialmente São Paulo, passou por um rápido processo de industrialização nas décadas de 1950 e 1960. Isso resultou na demanda por mão de obra, atraindo migrantes em busca de empregos nas indústrias emergentes.

- A propaganda governamental incentivava a migração como parte da estratégia de desenvolvimento regional.

Foi nesse contexto que meu avô entendeu que poderia se beneficiar com as transformações no mercado de trabalho e aceitou a proposta para migrar para o Paraná. Dessa forma, fez viagens de Maringá para a Bahia algumas vezes, passando alguns períodos (1950-1965) no Sul e outros na Lajinha.

2.5 Do terreiro ao asfalto: um caminho sem volta

Na década de 1970, a população urbana ultrapassou a população rural. Em 1900, dos 17.438.434 habitantes do país, apenas 10% viviam nas cidades. Passados 50 anos, essa proporção chegou a quase 50% e no censo demográfico de 1960, dos 94 milhões de brasileiros, 56% haviam migrado para as regiões urbanas e já havia diminuído a entrada de estrangeiros no país (Cammarota, 2007).

Segundo alguns historiadores, o processo de expansão das plantações cafeeiras, voltado ao abastecimento do mercado externo, se deu na região norte do Paraná entre as décadas de 1940 e 1960, com grande parte da força de trabalho constituída pelos nordestinos, o que, segundo Luz (1988, p. 67 *apud* Fernandes, 2016, p. 180), possibilitou um dos maiores movimentos migratórios internos do Brasil nessa época, povoando o Estado e agregando uma mistura cultural.

No Norte do Paraná, como em outros lugares, a derrubada é raramente feita pelos próprios colonos. O mais comum é entregar este serviço a trabalhadores especialistas, na maioria caboclos da região ou então a turmas de baianos que costumam empreitar este gênero de serviço (Monbeig, 1935, p. 6)⁷⁹.

Os indicadores da época e os estudos contemporâneos nos levam a analisar que a riqueza extraída das plantações cafeeiras foi realizada pelos corpos dos povos miscigenados de ancestralidade negra e indígena que fugiam da miséria e migraram para regiões onde sabiam que haveria trabalho para sobreviver. Essas pessoas trabalharam duríssimo para enriquecer a branquitude⁸⁰, sem que na maioria dos casos superassem as suas precárias condições

⁷⁹Cf.: MONBEIG, P. A zona pioneira do Norte-Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de. (org.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate Histórico**. Londrina: Humanidades, 2007. v. 2.

⁸⁰“No Brasil, o primeiro autor a articular as relações raciais a partir da racialidade branca foi Guerreiro Ramos. Branquitude é um termo utilizado para expressar ‘Lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade’, assim é definida a branquitude por Cida Bento. A identidade racial branca foi trabalhada

financeiras; além disso, eram tratados como sujeitos cujas denominações carregavam uma série de preconceitos, como no Quadro abaixo:

Quadro 1 - Preconceitos e estereótipos direcionados aos nordestinos no Norte do Paraná e no município de Maringá

Preconceito Pessoal	Regional	Profissional	Cultural	Econômico
Portadores de doenças	Nordestinos identificado como Baianos/Baianinho	Despreparados	Exóticos	Despossuídos Financeiramente
Maleitosos	Imigração da miséria	Concorrentes	L a m b ã o = hábitos pessoais	Penuriosa
Sem hábitos de higiene	Indesejáveis	Itinerantes	Masculinizada = referente à mulher	Miseráveis
Vingativos	N o r d e s t e sinônimo de Seca	Realizadores de atividades sujas, feias	Pouca cultura	Vítimas de fome
Indigentes	N o r d e s t e sinônimo de Caatinga	Servia aos pioneiros		Desnutridos
Arataca	Pau-de-arara	-	-	Famintos
Tretero = brigão	Cabeça-chata	-	-	-
Atarracado	S u b c l a s s e = mestiçagem	-	-	-
Imprasto	Violentos	-	-	-

Fonte: Fernandes (2014, p. 175).

A minha família viveu na região de Pulinópolis, PR, em uma fazenda de café chamada Atalaia. Foram tratados como a maioria dos nordestinos, estereotipada como pessoas analfabetas, de segunda classe, considerados apenas pessoas para o trabalho de lavoura.

A família embarcou na cidade de Tanhaçu rumo a Monte Azul, em Minas Gerais. Desceram todos nessa estação e ficaram na plataforma esperando o trem para o dia seguinte continuarem o percurso de Monte Azul para Belo Horizonte, desembarcando e embarcando até São Paulo. Chegando em São Paulo, dormiram na estação por duas noites até embarcarem para Londrina em outro trem para Maringá. Na cidade, subiram todos em uma jardineira para chegar à Fazenda Atalaia. A viagem teve duração de sete dias e na bagagem que cada um carregava em uma trouxa havia somente uma sacola de roupas e trapos, além de um pouco de comida.

criticamente ao longo do século XX por autores como W. E. B. Du Bois, Frantz Fanon e Steve Biko. Partindo destes estudos, torna-se possível pensar o racismo não apenas como a inferiorização dos povos de cor, mas como ferramenta de dominação organizada pela/para a branquitude”. Cf. GLOSSÁRIO ANTIRRACISTA: história da disputa. São Paulo: Sesc Florêncio de Abreu, 2021. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/glossario-antirracista_versao_final.pdf. Acesso em: 9 set. 2023.

Todos estavam sentindo um misto de curiosidade e esperança, mas com medo do novo, do desconhecido:

No trajeto da viagem, as pessoas nos olhavam na estação e nos ofereciam esmolas, achavam que nós éramos algum tipo de mendigos.

Ao ouvir minha mãe reviver esta memória automaticamente veio a minha cabeça a tela do pintor Cândido Portinari que nos remete a pensar e lamentar a situação das pessoas maltrapilhas que foram vistas em tantas cenas urbanas e rurais. Fotografia de corpos que significam a extração de toda energia e vivacidade de um povo superexplorado pelo poder capitalista. Entretanto, ao mesmo tempo, nos remete a reconhecer que sem estas pessoas as grandes cidades não existiriam, a riqueza e o desenvolvimento não aconteceriam. Por isso, a importância de construir novos tempos em que não veremos mais pessoas que são retiradas de suas culturas e dos seus lugares de sentido de existir.

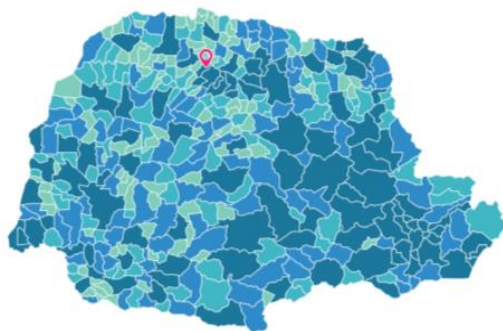
Imagem 23 – Os retirantes - Cândido Portinari



Fonte: Portinari (1944)⁸¹.

⁸¹FUKS, R. **Retirantes de Cândido Portinari**: análise e interpretação do quadro. Cultura Genial, 2020. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/quadro-retirantes-de-candido-portinari/>. Acesso em: 9 set. 2023.

Figura 11 - Mandaguaçu, PR



Fonte: Mandaguaçu (2024)⁸².

Segundo informações no site do IBGE, as cidades ao norte do Paraná foram também loteadas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, grande proprietária de terras na área setentrional do estado. A história de Mandaguaçu parte destes empreendimentos. Os primeiros a expandir as regiões na década de 1940 são conhecidos como Tito Rodrigues, Durvalino de Matos Medrado, João Angelim, José Braz e Santo Lonardoni (Fernandes, 2016). Mandaguaçu cresce com a chegada dos imigrantes europeus após a Segunda Guerra Mundial e com a migração nordestina para trabalhar nas lavouras de café. A cidade recebeu um impulso no desenvolvimento através dos meios de comunicação e com a expansão das rodovias e ferrovias.

A família Araujo se estabeleceu na Fazenda Atalaia de 1962 até 1965, onde outras famílias já estavam estabelecidas. Na rua onde eles viveram, havia cinco casas de madeiras. O novo lar tinha poço para pegar água, sala, cozinha, três quartos. Pela primeira vez, a família dormia em colchões.

A casa era próxima de uma rodovia, a gente via caminhões, ônibus, e alguns carros, era mais movimentada a vida. Íamos às vezes para Pulinópolis com meu pai, lá a gente comprava cortes de tecidos para fazer roupas. Precisávamos nos acostumar com o clima, tinha um frio que cortava a nossa pele. Às vezes usávamos umas blusas feitas de saco de farinha.

A vida tinha menos privações. Junto à plantação de café era permitido plantar alimentos da horta (melancia, amendoim, arroz, feijão, milho, abóbora). Criavam porcos e galinhas para ajudar na dieta.

Foi a primeira vez que tiveram acesso às notícias do Brasil. Miguel comprou um rádio de pilha e pela manhã ouvia as notícias. À noite sentavam todos ao redor do rádio para ouvir

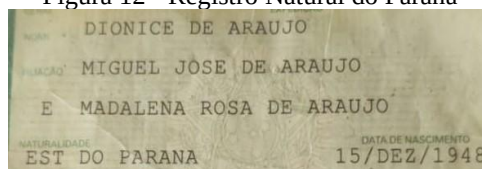
⁸²MANDAGUAÇU (PR). Prefeitura Municipal de Mandaguaçu. **História do Município**. 2024. Disponível em: <https://www.mandaguacu.pr.gov.br/cidade>. Acesso em: 26 set. 2023.

músicas sertanejas que eram cantadas por Jacó e Jacozinho, Tonico e Tinoco, Lio e Léu, Trio Parada Dura, Milionário e José Rico e Inezita Barroso, a preferida do Miguel.

*Lampião de gás, lampião de gás
quanta saudade você me trás
Da sua luzinha verde azulada
que iluminava a minha janela
do almofadinha lá da calçada
palheta branca, calça apertada
(Lampião de Gás, 1957)⁸³.*

Como Miguel já tinha conseguido algum dinheiro, ele foi ao cartório de registro civil e fez as certidões de nascimento e do seu casamento. Em todas as certidões foram registradas que a família é natural de Pulinópolis, o que é motivo de chacotas no próprio ambiente familiar, quando eles mesmos brincam que não são baianos, e sim paranaenses, fazendo um tipo de alusão aos nordestinos. Apesar do tom das brincadeiras, hoje sabemos que se trata de racismo recreativo⁸⁴. As datas de nascimento dos Araujos também são uma aproximação, já que a família não tinha calendário para conferir.

Figura 12 - Registro Natural do Paraná



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

⁸³LAMPIÃO DE GÁS. [Compositor]: Zica Bérgami. [Intérprete]: Inezita Barroso. 1957. Disponível em: <https://www.letas.mus.br/inezita-barroso/524396/>. Acesso em: 27 set. 2023.

⁸⁴Racismo Recreativo – “O racismo recreativo decorre da competição entre grupos raciais por estima social, sendo que ele revela uma estratégia empregada por membros do grupo racial dominante para garantir que o bem público da respeitabilidade permaneça um privilégio exclusivo de pessoas brancas” (Moreira, 2020, p.148). “O racismo recreativo deve ser interpretado como um projeto de dominação racial que opera de acordo com premissas específicas da cultura pública brasileira. Embora ele esteja baseado na noção de inferioridade moral, ele está associado a um aspecto da doutrina racial brasileira que procura mitigar a relevância dessa prática social com a ideia de cordialidade essencial do nosso povo” (Moreira, 2020, p. 150). “O racismo recreativo busca a gratificação psicológica dos membros do grupo racial dominante por meio da afirmação da suposta inferioridade. Possui um caráter estratégico. Permite que pessoas brancas mantenham uma representação positiva de si mesmas ao encobrir a hostilidade racial por meio do artifício do humor. Ele possibilita a perpetuação da falsa representação da irrelevância do racismo no nosso país, ao classificar piadas racistas derogatórias sobre negros como atos que não expressam desprezo ou condescendência” (Moreira, 2020, p. 151). O racismo recreativo promove a desqualificação sistemática dos povos negros, embora sejam construções culturais, elas determinam a vida material desta população. Está fundamentada em estereótipos decorrentes do poder de pessoas brancas de criar sentidos culturais que se expressam na forma de estigmas, que estabelecem diferenças de estado cultural entre os vários segmentos raciais. O racismo recreativo assume uma violência simbólica, o que dificulta a criação de um sentimento de pertencimento social entre os negros” (Moreira, 2020, p.152).

Os administradores da fazenda chamavam Antônio e Josefa, e eram eles que determinavam as tarefas de cada lavrador, como também faziam o pagamento do trabalho. O dono da fazenda chamava-se Florindo e morava no interior de São Paulo, em Marília. Eventualmente, ele vinha de carro com a esposa para a Fazenda Atalaia.

A Dona Josefa pedia pra meus pais me ceder para eu organizar a casa dos donos da fazenda quando eles estavam lá. Eu limpava a casa o dia inteiro, encerava o piso ajoelhada, passando um pano de cera vermelha e outro seco para dar brilho. Tirava o pó dos móveis, lavava e trocava as roupas de cama, e varria os terreiros que eram enormes, tirava todas as folhagens. Além desta casa, eu também ajudava a Josefa nos afazeres da casa dela. Não recebia nenhum dinheiro. Isso é trabalho escravo, né?

Para Lélia Gonzalez (2020, p. 82), “a doméstica, ela nada mais é do que a mucama⁸⁵ permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação, porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas”.

De acordo com o procurador do Ministério Público do Trabalho Thiago Lopes de Castro, são muito comuns casos de resgates de empregadas domésticas que vivem em situação análoga à escravidão. E apresentou um perfil dos trabalhadores domésticos. ‘Estamos falando de uma categoria que, segundo o IBGE, conta com 6,2 milhões de trabalhadores, sendo 92% mulheres e 65% negras’, disse. ‘Entre as mulheres, geralmente são meninas pegadas para serem criadas pela família, aos 8, 10 ou 12 anos de idade. Muitas são retiradas da escola, ou seja, são vítimas de evasão escolar e sofrem prejuízo para a formação’, disse ao associar, como uma das principais causas do trabalho escravo, a vulnerabilidade das vítimas. Essas meninas, em razão de prejuízo escolar, ‘são submetidas a trabalho análogo ao escravo, a subemprego ou a trabalhos informais, além de longas jornadas de trabalho, a maus tratos, violências física e psicológica, assédio moral e sexual [...]’. ‘Há muitos casos de vítimas permanentes, ao longo de toda a vida, tendo suas vidas roubadas desde a infância. Vira a coisificação do ser humano, tratados como meros objetos daquela família, sem qualquer direito’ (Peduzzi, 2023).

A matéria foi veiculada, por conta das recentes descobertas de trabalho análogo à escravidão em vinícolas no Rio Grande do Sul, e que teria repercutido nas mídias, inclusive com discurso naturalizando as questões, como sempre foi feito, de que o trabalho é algo digno e que contribui com a vida do homem independente de ser ou não bem remunerado.

Representantes do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (SINAIT) resgatam a informação de que negros não receberam apoio após a Lei Áurea, o que acabou por

⁸⁵Mucuma (do quimbunda mu’kama “amásia escrava”) S.f. Bras. A escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, por vezes, era ama de leite (Lélia Gonzalez, 2020, p. 80).

refletir nas dificuldades de vida. Foram negados a eles oportunidades e direitos como carteira assinada, jornada de trabalho de 44 horas, horas extras, adicional noturno ou FGTS, entre outros, que pudessem dar condições para esta população que foi marginalizada e explorada.

Os irmãos mais velhos da minha mãe foram matriculados na escola e chegaram a fazer o primeiro livro (nome dado ao ensino fundamental), no período da manhã.

Eu era a última da fileira da escola, era uma vara-pau⁸⁶. Eu era tão burra, e os meninos pequenos eram todos inteligentes. Mas, tinha a competição na hora da merenda que eu ganhava todas – o pula saco. Todos gritavam comigo pra eu não participar porque eu era grande...rs!

Imagem 17 - Dionice, Jaime e sua namorada no centro de Pulinópolis - Paraná (1965)



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Um dia, o Sr. Antônio chegou para o meu avô Miguel e disse que o contrato de trabalho na fazenda era de quatro enxadas.

Nós éramos uma enxada na fazenda de café. Meu pai matriculou eu o Jaime e Valdice na escola. A Maria Zilda não, porque ajudava minha mãe com as atividades do lar. Estávamos felizes, pela primeira vez tínhamos mantido uma consistência nas aulas. Lembro como se fosse hoje, minha decepção.

- O Antônio veio aqui, perguntou cadê as minhas enxadas? A partir de amanhã vocês não vão mais à escola.

Tabela 1 - Alfabetização da População de Quinze Anos e Mais – Brasil – 1900/1991

Ano	Alfabetizados	Analfabetos	Sem declaração	Taxa de alfabetização (%)
1900	3 380 451	6 348 869	22 791	35
1920	6 155 567	11 401 715	-	35
1940	10 379 990	12269381	60398	44
1950	14916779	15272632	60012	49
1960	24259284	15964852	54466	60
1970	35586771	18146977	274856	66
1980	54793268	18716847	31828	75
1991	76603804	19233239	-	80

Fonte: Taverna, Taverna e Mello (2022).

⁸⁶Vara-pau: sinônimo de cumprido, alta e magra.

Ao analisarmos a construção histórica do Brasil, notamos que a política de educação não era considerada propulsora de cidadania e desenvolvimento de outros patamares civilizatórios, mas era meramente uma prática de formar trabalhadores ou consumidores, ou seja, voltada totalmente para o mercado, para atender à lógica do sistema capitalista. Essas barreiras ideológicas promoveram uma cultura de baixa autoestima para alcançar a educação formal, sem a concepção de que a educação tem esse lugar de superação das condições objetivas da vida. O que predominou foi a urgência da sobrevivência, do dia a dia, contida somente na venda da força de trabalho.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para a Educação, realizada pelo IBGE em 2022, no contexto da pandemia a necessidade de trabalhar foi a principal justificativa dos jovens com idade entre 14 e 29 anos abandonarem a escola, motivo informado por 40,2% desse grupo etário.

Entre 2019 e 2022, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais recuou de 6,1% para 5,6%, uma redução de pouco mais de 490 mil analfabetos no país, chegando à menor taxa da série, iniciada em 2016. No total, eram 9,6 milhões de pessoas que não sabiam ler nem escrever, sendo que 55,3% (5,3 milhões) delas viviam no Nordeste e 54,2% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais.

Em 2022, entre as pessoas pretas ou pardas com 15 anos de idade ou mais, 7,4% eram analfabetas, mais do que o dobro da taxa encontrada entre as pessoas brancas (3,4%). No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo dos brancos alcançou 9,3%, enquanto entre pretos ou pardos ela chegou a 23,3%.

Toda minhas tias e tios, como minha mãe e pai correspondem a esses números analisados por Adriana Beringuy (2022) pela coordenadora da Pesquisa por Amostra de Domicílios do IBGE:

O analfabetismo segue em trajetória de queda, mas mantém uma característica estrutural: quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Isso indica que as gerações mais novas estão tendo maior acesso à educação e sendo alfabetizadas ainda crianças, enquanto permanece um contingente de analfabetos, formado principalmente, por pessoas idosas que não acessaram à alfabetização na infância/juventude e permanecem analfabetas na vida adulta.

Passados alguns anos, minha avó e principalmente minha mãe começaram a reclamar de saudades da Madinha Rosa, que tinha ficado sozinha, sem ninguém, em Tucum. Meu avô pediu as contas ao administrador e a família retornou para Bahia em 1965:

Apuramos mil e quinhentos reais, eu não sei qual dinheiro era na época, mas era o equivalente ou suficiente para comprar um sítio. Era bastante dinheiro.

*Pra minha mãezinha já telegrafei
E já me cansei de tanto sofrer
Nesta madrugada estarei de partida
Pra terra querida que me viu nascer
Já ouço sonhando o galo cantando
O nhambu piando no escurecer
A lua prateada clareando a estrada
A relva molhada desde o anoitecer
Eu preciso ir pra ver tudo ali
Foi lá que nasci, lá quero morrer
(Saudade da minha terra, 1988)⁸⁷*

Quando chegaram à Lajinha, eles não tinham mais a casa onde viviam. Foram pegos de surpresa. O irmão do meu avô, tio Nascimento, estava morando na casa dos Araujos. Como não havia comunicação, porque todos eram analfabetos, a notícia a respeito dessa situação não fora transmitida. Sendo assim, a família inteira abrigou-se na casa da Madinha dos Anjos. Minha mãe conta que o Sr. Fidecino, um homem rico de Tanhaçu, tinha uma casa no bairro da Branquinha. E ele ofereceu trabalho de meeiro⁸⁸ nas suas terras.

Meu pai pegou todo o dinheiro e comprou sementes para plantar nas terras, feijão de corda, milho, algodão, mamona. Em menos de um ano as pragas chegaram e acabaram com a roça inteira, ficamos totalmente falidos, passamos fome, comíamos pirão de farinha com água quente, foi uma fase terrível de muita privação. Chegamos a receber alimentos com ajuda de outras pessoas.

Pragas na lavoura podem causar danos irreversíveis à produção. Segundo o livro *Defesa Vegetal: Fundamentos, Ferramentas, Políticas e Perspectivas*, divulgado pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), as perdas no Brasil podem chegar a R\$ 55 bilhões por ano em decorrência desse mal.

Para a família foi um trauma perder o que tinham ganho. Sair de uma estadia que tinham fartura de alimentos e vida com qualidade de vida, para perder tudo, até a comida para

⁸⁷ SAUDADE DA MINHA TERRA. [Compositor]: Gerson Coutinho Da Silva, Pascoal Todarello. [Intérprete]: Chitãozinho e Xororó. 1988. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chitaozinho-e-xororo/71647>. Acesso em: 27 set. 2023.

⁸⁸ Meeiro: No contexto agrícola brasileiro, o meeiro refere-se a um trabalhador rural que divide os produtos da colheita com o dono da terra. O meeiro fornece o trabalho, enquanto o proprietário da terra fornece a terra e muitas vezes parte dos insumos. No final da safra, a produção é dividida entre o meeiro e o proprietário, geralmente em uma proporção predeterminada. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26224>. Acesso em: 8 jan. 2024.

alimentar-se. Voltar para a miséria e a falta de esperança não era algo que a família contava que acontecesse. Essa rota nordestina é conhecida por milhares de brasileiros, que não conseguem permanecer longe das suas origens, dos lugares de seus nascimentos e arriscam ganhar dinheiro fora e voltar melhor. Porém, este sonho, não se concretiza, pois a região nordeste até hoje é dominada por um número mínimo de famílias que mantém o poder dominante sem que a distribuição da renda contemple esta população. “O desencadeamento do êxodo rural é uma modalidade de migração em consequência, entre outros fatores, da implantação de um modelo econômico moderno na produção agropecuária, que afetou profundamente a vida dos agricultores familiares” (Vanderlinde, 2005). Esta região tão castigada pelas desigualdades sociais e econômicas ainda produz uma cultura desumana de falta de políticas públicas e subsídios que garantam a sobrevivência da população em momentos críticos e de falta de emprego. A região mais empobrecida do Brasil ainda não recebeu a reparação histórica a altura da sua contribuição ao país.

2.6 E os novos baianos chegam à terra da garoa

*E foste um difícil começo
Afasta o que não conheço
E quem vem de outro sonho feliz de cidade
Aprende depressa a chamar-te de realidade
Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso
Do povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas
Da força da grana que ergue e destrói coisas belas
Da feia fumaça que sobe, apagando as estrelas
Eu vejo surgir teus poetas de campos, espaços
Tuas oficinas de florestas, teus deuses da chuva
Pan-Américas de Áfricas utópicas, tûmulo do samba
Mais possível novo quilombo de Zumbi
E os novos baianos passeiam na tua garoa
E novos baianos te podem curtir numa boa
(Sampa, 1978)⁸⁹.*

A irmã da minha avó, Brandina, já estava vivendo em São Paulo nessa época e sugeriu que alguns dos seus sobrinhos fossem para a cidade, com o objetivo de ajudar a família; assim, Jaime e Dionice foram os primeiros a chegar na maior metrópole da América Latina, São Paulo, em 1965. Jaime trabalhando com reciclagem de papelão e Dionice como empregada doméstica.

⁸⁹SAMPA. [Compositor e intérprete]: Caetano Veloso. 1978. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/caetano-veloso/41670/>. Acesso em: 27 set. 2023.

Rapidamente, minha mãe conseguiu um trabalho como empregada doméstica. Em seu relato, ela e a Tia Branda saíram batendo palmas de casa em casa na região do Ipiranga, procurando emprego:

Eu acho que era hábito naquela época pegarem nordestinas para trabalhar, porque todas as minhas irmãs conseguiram emprego assim, dizendo que eram do norte.

A Tia Branda teve a ideia de procurar a escola do bairro e lá conheceram a Diretora, a Sra. Beatriz, que fez perguntas básicas e logo contratou minha mãe.

O trabalho era puxado, eu acordava primeiro que todo mundo, e era a última a dormir em um quarto com uma cômoda e uma cama nos fundos do sobrado. Preparava o café da manhã para a família, lavava, passava tudo com vinco, quando não ficava ela mandava passar de novo. Eram camisas e calças difíceis de vincar. Limpava a casa e era babá de três crianças menores de sete anos, duas meninas e um menino.

Minha mãe morava no emprego nos dias úteis e sábado à tarde voltava para a casa da nossa família. Três meses depois que minha mãe tinha começado a trabalhar, o salário junto com o do meu tio Jaime foi suficiente para buscar todo mundo da Bahia para São Paulo.

O trajeto da Bahia para São Paulo foi o mesmo que realizaram quando foram para o Paraná, uma viagem de trem com duração de aproximadamente sete dias.

A família se instalou em um cortiço na zona leste em um cômodo pequeno onde todos tumultuavam juntos. As filhas mais velhas foram rapidamente trabalhar como doméstica e babá e depois de alguns anos todas estavam em fábricas de costura e tecelagem onde havia muitos galpões na região da Mooca território predominante desses negócios nesta época. Meu avô Miguel foi trabalhar em uma fábrica de ajudante geral de onde somente saiu após sua aposentadoria. Foram décadas em que as pessoas permaneciam no mesmo emprego por longos anos como sinal de dedicação aos proprietários das empresas.

Todos os salários dos filhos eram entregues quase integralmente para os pais, e assim em pouco tempo já estavam em uma casa melhor, pagando aluguel, e depois de anos, com a ajuda de todos, construíram uma casa própria no Jardim Panorama – zona Leste.

Após passarem anos migrando em busca de trabalho, encontraram a esperança de melhores condições de vida em São Paulo, atraídos pelo discurso do pleno emprego. Porém, esse processo gerou uma adaptação extremamente cruel; pois, ano após ano, a família foi assimilando a cultura urbana, e acreditaram que o jeito rural estava inadequado. Chegaram à

São Paulo, e logo conseguiram apenas subempregos, como a maioria dos nordestinos, então foram posicionados às margens da cidadania e morando em péssimas condições de habitação. Minhas tias mencionam que São Paulo salvou a família; no entanto, qual foi o preço e as condições que tiveram que aceitar? Como vamos nos próximos capítulos refletir sobre práticas coloniais e contemporâneas misturadas e travestidas de uma certa naturalização da vida são manifestações do racismo ambiental. Após séculos de história ancestral desta família a superação da miserabilidade só passa acontecer na minha geração.

Imagem 24 - Comemoração dos 70 anos (junho/2013) do meu padrinho Jaime. Minha avó Madalena ao centro, e ao seu redor todos os filhos, netos, bisnetos, noras e genros.



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

2.7 Os Almeidas e o destino nas mãos das feiras

Imagem 18 - À esquerda Edson (pai); à direita José Procópio avô em 10/1970

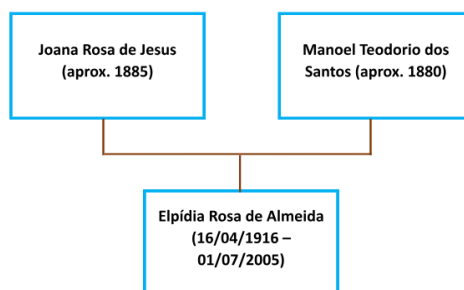


Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Meu **pai Edson**⁹⁰ nasceu em 1948 pelas mãos da parteira de Laços-Tanhaçu, a Sra. Idalina, que já foi mencionada neste capítulo. Em 2008, quando descobri que ele estava com câncer de pulmão, achei que um jeito bom de distraí-lo era fazê-lo lembrar da história da sua família. Foi em meados de 2008 que ele me contou o que sabia dos seus antepassados, então eu fiz o registo em um diário que agora passa a utilizá-lo para transmitir as suas memórias.

Meu pai recorda de ter conhecido seus avós maternos e seu avô paterno. Conviveu pouco com eles, até provavelmente meados do final da década de 1950. Seus ancestrais são originários do povoado de Laços-Tanhaçu e Ituaçu e viviam como lavradores nas plantações de mamona e algodão, uma trajetória típica dos negros libertos.

Figura 13 - Bisavó Rosa de Jesus



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Joana Rosa de Jesus⁹¹ foi minha **bisavó**, uma mulher de pele clara e de olhos azuis, que foi casada com **Manoel Teodorio dos Santos**⁹², meu **bisavô**, um homem negro de cor retinta. Eles juntos tiveram vários filhos, dentre eles a minha **avó paterna, Elpídia Rosa de Almeida**⁹³, uma mulher negra, alta, que gostava de usar lenços na cabeça, e seus irmãos **Ana Rosa Souza de Oliveira** e **Joaquim**, os únicos mencionados pela família. Meu pai disse que depois que ele comprou um carro, sempre realizava visitas às casas dos seus tios e tias que se estabeleceram em Vitória da Conquista, BA. Ele foi um homem que fazia questão de manter vínculos familiares preservados. Segundo informações do meu primo Paulo Maciel de Souza⁹⁴, sua mãe Ana casou-se com um fazendeiro da região e seu tio Joaquim também sobrevivia com as plantações de sua terra em Vitória da Conquista.

⁹⁰Meu pai - Edson Santos Almeida (Data de nascimento: 03/02/1948 - Data de falecimento: 17/11/2009).

⁹¹Minha bisavó paterna - Joana Rosa de Jesus (Data de nascimento: 1885 + ou -).

⁹²Meu bisavô - Manoel Teodorio dos Santos (Data de nascimento: meados 1880).

⁹³Minha avó paterna - Elpídia Rosa de Almeida (Data de nascimento: 16/04/1916 - Data de falecimento: 01/07/2005).

⁹⁴Primo de segundo grau - Paulo Maciel de Souza (Data de nascimento: 08/03/1954).

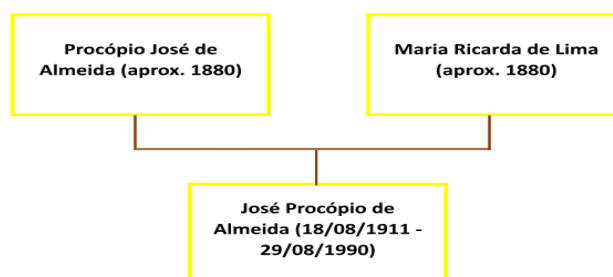
Imagem 19 - Vó Elpídia



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Minha família de Vitória da Conquista sempre debateu a mestiçagem, porque Joaquim era um homem negro retinto de olhos claros, e seus filhos nasceram brancos, outros pardos claros de olhos azuis havendo ali entre os primos uma dificuldade de entender o colorismo⁹⁵.

Figura 14 - Família de Vitória da Conquista



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

⁹⁵Colorismo – “O conceito de *passing* em inglês, ou *laissez-passer*, em francês, ‘passabilidade’, refere-se ao fato de que alguns negros claros podem ser confundidos e assimilados como brancos em alguns espaços, mesmo que adotem intimamente a referência negra como seu marcador racial. As pessoas mestiças são confrontadas com obstáculos particulares em uma sociedade onde as categorias raciais são profundamente impregnadas de sentido. A identidade racial das pessoas mestiças é ambígua, e elas são constantemente submetidas a pressões que as incitam a se expor e obrigam a escolher um campo. Essa circunstância torna-se ainda mais complexa de acordo com a origem de seus pais e de acordo com o meio ambiente no qual elas crescem. Por exemplo, uma criança negra considerada pela sociedade como uma criança negra pode ter sido criada por pais brancos e, por consequência, identificar-se mais como branca. O mecanismo qualificado em inglês como ‘*passing*’ quer dizer justamente o fato de ser percebido como um branco quando ele não é, criando assim uma identidade de uma pessoa mestiça que permita que ela se beneficie de vantagens concedidas pela sociedade aos indivíduos brancos. Contudo, essas mesmas pessoas podem também se encontrar no limite de uma hostilidade e serem excluídas por aquelas pessoas que pensam que eles não podem se passar por brancos. É possível, ainda, que um mestiço não se considere pertencente a nenhuma categoria racial. Vale a pena notar que o termo ‘*passing*’ faz referência à capacidade de se fazer passar por um branco, mas não existe como termo correspondente em um fenômeno inverso, ou seja, a capacidade de um branco se fazer passar por uma pessoa não branca. Isso ressalta o fato de que em uma sociedade racista a direção inviável é sempre aquela em direção à categoria branca, em detrimento da pele negra. [...]. Eu proponho às pessoas mestiças o conceito de *saliência* [...]. Nós temos todas as características sociais múltiplas que se entrecruzam entre si” (Diangelo, 2020, p. 195-196). Cf. DIANGELO, R. **Fragilité blanche**: ce racisme que les blancs ne voient pas. Paris: Les Arènes, 2020.

Meu avô **José Procópio de Almeida**⁹⁶, um homem negro retinto, foi um dos filhos do casal **Procópio José de Almeida** e de **Maria Ricarda de Lima**, meus **bisavós paternos** que residiram primeiro em uma fazenda na região de Ituaçu e depois compraram as terras da fazenda Riachão-Laços-Tanhaçu, onde a maioria dos irmãos do meu pai nasceu.

Elpídia e Procópio casaram-se na Fazenda do Riachão-Laços e tiveram dez filhos e uma filha. Hoje todos estão mortos, sendo o tio João o único vivo. Conversei com ele me contar sobre suas memórias da família. Seus irmãos eram: **Antonio, Almerindo, Jonas, Joanita, Reginaldo, Edson, Manoel, Jaime, João, José, Sebastião**.

Os irmãos Almerindo, Reginaldo, Jaime, ao meio Jaime e meus avós Procópio e Elpídia. O trio, Amarildo e Amauri e meu tio João (único vivo)

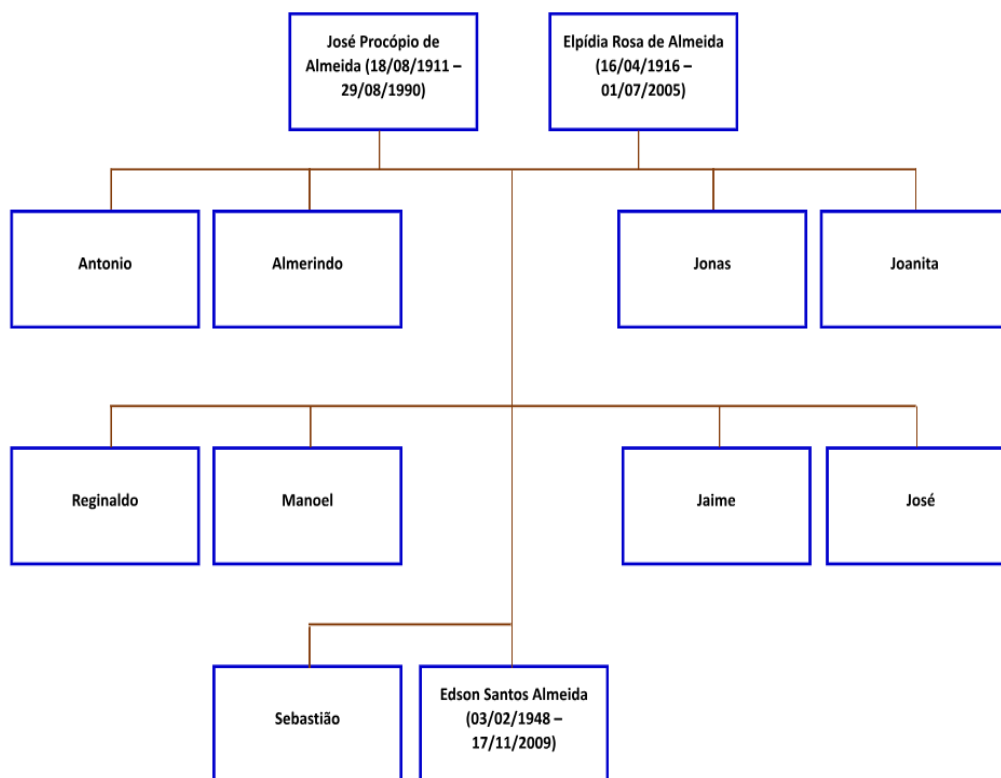
Imagem 20 - Os irmãos Almerindo, Reginaldo, Jaime



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

⁹⁶Meu avô José Procópio de Almeida (Data de nascimento: 18/08/1911 - Data de falecimento: 29/08/1990).

Figura 15 - José Procópio de Almeida e Elpídia Rosa de Almeida



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Desde pequeno, todos trabalhavam na roça, predominantemente nas suas terras. A colheita era vendida pelo Procópio, meu avô, que negociava as mercadorias na feira de Tanhaçu.

Tiveram uma infância feliz, com liberdade gostavam de brincar de futebol e sair no campo para caçar animais, armar arapucas e sempre tinham pelo menos uma rolinha capturada. Como eram moleques, também tinham muitos amigos, muitos conhecidos na região.

Imagem 21 - A casa do meu pai Edson e da sua família Almeida; na frente da casa eu e minha mãe dez/2022



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Eles, ao contrário da família da minha mãe, eram antenados com as notícias que vinham do rádio, sabiam de tudo o que acontecia nos grandes centros do país, e logo cedo, neles, despertou a vontade de conhecer São Paulo e “vencer na vida”.

Em meados de 1965, apareceu uma oportunidade de trabalhar em Jundiaí. Meus tios Almerindo, Reginaldo e meu pai vieram pela primeira vez para Jundiaí, interior de São Paulo, com uma turma de amigos. Meu tio Almerindo foi trabalhar em um posto de gasolina, o tio Reginaldo foi trabalhar como motorista e meu pai foi vender óleo de cozinha.

Voltavam sempre para Laços para visitar os pais e passar alguns dias na cidade. E toda vez que chegavam, soltavam fogos de artifício para avisar que estavam em Tanhaçu, hábito que, até hoje, algumas pessoas usam na região. Também, realizavam festas. Procuravam retornar em junho para aproveitar os festejos de São João. Minha mãe conta que, certa vez, esteve em uma dessas festas e que tinha sido paquerada por Reginaldo, irmão do meu pai. Porém, naquela época não lembrava de ter visto o meu pai.

Após alguns anos, Almerindo veio morar no bairro Jardim Primavera, zona norte de São Paulo, e meu pai foi morar com ele junto com Reginaldo. Os três compraram uma barraca de feira e decidiram trabalhar nesse ramo. Edson e Almerindo foram bem-sucedidos nessa área, sendo a principal atividade de Almerindo até sua aposentadoria; e para meu pai, foi sua possibilidade de ascensão até meados de 1980.

Naquela época, o que a juventude gostava de fazer como lazer era ir a bailes para dançar e ouvir músicas da Jovem Guarda

*Óh! Cupido, vê se deixa em paz (óh! Cupido)
Meu coração que já não pode amar (óh! Cupido)
Eu amei há muito tempo atrás (óh! Cupido)
Já cansei de tanto soluçar (óh! Cupido)
... Hei, hei, é o fim
Óh! Cupido
Vai longe de mim (óh! Cupido)
(Estúpido cupido, 1959)⁹⁷.*

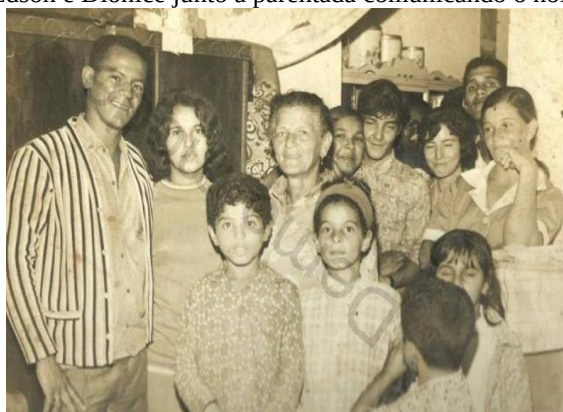
Em certa ocasião, meu pai foi até um baile na Vila Rosa, zona Leste de São Paulo, e reconheceu minha mãe. Ele já tinha notado sua beleza quando ela aparecia na feira de Tanhaçu, o *point* na época, para as pessoas fazer negócios, encontrar parentes, paquerar e arrumar pessoas para noivar e casar. A feira de Tanhaçu foi o local que, certamente, proporcionou as condições para o crescimento populacional da cidade de Tanhaçu.

⁹⁷ESTÚPIDO CUPIDO. [Compositor]: Celly Campello, Neil Sedaka e Howard Greenfield. [Intérprete]: Celly Campello. 1959. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/celly-campello/45016/>. Acesso em: 27 set. 2023.

Após ver a minha mãe, ele decidiu pedi-la em casamento. Ficou sabendo onde ela morava com a família e foi em um domingo até a respectiva casa. Chegando lá, conversou com Miguel e com Madalena e pediu permissão para namorá-la. Minha mãe não estava na casa, mas ao chegar e ver a cena sentiu um frio na barriga:

Ele me pediu em namoro, e eu não gostava dele, naquela época eu paquerava outra pessoa. Meus pais me comunicaram que tinham aceitado o pedido dele porque o Edson era de uma família distinta, e que seria um bom marido. Eu não queria casar e muito menos com ele. Na época eu trabalhava em uma fábrica, e desabafei com uma amiga, perguntando o que eu teria que fazer. Ela me disse que após o casamento, eu iria passar a gostar dele e que seria uma boa eu aceitar.

Imagem 22 - Em 1970, Edson e Dionice junto à parentada comunicando o noivado, ambos com 22 anos



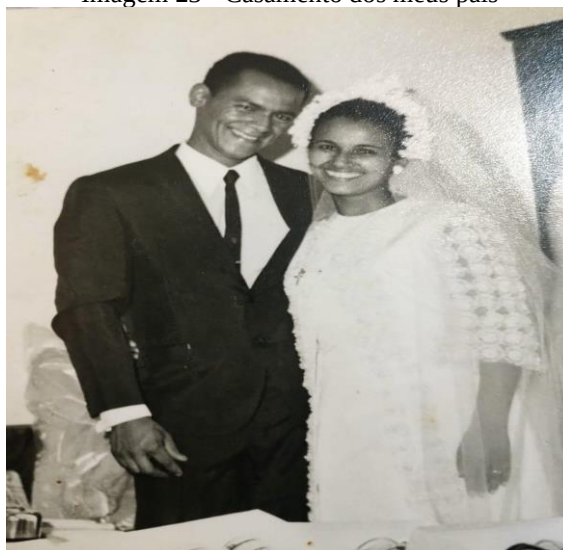
Fonte: Arquivo pessoal (2023).

O namoro na época era aos domingos e meu pai sempre aparecia com a mesma roupa para visitá-la:

Quando saímos para dar uma volta, minha irmã Iramaia nos acompanhava, nunca podia ficar só com ele. Naquela época era assim, desse jeito, não tinha muita aproximação. O Edson comprou uma casa no Jardim Primavera pra gente, quando eu vi, percebi que seria a minha chance de sair de casa. Tinha muita gente, era uma vida tumultuada, comecei achar que o casamento poderia me trazer um pouco de paz.

2.7.1 Enlace do povo dos Laços

Imagem 23 - Casamento dos meus pais



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Tanto Edson como Dionice vieram com a missão de serem os primeiros a chegarem à capital para arrumar dinheiro, e assim, enviar para a família se estruturar e suprir as necessidades. Essa situação de oportunizar o sustento da família os acompanhou sempre, antes do casamento e após o casamento. Ambos acreditavam que era imprescindível constituir uma família para acompanhar um modelo esperado pela sociedade. Dessa forma, eles estariam incluídos e seriam aceitos no sistema, fariam parte dele. Então, se casaram em 17 de outubro de 1970.

Importante lembrar que o país vivia sob uma ditadura civil-militar empresarial (1964 a 1985) patrocinada pelos Estados Unidos. A partir de 1973 o capitalismo no plano internacional vivenciou uma crise estrutural sistêmica, ou seja, transformações políticas, econômicas e financeiras na superprodução com queda das taxas de lucro. Também houve a crise do trabalho, que impactou diretamente a forma de organização da sociedade, com a chegada da política neoliberal que se consubstancia no estado máximo (classe dominante) e com o estado mínimo (classe trabalhadora) de acordo com as reflexões de Netto (2001, p. 77) conforme apontado por Maria Beatriz Abramides (2020, p. 21-38).

Como pudemos perceber ao longo do capítulo, as ideias eurocêntricas forneceram combustível para fazer funcionar o motor do sistema colonial por séculos e funcionou muito bem como herança ideológica (Moura, 2019 p. 60) para o pensamento e a formação social brasileira.

O próprio sistema capitalista gera as problemáticas para se remodelar nas próprias crises, desencadeando novos arranjos para a organização do trabalho como pudemos acompanhar. Processos que forçaram uma imigração estrangeira em massa para o Brasil e

depois a evasão dessas pessoas para fora do país. Explosão da migração nordestina para o sul do Brasil decorrente da miséria e da promessa de um desenvolvimentismo no país que fortaleceu o Estado, modernizou o país, garantiu uma política institucional (Damares Vicente, Raquel Raichelis, 2020, p. 57) por meio da ditadura militar. No entanto, violentamente reduziu o espaço de articulação da sociedade civil ocasionando, décadas depois, a retomada da democracia (1985) em uma conjuntura de neoliberalismo principalmente por meio de tendências, entre elas: a diminuição dos salários e condições de trabalho precárias e flexíveis levando ao pleno desemprego; a reorganização de novas linhas de produção com os avanços tecnológicos em escala global, aumentando a desigualdade social tornando os ricos mais milionários e os pobres mais miseráveis.

A estratégia tanto do colonizador como da classe dominante moderna ainda é a mesma, ou seja, oprimir e explorar a classe trabalhadora, sobretudo os não brancos. Isso continua sendo feito utilizando violências institucionais, desorganizando e alienando as pessoas num cotidiano em que não percebem a necessidade da luta de classe, e despolitizando para enfraquecer a superação do capitalismo, do patriarcado, e do racismo neste movimento constante de barramentos que leva a sociedade a se fechar no individualismo.

Para finalizar, concordamos com Barroco (2009, p. 34) quando ela nos convoca a pensar que, para o trabalho existir, precisamos ter gente, essa mesma gente que tanto o capital desumaniza, mas que não desiste de viver porque o trabalho dá sentido para vida.

Vimos que o trabalho é a gênese da sociabilidade, da consciência, da universalidade e da liberdade dos homens. Uma vez desencadeadas pela atividade genérica que as gerou, tais capacidades passam a fazer parte da natureza específica dos homens; como uma natureza criada pelos próprios homens através do trabalho como atividade prática positiva. Quando o trabalho não afirma a vida, não libera essas capacidades, elas são negadas, podendo até se realizar, mas sob formas fragmentadas, ou realizar-se para uma parcela minoritária da humanidade. (Barroco, 2009, p. 34).

Não há outra saída, a não ser a luta pela existência, e para que possamos aproveitar a vida com dignidade temos que pensar em uma revolução que elimine o capitalismo com a luta da classe trabalhadora.

Como puderam notar este capítulo não foi um resgate da memória familiar particular, mas, ao mesmo tempo, utilizamos esta história para servir como exemplo das várias famílias brasileiras, compostas por negros e mestiços que entrelaçados com o sistema político econômico e social deste país constituiu e constituem uma sociedade onde a centralidade do trabalho organiza as relações sociais e essa transformada reproduz nossa cultura na transmissão

de valores e de modo e meios de viver. No próximo capítulo nossa pesquisa por meio da escriturização resgatará a memória e minha experiência como mulher negra dentro do contexto dos anos de 1973 a 2024.

3 "QUANDO ESTAMOS CANSADOS, QUE APRENDAMOS A DESCANSAR E NÃO A DESISTIR"

*Deixei de gritar
Para muitos, sucumbida
Mal sabiam meus algozes
Que como Fênix, renasceria!*
(Débora Garcia, 2019, p. 67)⁹⁸

3.1 Apresentação

Início o percurso deste segundo capítulo para lhes contar minha história, inédita, na posição de uma mulher negra que tardiamente descobriu que era racializada dentro das principais instituições por onde passou, bem como nas relações pessoais. Histórias que acredito, após a escrevivência, poderão servir de material de estudo para que outras mulheres percebam o racismo e o sexismo, que por vezes estão camuflados dentro das relações sociais. Todos nós temos uma história de vida que se constitui como uma realidade da nossa existência presente, sendo assim, quando se trata da população negra, que historicamente teve suas histórias apagadas ou silenciadas, passa a ser de suma importância os registros que subsidiam o entendimento do racismo, e com o mesmo grau de importância, e sob um viés científico, de uma perspectiva em que eles possam ser transformados em fontes de análise.

Os acontecimentos que passo a narrar a partir de agora evocam sentimentos de tristeza, decepção, frustração, a dor de muitas mulheres negras que ainda continuam nesse lugar da humilhação e da inferioridade. Dessa maneira, existirá uma unidade dialética na compreensão do movimento do singular para o universal e vice-versa, o tempo por vezes não será tão cronológico, respeitando, inclusive, a técnica desta escrita negra. Por meio da escrevivência será possível resgatar memórias e construir um trajeto que tira esses relatos da invisibilidade e mergulha nas minhas vivências, como também revelará trajetórias de outras trabalhadoras negras.

Surge a fala de um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido. A escrevivência das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra (Conceição Evaristo, 2020, p. 223).

Destaco, todavia, que este estudo requer um método científico, um rigor acadêmico para não ser confundido com uma autobiografia, porque o objetivo é apresentar aspectos do racismo

⁹⁸Cf.: RIBEIRO, E.; BARBOSA, M. (org.) **Escritoras de cadernos negros**: contos e poemas afro-brasileiros São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 2019.

cotidiano. Portanto, faço uma escolha que coloca todos os sujeitos que passaram na minha vida como constitutivo da minha formação como pessoa, e destacam-se subjetividades, como também desvelam contradições das relações sociais da classe trabalhadora. Segundo Martinelli (2018), os sujeitos da pesquisa colocam as situações no centro dos acontecimentos históricos que traduzem o nosso cotidiano dentro da nossa sociedade.

Nossas temáticas de estudo não são apenas acadêmicas, são problemáticas sociais, contêm camadas de história e um rico repertório de histórias de vida, onde se entrelaçam dimensões políticas da vida pública e privada que só podem ser desvendadas quando nos dispomos a ouvir histórias pessoais, cotidianas (Martinelli, 2019, p. 4).

No decorrer desta pesquisa busca-se localizar o racismo cotidiano e institucional, que são práticas e ações travestidas de situações comuns do dia a dia resultantes de uma formação sócio-histórica e cultural da sociedade brasileira e da manutenção do sistema capitalista.

Uma das perguntas que os colegas de trabalho mais me faziam era por que eu agia daquela maneira, ou por que eu era assim? Eu era uma pessoa que para o outro causava um “desconforto” a ponto de “desarmonizar” o ambiente de trabalho. A psicóloga e artista Grada Kilomba⁹⁹ (2019), em seu livro *Memórias de uma plantação*, discute o racismo cotidiano em vários momentos realizando um diálogo com o psicanalista martinicano Frantz Fanon. Neste trecho ela destaca:

Esse é o trauma do **sujeito negro**; ele jaz exatamente nesse estado de absoluta ‘Outridade’ na relação com o **sujeito branco**, um círculo infernal ‘quando pessoas gostam de mim, dizem que é apesar da minha cor. Quando não gostam de mim, apontam que não é por causa da minha cor’ (Fanon, 1967, p. 116). O autor escreve em ambas situações não tenho saída. Preso no absurdo, parece, portanto, que o trauma de pessoas negras provém não apenas de eventos de base familiar, como a psicanálise argumenta, mas sim do traumatizante contato com a violenta barbaridade do mundo branco, que é a irracionalidade do racismo que nos coloca sempre como a/o ‘outra /o’, como diferente, como incompatível, como conflitante, como estranha e incomum. (Grada Kilomba, 2019, p. 40, grifo da autora).

É o irracionalismo das violências raciais que Fanon (2018) tenta explicar. E os questionamentos feitos por outras pessoas, geraram em mim muitos problemas emocionais: complexos de inferioridade, sensação de incapacidade, baixa estima, e traumas que ainda

⁹⁹“Grada Kilomba (Lisboa, 1968) é uma escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar portuguesa reconhecida pelo seu trabalho que tem como foco o exame da memória, trauma, gênero, racismo e pós-colonialismo, traduzido em várias línguas, publicado e encenado internacionalmente. Com raízes em São Tomé e Príncipe e Angola, reside desde 2008 em Berlim (Alemanha) e a experiência de crescer, estudar e trabalhar em Portugal, um país com fortes traços colonialistas, marca profundamente o seu trabalho”. Sua obra mais conhecida no Brasil é *Memórias de uma Plantação*. Cf.: FOLHAPRESS. A portuguesa Grada Kilomba na Pinacoteca. 2019. Disponível em <https://folhapress.folha.com.br/foto/13986729>. Acesso em: 20 mar. 2022.

preciso processar nas sessões de psicanálise. E como esta pesquisa tem o objetivo de buscar algumas explicações sobre as manifestações do racismo e seus efeitos, mantive a estratégia de relembrar a minha trajetória de mulher negra num processo investigativo baseado no materialismo histórico-dialético. A maneira como o mundo me foi apresentado faz todo o sentido para que eu entendesse as situações com quais precisei lidar, compreender e viver para reagir e existir desta forma neste mundo.

Ao procurar lembrar de circunstâncias que já estavam arquivadas na minha mente, abri gavetas que possuíam os laços, os vínculos, as amizades, a família e a resistência para eu me afirmar na minha identidade negra que tinha sido perdida, extraviada e capturada pelo modelo de mundo da supremacia branca. Então, agora vamos à história!

3.2 Escrivências de uma infância racializada

A gente despreza esse exercício da escrita, e vamos trabalhando e vamos pensando e vamos elaborando e vamos experimentando, e só mais tarde é que a gente percebe que esse exercício pode ser traduzido também em teoria. (Conceição Evaristo, 2023)¹⁰⁰

Eu nasci em 26 de janeiro de 1973, sob o signo de aquário, no Hospital São Paulo, às nove horas da manhã. De acordo com a numerologia, sou filha de Ogum¹⁰¹, e desta forma tenho uma personalidade guerreira, verdadeira, lutadora perseverante na justiça social. Eu não fui exatamente desejada, segundo minha mãe, porque ela soube da minha vinda enquanto amamentava meu irmão mais velho, o Ronaldo, que na época, ainda tinha 3 meses. Preocupada se sua gravidez prejudicaria o desenvolvimento dele, Dionice procurou algumas ervas para tentar fazer um aborto. Tomou alguns chás que eram do seu conhecimento ancestral familiar, mas eu vim ao mundo lutando para existir desde o útero da minha mãe.

Minha mãe escolheu outro nome para mim: Mônica. Todavia, meu pai, chegando ao cartório, trocou por Rosângela, porque uns vizinhos negros retintos que moravam ao lado da nossa casa tinham uma bebê cujo nome era igual, e meu pai não queria nenhum tipo de associação revelando um racismo que se pratica entre a nossa própria raça, que é o próprio

¹⁰⁰CAETANO, E. Na Flup, Nêgo Bispo e Conceição Evaristo mostram por que os saberes ancestrais pautam a intelectualidade hoje. [S. l.]. **Nonada**, 17 out. 2023. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2023/10/na-flup-nego-bispo-e-conceicao-evaristo-mostram-porque-os-saberes-ancestrais-pautam-a-intelectualidade-hoje>. Acesso em: 11 fev. 2022.

¹⁰¹Ogum, em ioruba, significa luta, guerra. É a divindade da metalurgia, do ferro e do aço, da caça e dos caçadores, dos grandes caminhos. É o dono das armas, senhor dos exércitos, das guerras, da pujança e da força do sangue que corre em nossas veias e, por isso, forja o ferro e o transforma em instrumento de luta — sua espada. Seus assentos, nos terreiros de candomblé estão ao ar livre, na entrada das casas e terreiros, às vezes, oculto no mato, pois ali se encontra sua forja, a céu aberto. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/religiao/ogum.htm>. Acesso em: 16 jan. 2024.

negro não querendo ser negro. No livro *Tornar-se Negro*, da psicanalista Neusa Souza Santos (2021, p. 47), a intelectual comenta: “que não possuindo uma concepção positiva de si mesmo, o negro viu-se obrigado a tomar o branco como o modelo de identidade ao estruturar e levar a cabo a estratégia de ascensão social”. A discriminação, como podemos notar, é uma questão de preconceito interseccionada com as diferenças de classe. E para o meu pai, ele se via em outro patamar na escala financeira.

O mito da democracia racial é tão eficaz no controle da população negra que muitos acabam por incorporar a ideia de que só os brancos são um modelo confiável, dessa forma, eles se esforçam para serem os mais parecidos com as atitudes brancas para não serem confundidos com os estereótipos dos negros marginalizados. O ideal da branquitude passa a ser almejado de maneira incansável por eles, sendo importante manter distância de outros negros (Valente; Ana Lucia, 1994, p. 64-72).

O cenário internacional de 1973 incluiu o fim da Guerra do Vietnã. Nos Estados Unidos, os movimentos negros mantinham vários esforços para combater a segregação racial e a discriminação dando sustentação a promulgação dos direitos civis, sob a liderança de Martin Luther King Jr. Muitos países africanos estavam conquistando sua independência do domínio colonial europeu, dentre eles Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, eles também estavam construindo uma saída para o apartheid na África do Sul (Kabengele Munanga; Nilma L. Gomes, 2008). Logo abaixo, temos uma capa do Jornal Folha de S. Paulo de janeiro de 1973 (mês e ano do meu nascimento) com as principais notícias do Brasil e do mundo.

Figura 16 - Reportagem da Folha de São Paulo



Fonte: Folha de S. Paulo (1973).

No Brasil, permanecia a ditadura militar, o presidente na época era o general Emílio Garrastazu Médici. No mundo, configurava-se uma crise do petróleo com embargo de fornecimento para países ocidentais, incluindo o Brasil, situação que levou a uma crise energética no país, com escassez de combustível e racionamento de energia (Cammarota, 2007). Foi o ano de surgimento dos movimentos negros mais organizados, com reivindicações por mais políticas públicas para a população negra e reparação histórica.

O mais expressivo grupo organizado na cidade de São Paulo foi o Movimento Negro Unificado -MNU. (Valente; Ana Lúcia, 1994, p. 65). Em 1978 reuniu aproximadamente três mil pessoas nas escadarias do Teatro Municipal para realizar um protesto contra a morte de um trabalhador negro, Robson Silveira da Luz, e reivindicar menos preconceito, por conta do episódio no Clube Regatas Tietê, que impediu três jovens negros de frequentar a piscina por discriminação racial.

Também nasci em uma década em que surgia uma renovação do feminismo, principalmente o negro, no qual intelectuais estavam se reunindo coletivamente e realizando suas pesquisas em um processo de teoria e prática. As mulheres negras dessa renovação construíram produções que hoje servem de base para meus estudos e são as principais interlocutoras das análises desta pesquisa interseccional que verifica as desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho. Tendo como referência escritoras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Angela Davis, bell hooks, Audre Lorde, vamos seguir adiante.

Minha mãe relata que não sentiu os efeitos das crises na década de 70. O início da caminhada familiar veio com bastante prosperidade. Aliás, minha mãe não se recorda de nenhum fato histórico que transformou significativamente a nossa sociedade. Desde o seu nascimento em 1948, sob a governança do presidente Eurico Gaspar Dutra, que instala um novo regime democrático no país após a era Vargas, até 1964, com a entrada do regime ditatorial militar (Cammarota, 2007), minha mãe explica que não acompanhou nenhuma notícia, ou percebeu nenhuma alteração no seu cotidiano em decorrência das mudanças políticas e econômicas. As únicas alterações que ela sentiu na sociedade foram as transformações culturais.

Segundo a filósofa e escritora Marilene Chauí (2005, p. 88):

A ignorância pode ser tão profunda que nem sequer a percebemos ou a sentimos, isto é, não sabemos que não sabemos, não sabemos que ignoramos. Em geral o estado de ignorância se mantém em nós enquanto as crenças e opiniões que possuímos para viver e agir no mundo se conservam como eficazes e úteis de modo que não temos nenhum motivo para duvidar delas, nenhum motivo para desconfiar delas e, conseqüentemente, achamos que sabemos tudo o que há para saber.

Chauí também explica o conceito de alienação social observado de perto por Marx, que produz uma mistificação ideológica sob a qual muitas pessoas não se reconhecem como construtores das instituições sociopolíticas e aceitam a vida como ela é, como se tudo fosse movimentado por meio de divindades: “O desconhecimento da origem e das causas da práxis leva os homens a atribuir a um outro ou a outros aquilo que, na realidade, foi produzido por sua própria ação” (Marilene Chauí, 2005, p. 172).

Muitas mulheres negras desta geração, que habitavam lugares longínquos, empobrecidos, sem investimentos de políticas públicas principalmente de educação e de acesso à informação, viveram em um Brasil apartado, desconectado dos acontecimentos do mundo. O sistema capitalista produziu isso, apropriou das pessoas apenas a produção de mercadoria, a sua força de trabalho e nada mais. Para minha mãe, que se acostumou a entender o mundo apenas para subsistir, a frase abaixo, de sua autoria, sintetiza essa dinâmica:

A vida feliz é uma conquista quando você consegue trabalhar, descansar, ter família, e coisas para viver.

No cenário cultural, as músicas mais tocadas na minha casa eram músicas de forró, como do compositor Luiz Gonzaga, ou as românticas do Roberto Carlos e Erasmo Carlos, e as bregas dos cantores das rádios AM, Paulo Sérgio e Odair José. Músicas que remetem a saudades

de um momento do passado, da terra, da natureza e da valorização do sertão, músicas que tratam do amor que pode ser eterno.

As novelas sempre fizeram parte do cotidiano familiar, meus pais sempre gostaram e era costume sentarmos em frente à televisão para assisti-las. Aquelas ficções marcavam nossas fantasias, mas também fazíamos muitas relações com nossa realidade: Novelas como Roque Santeiro (1985); Escrava Isaura (1976); Tieta (1989); Pai Herói (1979); Vale Tudo (1988), transmitidas pela Rede Globo, eram histórias impressionantes para todos nós. Minha mãe se tornou fã de novelas desde quando passou a ter acesso à televisão em 1970. Ela diz que aprendeu sobre a vida com elas, mesmo consciente de que se trata de uma invenção. Lembro-me dela usando exemplos de personagens ou de situações das histórias contadas na novela para me educar.

As novelas sempre tiveram esse papel influenciador. Lembro-me de quando pequena tentar imitar as personagens e eu me espelhava nelas para falar igual, agir e me comportar de forma semelhante a elas; eu tentava escolher roupas parecidas com aquelas da cena que estava na moda. As atrizes eram modelos de beleza, estética e comportamento. E certamente aquele estilo de vida impactava na minha formação de identidade, cujo modelo branco, rico de ser, influenciava na moralidade e nos costumes de como deveríamos nos comportar em sociedade. O fato de não haver artistas negros/as interagindo nas histórias e, quando havia, de ser papéis irrelevantes, ou de um lugar de servidão, também favoreceu a construções de padrões que só muitos anos depois foram desfeitos, após minha consciência racial.

Minha família e eu sempre copiamos o modo branco de falar, andar, amar, ser, confrontar e existir. O padrão *chic* de ter e viver em uma casa. O modo de ser alguém que busca uma ascensão social por meio de um trabalho, que no meu caso deveria ser em um escritório. Fui alimentada na crença de que a felicidade estaria em um casamento com um homem bem-sucedido, branco, salvador, protetor, com quem eu me apresentaria na igreja católica virgem. Eram crenças e valores morais que foram ensinados para que eu pudesse ter uma vida de superação, tipicamente condicionada a um modelo que meus pais sempre sonharam ter e não tiveram em suas juventudes.

Para minha família, que se encontrava assimilada, Neusa Santos Souza (2021 p. 53) explica essa captura de comportamento:

A história de ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação.

Cresci sem admirar nenhuma artista negra, ou ter uma referência de mulher negra. Meu modelo ideal sempre foi a mulher branca que representava o meu destino na vida. Minhas referências de negros de destaque são as mesmas que a maioria das pessoas costuma se lembrar: Pelé, Gilberto Gil, Milton Nascimento, Alcione, Sandra de Sá, Tia Anastácia, Mussum, ou seja, pessoas vinculadas ao mundo do futebol, artístico e do entretenimento, que é o único lugar onde as pessoas costumam aceitar os talentos pretos na pequena brecha da ascensão social.

Para nossa família, a preferência midiática para estarmos sempre informados era o rádio e nós sempre gostávamos de acompanhar os noticiários da Jovem Pan, Excelsior, Tupi, os radialistas Zé Bettio, Gilberto Barros, Paulo Barbosa e o Programa do Gil Gomes pelas manhãs com as notícias das perseguições policiais; no decorrer do dia, ouvíamos músicas (estilo predominantemente brega), e à tarde, o radialista Ely Corrêa apresentava um programa chamado “Que saudade de você”, que lembra os atuais Podcasts que contam a vida real de mulheres vítimas de sofrimentos (assassinatos, abandonos, frustrações amorosas, rompimentos familiares). Lembro-me da minha mãe discutindo comigo sobre os casos narrados e ficando indignadas com várias situações. Talvez, iniciavam-se ali, as minhas primeiras impressões sobre injustiça social e o que fazer com isso. E na primeira faculdade que fiz, Comunicação Social - Jornalismo, eu me destacava sempre quando realizava as reportagens para a rádio universitária. Em minha análise o sistema capitalista domina os meios de comunicação para transmitir valores e costumes que formatam a sociedade em modelos normatizantes, como os programas de rádio e de televisão enquanto aparelhos ideológicos. As mídias são grandes formadoras de opinião e uma potência para influenciar as pessoas, inclusive com decisões de vida.

Quando nasci, meus pais estavam pagando as prestações de uma casa própria e no terreno ao lado, meu pai já montava uma quitanda para ter seu negócio próprio, além de trabalhar de terça a domingo nas feiras livres da capital de São Paulo como vendedor de frutas. Abaixo, o minimercado com as portas fechadas, nosso carro corcel 2 amarelo, e nossa casa em cima do comércio em abril de 1980.

Imagem 24 - Minimercado com as portas fechadas, nosso carro corcel 2 amarelo, e nossa casa em cima do comércio em abril de 1980



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Minha mãe relatou que por muito tempo meu pai tinha apenas duas camisas e duas calças para sair. Ele achava necessário economizar para prosperar. Meu pai era um homem ambicioso, nos dizia que sua família não passaria pelas privações que tinha passado no interior da Bahia. Ele sempre insistia que o maior valor de um “homem” é o trabalho, e que o serviço proporciona vida saudável e a economia de dinheiro nos deixava prósperos. Toda sua reserva ele investia em compras de terrenos e de casas. Hoje minha mãe vive do rendimento das casas de aluguel que os dois construíram juntos. Quanto a mim, faço tratamento para equilibrar as dimensões da vida porque fui ensinada a dar mais importância ao trabalho do que a outras questões da existência e faço psicoterapias para me tratar da síndrome de burnout no intuito de equilibrar a vida sem exagerar na pressão para o trabalho.

Imagem 25 - Eu e meu irmão Ronaldo



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Minha mãe teve seu primeiro filho, o Ronaldo¹⁰², em 28 de janeiro de 1972. Na foto acima, ele ao meu lado na sala de casa em 1982. Eu e meu irmão Ronaldo tivemos uma infância feliz e alegre, naquele momento não faltava nada para nós, havia fartura de comida, verduras, legumes, frutas, carnes, peixes e sobremesa. Nós éramos os primeiros netos e sobrinhos de uma família enorme de ambos os lados e, dessa forma, sempre recebíamos o carinho de todos os membros, tínhamos muitos tios e tias e ganhávamos muitos presentes, roupas e brinquedos. Nossa casa era sempre confortável com toda a mobília, cozinha equipada, e equipamentos eletroeletrônicos. Meus pais compravam sempre as novidades para nós, videogame, vitrola, enceradeira, tivemos uma bicicleta Monark, que era considerada mais cara que a Caloi, e fomos os primeiros do bairro a ter telefone, televisão colorida, bicicleta e um carro popular. Como nos exemplos abaixo:

Figura 17 – Bens de consumo



Fonte: Elaborada pela autora a partir de pesquisa na internet¹⁰³(2023).

¹⁰²Ronaldo Araujo Almeida - irmão - 28/01/1972.

¹⁰³Disponível em: www.google.com.br. Acesso em: 23 ago. 2023.

A maior parte da minha infância foi vivida com bastante liberdade; a gente brincava na rua, na pracinha perto de casa, meus vizinhos eram meus amiguinhos e sempre tínhamos muitas brincadeiras, polícia-e-ladrão, pega-pega, amarelinha, pula corda, escolinha, casinha, carrinhos, bonecas, queimadas, cabo de guerra, apostas, cubo mágico, cabra-cega, ciranda, taco, bambolê, entre outros.

Como meus pais trabalhavam muito na feira e na quitanda, éramos cuidados por uma babá, a ‘Maria da Ditinha’, que era prima da minha mãe vinda de Tanhaçu. Aliás, todas as pessoas que trabalhavam com a minha família eram da cidade de origem dos meus pais, que achavam que tendo a mesma origem local seriam pessoas mais confiáveis.

Em 1974, a avó da minha mãe, Rosalina, que tinha vindo para São Paulo em 1972 para ser cuidada pelas filhas, veio a falecer. Considerada por todos uma mulher incrível, ela foi velada na casa da Tia Branda e sepultada em São Paulo. Naquela época, era comum o registro como nas fotos abaixo:

Imagem 26 - À esquerda, Madrinha Rosa/ à direita, Velório da Madrinha Rosa com meus avós maternos



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

A “baianada” de Tanhaçu vira e mexe estava lá em casa também. Meu pai era amigo de todo mundo da cidade e nossa casa era uma parada obrigatória para alguém tomar um café ou obter informações sobre como resolver uma situação na cidade ou procurar um médico. Ele sempre procurava dar uma assistência e atenção às pessoas

Meu pai nunca conseguiu ficar afastado das suas origens. Para ele, sempre foi importante estar próximo dos parentes. A família e os amigos dele tinham máxima importância. Ele sempre viajava para Laços e Tanhaçu e fazia questão de visitar o povoado e seus conhecidos. Percorria as casas dos tios e tias, primos e primas. Onde chegava levava uma lembrança, uma camisa para um, um perfume para outro, levava um saco de bolas e bonecas para as crianças. As pessoas eram muito pobres, o Brasil havia passado por várias crises econômicas, então pouco emprego tinha na região e alguns parentes mais velhos sobreviviam

com benefício de aposentadoria rural, e outros com pequenos cultivos de lavouras. No entanto, quando ele chegava nessas casas os parentes faziam questão de ofertar um almoço, matar uma galinha, dessalgar pedaços de carnes e usar os últimos produtos da dispensa. Oferecer o que tinham era uma honra. Um costume que, inclusive, nesta última viagem, de dezembro de 2022, minha mãe estranhou. Não aconteceu mais a oferta de refeição, por vezes nem o oferecimento de um café. Fato que nos leva a pensar em mudanças de costumes, já que a questão da pobreza nunca foi empecilho para servir uma visita.

As pessoas de Laços me disseram que quando precisavam ir para São Paulo, meu pai fazia os traslados, e facilitava encontros entre parentes. Na maioria das vezes, as pessoas vinham para realizar tratamento de saúde, já que a região ainda não possui locais de atendimento para vários procedimentos de saúde mais específicos. Essa situação não muda na região há décadas, sinal de que ainda permanece abandonada pelas principais políticas públicas das regiões periféricas do Nordeste; podemos nomear isso racismo ambiental¹⁰⁴.

Realizando a pesquisa, consegui entender a importância de manter vínculos com a terra e a origem, pois essa ação fortalece a identidade e mantém viva uma cultura. Meu pai manteve uma tradição e, por conta do seu envolvimento com o povoado, as portas estavam abertas para me receber e para eu conhecer a sua história. Quando estive na cidade, muitas pessoas se referiram a ele com gratidão. Elas me abraçaram e algumas choraram, porque eu representava a continuidade dele. Por conta do saudosismo, a memória e a transmissão dos costumes permanecem. E eu passo a ser reconhecida como a “filha do Edson”.

Para mim, acabou aquela história em que eu não era importante por não ser descendente de europeus. Pelo contrário, agora eu tenho o máximo de orgulho de saber que descendo de uma região valiosa que foi base de sustentação para centenas de famílias sertanejas e quilombolas que contribuíram para o desenvolvimento do país.

3.3 Vivências de uma menina negra no espaço educacional

¹⁰⁴Segundo a coordenadora de política climática no Instituto Clima e Sociedade, Marina Marçal (2022), doutoranda em sociologia e direito pela Universidade Federal Fluminense, esse conceito basicamente aponta para a divisão desigual do bônus e ônus do “desenvolvimento” no modelo de produção na sociedade capitalista em que as populações negras, indígenas, latinas e minorias sociais costumam ser majoritariamente afetadas pela degradação ambiental, como as enchentes, poluição do ar, proximidade à destinação de resíduos sólidos e/ou tóxicos, entre outros. É um conceito que foi criado pela primeira vez nos anos 1980 pelo pastor estadunidense Benjamin Chaves Jr, mas certamente encontra o maior acervo científico nos estudos do Dr. Robert Bullard, conhecido popularmente no mundo como o pai do racismo ambiental, e da Dra. Beverly Wright, conhecida de forma mais ampla no contexto estadunidense como mãe do racismo ambiental. Disponível em: <https://gife.org.br/o-que-e-racismo-ambiental-e-como-ele-impacta-a-vida-dos-brasileiros/>. Acesso em: 11 set. 2023.

*Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
 Você vai ver como são diferentes as oportunidades
 E nem venha me dizer que isso é vitimismo
 Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo
 Existe muita coisa que não te disseram na escola
 (Cota não é esmola, 2018)¹⁰⁵*

Eu comecei a estudar aos cinco anos em uma escolinha particular. E aos sete anos, eu e meu irmão fomos estudar em um colégio católico privado no bairro do Limão. Por ser uma escola de classe média, não havia crianças pretas por lá.

Imagem 27 – Eu e o Ronaldo com uniforme escolar



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Eu tinha apenas uma amiga na escola, que se chamava Telma, uma menina negra, de pele clara, bolsista, filha de uma funcionária da escola. Não fiz muitas amizades naquela época, e acredito que hoje posso avaliar que era pela condição de sermos as únicas negras da turma. Eu tinha inveja de uma aluna branca, loira, de olhos amendoados, porque as crianças estavam sempre à sua volta fazendo favores para ela. A menina era uma referência para a turma e todo ano era eleita como miss caipirinha. Sempre me questionava por que eu não poderia ser uma miss também. Não conseguia perceber que existia uma diferença de cor que simbolizava os vencedores e os perdedores.

A escola foi minha primeira experiência de segregação. Eu almejava receber também atenção dos meus amiguinhos e acreditava que essa eleição poderia me projetar. Eu me

¹⁰⁵ COTA NÃO É ESMOLA. [Compositor]: Bia Ferreira, Doralyce. [Intérprete]: Bia Ferreira. 2018. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/bia-ferreira/cota-nao-esmola/>. Acesso em: 1 mar. 2023.

esforçava muito para vender as rifas e conseguir prendas para a festa junina, que era uma das regras para concorrer à eleição. Como meu pai tinha muitos clientes na feira, eu aproveitava para vendê-las. Eu era a aluna que mais rifa vendia. No entanto, a miss caipirinha era escolhida por critérios de popularidade. Eu, deparando-me com obstáculos e derrotas, não conseguia chegar perto deles. Sentia-me frustrada, achava injusto e na minha mente ficava aquela sensação de não reconhecimento pelo esforço que eu desprendia.

Também sonhava em ser a jogadora do bastão na fanfarra; porém, nunca deixei de ser a tocadora de caixa. Ou seja, existem meninas na frente da fanfarra que abrem a passagem para a banda, que chamam a atenção para a apresentação do grupo e naquela escola não eram as meninas negras.

Entendemos a raça como um marcador importante para olhar para as crianças brasileiras e a força da classificação social deste marcador em nossa sociedade dá-se quando percebemos que, as crianças, antes mesmo de existirem, já são marcadas pela raça. Esta marcação é, inicialmente, uma heteroclassificação, pois são as pessoas adultas quem tem alguma relação com a criança que define o pertencimento racial destas no mundo que vivem. As crianças assim, quando ainda nem mesmo utilizam a raça para definirem-se no mundo, já são lidas a partir da linguagem social que a raça carrega e, nesse sentido, tem sua experiência no mundo também marcada a partir do lugar que ocupam, já são lidas a partir da linguagem social que a raça carrega e, nesse sentido, tem sua experiência no mundo também marcada a partir do lugar que ocupam (Nunes, 2022, p. 7).

Eu não consigo explicar exatamente o porquê, mas eu não me lembro de fatos tão relevantes da minha infância, nunca consegui ter esses registros como lembranças e como memória. Dessa forma, para construir este capítulo precisei recorrer às memórias do meu irmão a fim de escrever um pouco sobre essa fase. O Ronaldo sempre teve uma memória muito boa, ele lembra de detalhes, circunstâncias, fatos, datas. O que me leva a pensar que seu diagnóstico em relação à sua saúde mental tenha sido precoce. Segundo a psicóloga, ele teria um retardo mental leve. Na verdade, o que ela deveria estar comunicando para o mundo é que se tratava de um garoto negro, criativo, espontâneo, cheio de energia e que na escola o modelo conservador não proporcionava ferramentas para acolher suas necessidades e personalidade. E a partir daquele diagnóstico, precoce, ele foi estigmatizado como uma criança problemática.

Meu irmão, diferente de mim, logo no início da escolaridade apresentou uma série de problemas de comportamento, tinha déficit de aprendizagem, passou por bullying porque tinha um problema de fala, além da própria discriminação de cor. Sempre tinha recados das freiras sobre as brigas que ele tinha com outras crianças.

Vale ressaltar que a escritora e militante do movimento negro Lélia Gonzalez (2020), no livro **Por um feminismo afro-latino-americano**, organizado pelas intelectuais Flávia Rios e Márcia Lima, avalia que:

A maioria das crianças negras, nas escolas de primeiro grau, são vistas como indisciplinadas, dispersivas, desajustadas ou pouco inteligentes. De um modo geral são encaminhadas a postos de saúde mental para que psiquiatras e psicólogos as submetam a testes e tratamentos que as tornem ajustadas. Se refletirmos um mínimo sobre a questão, teremos dificuldade em perceber o que o sistema de ensino destila em termos de racismo: livros didáticos, atitudes dos professores em sala de aula, e nos momentos de recreação apontam para um processo de lavagem cerebral de tal ordem que a criança que continua seus estudos e que por acaso chega ao ensino superior já não se reconhece mais como negra (Lélia Gonzalez, 2020, p. 39).

Ele acabou não se sentindo estimulado a continuar estudando e meu pai nos transferiu para uma escola pública alegando que não valeria a pena investir nos nossos estudos, mesmo as freiras dizendo que eu tinha um bom desempenho escolar. Meu pai achava que eu e meu irmão deveríamos estar nos mesmos ambientes e usufruindo das mesmas oportunidades sem distinções.

Eu segui estudando e meu irmão desistiu na quinta série:

Quando era criança a escola foi um dos lugares mais insuportáveis da minha vida. E quando voltei adulto eu estava muito cansado do trabalho para acompanhar as aulas que não tinha sentido pra mim.

O fato de ele não estudar mais o obrigou a ter que ajudar meu pai no minimercado. Mas, por ser muito criança, não executava as atividades com tanta precisão, e isso era motivo para ele sofrer algumas violências. Meu pai batia nele de todos os jeitos, de chinelo, de cinta, tapas e castigos. Essas correções estavam associadas ao fato de que Ronaldo precisava fazer o trabalho bem-feito, mas não conseguia fazê-lo. Uma pressão que é imposta desde o Brasil colonial: o homem negro deve ser forte, ágil, senão lhe sobra o castigo.

Em um capítulo muito especial do livro **Dialética Radical do Brasil Negro** (2020), o sociólogo Clóvis Moura explica sobre a agressividade do homem negro:

O seu comportamento ainda está fundamentalmente marcado pelo relacionamento que havia entre senhores e escravos no passado no nível de dominação/subordinação [...]. Essa agressividade, que se manifesta quase sempre sem refletir ou ser decorrência de uma ideologia que justifique leva-o a autoafirmar se inesperadamente e sentir-se momentaneamente superior aquele que humilhou ou introduziu elementos de compressão social mais acentuados e que atingiu individualmente, criando novas respostas à situação problema enfrentada [...]. Não lhe sobrando muito espaço para realizar-se socialmente ele explode momentaneamente por meio da agressividade,

procurando desta forma derivar o seu traumatismo e paranoia social através de um ato que seria a negação da subalternidade social e étnica (Moura, 2020, p. 275-276).

De tanto ouvir que bater era uma forma de corrigir desde o Brasil Colônia, era tranquilo fazê-lo a fim de que o filho fosse um ajustado e adequado ao sistema.

Meu irmão é um dos milhares de meninos negros com o estereótipo de indisciplinado, agressivo e pouco inteligente. Quantas crianças negras nós conhecemos com esse perfil? São os expulsos das escolas e aqueles que nenhum educador quer ter em sala de aula. Como consequência, ele faz parte dos indicadores de desemprego, do trabalhador que só passou por subempregos, superexplorado e com baixa remuneração. Além disso, permanentemente é alvo de julgamentos nas ruas, como se fosse um homem perigoso, que a qualquer momento pode ser abordado pela polícia, pois tem características fenotípicas que faz desconfiarem da sua honestidade. Um homem em pleno risco de sua integridade física e moral.

O mercado de trabalho é a representação da desigualdade racial no Brasil. As relações sociais são desiguais para a população negra em vários aspectos, como na inserção, na permanência, na ascensão ou nos salários. O Boletim da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PnadC), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou que no 2º trimestre de 2023, em relação à inserção da população negra no mercado de trabalho brasileiro, embora 56,1% da população tivesse idade para trabalhar, somente 33,7% dos cargos de direção e gerência eram ocupados por negros. Entre os desocupados, 65,1% eram negros. A taxa de desocupação dos não negros chegou a 6,3% no 2º trimestre de 2023. Quase metade (46%) dos negros estava em trabalhos desprotegidos, e 39,2% de negros ganhavam menos que os não negros, em média. Em todas as posições na ocupação, o rendimento médio dos negros é menor do que a média da população. A informalidade é maior entre os negros. Praticamente metade dos negros ocupados estava em trabalhos desprotegidos: 46,5% são mulheres negras e 45,8% são homens negros. Entre os não negros, essa proporção foi de 34%.

A evasão escolar pode ser classificada como o abandono estudantil motivado por diferentes causas. Segundo uma pesquisa realizada pela Unicef em 2022, cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no território nacional. Segundo estudo e análise produzidos pelo Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância (NCPI) com dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, todos os tipos de violência contra crianças e adolescentes tiveram um aumento em 2022, sendo que no primeiro semestre, foram registrados 122.823 casos, sendo 84% destes casos cometidos por familiares. Desse total, 63% das vítimas eram crianças negras. Maus-tratos (15.127 casos), insubstância afetiva (13.980 casos), exposição ao risco de saúde (12.636 casos) e tortura psíquica (11.351 casos)

foram os principais tipos de violência registrados no 1º semestre de 2022. Os números revelam que ainda muitas ações antirracistas são necessárias para que as violências cheguem a menores índices até a sua erradicação.

3.4 Sabará Miolo¹⁰⁶

É por aí que a gente entende porque dizem certas coisas, pensando que estão xingando a gente. Tem uma música antiga chamada ‘Nêga do cabelo duro’ que mostra direitinho porque eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beijos em vez de lábios, fornalha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar a gente dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme prá clarear, esticando os cabelos, virando leidi e ficando com vergonha de ser preta. Pura besteira. Se bobear, a gente nem tem que se defender com os xingamentos que se referem diretamente ao fato da gente ser preta (Lélia Gonzalez, 2020, p. 76).

Como qualquer menina negra, eu sofria bastante por conta do meu cabelo. Por ser crespo, era difícil cuidar e ajeitar meu cabelo, ele era muito encaracolado, era necessário passar várias vezes o pente para esticar os fios e tal procedimento era dolorido, uma minitortura. Na década de 70, existiam produtos específicos para cabelos crespos, mas apenas para alisá-los. A indústria de cosméticos somente investia em linhas que serviam a um único tipo de cabelo, mesmo que nós mulheres brasileiras apresentássemos diversas texturas de fios. Havia no Brasil alguns grupos que preferiram a moda americana, ativistas da resistência negra que adotaram o “black power”, um estilo de cabelo volumoso e assumido, que representava um ato político contra o racismo. Todavia, confesso que nas minhas relações pessoais eu não via ou não percebia isso, eu estava mais atenta na moda da branquitude.

Quase sempre minha mãe estava ocupada com seus afazeres. E ela tinha pouco tempo para ajeitar o meu cabelo. Portanto, eu costumava usar o mesmo penteado com marias-chiquinhas presas no meu cabelo, ou bem amarrados, firmes, para não soltar nenhum fio. Além disso, não havia na época muitas referências de penteados considerados bonitos para cabelos crespos, então a minha sensação era sempre de me sentir feia. Inclusive, minhas lembranças de bullying e de racismo recreativo eram em relação ao meu cabelo. Minha família e meus amigos, quando queriam me agredir, faziam piadas sobre ele: tuim, bombril, cabelo duro, piolhenta, pixaim, palha de aço.

¹⁰⁶Sabará Miolo – É o nome da letra de uma canção do Gilberto Gil de 1976. Sara, sara, sara, sarará/Sará miolo/Sara, sara, sara cura/Dessa doença de branco/Sara, sara, sara cura/Dessa doença de branco/De querer cabelo liso/Já tendo cabelo louro/Cabelo duro é preciso/Que é para ser você, crioulo. Cf. RENNÓ, C. **Gilberto Gil**: todas as letras: incluindo letras comentadas pelo compositor. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Eu acreditava que eles não eram bonitos, na televisão o padrão dos cabelos era liso, até as mulheres negras tinham cabelos lisos, esvoaçantes, e ao me ver no espelho eu me achava diferente e esquisita. Por imaginar que eu poderia ser diferente, brincava em casa com uma blusa de mangas compridas na cabeça. Era o jeito que eu encontrava de ter uma peruca imaginária de cabelos longos em que eu movimentava o cabelo e jogava a manga como se fosse uma franja.

Eu cheguei ao ponto de ter aversão ao meu cabelo, imaginei que se não fosse o meu cabelo, eu seria uma menina bonita. Na verdade, eu não gostava de nada em mim. Fui acostumada a ver e ouvir: “que coisa mais linda!”; “parece uma princesa”; “nossa, que olhos azuis lindos!”; “vai casar rápido de tão linda”; e quando eu olhava para quem as pessoas se referiam em elogios, notava somente as garotas brancas. Na minha infância, eu não vivenciei em nenhum momento, nem da minha família, elogio do tipo.

O racismo é tão perverso que de geração para geração, ele ensina a várias mulheres negras a não gostarem de nada equivalente à sua imagem, a não gostarem delas mesmas, sendo que nada de errado há em suas aparências. Uma visão distorcida e que causa muitos danos à autoestima e atrapalha todas as dimensões da vida da mulher negra. Não se aceitar provoca gatilhos sempre que em alguma situação você também não é aceita.

Segundo bell hooks (2023, p. 102), um dos motivos para que nós mulheres negras não nos percebamos bonitas é a ausência de referência do que é belo na negritude. Não fomos estimuladas a nos olhar e nos apreciar. Como o modelo da branquitude estava a todo momento nos hipnotizando com suas bonecas, propagandas de supermercado, televisão, revistas, artes, não conseguíamos aceitar a diversidade da estética e da feminilidade negra. Como fui criada por outra mulher negra que também não tinha uma autoestima elevada, também acreditei que pessoas como nós tinham nascido com má sorte.

Eu só fui aceitar o meu cabelo original em 2010 quando completei 37 anos. As redes sociais apresentavam vários vídeos de como fazer uma transição capilar, como cuidar do cabelo e fazer vários penteados e de como várias mulheres estavam se sentindo bem ao descobrir seus cabelos originais. Eu tive que cortar meu cabelo bem curto para tirar todo o alisamento. E lembro-me muito bem das reações que foram negativas e positivas. Muitos me disseram: “porque você fez isso? Seu cabelo era tão bonito!”, a partir de uma narrativa para deslegitimar e prejudicar o nosso reconhecimento. E outras pessoas que diziam: “Você é linda de qualquer jeito”; “Adorei”; como movimento de força e empoderamento. Para mim, a experiência de olhar para meu cabelo original, entender que ele é ok, e que se trata da minha verdadeira imagem, que compõe uma das partes mais importantes do corpo, que é a cabeça, foi extremamente rica

em significados, e retornar ao original foi um dos atos mais importantes da minha vida porque me proporcionou liberdade de ser quem eu era.

Figura 18 - A década de 1980 – “década perdida”



Fonte: Folha de S. Paulo (1980).

A década de 1980 ficou marcada na história como uma “década perdida”, caracterizada pela queda do Produto Interno Bruto (PIB), baixo crescimento econômico e uma inflação elevada. Esses desafios foram agravados pela diminuição do emprego e pela redução do poder de compra e dos salários. No entanto, tais indicadores não refletem apenas a crise do fordismo nos países centrais, mas também o esgotamento do modelo desenvolvimentista na periferia. Nesse contexto, os conflitos sociais se intensificaram e houve um fortalecimento da organização popular, tanto na esfera da produção quanto na da reprodução social. Movimentos sociais e coletivos surgiram nos bairros, favelas, periferias e comunidades eclesiais de base, destacando-se iniciativas para a luta por moradia, por postos de saúde, creches e outros (Vogel, 2022, p. 25).

É digno de nota que, durante essa década, as mulheres desempenharam um papel fundamental no conjunto de lutas voltadas para a reprodução social da classe trabalhadora. Foi esse protagonismo que contribuiu para o fim da ditadura militar e abriu uma nova perspectiva

de luta por direitos sociais, os quais foram consagrados na Constituição de 1988 (Vogel, 2022, p. 26).

Eu cresci na periferia de São Paulo, Zona Norte, rodeada de pessoas pretas simples, humildes, trabalhadoras, pobres e nordestinas. Até a minha infância, em meados dos anos 1980 (cuja conjuntura está estampada na capa do jornal acima), existiam na minha rua dois cortiços onde circulavam muitas famílias que consumiam no minimercado dos meus pais. Eu conhecia praticamente todo mundo, atendia eles no balcão ou ajudava a descarregar suas compras em seus quartos do cortiço.

Na sua maioria, essas pessoas eram trabalhadores migrantes, pardos e negros, da área da construção civil, ou trabalhavam nas produções das fábricas. As mulheres eram empregadas domésticas ou babás, algumas estavam empregadas em fábricas de costura.

Aquelas pessoas eram clientes, mas também eram conhecidas, colegas com quem por vezes trocávamos informações sobre o dia a dia. Muitas vezes, a vizinhança me reconhecia como a filha do Edson. Eu raramente ouvia o meu nome, mas as pessoas sabiam de quem eu era filha e o olhar era de respeito e admiração. Eu achava que meu pai era o homem mais importante daquele pedaço, porque ele interagiu com todo mundo. Ele tinha um carro para seus negócios, que era uma Rural Willys. Por onde transitava, ele acenava para as pessoas e elas acenavam de volta para ele com um sorriso ao reconhecê-lo. Essa visão nunca saiu da minha cabeça devido ao poder de, em um país racista onde a estratégia é a interdição, um preto ser reconhecido e respeitado; aquilo era admirável e libertador. Consequentemente, ao crescer eu buscava aquele mesmo olhar após cumprir perfeitamente o meu trabalho.

Meu pai era um excelente negociador, naquela época ainda não existiam os grandes conglomerados, sendo possível sobreviver bem com uma pequena estrutura comercial. No bairro do Jardim Primavera, havia três vendas de alimentos: O Bar do Neco, a venda do Senhor Clemente e a Quitanda do Edson. As pessoas tinham o hábito de pagar por mês, os gastos eram anotados em uma caderneta de fiado. Ainda existia uma relação de confiança entre fregueses e comerciantes, um acerto pelo diálogo, sem a necessidade da intermediação de um sistema bancário. Eram poucos os casos em que ele levava prejuízo, as pessoas davam um jeito de pagar, mesmo que demorasse. Ele também era um homem generoso, porque em algumas circunstâncias não era possível cobrar devido à situação de miséria das pessoas.

Eu tenho boas recordações daquela quitanda, pois trabalhava lá desde pequena, mas aquilo nunca foi uma obrigação, era como uma brincadeira para mim. Gostava de arrumar as prateleiras, empacotar as mercadorias, passar troco, pesar feijão, farinhas, vender óleo enchido em garrafas. Meu pai só não deixava que eu e minha mãe atendêssemos no balcão do bar. Essa

tarefa sempre era para os homens. Eu revezava entre ficar na quitanda e brincar na rua. Eu, meu irmão e as crianças da vizinhança sempre estávamos nos divertindo.

Como mencionado anteriormente, a maioria de seus clientes vinham de dois cortiços existentes na mesma rua do mercado. Um dos cortiços tinha 3 andares, uma média de seis quartos por corredores, e se não me falha a memória, tinha apenas dois banheiros. Alguns quartos tinham 4, 6 e até 8 pessoas. Lá moravam as famílias que compravam as mercadorias. Eu e meu irmão, junto com meu pai, entrávamos nos cômodos para entregar as compras; elas eram embaladas em caixas de plástico e colocávamos no chão ou sobre uma mesa quando tinha. Geralmente, víamos dois colchões nesses cômodos, ou seja, todos dormiam juntos. Aqueles quartos me impactavam, pois o meu quarto era maior que o cômodo em que eles moravam com a família toda; eu tinha uma cama só pra mim. O cortiço não passava por reformas, então ele sempre tinha um aspecto sombrio e de ruínas.

A migração nordestina vendia o sonho do sucesso e o fim das privações. Contudo, o sistema capitalista sempre operou da mesma forma, com a exploração da força de trabalho, ou seja, o mundo do trabalho produz e reproduz estruturas que perpetuam condições de moradia fragilizada, desemprego, subempregos e baixos salários, porque a ofensiva do capital agrava as condições humanas por meio dos barramentos do Estado e a proteção dos interesses da classe dominante (Moura, 2019), degradando a capacidade adequada da reprodução social (Veroneze; Maria L. Martinele, 2020).

Lélia Gonzales (2020, p. 85) constata que:

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados, o lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento [...] desde a Casa Grande, aos sobrados até os belos edifícios e residências atuais. [...] já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da Senzala às favelas, cortiços, Invasões, alagados e conjuntos habitacionais o critério tem sido simetricamente o mesmo a divisão racial do espaço.

Meus pais sempre contavam a história de vida deles todas as vezes que eu ou meu irmão reclamávamos de algo, eles lembravam da trajetória de miséria, que saíram do nada, que desde criança trabalhavam na roça e que tudo que eu e meu irmão usufruímos era fruto de muito sacrifício e que, portanto, deveríamos reconhecer, valorizar e preservar a partir daquele legado que estavam nos deixando. O lema em casa para prosperar era o trabalho. Essa honradez sempre esteve presente nas escolhas do meu caminho e a dignidade sempre foi um valor fundamental na minha vida, por isso, quando ela é atacada, eu me sinto completamente violada.

Meu pai se orgulhava de suas conquistas, obteve uma casa própria, um carro, um caminhão, uma barraca na feira e a quitanda que, posteriormente, expandiu para um minimercado. Para ele, era uma questão de esforço e mérito que são válidos, porém, entendemos como uma articulação ideológica da classe dominante para manter a sociedade de consumo. Se estivesse vivo, ele apoiaria a frase equivocada: “A roça venceu!” No entanto, a roça não vence enquanto outras milhares de pessoas continuam vivendo em condições de privações.

Diante do exposto, posso dizer que desde a primeira infância até o início da adolescência eu trabalhei com meus pais. Essa atividade era entendida por mim como um divertimento, já que meu tempo era dividido entre brincar e estudar. Observando meus pais trabalhando e conquistando seus sonhos, eu aprendi a valorizar o trabalho porque, na minha pequena experiência, isso produzia conquistas. Além disso, eu construí em mim uma profunda admiração pelo meu pai. Ele tinha o reconhecimento das pessoas ao executar o seu trabalho. Ele era um homem negro poderoso, digno de confiança e respeito. Sendo assim, aquela formação familiar transmitiu para mim o significado de trabalho decente que eu levei para a fase adulta, inclusive com expectativa de conseguir ser reconhecida como meu pai foi.

Outra questão que vale destacar são as reflexões do doutor e livre-docente em Filosofia, professor na Universidade de Frankfurt e diretor do Instituto para Pesquisa Social, Axel Honneth, ao mencionar que houve estudiosos que escreveram sobre o fim da sociedade do trabalho; porém, não se comprovou uma perda significativa e importante do trabalho no mundo socialmente vivido. O filósofo analisa que a maioria da população organiza as dimensões da sua vida por meio dos processos do trabalho. Ele ainda diz que o mercado e a força de trabalho aumentaram com os movimentos feministas de reivindicação dos postos de trabalho e as equivalências salariais. Ou seja, mais do que nunca as pessoas têm buscado trabalhar mesmo em condições consideradas não dignas. E os estudos se debruçam sobre como, e sob quais condições, as pessoas querem, desejam ou são submetidas a trabalhar, o que tem gerado uma transformação cultural e societária que nos interessa nesta pesquisa como análise do objeto (eu e outras servidoras negras) quando digo sobre o quanto o trabalho tomou a centralidade na vida, para o bem e para o mal. Para o autor, não se pode fazer afirmativas sobre a perda de importância do trabalho unicamente no sentido do mundo vivido:

mas também em sentido normativo: o desemprego segue sendo experimentado como um estigma social e como mácula individual, relações precárias de trabalho são percebidas como fardos, a flexibilização do mercado de trabalho em amplos círculos da população é vista com reservas e mal-estar (Morgenroth, 2003, p. 17-24; Wilson, 1996). A busca por um local de trabalho que não apenas assegure a subsistência, mas também satisfaça individualmente de modo algum desapareceu; ela tão somente

deixou de determinar as discussões públicas e as arenas da disputa política; contudo, deduzir deste estranho e encabulado silêncio que as exigências de uma reformulação das relações de trabalho pertençam definitivamente ao passado seria empiricamente falso e quase cínico. Possivelmente a distância entre as expectativas do mundo socialmente vivido e as temáticas da reflexão sócio-teórica nunca tenha sido tão grande quanto hoje. Enquanto aqui o conceito de trabalho social tem pouca importância geral, lá as necessidades, angústias e esperanças dos atingidos têm-no mais fortemente que antes como eixo central (Honneth, 2008, p. 74).

3.5 Dinâmicas de poder nas relações afetivas de um casal negro

Todo ser humano tem suas contradições. Apesar de ser um homem sábio, meu pai tinha a ignorância de um homem machista. Todos os negócios da família eram planejados e decididos por ele. Minha mãe trabalhava na organização dos negócios, além de educar os filhos e cuidar da casa. Ela revela:

Eu nunca soube quanto ganhamos no comércio, só ele tinha conta no banco. Pagava as contas, comprava as mercadorias e fazia os investimentos que ele achava certo. Toda vez que eu precisava de algo pedia para ele o dinheiro e ele analisava se era necessário ou não. Ele não era pão duro, mas eu nunca pude decidir sozinha sobre nenhuma questão da nossa família. A palavra final era dele.

Eu cheguei a presenciar algumas cenas de machismo e violência doméstica psicológica, patrimonial e física que ficaram gravadas na minha memória. E tenho forte lembrança de um dia em que a família foi até uma pizzaria, minha mãe usou maquiagem e meu pai disse a ela:

Não sei se você está parecida com uma palhaça ou uma biscate?

Eu fiquei em choque olhando minha mãe enxugar as lágrimas e ir ao banheiro se refazer da humilhação. Em casa era proibido usar roupas curtas, blusas de alça, pintar a unha, cortar o cabelo. As vaidades não eram bem-vistas por ele. Meu pai era um homem conservador do tipo que quer manter as mulheres recatadas e do lar; contudo, elas deveriam estar a serviço dele e de seus desejos e expectativas, no formato em que ele achava que deveria se comportar uma mulher.

Esta conjuntura familiar nos aproxima da teoria da feminista intelectual Lise Vogel (2022), que sinaliza que a história da opressão das mulheres compõe as estruturas do sistema capitalista, lançando mão de Marx¹⁰⁷ para explicar que “todo processo social de produção é

¹⁰⁷MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

simultaneamente processo de reprodução (Marx, 2011, p. 780). Ou seja, oprimir mulheres de forma proposital favorece o acúmulo de riqueza mundial. São elas as procriadoras de novos seres que vão constituir a força de trabalho do capital e proporcionar a continuidade do funcionamento do sistema. A mulher é fundamental, dessa forma, precisa ser controlada, vigiada, para a manutenção da segurança dessa ordem de produção e reprodução da vida. Ou seja, tanto meus avós quanto meu pai aprenderam que mulheres servem para trabalhar e procriar somente.

Quando conversamos sobre essa situação, minha mãe tem ainda dificuldade de entender o patriarcado. Sua explicação é que na época as relações conjugais eram assim. O homem mandava na mulher e sua obrigação era criar os filhos e cuidar para que tudo ficasse bem no lar. As reivindicações feministas são algo contemporâneo e por muito tempo esses debates não chegavam à periferia. Hoje, ela diz gostar das transformações, ela percebe que o mundo mudou, e gosta das mudanças. Acha interessante o empoderamento feminino e admira mulheres como eu que optaram pela carreira, viagens, amizades e vida em liberdade. Entretanto, tem uma frustração porque não se tornou avó e lamenta que eu não seja casada com um bom rapaz, e que não lhe dei um netinho. Para ela e muitas outras mulheres, o grande sonho ainda permanece dar continuidade à família.

Historicamente, as mulheres são consideradas uma apropriação não reconhecida por suas contribuições societárias. É comum ouvirmos dos homens que eles são “O homem da casa”, um trocadilho com as palavras “homem” no sentido de “humano”, ou seja, ele como centro poderoso de todo universo. Em artigo assinado por Deivison Faustino (2019) para a revista Cult, ele explica:

Assim, desde então no Ocidente, não apenas ‘o homem’ é figurado como representante ilegítimo de toda a humanidade, como também, à própria imagem e semelhança de Deus, invisibilizando as mulheres enquanto representação do humano. Se Deus é homem, os homens são deuses, e as mulheres, quando referidas, no máximo o segundo sexo, lembrando Simone de Beauvoir.

Contudo, apesar dessa ideologia de que o homem é o centro do universo, do poder e da supremacia, posso afirmar que as mulheres, inclusive as da minha família, contribuíram para a sustentação de toda a geração a que elas pertenciam. Se não houvesse a abdicação de vida por parte delas, não haveria acumulação de capital nessa ordem e proporção. Certamente, sem minha mãe, meu pai não teria o acúmulo financeiro, o aporte emocional para gerenciar as condições de vida que favoreceram a mim e meu irmão.

A manutenção da família, as várias jornadas de trabalho como trabalhadora de comércio, como mãe, dona de casa, esposa, foram o alicerce e a propulsão para a sobrevivência de todo esse núcleo familiar. A minha mãe, como outras mães que têm o cuidado como primazia de vida, permanece responsável pela manutenção de várias outras forças de trabalho que, como eu, se encontram ativas na produção e reprodução social.

A década de 1990 foi para mim uma época de muitas transformações. Da transição da fase infantil para adolescência, as primeiras descobertas como mulher, o mundo do trabalho, os conflitos familiares por conta da modernidade, os primeiros romances e as frustrações, o fim do casamento dos meus pais, a captura pelo mito da democracia racial.

Figura 19 - Plano Collor

FOLHA DE S. PAULO

Choque do Plano Collor é o maior de toda a história. Governo retém 80% do over e limita a 50 mil saque bancário e da poupança

O presidente da República, Fernando Collor, aplicou ontem o maior choque da história da economia do país. O plano foi encaminhado de manhã ao Congresso Nacional, na forma de um pacote de 17 medidas provisórias que impõem mudanças profundas e abrangentes. Ao apresentá-las na primeira reunião ministerial, no início da manhã, o presidente disse: "Estou cumprindo no primeiro dia do meu mandato meu compromisso de não pactuar com a injustiça desde o começo". Depois, seguido dos ministros, Collor foi a pé do Palácio do Planalto até o Congresso, onde entregou o plano ao presidente do Senado, senador Nelson Carneiro.

O Plano Collor atinge de frente as aplicações no setor financeiro. Os saques das cadernetas de poupança e das contas correntes ficam limitados a 50 mil cruzeiros (moeda que substituirá o cruzado novo ao par, sem mudança de zeros). No overnight, o saque está limitado a 25 mil cruzeiros ou a 20% do saldo total. Em todos estes casos, o que excede os limites ficará retido no Banco Central e será devolvido após 18 meses com correção monetária e juros anuais de 6%. A retirada deste restante antes do prazo pode ocorrer, mas apenas através de leilões, com deságio. O câmbio será flutuante, fixado pelo mercado. Reduzem-se as barreiras à importação. "A livre iniciativa é a única via para um crescimento sustentável e progressista", disse Collor aos ministros.

O choque, detalhado à tarde numa tumultuada entrevista da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, inclui também medidas fiscais. Haverá aumento do IPI e tributação sobre renda agrícola, lucros com ações e operações com ouro. Serão extintas 11 empresas estatais. Segundo Zélia, o objetivo do plano e das reformas administrativa e patrimonial é zerar o atual déficit público de 8% do PIB e obter um superávit de 2% este ano.

A Folha traz hoje 30 páginas nos cadernos Economia e Era Collor, com as integrais das medidas do governo, as opiniões a respeito, suas consequências para o país e suas indefinições.

Leia a opinião da Folha no editorial "Plano Collor", na pag. A-2.

O QUE MUDA

MOEDA
O cruzado novo é extinto e volta o cruzeiro (Cr\$). Um cruzeiro vale um cruzado novo.

SALÁRIOS
Em março sobem 72,78% (inflação de fevereiro). Depois serão prefixados todo dia 15.

PREÇOS
Voltam aos níveis praticados em 12 de março. A partir de maio serão prefixados todo dia 15.

TABELAS
Estão vetadas até 15 de abril reajustes sem autorização. A Sunab divulga hoje novas tabelas.

TARIFAS
As tarifas de luz e de telefone foram reajustadas em 32,1%. Os combustíveis subiram 57,8%.

POUPANÇA
O limite para saque é de Cr\$ 50 mil. O resto fica retido por 18 meses, pagando correção e juros.

OVERNIGHT
Os aplicadores podem retirar só Cr\$ 25 mil ou 20% do saldo da aplicação, o que for menor.

CONTA CORRENTE
Podem ser sacados Cr\$ 50 mil. O resto fica bloqueado 18 meses, pagando correção e juros.

FUNDOS
Os aplicadores acabam. O aplicador saca se declarar a origem do dinheiro ou pagar 25% de IR.

CHEQUES
Passam a ser em cruzeiros. Só serão ao portador se inferiores a 100.000 Cr\$ (Cr\$ 2.953,99).

CAMBIO
O BC deixa de determinar a taxa, que será regida pelo mercado. Fica mantido o dólar-turismo.

IMPORTAÇÃO
As barreiras à importação são reduzidas. É estimulada a venda de capital estrangeiro.

SUBSÍDIOS
Estão suspensos todos os subsídios e incentivos fiscais. Só a Zona Franca de Manaus terá incentivos.

TRIBUTAÇÃO
O IPI vai aumentar. A renda agrícola e os lucros nas Boleas e com ações serão taxados.

ALUGUEL
Será corrigido pelo mesmo índice do salário. A prestação da casa própria no SFH segue inalterada.

ESTATAIS
Serão extintas 11 empresas. Entre elas estão a Parafarm, a Embrafarm, a EBTU e a Siderstat.

Preço congelado; salário prefixado

O Plano Collor introduz o congelamento de preços e a prefixação dos salários. Os preços voltam aos níveis de 12 de março. Até o dia 15 de abril estão proibidos reajustes sem autorização do governo. A partir de maio, os preços serão prefixados todo dia 15. O salário de março (pago em abril) será reajustado pela inflação de fevereiro (72,78%). De abril em diante, os salários serão prefixados com base na meta de inflação desejada pelo governo. A reposição das perdas provocadas pela diferença entre a inflação prefixada e a real deverá ser negociada entre trabalhadores e empresários. O salário mínimo terá a cada três meses a reposição da inflação passada mais ganho real de 5%. Caderno Economia

Faça a conversão para o cruzeiro
A Folha traz hoje, em alguns reportagens, valores em cruzeiros novos, que devem ser convertidos em cruzeiros.

Opinião da Folha
Leia na pag. A-2 o editorial "Plano Collor", opinando as medidas econômicas anunciadas pelo presidente da República, Fernando Collor.

Índice
88 Páginas
Nº 1.000 - R\$ 1.000,00
Nº 1.001 - R\$ 1.000,00

JOSÉ SERRA
Deputado José Serra (PSDB) atinge-se também em "operações" Problema "operações"

ROBERTO CAMPOS
Senador Roberto Campos (PDS-MT): as medidas anunciadas

ANDRADE VIEIRA
José Eduardo de Andrade Vieira, presidente do Banco, analisa as restrições impostas

Fonte: Folha de S. Paulo (1990).

Como podemos conferir na capa do Jornal Folha de S. Paulo, Fernando Collor de Mello foi o presidente do Brasil entre 1990 e 1992. Ele foi o primeiro presidente eleito após o período de ditadura militar, vencendo as eleições presidenciais de 1989. No entanto, seu governo foi marcado por uma série de escândalos de corrupção, levando ao seu impeachment em 1992. Collor renunciou ao cargo antes que o processo de impeachment fosse concluído, em dezembro de 1992, tornando-se o primeiro presidente brasileiro a sofrer impeachment. Seu vice-presidente, Itamar Franco, assumiu a presidência e concluiu o mandato até as eleições de 1994.

No mesmo ano, era lançado o Plano Real (1994), uma estratégia para controlar a hiperinflação que assolava o país, como também a criação da nova moeda, o real. O presidente Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998) foi eleito presidente em 1994 e reeleito em 1998. Seu governo foi marcado pela implementação do Plano Real e por reformas econômicas, como a privatização de várias empresas estatais e programa de desestatização (Filho, 1999, p. 180-206). No mundo, tivemos a libertação de Nelson Mandela (1989), o fim da União Soviética (URSS) (1991), golpe de Estado no Peru (1992), as primeiras vacinas contra AIDS (1991). No Brasil, chacina no Carandiru com a morte de 111 presos (1992), morte do Ayrton Senna (1994), Brasil ganha a Copa do Mundo e se torna tetracampeão do mundial de futebol (1994); acidente da TAM com morte de 101 pessoas, (1996), e a virada do século sem o Bug do Milênio.

3.6 Escrivências de uma jovem negra

Na década de 1990, meus avós maternos e paternos faleceram. A minha fase adolescente foi mais conflituosa, ao completar 14 anos eu sai do ensino fundamental II e aquilo foi uma tragédia para mim. Eu adorava meus amigos, gostava de estudar com eles e éramos craques nos jogos de vôlei, além de unidos para todas as ações relacionadas à nossa juventude. Na companhia deles, tive a primeira experiência de quase tudo sem os pais, os passeios, as idas ao Playcenter, ao cinema, ao teatro, o primeiro beijo, a primeira paixão platônica, a primeira menstruação, o nascimento dos seios, a vaidade feminina, ser a única garota preta daquela turma cujo apelido era ‘Tanajura’ e sofrer racismo recreativo.

Imagem 28 - Turma da conclusão do ensino fundamental II - (1987)



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Para o autor do livro **Racismo Recreativo**, o advogado Adilson Moreira, o humor faz parte das interações humanas como forma de diversão e sensação de prazer ao rir de situações cotidianas. Quando a turma da escola via meu corpo curvilíneo, eles poderiam considerá-lo bonito, comum, um corpo de mulher com diferente forma, como todas as outras mulheres são. Porém, como eu sou uma mulher negra que pode receber os adjetivos de humor e diversão sem nenhum constrangimento de quem os faz, fui comparada a um animal, um inseto, uma formiga tanajura, cujo quadril e as nádegas são mais volumosos. De forma geral, as pessoas acreditam que esses apelidos pejorativos não são atos racistas porque conhecem e convivem com muitas pessoas negras; assim, consideram que esses atos são engraçados e não ofensivos, como explica o escritor Moreira:

Piadas que retratam a negritude como um conjunto de características esteticamente desagradáveis e como sinal de inferioridade moral não são os únicos temas do humor brasileiro referente aos negros. Há também aquelas que os retratam como animais ou criminosos. Quanto maior o número de piadas de cunho racista, maior a popularidade deles entre pessoas brancas [...]. É interessante observar como representações culturais sobre negros motivam atos que muitos consideram racistas, embora pessoas brancas pensem que são apenas meios aceitáveis de aproximação social, entendimento referendado por nosso sistema jurídico[...]. Ofensas raciais contra negros na forma de piadas e brincadeiras ocorrem em todos os lugares, principalmente no ambiente de trabalho, e frequentemente com a conivência ou a participação dos empregadores. A circulação de estereótipos negativos destinados a promover entretenimento para pessoas brancas motivam supostas brincadeiras que podem ter consequências fatais.

[...] Os estereótipos raciais negativos presentes em piadas e brincadeiras racistas são os mesmos que motivam práticas discriminatórias contra minorias raciais em outros contextos (Moreira, 2019, p. 18-23).

Infelizmente, o bullying¹⁰⁸ e o racismo recreativo têm sido uma prática comum nas escolas. Eu, na época, achava estranho que outras garotas tivessem apelidos como Aninha, Simoninha e eu um inseto. Mas entendi que eles queriam me provocar e achei melhor aceitar para ser incluída no grupo.

E referente ao racismo recreativo, temos a Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial) e o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), atualizados pela nova Lei n. 14.532, de 11 de janeiro de 2023, que estabelecem que as pessoas responderão nos termos do art. 140, parágrafo 3º do Código Penal, e a injúria racial teve a sanção elevada para 2 a 5 anos e passou a ser descrita pelo art. 2º - A da Lei de Racismo (Lei n. 7.716/1989), cuja redação traz a seguinte definição: “Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional”.

Ao longo da história tivemos vários exemplos de comparação dos corpos negros a tipos de animais, como o homem negro comparado a um macaco, e a mulher negra ser chamada de mulata em referência à mula. O corpo negro foi considerado uma aberração ou algo exótico. Um dos exemplos mais perversos no mundo foi o da Sarah Baartman.

Imagem 29 - Sarah Baartman



Fonte: Parkinson (2016).

¹⁰⁸A palavra bullying, de origem inglesa, é utilizada para qualificar comportamentos violentos no âmbito escolar, tanto de meninos quanto de meninas. Entre esses comportamentos, estão as agressões, assédios e ações desrespeitosas realizados de maneira recorrente e intencional por parte dos agressores. É fundamental explicitar que as atitudes tomadas por um ou mais agressores contra um ou alguns estudantes geralmente não apresentam motivações específicas ou justificáveis. Isso significa dizer que, de forma quase “natural”, os mais fortes utilizam os mais frágeis como meros objetos de diversão, prazer e poder, com o intuito de maltratar, intimidar, humilhar e amedrontar suas vítimas. Na maioria dos dicionários, encontraremos as seguintes traduções para a palavra bully = indivíduo valentão, tirano, mandão, brigão. Cf. SILVA, A. B. B. **Bullying**: mentes perigosas nas escolas. 2. ed. São Paulo: Globo, 2015.

Na Imagem 28, temos uma representação da artista que faleceu em 29 de dezembro de 1815 após passar anos sendo exibida em shows e circos europeus como um fenômeno bizarro. Após sua morte, seu cérebro, esqueleto e órgãos sexuais continuaram a ser exibidos em um museu de Paris até 1974. Seus restos mortais só retornaram à África do Sul em 2002, após a França concordar com um pedido feito por Nelson Mandela, que ela deveria ser devolvida à sua cidade natal em respeito à sua dignidade como mulher. Ela foi levada para a Europa sob promessas falsas de um médico britânico que lhe ofereceu trabalho. Chegando na França, ela recebeu o nome artístico de “A Vênus Hotentote” e foi transformada em uma atração de circo em Londres e Paris, onde multidões observavam seu traseiro. Não aguentando a pressão de ser tratada como uma aberração, foi consumida pelo alcoolismo.

Para que histórias como esta não aconteçam nunca mais, o racismo recreativo e qualquer forma de discriminação pelas diferenças, como cor de pele e origem étnica, devem ser severamente combatidos.

No início do ensino médio (1988) fui estudar distante de casa em outro bairro. Meu primo, ao sair para trabalhar, passava em casa para me levar à escola. Eu odiava aquele lugar, os alunos, a estrutura do colégio, não conseguia fazer amizade com ninguém e me sentia sozinha, pois eu achava as pessoas estranhas. Anos mais tarde, fui perceber que não era só uma dificuldade de adaptação, mas sim o contexto daquele local predominantemente de pessoas da classe média formadas por uma branquitude que tinha uma relação de território diferente de onde eu vivi. Ou seja, eu não me identificava com os alunos que moravam nos condomínios, em uma outra configuração de sociedade, enquanto eu vinha da periferia criada solta na rua dos cortiços.

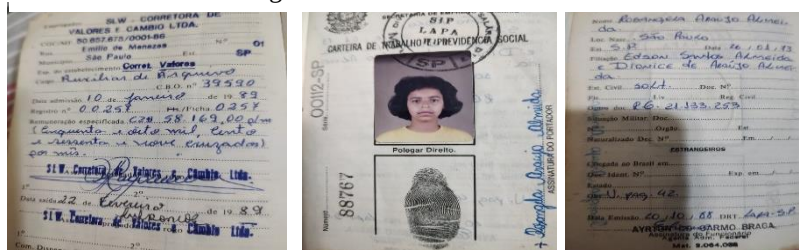
Sentindo-me apartada daquele universo, avisei em casa que não iria mais para aquela escola e abandonei os estudos. Foi um enorme conflito familiar. Meu pai tinha muita expectativa comigo, sempre fui uma boa aluna, então ele não entendia as minhas motivações. E culpava-me dizendo:

-Tá vendo o que dá...dar tudo pra uma filha? Olha o que recebemos de troco!

Foi uma decepção, ele esperava algum retorno do seu investimento em mim. Já a minha mãe, ela dizia que tudo bem eu dar um tempo nos estudos, mas era importante eu arrumar um emprego, porque meu pai não daria mais nada para mim se eu não fizesse nada. A expectativa dela é que de alguma forma eu entendesse que seria suficiente os estudos para assumir em

algum tempo o comércio dos meus pais. Mas, para mim, a ideia de trabalhar em um escritório era bastante interessante, parecia mais importante do que estar no comércio, e assim consegui, aos 16 anos, o meu primeiro registro em carteira.

Imagem 30 - Carteira de Trabalho



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Na mesma época da minha procura pelo primeiro emprego, o Brasil passava por uma transformação significativa em toda sociedade. A Constituição Federal de 1988 se tornou um símbolo da redemocratização do país após um longo período de regime militar marcado pelo cerceamento da liberdade, a censura da imprensa e o autoritarismo. Sua elaboração ficou a cargo de uma Assembleia Nacional Constituinte, instaurada pelo então presidente José Sarney e comandada pelo deputado Ulysses Guimarães. O texto final foi promulgado no dia 5 de outubro de 1988.

Figura 20 - Conjuntura da época



Fonte: Folha de S. Paulo (1988).

Nesse contexto, a conquista significativa dos movimentos negros garantia na legislação o artigo que configura o racismo como crime. Dessa forma, coloca-se para a sociedade que o racismo não pode ser a crença de que uma raça é superior à outra, atribuindo aspectos negativos em razão de suas características físicas e/ou culturais, excluindo as pessoas e até gerando isolamento social. Formula-se então a Lei Federal n. 7.716/1989, como crime de racismo considerado grave, pois passa a ser inaceitável a discriminação e o preconceito da integralidade da raça ou de cor.

Minha mãe saiu comigo para eu procurar o meu primeiro emprego, pois ela tinha medo que o meu pai tomasse uma atitude mais drástica, como me expulsar de casa, afinal, eu também andava bastante rebelde e “respondona” na época, porque já percebia o movimento feminista que se articulava no mundo para a liberdade dos nossos corpos.

Na busca por um emprego, minha mãe fez comigo o que a tia dela fez com ela, ao passar pelas ruas e avistar placas de emprego, perguntava se havia vaga. Como eu já tinha curso de datilografia, ela achava que eu poderia trabalhar em um escritório.

Conseguimos uma vaga em uma corretora de valores, como arquivista. A experiência foi dramática, eu precisava passar o dia inteiro arquivando documentos e trabalhando em uma sala onde a secretária do chefe atuava. Como eu era muito infantil, não consegui me adaptar ao trabalho. Eu me recordo da amizade que fiz com um rapaz que tinha um apelido de Macarrão e em uma certa ocasião eu corri na sala dele chorando e ele me aconselhou, *“estude, volte para a escola, se você fizer isso eu te garanto que seu próximo emprego será muito legal.”*

Posteriormente, pedi demissão e realizei a matrícula em uma escola no período noturno (1989) e, assim, consegui meu segundo emprego. O local era próximo de casa, com poucos funcionários e me adaptei bem como auxiliar de escritório. A minha primeira aquisição foi um tênis da *Nike Air*. Na época, era sucesso ter um e lembro-me que comprei com o salário integral do mês. Frequentemente, os jovens cobiçam ter peças de roupa ou calçado de uma marca famosa com a falsa ideia de conseguir status e projeção para a sociedade.

No ensino médio, lembro-me de ter ouvido sobre o apartheid na África do Sul, sobre o Quilombo dos Palmares, Martin Luther King, sobre a Guerra Fria, as guerras mundiais, as grandes misérias do mundo, mas para mim o Brasil sempre foi o melhor lugar para se viver. Uma terra sem conflitos, onde todos eram iguais, simpáticos e acolhedores. Na minha infância e juventude não era elegante se referir a uma pessoa com a palavra “negra/o”; era ofensivo e politicamente incorreto. As pessoas usavam os termos mulato/a, moreno/a, parda/o, escurinho/a; ou quando queriam se referir ao negro retinto as pessoas diziam “pessoa de cor”.

A minha alienação era tão grande que nas primeiras viagens internacionais externei o meu orgulho de ser brasileira por estar em um país sem racismo e grandes conflitos.

Em relação às pessoas negras não retintas, no Brasil temos uma discussão por conta da aparência, como na paleta de cores abaixo e característica que cada pessoa apresenta. No dia a dia, a pessoa esbarrará com indivíduos que lhe atribuirão a identidade racial com a qual o outro considere que ela mais pertença. Muitas vezes, os multirraciais têm uma pressão para explicar sua cor/identidade racial, e quando a fazem ainda ouvem certos comentários racistas.

Figura 21 - A colorimetria da Pele Negra



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

O dilema da percepção tem influenciado muitas pessoas a optarem por “serem brancas”, ou por “serem negras”, caracterizando sua identidade e posição social, a forma como construirão seu modo de vida. Não há nenhuma dúvida de que a experiência de ser negra é muito diferente da experiência de vida da branquitude. A realidade se apresenta de maneiras diferentes para ambos os grupos, desde a forma de tratamento pessoal, por exemplo, no ambiente de trabalho, até a forma de observar, enxergar, ouvir, julgar, desejar e caracterizar uma pessoa.

E na recuperação da nossa história da miscigenação, resgatamos Lélia Gonzalez:

Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violência, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é ‘mulher fácil’, de que é ‘boa de cama’ (mito da mulata) etc e tal (Lélia Gonzalez, 2020, p. 14-15).

Acadêmicos que estudam as dinâmicas raciais no Brasil reconhecem há bastante tempo que as categorias raciais são construídas com base na aparência e podem ser percebidas em um espectro que varia desde tons mais escuros e afrodescendentes até tons mais claros e caucasianos, como evidenciado pela própria classificação do IBGE, que emprega os termos branco, pardo e preto. No entanto, tais resultados são frequentemente contestados devido a uma outra dimensão das relações raciais no Brasil: a ambiguidade na classificação racial e a

possibilidade de "embranquecimento" por parte dos mais abastados e daqueles com mobilidade social ascendente. Dado que a classificação racial é influenciada pela aparência e é negociada nas interações sociais, há margem para que os indivíduos se identifiquem e sejam percebidos pelos outros como "mais brancos" do que seriam caso ocupassem posições sociais mais baixas. Se esse tipo de processo social estiver em curso, torna-se desafiador ou até mesmo impossível determinar a veracidade dos níveis de desigualdade racial observados.

De fato, pesquisas recentes mostram que o processo de 'embranquecimento' com o dinheiro realmente ocorre (Schwartzman, 2007) e que diferentes maneiras de medir raça ou cor (dividir o contínuo racial em diferentes pontos) levam a avaliações diferentes sobre os níveis de desigualdade racial (Loveman, 2011). [...]. Por causa dessas particularidades o estudo das relações raciais no Brasil mostra que a estratificação racial permanece mesmo em contextos com muita miscigenação e altos níveis de ambiguidade classificatória em termos de raça. (Ribeiro, 2017 *apud* Rios; Santos; Ratts, 2023, p. 188).

A partir de 1990, trabalhei em diversas empresas da área comercial como telemarketing e cargos de vendas. Desde a pós-abolição, a vivência da população negra com o trabalho é representada pelo emprego em ocupações precárias, subalternizantes e de baixa qualificação profissional, o que indica uma precarizada mobilidade social e um contínuo processo de proletarianização.

No momento presente, as feministas negras têm pesquisado e afirmado o que concordo plenamente, que existe uma relação indissociável entre o racismo e a superexploração da força de trabalho. A classe dominante detentora dos meios e modos de produção expandiu a ideologia das classes inferiores e superiores instalada na totalidade das relações sociais de produção que estruturam as instituições. A mulher negra foi inserida em empregos em que a indústria, o comércio e o campo achavam que as mulheres não teriam poder de decisão, mas apenas de execução. As mulheres negras estão em setores de nível baixo, na maioria das vezes prestando serviços sem ascensão social.

Segundo números do Sindicato das Empresas de Telemarketing do Estado de São Paulo (Sintemark), em 2020 as mulheres ocupavam 60% das 465 mil vagas de atendimento por telefone no país. Por ser uma porta de entrada para o mercado de trabalho, é também um setor com horário reduzido, e mulheres que precisam dar conta de duplas ou triplas jornadas são as que mais procuram e ocupam esses postos de trabalho.

Eu interpretava o trabalho como um fazer exclusivo para ganhar dinheiro e manter a vida que eu queria. Como eu não precisava ajudar com absolutamente nada na minha casa, com nenhuma despesa, meu consumo era para produtos que as revistas e mídia diziam que era

interessante uma garota ter para ser vista. Os meus gastos eram direcionados para minha diversão, roupas e calçados.

Através das experiências profissionais nas áreas de vendas percebi a necessidade de ter uma faculdade para exercer uma atividade diferente daquelas exercidas até aquele momento. Como a vivência em uma empresa jornalística me despertou o interesse de ser uma jornalista, eu achava a redação um lugar fascinante, e parecia ter uma turma descolada, moderna, menos conservadora, algo que me chamava a atenção. Fiz o vestibular para o Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FIAM) e comecei a vida universitária em 1995, formando-me em 1998.

Cursar a faculdade e ser uma profissional não era bem uma prioridade pra mim, estava mais interessada em um certo status de ser uma garota universitária. A vida adulta pressupõe responsabilidade e compromisso, mas eu não me via tão conectada com a profissão. Após análises de psicanálise, uma das hipóteses do meu desinteresse se processa na crença de que eu não alcançaria as empresas de comunicação. As que eu via eram constituídas pela branquitude com atitudes que não eram para mim. Na própria sala de aula havia personalidades que já faziam parte do mundo do trabalho televisivo e outros veículos de comunicação. Então, só sabendo da trajetória da Glória Maria como uma jornalista negra, acredito que eu já tinha percebido que não seria fácil uma colocação profissional.

Minha experiência de estágio foi marcada por misoginia e machismo. Iniciei a experiência em jornal esportivo. Os profissionais de maioria masculina não colaboraram com meu processo de aprendizagem e colocaram barreiras nas relações comigo, além da falta de paciência dos homens em relação às minhas dúvidas. Passei a desacreditar da minha capacidade de lidar com todas aquelas novidades. Em semanas, eu já não me sentia apta para estar naquele ambiente e capaz de concluir o estágio. Foi decepcionante e rapidamente se tornou um marcador para eu desistir da carreira jornalística.

Eu acreditava que não havia em mim nenhuma habilidade para escrever e que o universo da redação seria algo estranho, porque me achava uma fraude. Uma visão distorcida da minha capacidade, porque eu já realizava provas avaliativas e estava cumprindo créditos para ser aprovada no ano letivo; no entanto, conclui a faculdade achando-me incapaz de ser jornalista. Aquilo foi tão introjetado por mim que sequer tentei entrar no mercado de trabalho. Uma questão de baixa autoestima, que são sentimentos que acompanham boa parte das mulheres negras; assim, no decurso daqueles anos percebo que aqueles profissionais do jornal não criaram empatia comigo nem pelo meu processo de aprendizado, eles praticavam racismo institucional, sendo que certamente uma estagiária branca poderia passar pela discriminação de

gênero, mas não teria que passar pelo racismo. bell hooks, no seu livro **Irmãs do Inhame** (2023, p. 20) quando observa a falta de empoderamento de suas alunas, descreve:

[...] eram aterrorizadas psicologicamente pela baixa autoestima; [...] que viviam com medo de serem desmascaradas como inferiores em relação aos seus pares brancos (p. 18). O livro da saúde da mulher negra: falando para nós mesmas, *Every White* lembra a todas as leitoras das terríveis estatísticas que documentam os sérios problemas da saúde enfrentados pelas mulheres negras. De forma significativa, ela relata ‘que mais de 50% das mulheres negras vivem em um estado de tensão emocional’. Isso vai surpreender a poucas mulheres negras que são agredidas diariamente por estruturas de dominação institucionalizadas que tem como uma de suas principais agendas minar nossa capacidade de vivenciar o bem-estar.

Como eu não enxergava o racismo em nada, estava capturada pela cordialidade racial, acreditava que tinha alguma coisa errada comigo. Com o tempo, fui percebendo minhas amigas brancas se casando com seus ditos “Deuses Gregos” e dei-me conta de que da minha turma de colegas eu era a única que não tinha sido pedida em casamento. Os encontros de paquera sempre rolavam, porque eu era linda e havia a semelhança com uma mulata do Sargentelli, mas como Lélia Gonzalez (2020, p. 59) menciona, eu também estava dentro da expressão: “Preta para cozinhar, mulata para fornicar e branca para casar”. A intelectual destaca também explicações de como foi se formando concepções em relação à miscigenação:

[...] Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiço resultou de estupro, de violentação de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é ‘mulher fácil’, de que é ‘boa de cama’ (mito da mulata) etc e tal. (Lélia Gonzalez, 2020, p. 14-15).

Logo após essas experiências, eu me dediquei a trabalhar em uma banca de jornal como sócia do meu irmão. Eu gostava da atividade que executava ali e adorava as diversas leituras e opções de conhecimento que existiam naquele pequeno espaço. Quando comecei a ter acesso a mais informações sobre diversas publicações, porque passava boa parte do trabalho lendo, eu me senti despertando e observando melhor a vida e a conjuntura política e econômica do mundo e do país.

Meu pai havia trabalhado em seu comércio desde 1970, iniciando com uma quitanda e posteriormente expandindo para o minimercado, no entanto, com a entrada dos hipermercados, os comércios de bairros passaram a entrar em crise e o meu pai não tinha mais preço para competir com a concorrência. Meu pai, que já havia sobrevivido há inúmeras mudanças de planos e crises econômicas, processos inflacionários, fatidicamente no período sob a gestão do

governo Fernando Henrique Cardoso, resolveu não trabalhar mais em seu comércio. A decisão coincidiu também com o fim do casamento.

Em 2000, na mudança do século, não aconteceu o fim dos tempos nem o Bug do Milênio como muitas pessoas propagavam na época. Para Netto e Braz (2019, p. 226-240), o capitalismo se desenvolveu na dinâmica do protagonismo dos monopólios, concepção que Harvey vai adotar com a denominação “novo imperialismo”. Ou seja, o mundo com mudanças econômicas e sociais em uma velocidade surpreendente, difíceis de serem acompanhadas e compreendidas, ao mesmo tempo, poucos países passaram a liderar o mercado da tecnologia, como China e Estados Unidos. Um modo de funcionamento mais específico para o capitalismo, a mundialização do capital. A ofensiva do capital sobre o trabalho trouxe práticas antigas, como o aumento da jornada de trabalho, a diferença de salários entre brancos e negros, entre mulheres e homens, o trabalho infantil e análogo; uma acumulação capitalista que bloqueou o declínio das desigualdades sociais e tem privado de liberdade pessoas por conta do aumento da criminalidade e privando da vida a classe trabalhadora.

Netto e Braz (2019) explicam que nesta década fomos atingidos mais drasticamente pelo neoliberalismo, principalmente nos países periféricos. Os esforços da classe dominante foram para a desregulamentação dos direitos trabalhistas para a substituição do trabalho flexibilizado e políticas públicas terceirizadas e mercantilizadas. A ideia não era a diminuição das funções estatais e suas aderências: “na verdade, ao proclamar a necessidade de um ‘Estado Mínimo’, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um **Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital**” (Netto; Braz, 2019, grifo do autor). Em escala mundial, os autores observaram que houve a diminuição dos direitos previdenciários e das políticas sociais: “a estratégia do grande capital visa romper com todas as barreiras sociopolíticas, e não somente com aquelas que dizem respeito às relações com o trabalho”¹⁰⁹.

Com tantos acontecimentos, mesmo nesse cenário caótico que eu desconhecia e que estava incidindo nas relações sociais e de trabalho, eu somente enxerguei que tinha uma alternativa de montar um negócio. Os produtos importados de origem chinesa estavam em alta comercialização nas comunidades, inúmeras pessoas estavam viajando para o Paraguai em busca de mercadorias importadas com preços mais baratos e na região do Pari e Brás surgiram

¹⁰⁹Há decênios a história da indústria e do comércio vem sendo apenas a história da revolta das modernas forças produtivas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que constituem as condições vitais da burguesia e da sua dominação. Basta mencionar as crises comerciais que, em sua recorrência periódica, questionam de maneira cada vez mais ameaçadora a existência de toda a sociedade burguesa. Nas crises comerciais extermina-se regularmente não apenas uma grande parte dos produtos fabricados, mas também das forças produtivas já criadas. Deflagra-se nas crises uma epidemia social que a todas as épocas anteriores apareceria como contra-senso a epidemia da superprodução (Marx, 2021, p. 34).

vários galpões de comercialização de produtos chineses que vendiam para o atacado. De olho na possibilidade de ganhar mais dinheiro, com o pós-término do relacionamento de meus pais e com o trabalho na banca de jornal esvaziado de sentido, negocieei com meu pai para ficar no espaço do minimercado vazio. Eu aproveitei a oportunidade para empreender em um negócio e fui me aventurar como comerciante em uma loja de utilidades a partir de um real.

De alguma forma, eu estava realizando o sonho de muitos brasileiros, que era ser dona do próprio negócio, não depender de patrão, ter independência. Em meu primeiro ano com a loja, cheguei a acreditar que ficaria rica. Trabalhei arduamente todos os dias, sem pausa em feriados e fins de semana, além de realizar as compras, eu cuidava da organização das estantes, vendas, caixa, embalagem e minha mãe estava sempre me ajudando em tudo na loja. Todavia, essa guinada financeira durou cinco anos. O capital passa o tempo todo por crises, modificações e transformações e uma das atividades mais impactadas por seus estágios cíclicos é o comércio. Foi assim com meu pai, foi assim com meu irmão na banca de jornal e comigo. Meu comércio sofreu alguns assaltos e tive prejuízos que tornaram insustentável permanecer com a loja, sendo assim, encerrei o negócio.

De acordo com o Mapa de Empresas divulgado pelo governo federal, no primeiro quadrimestre de 2023, foram fechadas 736.977 empresas no Brasil, número que representa um aumento de 34,3% sobre o último quadrimestre de 2022; um crescimento de 34,7% sobre o mesmo período em 2022. Ao mesmo tempo, nesse mesmo período, foram abertas 1.331.940 empresas, o que gerou um saldo positivo de 594.963 empresas abertas, e um total de 21.020.285 empresas ativas no Brasil.

Das 21 milhões de empresas ativas no país, 93,7% são micro ou pequenas empresas, sendo boa parte delas compostas por microempreendedores individuais: segundo o boletim, 57,9% de todos os negócios ativos no país são MEIs. E de acordo com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), esse é o setor que apresenta a maior taxa de mortalidade de negócios em até cinco anos (Mais de 700 mil [...], 2023)¹¹⁰.

Em 2004, meu ciclo de amizades era com muitos profissionais liberais e comecei a me achar diminuída por não estar trabalhando em uma área de formação. Fiz, nessa época, uma viagem para organizar meus pensamentos e quando retornei para São Paulo resolvi prestar o vestibular para Serviço Social.

¹¹⁰DINO. Mais de 730 mil empresas já fecharam no país em 2023. **O Globo**, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2023/08/03/mais-de-730-mil-empresas-ja-fecharam-no-pais-em-2023.ghtml>. Acesso em: 7 jan. 2024.

Entrei nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) em 2005 e minha conexão com o curso foi imediata. Todas as disciplinas faziam muito sentido para mim, além de encontrar muitas novidades. Eu nunca havia pensado sobre as relações de vida, de trabalho, econômicas e culturais daquele jeito. Foi um descortinar, um desalienar, chegava a me perguntar o que teria acontecido comigo para não perceber as expressões das questões sociais, as desigualdades sociais, as violações aos direitos sociais cotidianas durante toda a minha vida.

Os professores eram maravilhosos, um grupo coeso e consciente. Eu estava totalmente interessada nas aulas, no conteúdo, no curso. Fiz parte do Centro Acadêmico, das reuniões do colegiado estudantil. Me aproximei de movimentos sociais marxistas e participei de núcleos de estudos e de uma iniciação científica na USP. Minhas notas eram excelentes e concluí minha formação com muito orgulho do curso, da profissão e da categoria profissional.

No meu aprendizado acadêmico, as experiências tanto na Faculdade de Jornalismo (1995) como de Serviço Social (2005) foram centradas no debate das questões de classe e os principais autores, na grande maioria, pensadores eurocêntricos. Ficou ausente na minha formação o debate racial e sua indissociabilidade no sistema capitalista, porque é na esfera da reprodução social que as expressões das questões sociais se alastram ganhando capilaridade e atingindo com maior intensidade a população negra: Sobre as lacunas da academia, Márcia Eurico (2017, p. 424) expõe: “[...] para intervir assertivamente nas manifestações da questão social o assistente social precisa considerar os impactos da escravidão e do racismo na dinâmica das relações sociais e desenvolver estratégias que concorram para a transformação da realidade social”.

Segundo a autora Cida Bento, as escolas paulistas apresentaram academicamente que o problema do negro era do próprio negro porque ele almejava ser um branco integrado à sociedade e com ascensão econômica, política e social. Omitiram e fizeram análises simplistas ao questionar os brancos e o lugar que eles ocupam na sociedade. Não era suficiente descrever a escravidão, as violências e os impactos que causaram à população negra, mas era também necessário debruçar sobre a constante disputa e domínio da população branca.

Mesmo que ao longo de suas trajetórias Florestan Fernandes e Otávio Iani tenham feito uma outra abordagem sobre o branco, ainda assim para a esquerda ou para os progressistas, interessou este quadro em que se podia reconhecer as desigualdades, em que se podia tratar o problema do negro, mas sem abordar o branco brasileiro. Infelizmente, por serem clássicos dos mais citados na literatura das relações raciais, muitos estudos posteriores tratam de um problema negro no Brasil (Cida Bento, 2002, p. 24).

Para Cida Bento, o desconforto da racialização incomoda brancos e negros que ainda disputam suas identidades, haja vista a ampla discussão da mestiçagem e do pardo, questão que abordaremos mais no capítulo posterior. E para o Serviço Social, as novas formulações sobre a questão étnico-racial não apenas possuem importância, mas também se tornam imprescindíveis, sendo necessárias em diversos contextos, como em processos de planejamento pedagógico, práticas de ensino, programas de formação contínua de professores e nas agendas dos movimentos sociais. Em resumo, são essenciais em todos os lugares onde se façam necessárias para combater o racismo.

Me formei em junho de 2008 e fui classificada com aptidão para assumir o cargo de Especialista em Desenvolvimento e Assistência Social no concurso público da Prefeitura de São Paulo. Fui chamada pela classificação no Edital do concurso de 2008, assumindo a função em abril de 2010 na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS). Atuei nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) das regiões da Zona Norte e nos Centros de Referência Especializados em Assistência Sociais (CREAS).

Eu comemorei por meses a minha entrada na prefeitura. Eu tinha estudado muito, me dedicado e abdicado de tantas coisas que me sentia abençoada por ter me tornado uma funcionária pública. É do imaginário da maioria da população que ser servidor é uma condição privilegiada por conta da estabilidade no emprego, e porque o valor do salário não é tão ruim. E para mim tinha um significado importante provar para mim mesma que eu não era uma pessoa ignorante ou incapaz, se eu tinha alçando aquele posto, era porque eu tinha chegado exatamente onde queria e sonhava.

Filha de migrantes negros, nordestinos, analfabetos, sou a primeira mulher da família a frequentar um curso universitário e, no meu caso, foram duas graduações, uma pós-graduação e em processo de conclusão do mestrado. Pouquíssimas mulheres negras alcançaram esse grau na escala acadêmica, mas o contexto, gradativamente, está avançando e as pesquisas em relação à interseccionalidade também¹¹¹.

Segundo a publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2020, o Brasil tinha 18% dos jovens negros de 18 a 24 anos cursando uma universidade, segundo o estudo sobre ação afirmativa, já o contingente de jovens brancos sobe para 36%. De acordo

¹¹¹A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. Segundo Kimberlé Crenshaw (2002, p.172), a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo.

com levantamento realizado pela Liga de Ciência Preta Brasileira, em 2020, entre os alunos de pós-graduação, 2,7% são pretos, 12,7% são pardos, 2% são amarelos, menos de 0,5% é indígena e 82,7% são brancos. A análise foi realizada a partir de dados da Plataforma Lattes, serviço do CNPq que reúne informações curriculares, grupos de pesquisa e instituições das áreas de ciência e tecnologia.

Minha busca por conhecimento não se justifica pelo simples fato de buscar a superação das condições educacionais da minha família. Mas, investigando melhor minha trajetória, percebo que eu estava mesmo de forma não tão consciente querendo ultrapassar as barreiras impostas pelo racismo.

Demorou bastante para eu entender que a descolonização é uma “faca de dois gumes”. Ao sair para trabalhar em um mundo dito universal branco que se sente sempre ameaçado pela resistência negra, a mulher negra tem também que se empoderar, se reconhecer na sua ancestralidade e assumir sua identidade, porque a tarefa de trabalhar não é das mais fáceis:

Estudos recentes publicados pelo Insper - Instituto Sindical e Interamericano pela Igualdade Racial - são contundentes em revelar que quanto mais aumenta a escolaridade do negro mais a discriminação se revela nos diferenciais de remuneração entre negros e brancos. Ou seja, são os momentos em que o negro vai ascender ou trocar de lugar com o branco (Cida Bento, 2002, p. 26).

Esse negro fora de lugar, o que foi sempre serviçal e submisso, que tem capacidade de ocupar um lugar, um espaço que a branquitude considera exclusivamente dela, pode ser alvo de muitas violências de trabalho, conforme vamos conferir no próximo capítulo, apresentando uma década de racismo institucional vivido por mulheres servidoras públicas negras da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) da Prefeitura de São Paulo, suas trajetórias nos espaços ocupacionais e suas memórias em relação às violências de trabalho por conta da racialização. Tais violências configuram uma forma de deixar o corpo negro segregado dentro das relações institucionais e do sistema político, social e econômico. Vamos dar visibilidade ao racismo institucional e demonstrar como ele alcança uma capilaridade nas relações interpessoais e de trabalho trazendo à tona a naturalização, a normalidade e a banalização do racismo, evidenciando os privilégios do conjunto dos trabalhadores brancos sobre as trabalhadoras negras.

O racismo traz uma ideia política e se constituiu de forma conflituosa e perversa em meio a lutas econômicas, religiosas e culturais, estruturando-se na sociedade. Para transformar o panorama dessas situações, vamos precisar combatê-las, dando continuidade às lutas sociais para reduzir e então eliminar as discriminações. Portanto, a discussão sobre o racismo é um

tema complexo e ele só poderá ser combatido na radicalidade. A luta antirracista, hoje, caminha na direção de que queremos que todos entendam que toda vida negra importa.

Mesmo não sendo uma pessoa com uma religiosidade definida, a ancestralidade africana ensina a importância da fé no conforto para os dias mais difíceis e para agradecer as nossas vitórias. A fé negra que impulsiona a continuar a vida, a caminhada, na luta com as armas e as defesas guiadas pela energia dos seres do outro mundo. Além da centralidade na resistência, eu confio que possa também existir milagres.

*O mundo nos pede respostas
as pessoas nos pedem respostas
todo mundo quer saber
como é que a gente vai fazer para vencer
isso é que está acabando com a gente
isso vira conversa, nas rodas
Como é que ele vai fazer?
[...]
a resposta é que eu vivo de milagres
desta vez, vai ser mais um milagre
eu não sei como Deus irá fazer
mas eu sei, vai ser perfeito
como tudo o que Ele faz
(A resposta, 2017)¹¹²*

¹¹²A RESPOSTA. [Compositor]: Maestro Henrique Oliveira. [Intérprete]: Thalles Roberto da Silva. 2017. Disponível em: <https://www.letras.com.br/thalles-roberto/a-resposta>. Acesso em: 1 mar. 2023.

4 “QUANDO NÓS, MULHERES NEGRAS, EXPERIMENTAMOS A FORÇA TRANSFORMADORA DO AMOR EM NOSSAS VIDAS, ASSUMIMOS ATITUDES CAPAZES DE ALTERAR COMPLETAMENTE AS ESTRUTURAS SOCIAIS EXISTENTES”

Força que rege a vida dos homens, dos animais, das plantas, de tudo que existe. Força que está guardada em nosso corpo, a sua versão visível e que não finda, mesmo quando esse corpo tomba, como se fosse a mais tenra penugem das asas de um frágil pássaro bebê, flutuando no ar. Essa força não finda, havia me garantido a bailarina, antes de se levantar para sua dança final. Não finda! Pois o que se apresenta como revelação aos nossos olhos, aos nossos ouvidos, guarda insondáveis camadas do não visto e do não dito e eu digo do não escrito (Conceição Evaristo, *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, 2020, p. 115-116).

4.1 Apresentação¹¹³

Cheguei até aqui, neste sábado chuvoso, na ansiedade e expectativa para escrever o capítulo que me fez chegar à conclusão de que era necessário pesquisar o racismo institucional, esse que me adoeceu e que também me fez perceber que o caminho da amargura ocasionado pelas violências de trabalho não é o sentimento a ser cultivado, muito pelo contrário, escrever sobre as experiências é a nossa resistência contra o racismo.

Por isso, abro o terceiro capítulo com o trecho do livro *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, que me despertou buscar compreender quem eu sou e quem são as mulheres negras que lutam por melhores condições de vida e de trabalho pelo direito de existir. Luta que demanda muita força para sobreviver porque insistem em nos tombar. Mas, lá atrás, como disse Conceição Evaristo¹¹⁴ “Eles combinaram de nos matar, nós combinamos de não morrer”, por isso, desistirmos da nossa liberdade não é uma opção. Por isso, é comum vermos pessoas negras com muita confiança na espiritualidade, e nos ensinamentos da ancestralidade, pois esses aprendizados nos impulsionam, para ver este mundo atual desaparecer e reunirmos forças pra construir um novo mundo transformado.

Este será o capítulo em que eu me esforço para explicar o racismo institucional e as camadas sutis e violentas. Muitas pessoas não sabem como o racismo é estabelecido dentro das

¹¹³ Título de capítulo inspirado na obra: WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 07–17, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>. Acesso em: 10 abr. 2024.

¹¹⁴ Conceição Evaristo em uma palestra disse a frase: “Eles combinaram de nos matar, nós combinamos de não morrer”, e logo após, o movimento negro passou a utilizar como palavras de luta e resistência.

relações sociais e de trabalho; sendo assim, eu me empenho para que percebam aquilo que nem sequer notaram, ou optaram por não enxergar. Reafirmaremos que já sabemos como funcionam as artimanhas da classe dominante para conseguirem nos oprimir e capturar.

Ao longo deste capítulo, o leitor perceberá a centralidade do trabalho na concepção de Marx (1968, p. 41 *apud* Raquel Raichelis, 2018, p. 158) “como dispêndio de energia humana física e intelectual, cujo resultado é a produção de bens (mercadorias) materiais e simbólicos que visam satisfazer ‘necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia’”. A crítica materialista e dialética estende-se também ao modo como os/as servidores/as estão submetidos/as a uma alienação própria dos novos contextos de trabalho precarizado (Antunes, 2017), não conseguindo reagir, neste atual momento, ao poder das grandes oligarquias e da classe dominante. Como o sistema capitalista é um campo de disputa política e de aprofundamento das contradições em que duas classes sociais têm interesses distintos, os conflitos ficam nítidos quando percebemos a intervenção do Estado retirando direitos sociais, sucateando as políticas públicas, e quando as respostas dos profissionais de Serviço Social ficam aquém das defesas que fazemos em relação à proteção dos direitos humanos das pessoas, ocasionando um sofrimento ético-político (Bader Sawaia, 2017).¹¹⁵

Analisando o cenário atual, concordamos com a reflexão do intelectual abaixo:

Diante desse quadro, no qual a tecnologia e a globalização estreitam e, ao mesmo tempo, distanciam as relações sociais, a vida social apresenta-se peremptoriamente subsumida aos apelos do capital e à barbárie capitalista ‘omnilateral e polifacética’ (Neto, 2010, p. 31). Nessa ótica, a vida cotidiana passa a ser regida pela lógica do capital e pelas relações e inter-relações sociais coisificadas e reificadas. Novas necessidades são criadas a cada momento na ilusão de minorar os efeitos catastróficos do capital. Contudo, uma ‘servidão ampliada’ passa a ser a lei do progresso e do consumo (Veronese, 2020, p. 252).

Faremos um diálogo conceitual articulado às narrativas das entrevistas das servidoras públicas negras, além de trazer para o debate os maiores expoentes na abordagem das categorias trabalho-racismo-gênero. A pesquisa de campo compreendeu a realização de entrevistas com 4 assistentes sociais negras que participaram do concurso público de 2008 e atuaram como Analistas de Assistência e Desenvolvimento Social na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), no mesmo período em que eu trabalhei na instituição, de

¹¹⁵Esse termo foi cunhado por Bader Burihan Sawaia (2012), professora doutora em psicologia pela PUC/SP, para introduzir a dialética na análise da relação entre o afeto e política, entre o sentir, o pensar e o agir e entre subjetividade e objetividade. O ético-político não indica apenas que se trata de sofrimento determinado socialmente, já que todos os sofrimentos o são, mas que está associado à trama da servidão e da autonomia em SUAS diferentes particularidades.

2008 a 2020. Elas receberam codinomes como forma de garantir sigilo de suas identidades por se tratar de um tema sensível que envolve outros/as servidores/as e unidades de trabalho. Sendo assim, puderam ficar mais à vontade para explicar os fatos que identificam o racismo institucional que vivenciaram.

A proposta também é apresentar as sujeitas da pesquisa, essas insubmissas mulheres negras, enquanto protagonistas históricas que “clamam por um novo pacto racial e de gênero que desaloje todas as hierarquias produzidas pelo racismo e pelo sexismo” (Sueli Carneiro, 2020).

Proposta ambiciosa impulsionada por um sentimento de profunda indignação perante as manifestações de injustiça e opressão que permeiam o trabalho das mulheres negras, e que foram vividas por mim e por outras servidoras públicas na SMADS. As violências simbólicas que dizem respeito ao reiterado tratamento desigual por cor eram realizadas por meio da desqualificação, da humilhação social, da interdição, dos barramentos, da permanente sujeição, práticas que eram disfarçadas ou travestidas de “considerações acerca do trabalho”, porém, eram sentidas por todas nós como ato discriminatório.

Ainda estão na memória desta geração as manifestações mais conhecidas de racismo que aconteceram na história da humanidade, como o nazismo, o apartheid e as leis segregacionistas nos Estados Unidos da América. Porém, o racismo se perpetua por conta das ações discriminatórias cotidianas, cujas manifestações são muitas vezes veladas e normalizadas socialmente, sob as faces do nosso racismo “à brasileira”, por causa de suas peculiaridades. Como afirma o antropólogo Kabengele Munanga (2009)¹¹⁶ sobre o Brasil, “nosso racismo é um crime perfeito, porque a própria vítima é responsável pelo racismo; quem cometeu não tem nenhum problema”.

A intelectual Grada Kilomba em seu livro *Memórias de uma Plantação* descreve o funcionamento do racismo cotidiano, por meio das suas entrevistadas e aconselha que é preciso descobrir o racismo imposto a nós porque depois disso, nunca mais seremos os mesmos:

A realidade experienciada do racismo, os encontros subjetivos, as experiências, as lutas, o conhecimento, a compreensão e os sentimentos dos/as negros/as no que diz respeito ao racismo, assim com as cicatrizes psíquicas que o racismo nos causa, têm sido amplamente negligenciados (essed, 1990;1991). Tais fatores só se tornam visíveis nas esferas públicas e acadêmicas quando a normalidade da cultura nacional branca é subitamente perturbada, quando nossas experiências com o racismo colocam em risco o conforto da sociedade branca. Neste momento, nós e nossa realidade com o racismo nos tornamos visíveis, faladas/os e até mesmo escritas/os, não porque talvez

¹¹⁶Entrevista concedida no dia 15/07/2019 para o Laboratório de Democracia e Estudos Populacionais UFJF. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ladem/2019/07/15/entrevista-com-kabengele-munanga-o-antropologo-que-desmistificou-a-democracia-racial-no-brasil/>. Acesso em: 27 de out. de 2022.

possamos estar em perigo ou em risco, ou precisar de proteção legal, mas sim porque tal realidade desconfortável perturba a estável imunidade branca. (Kilomba, 2019, p. 72).

Na sequência, apresenta-se um Quadro descritivo das entrevistadas:

Quadro 2 - Servidoras Públicas Negras Concursadas			
ENTREVISTADAS	IDADE	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE
DIAMANTE	47 anos	Solteira	Mestranda
RUBI	40 anos	Divorciada	Mestranda
ESMERALDA	41 anos	Solteira	Pós-graduada
SAFIRA	54 anos	Casada	Pós-graduada
AUTORA na escrivência	51 anos	Solteira	Mestranda

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Por meio dos relatos destas servidoras vamos perceber as diferenças e similaridades das experiências constitutivas de serem trabalhadoras mulheres negras em uma instituição pública que se diz antirracista, no entanto, produz uma falsa igualdade racial e de gênero, como vamos ter a oportunidade de constatar nos seus relatos.

Como puderam acompanhar nos capítulos anteriores, a pessoa racializada sabe quando ela está sendo desprezada, subjugada, excluída, deslegitimada pelo simples fato de ser negra. Mesmo quando parece ser velado, ou mesmo quando uma pessoa negra diz não ter consciência de que foi discriminada, algo fica registrado em sua mente, em seu corpo. O negro reconhece o racismo, porque ele é um fenômeno de características histórica e cultural, e no caso brasileiro, com técnicas rudimentares coloniais.

Reconhecemos no olhar, nos gestos, nas palavras e nas ações que o/a racista se coloca no lugar de superioridade em relação a nós negros/as, e a classe dominante branca não deseja, e não quer sair deste lugar de poder e privilégio (Cida Bento, 2002). Desta forma, posso até afirmar que o/a negro/a sabe exatamente quando alguém tem uma atitude racista em direção a ele/ela, e que isso não se trata de “mi..mi..mi” ou de uma paranoia, como parte da população insiste em dizer, mas é algo compreendido e sentido pela pessoa negra. Como no exemplo abaixo dito por **RUBI** (codinome), assistente social da prefeitura de São Paulo:

Eu: Você se lembra dos primeiros episódios de racismo?

RUBI: *Era difícil nomear. Você entende? [...] E eu acho que fazendo uma leitura da periferia na década de 1980, 1990, tinha uma coisa assim de não nomear, no sentido de dizer quem é branco e quem é negro. Porque tem a miscigenação, tem a situação de famílias inter-raciais, todos eram trabalhadores, então você também tem pessoas brancas, ou lidas como brancas, que também são trabalhadores pobres. Mas eu lembro assim, de episódios na escola do cabelo pixaim, de ser chamada de Macaca. Eu lembro já um pouco mais no início da adolescência, a minha mãe alisando o meu cabelo, ela alisava o cabelo dela também, usava aquele ferro de esquentar no fogão. Nossa, eu lembro do cheiro de queimado que ficava (repulsa). E tinha o alisamento do famoso cantor de pagode Netinho. Mas enfim, eu odiava tirar foto. Acho que essas são as principais marcas, assim da minha imagem, da minha vida, sabe. Tanto que eu tenho poucas fotos, porque a questão da aparência incomodava um pouco em mim, de não gostar daquilo que estava vendo, mas assim, percebia que os outros me liam que eu era negra [...]. Quando adolescente eu já reconhecia o sofrimento pelo racismo. E foi um espaço extremamente racista, um período tenebroso nesse sentido da discriminação.*

A **RUBI** mencionou no início da sua entrevista que naquela década ela não nomeava a discriminação como racismo, mas ela sentia os efeitos dele. Como nos alerta Franz Fanon (2008, p. 104), “No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação [...] em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas”. Já na fase adulta, a pessoa negra, por passar por todas essas discriminações na sua vida, ao se relacionar no espaço de trabalho, consegue identificar os gestos, as palavras, e as atitudes de alguém que está racionalizando, é a experiência vivida da discriminação que é acionada, o racismo sutil, fenômeno não experienciado por pessoas brancas.

Ao realizar uma análise sob esta perspectiva, a intelectual Neusa Santos Souza também compreende que:

O racismo ronda sua existência na condição de um fantasma desde o seu nascimento, ninguém o vê, mas ele existe, embora aprese na memória social e atualizado através do preconceito e da discriminação racial, ele é sistematicamente negado, se constituindo num problema social com efeitos drásticos sobre o indivíduo (Maria Lucia da Silva *apud* Souza, 2021, p. 16).

Como foi explicado na introdução desta dissertação, a questão racial não pode ser vista apenas do ângulo da objetividade concreta. Por isso, utilizaremos muito da subjetividade; entendemos que ela é constituída de mediações sociais e suas expressões e atribuições de significados. Como consequência, a constituição da subjetividade é um processo individual que está na complexa unidade dialética entre sujeito e meio atual.

A subjetividade só poderá ser legitimada como constitutiva do real, com uma definição ontológica própria, a partir de uma definição histórico-social de sua determinação. Somente a partir de um marco histórico que permanentemente se reorganiza no tempo social, da qual o sujeito é constituinte ativo do próprio processo

em que ele próprio se constitui, poderemos entender a subjetividade sem reduzir a um epifenômeno do social ou do biológico. A subjetividade que constitui o curso de sua própria história, que é social por natureza, mas irreduzível em sua origem uma vez constituída em sua própria dimensão histórica (Bock; Gonçalves; Furtado, 2009, p. 89).

Não há como explicar as manifestações do racismo sem entender a forma como os indivíduos percebem o mundo ao seu redor, como são influenciados pelas condições materiais e sociais em que vivem. No contexto da teoria marxista, a subjetividade está intrinsecamente ligada às contradições da estrutura econômica, cultural e social da sociedade, sob o agravamento da desigualdade econômica e social causada pela acumulação de capital, a superexploração do trabalho, a supervalorização do consumo, o individualismo, ou seja, as condições dadas pelo capital que levam à degradação da vida humana:

Ao fazer uma análise da sociedade, Marx explica:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sobre aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada (Marx, 1978 *apud* Silva; Paz, 2020, p. 30).

Diante do exposto, iniciaremos a próxima seção com aproximações aos estudos de alguns cientistas sociais para melhor compreensão das definições, conceitos e teorias sobre o racismo estrutural, que no ano passado, inclusive, foram temas de debate entre os maiores intelectuais, causando algumas polêmicas que podem ser vistas como positivas para avançarmos mais no conhecimento que é exigido, dada a complexidade do tema.

Na sequência, por meio da minha escrivência e das entrevistas das servidoras negras, vamos dar visibilidade aos relatos que demonstram e localizam o racismo institucional no ambiente de trabalho e no cotidiano das relações sociais. As análises das violências de trabalho estão ancoradas neste modelo de acumulação flexível que segue as regras impostas pelo neoliberalismo, promovendo uma nova forma de gestão do trabalho baseada na ampliação da terceirização dos serviços, no enxugamento financeiro das políticas públicas e das contratações e concursos de funcionários públicos, na intensidade e sobrecarga de trabalho, nas perdas de direitos trabalhistas e na desregulamentação das garantias de proteção ao emprego (Raquel Raichelis; Damares Vicente; Valéria Albuquerque, 2018).

4.2 No meio do caminho aparece uma treta: É Racismo Estrutural ou não?

Partindo do entendimento da definição da Organização das Nações Unidas (1978), concordamos que:

O racismo engloba as ideologias racistas, as atitudes fundadas em preconceitos raciais, os comportamentos discriminatórios, as disposições estruturais e as práticas institucionalizadas que provocam a desigualdade racial, assim como a ideia falsa de que as relações discriminatórias entre grupos são moral e cientificamente justificáveis; manifesta-se por meio de disposições legislativas ou regulamentares, e de práticas discriminatórias, assim como por meio de crenças e atos antissociais; obstaculiza o desenvolvimento de *SUAS* vítimas, perverte aqueles que o praticam, divide as nações em seu próprio seio, constitui um obstáculo para a cooperação internacional e cria tensões políticas entre os povos; é contrário aos princípios fundamentais do direito internacional e, por conseguinte, perturba gravemente a paz e a segurança internacionais.

Parto do pressuposto, sem neutralidade nesta pesquisa, de que a sociedade brasileira é racista; portanto, suas instituições são racistas, tornando-se assim um país de racismo estrutural. Segundo a tese central de Silvio Almeida¹¹⁷ (2019, p. 33):

O racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade [...]. É a manifestação normal de uma sociedade [...]. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdades e violência que moldam a vida social e contemporânea.

Para o estudioso, o racismo é uma herança histórica e está no cotidiano das pessoas, na forma como os/as sujeitos/as se relacionam, vivem, trabalham, escolhem suas relações interpessoais, constituem e vivenciam suas vidas. O autor explica que existem “três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural” (Almeida, 2019, p. 24).

Os exemplos de três recortes de publicações em meio eletrônico, nas figuras a seguir, são bem ilustrativos em relação as explicações do intelectual:

¹¹⁷Silvio Luiz de Almeida é um renomado advogado, filósofo e professor universitário brasileiro, atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil (2023). Ele é conhecido por *SUAS* contribuições para o campo do Direito, especialmente em áreas como direitos humanos, direito constitucional, filosofia política e questões raciais. Ele também é um ativista dos movimentos sociais negros e autor de diversos livros e artigos, nos quais aborda temas relacionados à justiça social e democracia. Ficou mais conhecido na sociedade após lançar seu livro *Racismo Estrutural* em 2018 na coletânea “Feminismos Plurais”.

Figura 22 - Concepção individualista

AGRESSÃO E INJÚRIA RACIAL

VÍDEO: Mulher dá "chicotadas" em entregador negro no Rio; "Como se eu fosse escravo"

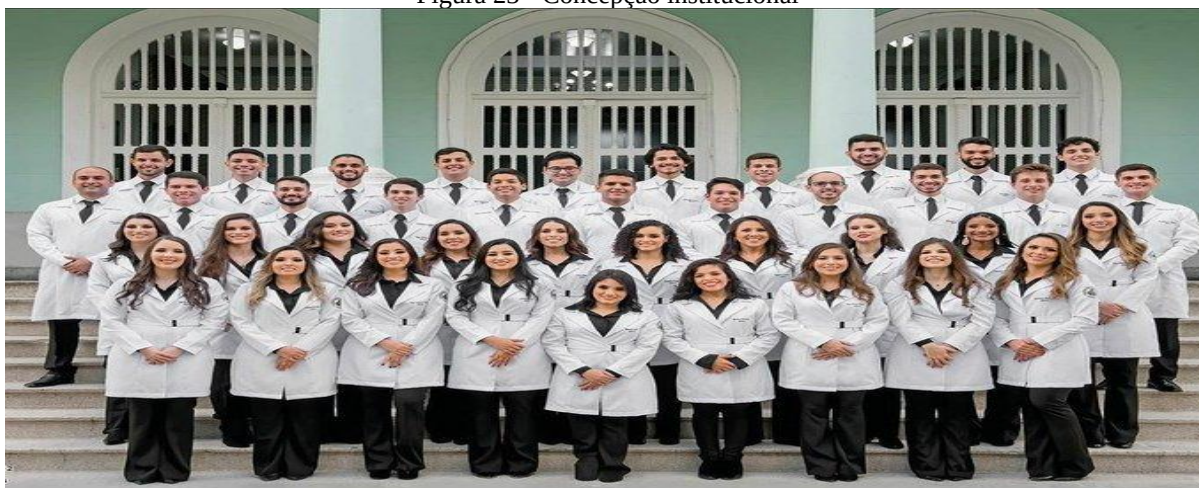
Tomada por ódio e preconceito, ex-jogadora de vôlei partiu para cima de entregadores que estavam trabalhando em São Conrado sob a alegação que é ela "quem paga o IPTU"

Fonte: Elaborado pela autora com base em reportagem eletrônica (2023).

Na concepção individualista, há uma espécie de justificativa patológica, ou de questões atribuídas à moral e à ética de uma pessoa; uma irracionalidade individual dos/as sujeitos/as ou de um grupo que tem a crença de que uma raça é superior à outra, atribuindo aspectos negativos em razão de *SUAS* características físicas e/ou culturais. Ideias forjadas no racismo científico e que foram propagadas como verdades absolutas, conservadoras e não questionáveis. Existem sanções para apurar o racismo no Brasil; mas, no momento, o judiciário ainda está tratando o racismo como preconceito, não necessariamente associado à natureza política, histórica e social do fenômeno.

Aqui precisamos explicitar o que é preconceito, para continuarmos o entendimento das diferenças conceituais. O preconceito ocorre quando existe um pré-julgamento da imagem, da escolha, do comportamento de um sujeito de forma negativa em relação às diferenças de características da raça. É expresso dentro do foro íntimo. "O preconceito de raça manifesta-se toda vez em que ocorre o emprego de classificações que tem na raça, enquanto construção social, e não biológica, uma poderosa ferramenta de organização social, hierarquização, inferiorização e reprodução de representações sociais (Rios; Santos; Ratts, 2023, p. 283).

Figura 23 - Concepção institucional



Fonte: Elaborado pela autora com base na turma de formandos do curso de medicina da UFRN (2022).

A concepção institucional justifica-se como resultado do funcionamento das instituições. Nesta figura 23, constatamos na foto que a quase totalidade dos/as médicos/as formados/as são brancos/as. Historicamente, quem sempre teve acesso às faculdades de medicina foi a classe dominante branca, que reunia condições objetivas desde o Brasil Colônia para que seus herdeiros mantivessem o privilégio de acesso às instituições de ensino. Como forma de barramento, para outras classes sociais e outras raças não brancas, o acesso universitário tinha regras inalcançáveis, resultando em gerações e mais gerações de médicos/as somente brancos/as. Um levantamento de Demografia Médica do Brasil, publicado em 2020, mostra que apenas 3,4% dos concluintes de medicina em 2019 se autodeclararam negros/as, 24,3% se declararam pardos/as e 67,1% se declararam brancos/as.

Como no exemplo anterior, o racismo institucional opera barramentos travestidos de regras da sociedade, para que determinados espaços se mantenham hierarquizados. O poder fica concentrado em um grupo que tem o aparato institucional porque também controla os conflitos, os antagonismos, os comportamentos humanos para manutenção de um sistema que garanta um padrão consistente de funcionamento para a classe dominante. Ou seja, o poder como dominação.

Nos termos do autor Silvio Almeida (2019, p.27):

No racismo institucional, o domínio se dá com um estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade.

O Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), que é uma parceria estabelecida entre o Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional e Redução da Pobreza (DFID), o Ministério da Saúde (MS), a Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o Ministério Público Federal (MPF), a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), definiram o racismo institucional como:

O fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos

discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações (PCRI, 2006, p. 22).

O racismo institucional foi um termo utilizado pela primeira vez pelos ativistas políticos do movimento negro Panteras Negras, Sokely Carmichael e Charley V. Hamilton, em meados dos anos de 1960 (Juliana Vinuto, 2023). Hoje é considerado uma ferramenta conceitual para ajudar a compreender a maneira como as instituições se organizam, em suas regras, e hierarquias, fazendo uso de mecanismos, impedimento e ações discriminatórias que contribuem para o funcionamento das relações sociais na instituição. Algumas atitudes, depois de serem praticadas tantas vezes, passam a ser rotineiras dificultando a percepção das pessoas na identificação de que tais vícios são racistas, evitando, inclusive, a responsabilização da ofensa.

Eu vivenciei tantas situações de discriminação racial que confesso ter sido até difícil escolher quais deveriam constar nesta dissertação. Para uma definição mais precisa acerca das discriminações, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos produziu apostilas¹¹⁸ explicativas para não confundirmos os conceitos:

A discriminação racial se manifesta quando há uma expressão pública de preconceito, evidenciada por ações que tratam de forma desfavorável indivíduos de uma determinada raça. Essa situação pode ser observada no cotidiano. A discriminação ostensiva é caracterizada por ações que causam danos diretos e visíveis, como abordagens violentas por parte das forças policiais; a humilhação em ambiente público ao grupo racializado. Permeia as estruturas cotidianas e se reflete na sub-representação de indivíduos/as negros/as em posições de destaque. E temos a discriminação velada, que aparece sempre nas relações institucionais de forma mais sutil que se camufla sob comportamentos aparentemente comuns, mas tem intencionalidade do rebaixamento e da inferioridade do indivíduo ou de um coletivo negro (São Paulo, 2023).

No Brasil, a discriminação racial é considerada crime e é tratada pela Lei n. 7.716/1989, conhecida como a Lei do Racismo. E todas as vezes que eu via ou recebia uma prática racista eu me fazia a seguinte pergunta: Se fosse uma servidora branca, esse/a profissional agiria dessa forma?

AUTORA: *Tinha acabado de chegar da minha transferência de unidade, estava contente porque minha coordenadora era uma colega branca fora do ambiente de trabalho. Porém, ela se confundiu na amizade e se atrapalhou na ética profissional sendo que a primeira tarefa que me pediu ao assumir a coordenação foi que eu revisasse o TCC do marido porque eu era uma pessoa*

¹¹⁸SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. **Ações de promoção da igualdade Racial da prefeitura de São Paulo**. São Paulo: SMDHC: Coordenação de Promoção da Igualdade Racial, 2023. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/IGUALDADE_RACIAL/PUBLIC_ACOES/acoes_afirmativas_pmsp.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

que escrevia bem. Inclusive eu teria a vantagem de não precisar fazer as tarefas do meu cargo naquele dia.

A coordenadora me dizia que na gestão dela eu não sofreria racismo institucional; no entanto, eu teria que apoiá-la incondicionalmente, afinal, ela estaria fazendo isso por mim. Certa vez, em uma análise técnica de um plano de trabalho, éramos três servidoras avaliando a proposta, eu divergi da coordenadora na interpretação de um artigo, eu estava alinhada a outra servidora que entendia o mesmo que eu. Ela me chamou na sala para dizer que não esperava isso de mim: eu não ter ficado do lado dela. Mas eu só estava fazendo a minha análise técnica.

Todos da equipe podiam solicitar atividades para Agente SUAS, mas eu não tinha essa permissão. Para conseguir algo, era necessário que eu solicitasse à coordenadora para que então ela pudesse solicitar para a agente.

Eu estava na função de supervisora de estágio de um aluno que tinha muita dificuldade com os procedimentos burocráticos do equipamento, mas eu estava cooperando no que podia com o processo de aprendizado dele. Ao chegar de férias, a coordenadora o dispensou porque a minha relação com ele não estava sendo produtiva para o trabalho. Mas, a dispensa foi feita sem um diálogo comigo que estava encarregada de supervisioná-lo. E mesmo utilizando os argumentos de que o estagiário não é trabalhador da unidade, ela disse que o cargo dela autorizava ela decidir pelo equipamento.

As situações se assemelham muito com assédio moral¹¹⁹. Geralmente, os conflitos e discordâncias têm respostas institucionais, ou seja, são respostas que um servidor e, principalmente, as chefias procedem por conta das normativas, portarias, Estatuto do Servidor Público¹²⁰. entretanto na realidade o algoz está utilizando a estratégia de criar medo para aquela servidora manter-se obediente. Na verdade, por trás das atitudes autoritárias está a intenção de subjugar e intimidar e mostrar o poder que a outra pessoa tem sobre o seu trabalho, e no caso das pessoas negras, o poder que se tem sobre seu corpo físico e intelectual. Segundo análise de Antunes (2010 *apud* Ociana D. da Silva; Raquel Raichelis, 2015, p. 582), disfarçado/a sob a ótica de produtividade no sistema capitalista, “o/a trabalhador/a tornar-se um/a ‘déspota de si próprio/a’”.

Segundo a doutora em sociologia pela UFRJ Juliana Vinuto:

O racismo institucional não é simplesmente um racismo individual realizado em instituições, mas é sim resultado de padrões históricos de submissão operados por

¹¹⁹Por assédio em um local de trabalho temos que entender toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos, que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho. (Hirigoyen, 2012, p. 65). SILVA, O. D. da; RAICHELIS, R. O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 582-603, jul./set. 2015.

¹²⁰SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Lei n. 8989, de 29 de outubro de 1979: Estatuto do Servidor Público: regime jurídico dos funcionários da Prefeitura do Município de São Paulo. 1979. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-sao-paulo-sp>. Acesso em: 20 fev. 2024.

instituições durante a interação entre seus operadores e os cidadãos atendidos. Isto é, o racismo institucional não depende apenas de atuações racistas individuais, já que se realiza na própria operação das instituições ou ainda nas tomadas de decisões de pessoas responsáveis por tais organizações [...]. O racismo institucional enfrenta ainda mais barreiras para ser considerado enquanto tal, já que suas manifestações são rarefeitas - mas nem por isso menos perversas [...]. Deve-se considerar sempre a relação indivíduo instituição na produção do racismo institucional levando em conta que os diversos modos organizacionais de reprodução do racismo só adquirem força ao enrijecer estereótipos, que por sua vez reforçam práticas institucionais (Rios; Santos; Ratts, 2023, p. 301-305).

Já a *concepção estrutural* diz respeito à ação repetitiva de uma sociedade que acreditou nas teses de indivíduos inferiores e superiores, práticas sociais que aconteceram através do tempo e do espaço e foram reproduzidas de geração para geração em todos os níveis da sociedade, marcadas pela violência e pelo impedimento. Ações essas materializadas pelas instituições: família, igreja, locais de trabalho, de ensino educacional e outros espaços, o que significa que as relações sociais têm no racismo seu componente orgânico para “constituir-se nas relações políticas, econômicas, jurídicas, sendo o racismo estrutural” (Almeida, 2019, p. 31). Portanto, o racismo é um fenômeno estrutural e estruturante das relações sociais que se tornou fundamental para a manutenção do sistema capitalista.

O racismo é parte estrutural de uma racionalidade instituída para ser a norma de compreensão e manutenção das relações sociais não se trata, portanto, de uma anomalia no interior de um sistema, e sim de um estruturante do modo de funcionamento das sociedades ocidentais contemporâneas, o que implica pensá-lo como fundamento de tais sociedades, o que abrange as dimensões da economia, da política e da cultura. De outra parte, o racismo é estruturante, então funciona como elemento dinâmico que favorece, condiciona e mantém um tipo específico de racionalidade que impede a erosão das relações de exploração e das condições de opressão presentes em todas as expressões da vida social, e tem seu marco histórico demarcado pelos processos de colonização das Américas e da construção de um novo modelo de espaço tempo que se extraía mundialmente como padrão de poder (Silva, 2020, p. 164-165 *apud* Fornazier; Gonçalves; Favaro, 2023, p. 122).

Ou seja, as instituições refletem traços de racismo, uma vez que a sociedade foi influenciada pela ideologia das discrepâncias raciais. “O racismo é parte estrutural de uma racionalidade instituída para ser a norma de compreensão e manutenção das relações sociais” (Silva, 2020). O sistema capitalista, por sua vez, se apropria dessas ideias distorcidas para acumular riqueza, mantendo o *status quo* de padrão universal civilizatório, e garantindo por coerção a população negra como maior produtora da força de trabalho. Para o capitalista, existe uma acumulação de capital justamente para produzir desigualdades e exploração. Além disso, para Marx, a acumulação capitalista é um processo de tensões e contradições:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, e quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial (Marx, 1984 *apud* Silva; Paz, 2020, p. 209).

O racismo estrutural foi constituído desde a colonização das Américas que explorou a força de trabalho por meio da escravização dos povos negros e realizou o controle da produção e distribuição das mercadorias. Depois, com as abolições das escravaturas nas nações americanas, a classe dominante comandou o trabalho e seus recursos em um sistema de manutenção das relações de opressão e exploração em todas as dimensões da reprodução social da vida. Por isso, o racismo e o capitalismo são indissociáveis.

No meio do caminho encontramos uma “treta acadêmica”, que foi a discussão sobre o racismo ser ou não estrutural; o debate foi amplamente divulgado pela mídia e pela imprensa em março de 2023, e também foi discutido nas redes sociais. Aqui, vamos trazer um pouco dessas polêmicas para podermos refletir com esses expoentes da pesquisa racial (Meireles, 2023).

Em 19 de março de 2023, em uma coluna do Caderno Ilustrada da Folha de São Paulo, e em novembro de 2023 na Revista Quatro Cinco Um, o sociólogo Muniz Sodré¹²¹ chacoalhou a intelectualidade brasileira quando afirmou que aceita o termo racismo estrutural; porém, acredita que o autor Silvio Almeida pode ter cometido um equívoco de análise do fenômeno. Para o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, “a discriminação racial no Brasil é difícil de combater por ser institucional e intersubjetiva, tendo como marca a negação do preconceito” (Meireles, 2023).

Muniz Sodré, em seu livro *O fascismo da cor* (2023), traz uma radiografia da discriminação racial no Brasil e centra sua tese no conceito de *forma social escravista*. Explica que a abolição da escravidão elimina a estrutura racista, mas preserva a forma, ou seja, a cultura, o comportamento, as experiências racializadas que tornam o racismo uma articulação da sociabilidade brasileira. Em suas palavras, explica:

A forma social escravista é de fato o modo como a sociedade pós-abolicionista sonha com um ‘além’ societário. O sonho produz imagens do mundo. Racismo é o

¹²¹Muniz Sodré de Araújo Cabral é um sociólogo, jornalista, tradutor e professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor emérito da Escola de Comunicação (ECO) e membro da Academia de Letras da Bahia. Muniz é colunista do jornal Folha de S. Paulo e considerado um dos maiores intelectuais brasileiros no campo da comunicação. Foi presidente da Fundação Biblioteca Nacional de 2009 a 2011.

espelhamento social do sonho elitista de uma sociedade com um povo uno e depurado na ‘mancha da escravidão’ (a expressão é de Ruy Barbosa) assim como de exasperações identitárias, sejam morfológicas ou culturais (Sodré, 2023 *apud* Meireles, 2023, p.17).

Em uma das suas falas na entrevista à Folha de S. Paulo, o autor chama a atenção: “Se o racismo fosse estrutural, já teria sido derrotado. O movimento negro é o movimento mais antigo da sociedade brasileira”. Também para o estudioso, o conceito de estrutura é complexo e pode ser explicado melhor do ponto de vista político. Mas, se usarmos as análises da sabedoria popular de que as estruturas não são feitas para funcionar, ou seja, as instituições jurídicas, o sistema econômico, as leis de forma geral não funcionam para todos, teremos a importante indagação necessária a fazer:

Por que o racismo funcionaria também ao ponto de solidificar uma estrutura? O racismo funciona exatamente porque ele não é estrutural. Minha visão é que o racismo que existia no Brasil estava consolidado e ligado à escravatura. Portanto, a estrutura escravista existia [...]. O Brasil se sustentou na escravidão, foi ela que fez a acumulação primitiva de capital aqui, e foi a coisa mais bem organizada neste país. Mas isso acabou com a Lei Áurea. Ao contrário do que acham alguns amigos meus escritores negros/as, a abolição não foi uma farsa, ela efetivamente acabou com a sociedade escravista e, portanto, acabou com a estrutura escravista, mas não acabou com o racismo (Sodré, 2023 *apud* Meireles, 2023).

Muniz segue a entrevista explicando que o conceito de estrutura não foi caracterizado como tal. Ele defende que “o conceito pressupõe uma totalidade fechada de elementos interdependentes”. Segundo ele, o racismo é subjetivo porque é difícil provar as discriminações raciais pelo fato das pessoas nem acreditarem que elas existam, a população de forma geral nega, banaliza e naturaliza o racismo cotidiano como parte do funcionamento de uma sociedade. Para o professor:

O racismo sequer é reconhecido como uma ação violenta, de preconceito e de distinção de cor. ‘Nenhum Estado, ou governante se diz racista. Às vezes os racistas mais atrozinhos diziam que não eram racistas. O grande mecanismo do racismo no Brasil é sua negação’. O racismo é institucional, por isso, é difícil de combater, porque você não o pega. (Sodré, 2023 *apud* Meireles, 2023).

O autor nos coloca a pensar sobre a *diferença entre sociedade e forma social*, termos que foram mais bem desenvolvidos por ele em seu livro e que estão fundamentados nos estudos da sociologia alemã e francesa. Como o autor é um marxista, ele acredita que o modo de produção está articulado à política e ao sistema jurídico, no entanto, explica que a forma social diz respeito à formação de outros elementos:

É uma imagem que a sociedade projeta de si mesma que ela tem ou quer ter de si. Isso nós temos individualmente: Você tem uma imagem de si mesmo e quer que os outros reconheçam você como uma imagem válida. Isso existe também em termos coletivos. A imagem que a sociedade tem de si é gerida pelo Estado e pelas classes dirigentes. Ela pode ser oficial, mas também subterrânea, uma imagem oculta que existe e lhe determina. Isso eu chamei de forma social escravista. Ela é uma aparência, Mas, isso não quer dizer que seja uma ilusão. As aparências existem por ter força, e é um erro querer lidar só com o que é material e concreto. Na forma social falo de uma aparência que a sociedade quer ter sobre si mesma: classes dirigentes querem se ver como brancas europeias e cristãs sem ter nada a ver com negros/as. Dentro dessa imagem, se desenvolvem os mecanismos linguísticos, psicossociais, de subjetividade e de comunicação. Portanto a aparência cria formas. (Sodré, 2023 *apud* Meireles, 2023).

O autor ainda comenta sobre a formação social brasileira e explica algumas questões:

A forma escravista está ancorada nesse modo de controle social que é o patrimonialismo. Ou seja, no poder exercido por grandes famílias pelo compadrio, pelo afilhadismo. Esse parentesco dominante no Brasil é branco e reproduz a forma social racista. O negro pode se adequar a ela e ser racista contra negros/as também, como também ele pode acreditar que não existe o racismo porque ele conhece seu lugar. (Sodré, 2023 *apud* Meireles, 2023).

Muniz explica que as ideias de eugenia são introduzidas na sociedade massificante após a abolição, pelas igrejas e pelos intelectuais, as quais produziram um racismo negado, ideologicamente, uma democracia e cordialidade racial. O que o autor destaca como uma forma perversa porque o negro tornou-se cúmplice da sua própria negação como sujeito, uma inocência sobre a dimensão das desigualdades sociais e raciais.

Em outra entrevista dada à Revista Quatro Cinco Um, ele também conversa sobre a tentativa de apagamento do sistema de escravidão, uma tentativa da branquitude de apagar o passado, destruir evidências. Destaca-se a queima de arquivos da escravidão, determinada por Ruy Barbosa, e o rechaço à cultura e às artes afro entre as elites.

O lugar social do negro, que deveria negar a racialidade [...]. Era necessário que a sociedade aprendesse a arte de esconder. 'A ironia é que aquelas brechas e ambiguidades do período escravista permitem a edificação de uma história contada pela branquitude na qual o Brasil não é um país racista. Daí ser necessário operar ao mesmo tempo um apagamento das desigualdades e discriminações raciais e um silenciamento da negritude para que não sejam questionadas (Sodré *apud* Galdino, 2023, p. 17).

Como não é possível trazermos todas as publicações da época em que os intelectuais foram provocados a repensar *SUAS* argumentações sobre o racismo estrutural, escolhi o

contraponto do professor Denis de Oliveira¹²², Doutor em Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisador na área de cultura popular e movimentos sociais, ativista do movimento negro e autor do último livro *Racismo Estrutural: Uma perspectiva histórica-crítica* (2021), da Editora Dandara. O professor também concedeu uma entrevista para o Portal Grabois, espaço de pensamento marxista (Oliveira, 2023).¹²³

Para Oliveira, o ponto central da divergência é a estrutura na concepção marxista, que no caso de Silvio Almeida foi extraída do intelectual Louis Althusser. Segundo o professor:

No pensamento marxiano, a ideia de estrutura aparece de diversas formas, mas em especial na abstração da sociedade capitalista caracterizada pela ‘infraestrutura’ (base econômica) e ‘superestrutura’ (domínio jurídico-político). A ideia de estrutura aqui aparece não como uma formalidade institucionalizada, mas como uma perspectiva gnosiológica, uma abstração para compreender as dinâmicas da sociedade capitalista para além das suas expressões formais (Oliveira, 2023).

A estrutura refere-se às relações de produção existentes em uma sociedade, ou seja, como os meios de produção são organizados e como as pessoas se relacionam dentro desse sistema de produção. Isso inclui as relações entre os proprietários dos meios de produção (classe dominante) e a classe trabalhadora (proletariado). Por outro lado, a superestrutura é composta pelas instituições e ideologias que surgem a partir da estrutura econômica de uma sociedade. Isso inclui o governo, a religião, a cultura, a filosofia, a arte e os meios de comunicação. Na tradição marxista, argumenta-se que a superestrutura geralmente serve para legitimar e perpetuar as relações de poder existentes na estrutura, ou seja, reflete os interesses da classe dominante. Em resumo, a estrutura econômica determina a superestrutura ideológica de uma sociedade, e esta última serve para manter e justificar a ordem social estabelecida pela primeira.

O professor ainda faz um reencontro com o pensamento do Althusser quando explica:

Processo é ação sem sujeito. Para se chegar a essa ideia Althusser desenvolve a teoria marxiana em níveis que vão de uma alta abstração (as categorias macromodais) caminhando para uma dinâmica histórica de longo prazo (categorias modais) até chegar às particularidades das contingências históricas (as formações sociais). Por exemplo, nas categorias macromodais, Althusser fala do conceito de modo de

¹²²Informações retiradas do blog <https://www.dennisoliveira.info/> Autor do último livro *Racismo Estrutural: Uma perspectiva histórica-crítica*, da Editora Dandara. Ele é professor associado da Escola de Comunicações e Artes da USP, jornalista, doutor em Ciências da Comunicação. Autor dos livros *Jornalismo e Emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire*, *A luta contra o racismo no Brasil* e *Jornalismo e os Dilemas na Sociedade da Inflação das Informações*. Coordenador científico do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação e pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP; e do GT “Epistemologias decoloniais, territorialidades y cultura” do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso). Integrante da Cátedra da Universidade Central do Vaticano.

¹²³OLIVEIRA, D. de. O racismo é, sim, estrutural. **Grabois**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://grabois.org.br/2023/03/23/dennis-de-oliveira-o-racismo-e-sim-estrutural/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

produção (todas as sociedades humanas têm modos de produção que se sucedem historicamente, formas que as sociedades humanas constroem para produzir coletivamente os bens materiais). Porém, os modos de produção não se restringem ao domínio do econômico, pois necessitam de um determinado tipo de sociabilidade garantido por arranjos institucionais específicos (os tipos de Estado) e determinados tipos de sujeitos/as adequados a essa ordem (ideologia como assujeitamento e práticas sociais) (Oliveira, 2023).

Cada categoria foi sendo formada em um período histórico, em uma conjuntura que proporciona uma existência como um modo de produção feudal, escravista, capitalista, e a reprodução da vida foi sendo capilarizada nesses arranjos de sociabilidade e instituições. Para Oliveira (2023), as relações intersubjetivas não foram tomando forma apenas pelas ideologias de eugenia, mas por uma conjuntura que favoreceu o capitalismo de dependência do Brasil.

Como explica Quijano (2005), todos os recursos da colônia serviam ao capital mundial retirados de uma produção de latifúndio, monopólio e trabalho escravo. Assim, as identidades de raças foram assumindo seus papéis e o lugar das representações no modo de produção. A divisão do trabalho e seu controle foram ajustando as hierarquias, o modo de trabalhar, pensar do trabalho, o modo de sobreviver, de ganhar dinheiro, de sonhar, de se relacionar uns com os outros, o modo de existir organizando as relações sociais a partir da dinâmica de dominação e exploração do trabalho.

Ruy Mauro Marini (2008), um intelectual, autor de livros e economista brasileiro que ficou exilado na época da ditadura junto com outros pensadores da América Latina na década de 1970, desenvolveu o conceito de “capitalismo de dependência”, e explica que o Brasil e a América Latina continuam sendo explorados pelo capital financeiro e pelos imperialistas, mantendo esses países dependentes de quase tudo para se desenvolverem. Os países periféricos dependem de outras economias, de tecnologias de todas as ordens para fabricar, para manter sua agricultura, suas indústrias e seus comércios. Os países centrais fazem um mercado injusto para que possam explorar as riquezas locais em troca das manufaturas com preços impraticáveis nacionalmente. Esse sistema funciona bem e explica o conceito de escravismo tardio (Moura 2020), que está sendo debatido aqui, isso mostra que a escravidão não acabou após as legislações da abolição, e assim o sistema foi articulado para atualizações de arranjos institucionais para garantir a modernização da produção e do consumo.

Para Marini (2008), é o resultado de uma estrutura econômica internacional desigual que coloca os países latinos em uma posição de subordinação com sérias consequências negativas, impedindo o crescimento nacional e criando barreiras para isso. Ou seja, concentram-se as riquezas apenas nas mãos de poucos países, conferindo-lhes cada vez mais poder, criando

condições favoráveis para a elite se proteger, aliadas aos interesses em comum (expropriar/mais-valia) em detrimento da exploração do proletariado e do meio em que ele vive.

O capitalismo de dependência está associado aos países que passaram pelo processo de colonização de modo distinto ao de outras nações, que mesmo sob os efeitos do sistema capital conseguiram desenvolver um *Welfare State*. Dessa forma, a superação dessa dependência exige uma transformação estrutural radical, a ponto de romper com essa cadeia exploratória, buscando a partir de movimentos de resistência construir um outro modelo de relações sociais para equilibrar a economia e partir para a transformação da equidade entre todos.

Tanto Denis de Oliveira (2021, 2023) quanto Ana Paula Procópio (Silva, 2020, p. 167) são autores que consideram as reflexões deixadas por Clóvis Moura, pensador que estuda atentamente os raciocínios do intelectual Karl Marx e que recupera seus pensamentos descrevendo o que aconteceu com o negro quando o país passou para o trabalho assalariado no pós-abolição:

No século XIX, o imperialismo multiplicou as formas do racismo, modernizou-o na medida em que houve a necessidade de uma arma de dominação mais sofisticada. É precisamente o entendimento acerca do papel econômico ideológico e político do racismo nas sociedades pós-coloniais que possibilita a compreensão de sua dinâmica e da constante reatualização de sua polimorfia [...]. O racismo incorpora-se ao pacote de respostas do capitalismo às suas crises (Silva, 2020, p. 167).

Diante do exposto, os autores entendem que o escravismo estruturava aquela sociedade e SUAS modificações para o que temos hoje; não foram mudanças transformadas na raiz, foram forjadas no modelo da superexploração, da precarização, da barbárie da vida cotidiana: “Negros e negras formam o estoque de exército de reserva de mão de obra e também de trabalho precário e análogo” (Oliveira, 2021).

O professor está de acordo com o pensamento de Silvio Almeida (2019) quando ambos definem o racismo estrutural como um processo histórico, político, econômico e jurídico que está ligado às peculiaridades da formação da sociedade capitalista:

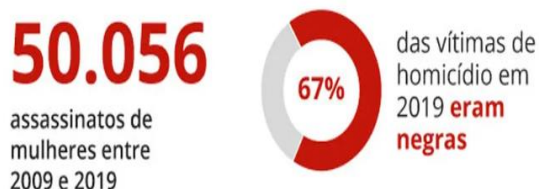
O racismo, de acordo com esta posição, é uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão. Isso significa dizer que a desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e das relações de classe, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento também podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista. Em suma: para se renovar, o capitalismo precisa, muitas vezes, renovar o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença em face da igualdade racial sob o manto da democracia (Almeida, 2019, p. 184).

Como podemos conferir na imagem de reportagens recentes:

Imagem 31 - Violência e racismo



Violência contra as mulheres



Fonte: Elaborado pela autora com base em matéria do G1.

Segundo explicação obtida em matéria do jornal Folha de S. Paulo, a psicóloga Lia Vainer Schucman e o sociólogo Rafael Mantovani explicam que “conceitos sociológicos surgem depois de uma análise sistemática da realidade social e são referenciados por uma comunidade de especialistas que verificam sua validade e eficácia na explicação do mundo social”. Posteriormente, esses conceitos podem se tornar úteis politicamente, informando princípios de organização jurídica e institucional.

Os pesquisadores vão apontando que até o momento as ciências sociais vão se guiando por três correntes de pensamentos que vão explicar sobre a estrutura social: Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber.

O que essas correntes têm em comum é que a sociedade usa como fonte alimentadora da sua estrutura várias condições como religião, economia, cultura, a ciência, modo e meios de vida, costumes, crenças, moral, ética e meio ambiente. Somente a lei propriamente dita não seria suficiente, como no caso da Lei n. 7.716, assinada em 1989, que promulgou afirmando que racismo é crime, no entanto, há mais de 20 mil registros anuais de crimes de racismo no país, uma média de 50 por dia.

No âmbito dessas teorias, Silvio Almeida (2019) alerta para o quanto é imprescindível o debate sobre o racismo institucional e aponta para o avanço da discussão:

O conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional (Almeida, 2019, p. 29).

4.3 Racismo institucional - processos de racialização e branquitude

DIAMANTE: *Basta olhar no serviço público e ver quantos trabalhadores negros/as estão ocupando os cargos de chefia. Esse é um exercício tranquilo de percepção de que a Prefeitura de São Paulo opera o racismo em suas estruturas.*

Começamos esta seção com a fala da **DIAMANTE**, que resume nossa conclusão deste estudo de que a Prefeitura de São Paulo e o trabalho nas suas Secretarias, como outras instituições públicas, são racistas.

Segundo Adilson Moreira (2020, p. 50), o racismo institucional pode ser identificado:

- a) quando pessoas não têm acesso aos serviços de uma instituição;
- b) quando os serviços são oferecidos de forma discriminatória;
- c) quando as pessoas não conseguem ter acesso a postos de trabalho na Instituição;
- d) quando as chances de ascensão profissional dentro dela são diminuídas por causa da raça.

Para tanto, é relevante para Moreira (2020) que o racismo e suas formas de discriminar foram sendo modificados, transformados através do tempo e nos locais onde os grupos de negros/as e não negros/as estavam inseridos. De forma resumida, o movimento cultural, econômico e político surgido na Itália no século XIV e que se estendeu até o século XVII por toda a Europa chamado de Renascimento construiu o que chamamos de racismo científico; que consistiu em uma nova ideia de ser humano, dos seus direitos e deveres estabelecidos pela sociedade. Era o advento da Idade Moderna, período em que foi definido que o padrão universal para tudo é o branco (na estética, no comportamento, na cultura, na intelectualidade).

Como pudemos ler nessa pesquisa, o racismo não é uma questão estritamente moral, ele deriva do contexto anteriormente mencionado de transformações do mundo, em que as pautas relacionadas à raça foram articuladas para servir ao poder dominante. Para que essa ideologia da superioridade fosse aceita, tivemos na organização do racismo científico as principais teses

de classificação das raças e sob essa perspectiva foi preciso racializar, como explica Moreira (2020, p. 41):

O termo racialização é empregado para classificar os mecanismos a partir dos quais os sentidos culturais são atribuídos a certas características físicas para que um grupo seja visto como diferente. A racialização seria uma forma de construção e de diferenciação dos indivíduos, prática que possui um objetivo específico: a raça é uma marca que representa as relações de poder presentes em dada sociedade. Não há, portanto, brancos e negros/as, mas sim mecanismos de atribuição de sentido a traços fenotípicos para que a dominação de um grupo sobre o outro possa ser legitimada.

Com a expansão marítima do mundo, o continente europeu passando de sistema feudal para capitalista, as revoluções francesas e inglesas, a Europa se transformou no berço do acúmulo de conhecimento, ciência e tecnologia do mundo. Um conhecimento transformado, sequestrado, plagiado das principais civilizações milenares dos outros continentes, americano, africano, asiático. Ideias eurocêntricas, por exemplo, de que “só é possível filosofar se for em alemão”, ou de que a “história do mundo racional é a partir da Grécia”, ou da lógica de que o negro é quase um humano, de que ele vem da natureza, da evolução de uma espécie, animalizado, sendo só um corpo, por isso ele é inferior a outras raças. As ideias eurocêntricas criam a identidade do branco como estando acima de todo mal, são anjos, são brancos, enquanto negros/as representam tudo o que leva ao sombrio, aos infernos, ao maligno, ao demônio (Faustino, 2021).

Essa última ideia propositalmente se dá quando a Europa avança no processo de colonização para que a escravidão seja um modelo econômico aceito. Graças à escravidão, a Europa teve condições de se desenvolver, enriquecer e explorar outras nações enquanto pôde; esse foi o caso de vários países africanos saqueados até meados da 2ª Guerra Mundial (1945). A racialização das experiências do colonizado marcam a sua relação com o mundo e consigo, proporcionando-lhe uma autoimagem distorcida. “O primeiro aspecto da racialização é a “epidermização” dos lugares e posições sociais, ou seja, aquilo que se entende por raça passa a ser definidor das oportunidades e barreiras vividas pelos indivíduos ao longo de sua vida” Faustino (2015, p. 52). Segundo o autor, essas facetas estão forjadas entre o político e o subjetivo e continua explicando:

O segundo aspecto da racialização é a interiorização subjetiva por parte do colonizador e por parte do colonizado dessa epidermização. É o momento em que os indivíduos deixam de se reconhecer mutuamente como reciprocamente humanos para ver a si e ao outro através da lente distorcida do colonialismo. A fantasmagórica e hierárquica contraposição binária entre branco X negro é assumida por ambos como identidades fixas e essenciais, moldando de forma empobrecedora a percepção de si e do mundo.

O repúdio a essas ideias, principalmente sobre raça, começa a aparecer quando o mundo passa a ter noção do nazismo e do fascismo; é quando o genocídio pelas diferenças de origem, de etnias e religiões é visto como desumano. A partir dessa conjuntura, cada nação foi dando tratamento para tais questões com base em acordos internacionais, dos quais muitos países do mundo fazem parte.

Ser classificado como branco produz um status que concede àquele sujeito os privilégios políticos, sociais, econômicos que bem manipulados tornaram-se parâmetro do ser universal. Ao utilizar essa divisão de raças, a branquitude passa a ser “o humano”, aquele que se deve alcançar, inspirar, cortejar, almejar. Ser branco coloca a pessoa no centro das oportunidades e vantagens das hierarquias jurídicas e políticas. Segundo a pesquisadora Lia Schucman (2023, p. 53), a ideia de branquitude e seu lugar de valor foi construída por expoentes abordados por Du Bois, Frantz Fanon, Tom Morrison e se consolidou no primeiro momento como: “uma posição em que brancos adquirem privilégio material e simbólico advindo da dominação colonial, prática que permanece na contemporaneidade” (Lia Schucman, 2023, p. 53). Na atualidade, avançam-se os estudos para reflexão em torno dos seguintes conceitos:

- a branquitude é uma categoria racial particular que se apresenta falsamente como universal, assim ela é muitas vezes não marcada e, portanto, se apresenta fantasiosamente como se fosse uma identidade racial nacional neutra e normativa;
- a branquitude se construiu historicamente a partir da falsa ideia de superioridade racial branca;
- a branquitude é uma posição de vantagem que produz privilégios materiais simbólicos nas sociedades estruturadas pelo racismo;
- a branquitude é uma categoria relacional e seus significados variam conforme a localidade e seus processos históricos.

Isso quer dizer que a branquitude tem o poder de decisão sobre o que se pode ou não se pode, o que se deve ou não se deve, o que se permite ou não se permite, se morre ou se vive. Não se trata de uma diferença de características físicas, mas do domínio do poder e da vantagem material.

AUTORA: *A partir do momento em que denunciei minha chefia de racismo institucional e outras questões na condução do trabalho para a chefia dela na SAS, a minha coordenadora passou a fazer o meu impedimento de trabalho, tirando a minha autonomia e me cerceando. Passei a não poder participar das reuniões da rede. Então, ela começou a ir às reuniões de discussão de caso no meu lugar, pedia para eu arrumar o relatório, como por exemplo*

colocar número de páginas nas folhas, prejudicando o fluxo de ida dele para o judiciário. Fechava a porta para eu não ter acesso a ela e pedia para os funcionários terceirizados ficarem de olho nos meus horários, nas ligações de telefone, nos meus atendimentos. Eu sempre dizia ao sindicato, como um servidor denuncia outro e fica na mesma unidade? É claro que a pessoa que tem mais poder vai me oprimir mais, cercear, a pessoa está com raiva, se sente apunhalada. Deveria ter um nível de proteção a esse trabalhador até que as denúncias fossem apuradas no processo administrativo.

Segundo a intelectual Cida Bento (2002), a branquitude tem um “ódio narcísico”, um tipo de paranóia explicado por Adorno e Horkheimer (1985) em que a branquitude tem essa fantasia de que o negro inteligente é inimigo e representa uma ameaça; assim, quanto antes houver uma estratégia de silenciar ou expulsar tais negro/as, maior a sensação de autopreservação.

É coerente o raciocínio da autora quando ela escreve:

Representar o outro com arauto do mal serviu de pretexto para ações racistas em diferentes partes do mundo. Agressividade pode ser dirigida contra esse inimigo comum (a outra raça), sentida como ameaça, ainda que na maioria dos lugares ela não tivesse nenhum poder. [...] É um tipo de paranoia que caracteriza frequentemente quem está no poder e tem medo de perder seus privilégios. Assim, projeta seu medo e se transforma em caçador de cabeças (Cida Bento, 2002, p. 42).

A branquitude acredita que em um estado democrático a diferença é apenas de cor, e não entende que exista privilégio. A maioria acredita na meritocracia e no mito da democracia racial, porque no caso brasileiro não houve uma segregação como no modelo dos Estados Unidos. A princípio, o Brasil é um país que se popularizou com o estupro de mulheres negras e indígenas, e nesta mestiçagem, a diferença ficou evidente na cor entre não brancos e brancos. Nessas condições, os não brancos foram designados para o lugar da subordinação e a branquitude (Cida Bento, 2022) para o lugar do privilégio pertencente ao bloco dominante do país.

Existe uma confusão no uso linguístico quando pessoas brancas ouvem o termo “supremacia branca”. As pessoas associam a imagens do holocausto, da Ku Klux Klan, *skinhead* e outros grupos radicais e ficam ofendidas achando que se trata de uma comparação a esses racistas assumidos. Contudo, supremacia branca:

É um termo descritivo e útil para capturar a centralidade abrangente e a assumida superioridade das pessoas definidas e percebidas como brancas e as práticas baseadas nessa premissa nesse contexto. A supremacia branca não se refere às pessoas brancas individualmente e as SUAS ações ou intenções individuais, mas a um sistema de dominação política, econômica e social abrangente (Diangelo, 2018, p. 53).

ESMERALDA explica que, em uma reunião de equipe, ela explodiu, afinal de contas ela não era escutada em nenhum momento, e isso já fazia muito tempo. Ela se sentia invisível, e sempre em um lugar de não pertencimento, ou de desmerecimento, sendo que ela sempre se atualizava e estudava para executar suas tarefas com eficiência:

ESMERALDA: *Eu passei por uma situação que eu nunca tinha imaginado passar na minha vida. Assim foi uma discussão sobre um edital de chamamento. Eu acho que em 2018 ou 2019. E a servidora branca, com mais tempo de SAS, não considerava nenhuma das minhas colocações, tudo que eu falava não era ouvido, eu era ignorada. Quando a outra servidora branca, da turma dos novos, repetia o que eu estava querendo argumentar, ela se colocava a pensar. Então assim, estava insuportável a situação. Até que chegou um momento que somado os anos de discriminação, e péssimas condições de trabalho em função do racismo, em função de assédio moral, em função de violência no trabalho, que eu já estava até desequilibrada mesmo, fui obrigada a dizer:*

- Olha, tá difícil conversar aqui. Porque eu falo, você não escuta e a pessoa branca fala, e você escuta. Então, assim, ou você lida com o seu racismo e trabalha tecnicamente, ou não vai dar!"

- O que você está dizendo? (super ofendida)

Foi um bate-boca, obviamente as colegas brancas tiveram que interferir, acalmar os ânimos, os/as colegas negros/as, olhando - tipo o que é isso? Eles tinham que olhar mesmo, eles não tinham o que fazer. A coordenação tomou a frente e encerrou a reunião. Eu tive, depois, que subir até a sala para pegar a minha pasta esquecida lá. Dei de cara com ela, olhou pra mim, pegou na minha mão e disse:

Olha, eu preciso te dizer que a gente teve uma divergência. Então eu sei que você entende.

Sim, entendo que foi uma divergência pautada pelo racismo.

Não, não foi racismo. Eu não sou racista!

Olha, essa discussão de novo não vai levar a nada porque você vai dizer que não é. Eu vou dizer que é, nós não vamos chegar a lugar nenhum. A gente precisa trabalhar juntas, vamos parar por aqui.

Essa mulher, juro, ela segurava o cabelo dela e falava gritando assim:

Eu não sou racista, você quer que eu faça o que? Ela começou a gritar, veio gente olhar. Você quer que eu ajoelhe, quer eu te peça desculpas? Eu não sou racista!

Eu fiquei em choque, eu fiquei olhando, e falei:

Gente, o que tá acontecendo? Olha, eu não quero nada, eu quero só que você me deixe sair daqui com essa pasta.

Eu fui pra sala, fiquei meio chocada, enfim, as colegas foram me acolher. Porque nomear o racismo também vira um drama pra branquitude que se sente mais ofendida do que o próprio negro discriminado.

Nesta situação da servidora, a branquitude não está acostumada a ver o negro como um igual. Ainda está presa no imaginário colonial, ou na recente história, de que mulheres negras sempre estiveram na posição servil. Com a entrada consubstancial das mulheres negras no mercado de trabalho, reflexo da modernização do sistema capitalista e das ações afirmativas e

cotas raciais, a branquitude está aprendendo a nos ver como pessoas, mesmo que em alguns casos com grande dificuldade. O intelectual Moreira (2020, p.47) afirma que se trata de Racismo Aversivo e define da seguinte maneira:

Interações sociais com negros/as são fontes de ansiedade para pessoas brancas, motivo pelo qual muitas delas procuram evitar contato social com membros destes grupos. Mas, embora convivam quase exclusivamente com pessoas do mesmo grupo racial, esses indivíduos rejeitam enfaticamente a sugestão de que sejam racistas em função da sua crença em ideais igualitários, o que efetivamente pode corresponder às suas convicções.

Segundo o Relatório sobre Desigualdade, da Oxfam Brasil, no primeiro bimestre de 2024, a riqueza dos cinco maiores bilionários do mundo dobrou desde 2020, enquanto a de 60% da população global – cerca de 5 bilhões de pessoas – diminuiu nesse mesmo período. Se o cenário geral não mudar, em 10 anos teremos o primeiro trilionário. No Brasil, em média, o rendimento das pessoas brancas é mais de 70% superior à renda de pessoas negras. Sendo que 4 dos 5 bilionários brasileiros mais ricos aumentaram em 51% sua riqueza desde 2020; ao mesmo tempo, 129 milhões de brasileiros ficaram mais pobres.

Os brancos são aqueles que mais possuem cargos de alto escalão nas empresas privadas e nas instituições públicas. São aqueles que estão nos rankings dos mais milionários e são donos das maiores empresas monopolistas, inclusive. São, em sua maioria, dirigentes de igrejas e governantes das nações, são os brancos que ditam as regras e as legislações do mundo.

Levantamento do Conselho Nacional de Justiça divulgado em setembro indica que 15% dos magistrados brasileiros se declaram negros/as, em um universo de 13.272 profissionais. O percentual é resultado da soma entre os autodeclarados pardos/as e negros/as. A maioria desses profissionais, porém, está na primeira instância, como juízes substitutos (17%) e titulares (15%).

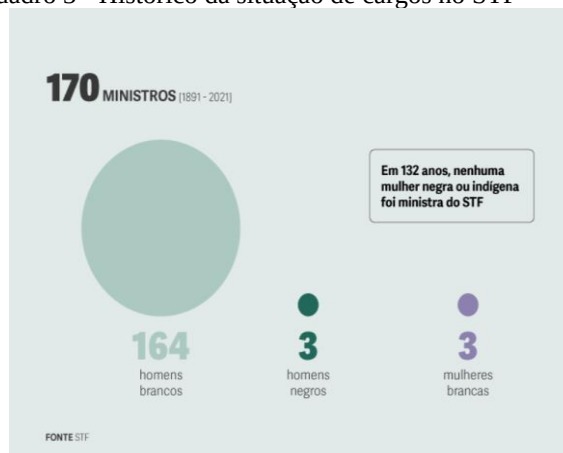
Imagem 32 - Turma de Juízes do Supremo Tribunal Federal em agosto de 2023



Fonte: Mídia Ninja (2023)¹²⁴

¹²⁴MÍDIA NINJA. Campanha pressiona por uma ministra negra no STF. 2023. Disponível em: <https://midianinja.org/news/campanha-pressionar-por-uma-ministra-negra-no-stf/>. Acesso em: 15 set. 2023.

Quadro 3 - Histórico da situação de cargos no STF



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 4 - Histórico da situação de docentes de direito na PUC São Paulo (2022)

Total de Docentes - DIREITO		186	100%
	Amarelo	5	2,69%
	Branco	169	90,86%

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Como na Figura e nos Quadros apresentados anteriormente, se pudéssemos traduzir para uma expressão popular, poderíamos afirmar: “que a justiça é cega”. A supremacia branca foi construída massiva e sistematicamente com um conjunto de sentidos e significados que caracterizam os não brancos com estereótipos racistas e de inferioridade que foram transmitidos desde o Brasil colônia até os dias de hoje, com novos arranjos institucionais. Por isso, observamos no cotidiano manifestações e práticas racistas nas interações sociais com a população negra, sem que a branquitude leve o título de racistas. Como nos dados a seguir, abaixo, que retratam o número de pessoas encarceradas no Brasil, que são descendentes na maioria das vezes da população marginalizada pós-abolição.

Segundo a Secretaria Nacional de Políticas Penais, o número total de custodiados no Brasil é de 644.794 em celas físicas e 190.080 em prisão domiciliar referentes a junho de 2023. A população negra encarcerada no sistema penitenciário brasileiro atingiu o maior patamar da série histórica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), iniciado em 2005. De acordo com o anuário da entidade, divulgado em 2022, havia 442.033 negros/as encarcerados no país, ou 68,2% do total das pessoas presas – o maior percentual já registrado. O sistema prisional brasileiro escancara o racismo estrutural. Se de 2005 a 2022 houve crescimento de 215% da população branca encarcerada, houve crescimento de 381,3% da população negra.

Imagem 33 - A população negra encarcerada

Fonte: Bochini (2023)¹²⁵

Instituições de ensino superior também fazem parte das instituições que mais discriminam, tanto pelo número de estudantes no processo de aprendizado, na sua permanência após a graduação, como na contratação de professores universitários. Vejam, no caso da PUC-SP, no segundo semestre de 2020, foram divulgados pela Pró-Reitoria de Planejamento e Avaliação Acadêmicos (PróPAC), dados colhidos em 2022 através do plano de trabalho docente, que apontaram apenas 5,34% de docentes autodeclarados/as negros/as. Responderam aos questionários 992 docentes, sendo que apenas 53 se declaram pardos/as e negros/as. Em relação à Faculdade de Direito, existem 186 docentes, sendo 5 autodeclarados/as amarelos/as e 169 brancos/as. Percebemos que existe uma supremacia branca na academia. Ou seja, mesmo com produções científicas apontando para a necessária reparação histórica aos povos negros/as, os/as gestores/as pouco se movimentam para encontrar saídas para as desigualdades de raças nas instituições, cabendo as maiores mobilizações de resistência e luta desta pauta para os movimentos de negros/as. Mais recentemente, desde 2023, está em vigor na PUC-SP, uma política de ação afirmativa aprovada por unanimidade pelo Conselho universitário, para a contratação de docentes, cujo objetivo é atingir a porcentagem de 37% do total de seu quadro docente – parâmetro percentual de população negra do município de São Paulo, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, do IBGE.

O racismo institucional está no cotidiano traduzido em vários índices que demonstram as relações de hierarquia, ou seja, quem são as pessoas na sociedade e a posição que elas ocupam. Como enfatiza Moreira (2002, p.49) ao afirmar que a reparação histórica ainda está distante: “essas ações acarretam perdas de oportunidades para suas vítimas porque elas deixam de ter acesso a oportunidades educacionais ou profissionais”.

¹²⁵BOCHINI, B. População negra encarcerada atinge maior patamar da série histórica. **Agência Brasil**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/populacao-negra-encarcerada-atinge-maior-patamar-da-serie-historica>. Acesso em: 19 out. 2023.

ESMERALDA passou por uma circunstância dentro do CRAS que pode explicar como as melhores ofertas e oportunidades de aprimoramento ficam mais disponíveis para a branquitude:

ESMERALDA: *Na nossa unidade a gente só atendia e mais nada. Tinha uma época que a SMADS ofertou muitas formações, capacitações para os servidores, nós não participávamos de nenhuma, porque quem iria atender no CRAS? Eu mesma fui conhecer o ESPASO (Espaço Público do Aprender Social é responsável por planejar e executar as ações continuadas de formação para qualificar as equipes) depois de uns 3 anos de prefeitura. A mensagem que a branquitude passava para a gente é que as formações não eram pra gente. Nas duas primeiras Conferências de Assistência Social nós não participamos. Pra você ter uma ideia somente quem ia era quem fazia a supervisão de serviços, ou seja, as servidoras de mais tempo. Essas pessoas faziam todos os cursos, todas as formações, participavam de todos os eventos, e participações coletivas e reuniões de planejamento. Às vezes aparecia uma proposta assim: - Pode ir uma de vocês. Mas a gente sabia que se saísse iria sobrecarregar quem ficava, então a gente não ia. Quando chegaram esses outros servidores brancos (até então três servidores negros/as na unidade) das transferências de outras unidades, mudou isso porque eles participavam de tudo. Mesmo porque as pessoas já se conheciam de vista, aí o comportamento muda, entende? E aí foi onde a diferença de tratamento e de relações ficou mais gritante. Porque foi tratado como se quem já estava lá tivesse menos conhecimento do que os outros, afinal, nós éramos somente servidores/as negros/as do atendimento do plantão social.*

Esmeralda relata um exemplo de impedimento de uma trabalhadora negra. É imprescindível apontar que mesmo historicamente a branquitude insistindo em subjugar a mulher negra, nós insistimos que ela precisa ser mais bem estudada. Essa mulher sempre violentada insiste em achar caminhos para sua resiliência. De tanto massacrá-la a negra desenvolveu habilidades de insubmissão ativando sua inteligência para encontrar alternativas de sobrevivência. Mesmo até a primeira quadra do século sem credenciais acadêmicas a mulher negra participou das principais propostas contra o cisheteropatriarcado e lutou por sua liberdade. Essa atitude de se manter ativa é o maior temor da branquitude que não cansa de tentar nos curvar.

Alguns servidores públicos manifestam preconceitos sutis e contínuos. Eles têm um tipo de desconforto nas relações de convívio com indivíduos negros/as, isso os leva a preferirem evitar o contato ou manter uma distância social de servidores/as negros/as, até porque não sabem lidar com as diferenças de cor. Moreira (2020, p. 47) afirma que “os racistas aversivos tratam pessoas negras de maneira cordial, mas essa interação não tem um caráter espontâneo, sendo meramente circunstancial”.

Algo semelhante acontece também com a servidora **SAFIRA**

Em 2009, quando ingresso na PMSP/SMADS, a coordenação seguia o padrão comum na SMADS, utilizava o poder para dar melhores condições de trabalho àqueles trabalhadores que mais eram convenientes e agradáveis aos seus propósitos. Por exemplo, tinha uma escala de trabalho, mas duas profissionais eram indicadas para fazer outros trabalhos considerados 'mais nobres', eram de "confiança" da Coordenadora. Eram somente elas que iam em reuniões externas com outras chefias; podiam participar de fóruns externos, participar ativamente do planejamento de trabalho.

Segundo **SAFIRA**, as servidoras brancas eram preparadas para conhecer toda a dinâmica e estrutura institucional, enquanto as servidoras negras eram reservadas à execução do atendimento diário à população e sem acesso a outras instâncias hierárquicas e administrativas, ou outras etapas do planejamento do trabalho. As servidoras brancas, ao longo do tempo, passaram inclusive a ter poder de decisão, sendo-lhes atribuído um status diferente dentro do local de trabalho.

No caso da **RUBI**, a disputa centrava-se na defesa do SUAS ao entrar em 2008, com a mudança da gestão do trabalho, com as novas servidoras públicas aplicando a profissionalização da Política de Assistência Social, houveram alguns conflitos que acabaram rebatendo mais nela:

RUBI: *Nos primeiros anos foi difícil, no território tinha aquela velha relação com políticos locais e apareciam cartinhas de vereadores para fazer atendimento prioritário com cesta básica. Era uma prática atendê-los, mas quando os novos concursados chegam e começam a recusar o atendimento desta forma, eu sempre era a primeira a rebater os argumentos, uma tensão e um desgaste se estabeleceram, mas a defesa do SUAS foi mantida no município.*

Esse senso de justiça aguçada de nós mulheres negras vem das extensas barreiras que ultrapassamos na nossa trajetória, onde os favorecidos sempre estavam em primeiro lugar, mesmo em situações que deveriam ser igualitárias. Nós não admitimos mais ficarmos com restos, em desvantagem, em último lugar, dependendo da misericórdia, a luta é ocupar os espaços sociais sem restrição de mobilidade e isso quebra a cadeia hierárquica da supremacia branca. No caso da **RUBI**, ela passa a irritar e incomodar.

E também, é interessante notar, que a maioria da sua equipe era mulheres, como ela, desta forma, não se tem uma empatia e credibilidade feminina pela entrada das novas formas de trabalhar, o que se percebe é a descredibilidade das ações por **RUBI** ser uma negra, é a questão da cor.

4.4 Mulheres Negras ingressam no serviço público

Na última década, antes da virada do século, o contexto era de crise estrutural do capital e o neoliberalismo operando através da implementação de políticas por parte dos governos e das instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Essas ações foram realizadas com o discurso da desestatização para promover medidas de crescimento econômico e aumentar a eficiência do Estado. No entanto, impactaram de forma drástica o serviço público, aumentaram o sucateamento dos equipamentos públicos, congelaram novas contratações de concursos públicos, inviabilizaram investimentos nas áreas sociais prioritárias e aumentaram as condições precárias de trabalho terceirizando vários serviços (Iamamoto, 2001).

Com o objetivo de direcionar a Assistência Social para uma nova abordagem, como política pública não contributiva de Seguridade Social, e assegurar o atendimento às necessidades dos indivíduos conforme previsto na Constituição Federal de 1988, artigo 203, foi promulgada em 1993 a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Esta lei adota o conceito de proteção social como uma ferramenta fundamental na defesa efetiva dos direitos, resultando em uma compreensão renovada da Assistência Social:

como direito do cidadão e dever do Estado, Política de Seguridade Social não contributiva, que provê mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Brasil, 1993, art. 1º).

Quando aprovada a Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS), todos os estados e cidades, antes da federação, passaram a operar segundo as orientações, fluxos e regras da PNAS sob coordenação federal no intuito de profissionalizar e universalizar a Assistência Social no Brasil. Nesse sentido, houve empenho da sociedade civil, por meio das conferências de Assistência Social, para estabelecer um Sistema Único de Assistência Social em 2005, de modo descentralizado e participativo, que tem por função a gestão da proteção social brasileira. A implantação veio sob lógica de gestão, cofinanciamento, monitoramento, atribuições, competências e normas compartilhadas e pactuadas entre os entes federados. O SUAS regula a hierarquização das competências no ordenamento de serviços, programas, projetos e ações socioassistenciais; prevê a correlação entre o reordenamento da rede e as peculiaridades

territoriais – culturais, sociais, econômicas e políticas (Brasil, 2011, art. 6º), entre outros. A Lei n. 12.435 do SUAS foi promulgada pela presidenta Dilma Rousseff em 6 de julho de 2011.

Entre 2005 e 2008, a cidade de São Paulo passou pela gestão do prefeito José Serra - PMDB (2005-2006), que renunciou em março de 2006 para se candidatar ao cargo de governador de São Paulo. Na sua gestão, nomeou Floriano Pesaro para assumir a pasta da Assistência Social entre 2005 e 2006. O Secretário renomeia a pasta como Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), titulação que se mantém até hoje. O Secretário na época organizava o planejamento dos serviços por meio das Coordenadorias Gerais de Assistência Social (COGEAS), que contariam com a estrutura das CAS, de acordo com os territórios leste, sul, centro-oeste, sudeste e norte, entre outros setores. Em 4 de julho de 2013, é publicado o Decreto n. 50.073, que dispõe sobre a supressão da estrutura organizacional prevista em 2008, assim extinguindo as unidades da CAS.

Gilberto Kassab - PSD (2006-2008) assumiu a prefeitura de São Paulo em duas gestões seguidas. Para a pasta da Assistência Social, o prefeito escolheu a engenheira Alda Marco Antônio (2009-2013) que também acumulou a função de vice-prefeita da cidade. Nesse período, a tarefa da Secretária era implantar os serviços conforme o *SUAS* realizando o processo de descentralização dos serviços da Assistência Social que ocupavam as 32 regionais das subprefeituras, e passaram a ser estabelecidos em todos os territórios da divisão regional chamados de CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, onde todas as entrevistadas desta pesquisa trabalharam como servidoras públicas, com o cargo genérico de Especialistas em Desenvolvimento e Assistência Social.

Vamos dizer que a “menina dos olhos” dos governantes eram os programas de transferência de renda, digo isto pelo fato de que, nos atendimentos que fazíamos, as pessoas chegavam com o cartão do vereador dizendo que ele teria indicado o benefício, e por conta de uma certa visibilidade política que se tinha em torno dos “mais vulneráveis” com um olhar de promoção para ganhar votos, como é próprio da cultura clientelista tão arraigada na gestão pública nacional. Na cidade de São Paulo, existia o Programa Renda Mínima (municipal) e pelo Estado, o Programa Renda Cidadã; já no âmbito federal, vigora até o presente o Programa Bolsa Família (PBF). Esses benefícios como política de Estado devem ser considerados uma das estratégias de proteção social e segurança de renda estabelecida pelo SUAS. Para que as pessoas pudessem acessar o Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), o SUAS atribui aos CRAS a realização do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; e aos CREAS a realização do PAEFI – Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. Tal estruturação sistêmica dos serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social

Especial significou aumentar consideravelmente o orçamento para esta pasta. Nessa gestão se deu o começo da municipalização de serviços assistenciais que eram geridos pelo Estado, incluídos na SMADS sob gestão conveniada com entidades e organizações privadas de assistências social, com longa tradição no Estado de São Paulo.

Por meio da Norma Operacional Básica (NOB) de 2005, a cidade implantou tardiamente o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social para população de rua (CENTRO POP). E para cumprir e consolidar o Sistema Único de Assistência Social, organizou os serviços por nível de proteção social (básica e especial) na cidade de São Paulo através das parcerias em sistema de convênio por meio das Organizações Sociais.

Conforme o site da SMADS neste ano de 2024, existem 1.314 serviços em parceria com 343 Organizações da Sociedade Civil (OSC) com capacidade para atender cerca de 237 mil pessoas. Quanto aos serviços de gestão direta são 54 CRAS, 30 CREAS e 6 Centro POP.

Conforme o Plano Decenal da cidade de São Paulo (2016):

O espalhamento dos 12 milhões de habitantes em domicílios nos 96 distritos de São Paulo e seus mais de 20 mil moradores nas ruas da cidade permitem afirmar que esta cidade equivale a um estado que agrega o conjunto de 96 cidades brasileiras de múltiplos portes. Pela Contagem Populacional do IBGE de 2015, 4.951 ou 88% das cidades brasileiras têm menos de 50 mil habitantes, embora juntas somem 32% da população brasileira.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS trata da quantidade de trabalhadores necessária para execução das atenções e da gestão que deve ser compatível com a demanda. Para isso, a gestão Kassab precisou realizar um concurso público para que profissionais fizessem parte da composição dos novos equipamentos públicos e publicou em fevereiro de 2008, no Diário Oficial da Cidade, os editais com os critérios dos concursos públicos que pretendiam preencher mais de sete mil vagas na administração municipal. Dessas, foram 420 vagas para os profissionais de Serviço Social e 1.053 para Agentes de Apoio.

Esse processo desencadeou intensa mobilização na cidade, pois para a Assistência Social havia se passado duas décadas da última contratação de servidores públicos, desta forma, praticamente todos/as os/as alunos/as formados/as naquela época e outros/as profissionais disputaram a oportunidade de trabalhar na esfera pública, para além da alegria da categoria em consolidar a luta de tornar a Assistência Social uma política pública efetiva e com autonomia

em unidades estatais, (supostamente) distante das ações caridosas de entidades e do favor e da benesse do primeiro-damismo.

Quando saiu o edital (fevereiro de 2008), **ESMERALDA** já tinha um senso de justiça social quando optou por realizar o concurso público. Pelo fato de passar a vida inteira em escola pública e fazer uma universidade pública, ela acreditava que de alguma forma precisava devolver o investimento e multiplicar seus conhecimentos:

ESMERALDA: *Resolvi fazer concursos públicos. Minha escolha pelo Serviço Social foi aleatória, apesar de hoje na terapia entender que não foi bem assim [...]. Estava desempregada, saí prestando um milhão de concursos porque meu objetivo era também ter minha independência e morar sozinha. Em 2008 era o começo das cotas. Eu tentei uma vaga por cota e fui desclassificada porque no documento do meu pai consta que ele é pardo e no meu está que eu sou branca. Eu fui chamada em outubro 2008, eu comecei no final do mesmo mês. Falei, no RH após assinar a papelada, eu posso começar quando? A mulher falou amanhã, se quiser! Aí eu falei não, amanhã não dá. Mas daqui uns 2 dias eu posso. Eu estava desesperada, precisava muito ganhar salário. Eu cheguei muito perdida e muito feliz ao mesmo tempo. Eu queria Assistência Social, porque na faculdade estávamos aprendendo sobre a implantação da Política Pública de Assistência Social. Só que na minha vez de escolher só tinha Secretaria de Saúde, então escolhi uma unidade perto de casa no centro da cidade.*

RUBI já era casada e estava no último ano da Faculdade na PUC-SP quando se classificou no concurso. Ela disse que não era um sonho ser servidora pública, porque ela não gosta de estar em um único lugar por muito tempo, gosta da sensação da liberdade de escolha. Porém, desempregada na época, com necessidade de dinheiro para pagar as contas, fez a prova e foi classificada.

RUBI: *Eram 422 vagas, eu fiquei em 400 e um pouquinho. E não me chamaram de imediato e minhas professoras diziam: “fica tranquila que você vai ser chamada, você está habilitada, fica tranquila!” Eu pensei: se não for chamada, eu sou uma mulher negra, não posso ficar desempregada, preciso ter dinheiro para pagar as minhas contas. Eu não posso esperar. Enfim, demorou um pouco a convocação, eu já desesperada, ...vai acabar o meu dinheiro, eu não tenho dinheiro para pagar aluguel. Fui arrumar um emprego e fui contratada por uma ONG com atendimento a pessoas em situação de rua. Passado mais de um ano do concurso fui chamada para atuar na Secretaria da Habitação em janeiro de 2010.*

DIAMANTE: Mulher negra de pele clara, 47 anos, solteira, com uma filha, quando escolheu a profissão foi por impulso de obter nível universitário e a faculdade de Serviço Social era mais barata. Ao entrar em contato com a profissão disse que se apaixonou pelo curso. Como

esteve em diversas situações de assédio sexual, almejava passar em um concurso público para ganhar estabilidade financeira porque tinha uma filha pequena para criar.

DIAMANTE: *Quando eu passei no concurso, os meus melhores professores de Serviço Social já trabalhavam na prefeitura. Entrei muito romântica, fantasiosa, apaixonada pela profissão achando que eu era igual a todo o mundo. Na minha cabeça, não tinha distinção. Imaginei que eu ia ser acolhida pelo grupo de Assistentes Sociais. E quando eu ingressei e encontrei algumas dessas mulheres eu achei que estava no mesmo patamar, no sentido que éramos assistentes sociais. Só que o olhar já não era o mesmo da sala de aula, não foram receptivas. E eu achei estranho aquilo.*

Eu fiquei em uma boa classificação, e fui trabalhar na sede auxiliando no processo de implantação dos CRAS na cidade (2008/2009). Depois fiquei na CAS, em seguida fui para o CRAS. Eu morava em Mairiporã e tinha uma filha pequena. Nesse movimento de sair da sede de SMADS eu já tinha visto que pessoas jovens e brancas já estavam sendo chamadas para assumir as coordenações dos CRAS. Fiquei pensando: - Mas porque alguém inexperiente estava sendo escolhido? Eu já era funcionária pública da Fundação Casa, já tinha trabalhado na habitação, tinha sido estagiária na própria Secretaria da Assistência Social, já tinha vivência com equipes de trabalho, então na época não compreendi os critérios de escolhas. E no primeiro momento, para ser bem sincera, eu ficava com raiva das escolhidas. Porque eu achava que era uma aproximação partidária, política. Então eu fiquei muito tempo com esse sentimento rancoroso. Porque eu ia vendo que nessas integrações todo mundo estava pegando cargo e eu nada. Era uma época em que o salário era muito baixo na prefeitura, então qualquer adicional que fosse a mais para mim era muito. Então, desde o início a SMADS optou pelo modelo hierarquizado das raças. A maioria era de um perfil de branca, jovem, educada, fala baixa, e com personalidade de que obedeceria a todas as regras da instituição.

Sobre a surpresa de DIAMANTE ao se deparar com um tratamento diferente ao assumir o cargo na prefeitura e que ela, mesmo com título, não pertencia ao mesmo grupo das professoras brancas, assistentes sociais, a intelectual Cida Bento (2002) explica a partir das ideias de Renê Kaes (1997, p. 95) que existe um tipo ou uma noção de inconsciente coletivo, “uma transmissão intergeracional dos conteúdos inconscientes” que determinados grupos absorvem as ideias, crenças, traços de comportamentos que são uma “cadeia intersubjetiva da qual procede”.

Nascemos para o mundo já como membros de um grupo, ele próprio encaixado em outros grupos e com eles conectado. Nascemos elos no mundo herdeiros, servidores e beneficiários de uma subjetividade que nos precede e de que nos tornamos contemporâneos: seus discursos, sonhos, seus recalques que herdamos, a de que servimos e que nos servimos, fazem de cada um de nós os/as sujeitos/as do inconsciente submetidos a esses conjuntos, partes constituídas e constituintes desses conjuntos (Bento, 2002, p. 19).

O que podemos observar é que, de geração para geração, as práticas de discriminação no ambiente de trabalho se dão pelo ato de ignorar, excluir sem parecer que está racializando, porque a narrativa é de que o/a outro/a, o/a branco/a, tem um perfil “eficiente”, ou “merecedor”. Como os grupos de brancos/as tendem a se afastar dos grupos de negros/as, os vínculos nem são suficientes para conhecer a potencialidade de um trabalhador negro, porque a branquitude se aproxima por identificação.

Sentir confiança naquelas pessoas que se parecem com você, é uma transmissão de uma crença geracional também, é um tipo de escolha que chefias despreparadas ainda utilizam quando pensam em confiar um cargo. O espelho refletido, a confiança nos iguais. Essa forma também garante a supremacia branca, já que as posições de maior privilégio estão nesses grupos. “Em time que está ganhando não se mexe”, por que se colocaria pessoas de outros grupos étnicos para ter que lidar com diferenças e diversidades?

E observem a perversidade deste sistema. As leis republicanas preservam os princípios da equidade e da igualdade entre as pessoas, tanto que o Código de Conduta Funcional dos Agentes Públicos e da Alta Administração Municipal¹²⁶ diz que na administração pública os funcionários devem respeitar as condutas de impessoalidade:

CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS E VALORES FUNDAMENTAIS - Art. 4º A conduta do agente público, incluído o da alta administração, reger-se-á, especialmente, pelos seguintes princípios e valores: I - ética; V - impessoalidade;

O sistema capitalista se reproduz quando a sociedade se organiza dividindo quem pode e quem não pode ser incluso, desta maneira, o acúmulo das riquezas produzidas pelo exército de reserva negro mantém a branquitude no poder.

SAFIRA: Mulher negra de pele clara, 54 anos, casada, sem filhos, pós-graduada em Gestão Pública e ativista em movimentos negros, afirma que desde antes do concurso público de 2008 lembra que apesar da sua experiência como funcionária pública de alguns anos da prefeitura, ela era tratada com distinção em relação às outras servidoras brancas e que não teve o mesmo acolhimento e consideração que se espera de uma trabalhadora experiente.

SAFIRA: *Em 2009 quando ingresso na PMSP/SMADS, a coordenação seguia o padrão comum na SMADS, utilizava o poder para dar melhores*

¹²⁶SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Decreto n. 56.130, de 26 de maio de 2015. Institui, no âmbito do Poder Executivo, o Código de Conduta Funcional dos Agentes Públicos e da Alta Administração Municipal. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 26 maio 2015. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-56130-de-26-de-maio-de-2015/consolidado> Acesso em: 25 fev. 2024.

condições de trabalho àqueles trabalhadores que mais lhe eram convenientes e agradáveis aos seus propósitos. Por exemplo, tinha uma escala de trabalho, mas duas profissionais eram indicadas para fazer outros trabalhos considerados 'mais nobres' eram de "confiança" da Coordenadora. Eram somente elas que iam em reuniões externas com outras chefias; podiam participar de fóruns externos, participar ativamente do planejamento de trabalho.

Segundo **SAFIRA**, as servidoras brancas eram preparadas para conhecer toda a dinâmica e estrutura institucional, enquanto às servidoras negras era reservada a execução do atendimento diário à população e sem acesso a outras instâncias hierárquicas e administrativas, ou outras etapas do planejamento do trabalho. As servidoras brancas, ao longo do tempo, passaram, inclusive, a ter poder de decisão, dando-lhes um status diferente dentro do local de trabalho.

SAFIRA: *A nós, ao contrário, a rigidez da hierarquia era-nos apresentada com toda a crueza e perversão, deixado nítido os recursos institucionais a serem usados no caso de insubordinação. Ou seja, “aos amigos os favores, aos inimigos, a Lei”.*

No Dia da Consciência Negra em 2023, a Prefeitura de São Paulo realizou uma matéria informando que estaria atenta à legislação das cotas raciais e informou que o perfil da Prefeitura estava sendo transformado, sobretudo após a adoção de cotas no serviço público municipal – a Lei n. 15.939/2013 determina que 20% de todos os cargos, de qualquer nível hierárquico, sejam ocupados por pessoas negras e pardas. Informa que houve um acréscimo de pessoas negras nesta atual gestão.

Em 2021, 30,5% dos funcionários públicos se autodeclararam negros/as. Em setembro deste ano, essa parcela chegou a 35,5% dos 129 mil servidores ativos (12,4% negros/as e 23,1% pardos/as; 62,8% brancos). Porém, esses números continuam desatualizados porque nem todas as secretarias fizeram o cadastramento e o levantamento dos funcionários com pergunta sobre raça/cor/etnia. Esse quadro com informações insuficientes torna difícil a possibilidade de uma análise mais detalhada. A Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP) informou que em 2021 a prefeitura teria 29,22% dos servidores ativos da administração pública municipal direta que se autodeclararam negras, sendo 20,85% de mulheres e 8,37% de homens. Na prática, para cada servidor negro/a, existem dois funcionários públicos brancos, como também, a pasta é conduzida pela maioria de mulheres.

Já a SMADS, em setembro de 2022, por meio da COGEP, respondeu que de um total de 1.103 servidores públicos admitidos, comissionados e efetivos, 990 servidores públicos

responderam que se autodeclaram das seguintes raças: 29 amarelas (2,93%); 1 indígena (0,10%); 217 pardas (21,92%); 193 negras (19,49%); 550 brancas (55,56%), ou seja, mais da metade dos/as funcionários/as pertence a uma cultura predominante da branquitude.

4.5 Ubuntu - nossa coletividade no campo das ações de resistência

Desesperava-me o mau emprego dos meus dias, a minha passividade, o abandono dos grandes ideais que alimentara. Não; eu não tinha sabido arrancar da minha natureza o grande homem que desejara ser; abatera-me diante da sociedade; não soubera revelar-me com força, com vontade e grandeza... Sentia bem a desproporção entre o meu destino e os meus primeiros desejos; mas ia (Barreto, 1997, p. 220).

O escritor Lima Barreto foi um funcionário público frustrado. Observava o dia a dia e escrevia sobre ele. Seus textos têm descrições de como ele era invisível nas repartições públicas. Sua rotina de trabalho favoreceu seu estado emocional melancólico e posteriormente levou o escritor ao limite, ao escolher o suicídio como o fim da sua vida. Nossos relatos de hoje são carregados de verdades indignas, mas é necessário até o nosso fim sermos esse incômodo: “nosso grande trunfo nasce da vida, nasce do nosso exercício vital, nasce da nossa experiência enquanto sujeitos/as negros/as, sujeitos/as diaspóricos/as”. Conceição Evaristo (2020, s. p.).

Como puderam conferir nas descrições das entrevistadas, todas essas mulheres, negras como eu, são pessoas antirracistas engajadas nas lutas sociais. Todas nós, em momentos diferentes, nos conhecemos quando participávamos de atividades no Sindsep e de movimentos reivindicatórios por melhores condições de trabalho e salário, para além de outros coletivos.

Um dos coletivos de grande relevância no período em que todas atuavam na SMADS foi o Coletivo de Servidores/as Públicos/as em Defesa do *SUAS* que, em dezembro de 2016 por iniciativa espontânea de servidores/as da SMADS, decidiu se reunir com o propósito de dialogar com a então Secretária de Assistência Social, Soninha Francine, da gestão do prefeito João Dória (2017-18). Já prevíamos que a gestão teria vários desafios por conta dos anúncios de desestatização e enxugamento de toda a máquina pública. Já estávamos vivendo o congelamento de todos os investimentos das políticas públicas da gestão do presidente Temer, após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, que havia aprovado a Emenda Constitucional 95 em 15 de dezembro de 2016, sobre o teto de gastos, dessa forma, anos difíceis estavam por vir.

O Coletivo de Servidores/as em defesa do *SUAS* se encontrava periodicamente no Sindsep para tomadas de decisão no enfrentamento da precarização dos serviços públicos. Discutíamos sobre o financiamento, orçamento municipal, participação e controle social, NOB-RH,

condições de trabalho, assédio moral e outros temas. Fomentamos o diálogo com outros grupos da sociedade civil, como os Fóruns de trabalhadores/as da Assistência Social, construímos manifestos públicos, organizamos rodas de conversa com especialistas, compúnhamos comissões para Mesa de Negociação. Do coletivo surgiram vários/as representantes em defesa do SUAS nas conferências municipais, estadual e federal, representantes sindicais; e elegemos a primeira servidora pública a ocupar uma cadeira no Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS como representante da categoria, - trabalhadores – a Tamara Cereja. O Coletivo de servidores/as públicos/as em defesa do *SUAS* manifestou várias vezes repúdio e posição contrária à execução do Programa Primeira Infância - Criança Feliz, que tinha sido aprovado de forma tumultuada pelo CNAS em 25.11.2016. Resistimos às alterações das nossas funções privativas como Assistentes Sociais frente ao novo Marco Regulatório das Organizações Sociais de 2015 - MROSC, cuja batalha ainda não acabou por conta dos processos no Tribunal de Contas do Município de São Paulo e Ministério Público.

Em função desses espaços coletivos, nós ficávamos sabendo como estavam a organização do trabalho nas unidades, as principais ideias de gestão, como também os horrores das violências de trabalho.

Nós servidoras/es públicas/os também participamos de quase todas as greves e as diversas manifestações contra mais perdas trabalhistas. Também criamos vínculos entre nós – uns/umas com os/as outros/as - nos tornamos amigas/os de vida. Com algumas/alguns servidoras/es íamos nos divertir, aliviar o cotidiano: no samba, nos bares, nos shows, em viagens.

Imagem 34 – Encontro/Momentos dos profissionais da Assistência Social



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Por conta dessa aproximação, ficávamos sabendo de vários/as trabalhadores/as que estavam sofrendo assédio moral de forma sistemática nas unidades e chegamos ao ponto de levarmos essa situação até a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo. Por conta do sofrimento das servidoras passamos a ser atendidas no SINDSEP, no Departamento do Saúde do Trabalhador, para o acolhimento de triagem dos casos de violências de trabalho.

Algumas servidoras negras passaram a compreender melhor o assédio e identificar que sofriam uma discriminação além das violências e, assim, conseguiram nomear corretamente que eram atingidas pelo racismo institucional. Neste sentido, as assistentes sociais negras acharam interessante formar um coletivo, com outras servidoras negras de outras secretarias para discutirmos nossas particularidades.

Em 2019 foi instituído o Coletivo “Nós Carolinas”, grupo de mulheres negras e trabalhadoras da Prefeitura do Município de São Paulo, que junto com outras funcionárias públicas e com integrantes do Grupo de Estudo das Relações Étnico Raciais no Serviço Social – GERESS, que há 12 anos atua na intersecção Serviço Social e questões raciais, construíram um calendário para encontros de formação, estudos e enfrentamento ao racismo institucional.

Para esta dissertação, sabendo que o Sindsep atendeu várias/os funcionárias/os públicas/os, foi encaminhado questionário para um levantamento sobre a situação das/os servidoras/es negras/os da prefeitura.

No que concerne ao departamento de Saúde do Trabalhador, tipicamente o/a servidor/a chega alegando sofrer assédio moral e, ao longo da escuta, são revelados ou são identificados elementos que apontam para a discriminação racial. Os casos que chegam ao departamento explicitamente nomeados como racismo são menos frequentes, mas também ocorrem.

O fluxo de atendimento de casos de violência do trabalho e assédio moral, desde 2015, se dá com a escuta inicial, a partir da qual se constroem encaminhamentos para serviços de saúde e outros departamentos internos, como Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Atenção à Mulher e Secretaria de Políticas Sociais, além de serem encaminhados aos coordenadores de região ou outros diretores de relevância ao caso.

Não há registros numéricos precisos, porém, a partir do levantamento de anotações e relatórios identificou-se que foram recebidos aproximadamente 20 casos nos quais houve menção de discriminação racial. Dos casos mencionados, 07 são de trabalhadores e trabalhadoras lotadas na SMADS; 06 na Secretaria Municipal de Saúde; 03 na Secretaria Municipal de Cultura; e 04 em outras secretarias. Acredita-se, a princípio, que o maior número de casos na SMADS não reflita necessariamente uma maior incidência de ocorrências nesta Secretaria específica, mas possivelmente uma maior consciência dos processos de racialização e seus impactos por parte de trabalhadores e trabalhadoras do Serviço Social. Além disso, cabe apontar que, a partir da implementação do MROSC no município, o número de atendimentos de servidoras da SMADS mostrou-se bastante expressivo entre os atendimentos da Secretaria. Entende-se que o número pode parecer baixo, porém é importante considerar:

- casos costumam chegar ao sindicato após o servidor esgotar outras vias locais e administrativas;
- apesar de ampla divulgação em atividades, formações e materiais, ainda há muitos/as servidores/as que desconhecem os atendimentos disponíveis no sindicato;
- como em alguns casos os elementos de discriminação racial foram apresentados apenas em um segundo momento de escuta, é possível que algumas situações tenham sido abordadas apenas como violências do trabalho e assédio moral;

A nomeação explícita do racismo, sobretudo do racismo institucional, se deu com maior frequência entre servidoras/es em cargos de nível universitário, principalmente aquelas/es do Serviço Social. No caso de trabalhadores/as de nível universitário, todos os relatos dos quais se tem registro e memória apresentaram alguma forma de questionamento da competência ou

do “perfil” para a atividade realizada. Esses questionamentos foram feitos por chefias, colegas, serviços terceirizados ou mesmo a população atendida. Mesmo nas situações em que o racismo presente nos questionamentos é reconhecido, os servidores e servidoras tiveram sua autoestima profissional impactada, apresentando dúvidas sobre SUAS próprias competências. Em um dos casos atendidos a servidora era a única da unidade cujo crachá passava por conferência da segurança da unidade todos os dias. Em outro caso, mesmo ocupando função de gestão, um servidor era cobrado por seus subordinados para realizar atividades braçais na unidade, como carga e descarga de materiais recebidos. A distribuição de tarefas, de escalas e/ou a aceitação de sugestões ou ideias também aparecem nos relatos como impactadas por esses processos.

Em atendimentos de servidores de nível básico e nível médio são mais frequentes os relatos de injúria racial, acusações de furto, discriminação religiosa (quando integram religiões de matriz africana), além de práticas que colocam em dúvida a capacidade dos/as servidores/as, como ensinar procedimentos com os quais já estão familiarizados. Entre trabalhadores/as de nível básico e nível médio atendidos/as, constata-se maior dificuldade em nomear as experiências vividas como racismo. Também se identifica maior medo de denunciar essa dimensão da violência vivida.

Os espaços de negociação coletiva se viram muito delimitados, restritos ou mesmo impedidos pelas últimas gestões. As negociações são abertas por pressão do conjunto de trabalhadores/as e pela ação tática de unificar as diversas entidades representativas no setor público municipal. Isso implica em construções de pautas unificadas, nas quais a discussão de temas transversais, como as discriminações de raça e gênero conseguem pouco espaço. O resultado é que essas pautas encontram poucos fóruns fora do sindicato que abram diálogo com os governos.

No mês de julho, o Sindsep realizou uma “*Roda de Conversa Tereza de Benguela: luta e resistência da mulher negra*” onde foram apresentados dados compilados quanto aos números de servidores/as ativos/as por raça tendo como fonte os “Dados Abertos- PMSP - MAIO/2023 - Relação de Servidores Ativos da Prefeitura de São Paulo”. De mais de 125 mil servidores/as, 63% se declaram brancos/as, 23% pardos/as e apenas 12% negros/as. Assim, negros/as e pardos/as compõem 35% dos servidores de São Paulo. O IBGE registrou no Censo de 2010, que foram declarados como negros/as e pardos/as, 37% das pessoas. Quanto à distribuição por secretarias, nas duas secretarias que detêm o maior número de servidores/as, Educação (66%) e Saúde (17%), a concentração de brancos/as, negros/as e pardos/as é equivalente aos percentuais do total dos servidores; porém, na saúde, o percentual de negros/as (9,5%) está abaixo da proporção geral de ativos. Ressalta-se o número acima da média de autodeclarados/as

amarelos/as, sugerindo ainda investigar-se a questão do acesso da população negra à formação universitária em profissões na área da saúde. Todos/as os/as trabalhadores/as atendidos/as encontravam-se em sofrimento mental, sendo frequente a desmotivação, o esvaziamento do sentido do trabalho e o prejuízo da autoestima, além de alterações de humor e sono.

Essas informações preliminares podem reforçar a defesa da nossa categoria para abertura de mais concurso público como forma de democratização ao acesso, mas exige maiores estudos sobre essa demanda.

Quanto ao número de filiados/as, o Sindsep informou ter registrado em 2023 entre pardos/as e negros/as, 2.741 trabalhadores/as. Nesse número, estão as entrevistadas e a autora, que sou eu; assim, participamos ativamente das atividades do sindicato no intuito de resistir ao desmonte dos serviços públicos.

Por conta desse nosso envolvimento, todas fomos perseguidas nos locais de trabalho, sendo mal vistas, com a pecha de perigosas, porque nossas chefias e parte da equipe achavam que essa ligação não favorecia as relações com quem estava no comando da gestão da secretaria que, muitas vezes, legislava desfavorecendo o trabalhador; assim, seríamos servidoras negras vistas com antipatia por essas pessoas.

A Depoente informa que trabalhou com AUTORA no CRAS de onde era Coordenadora; lá lhe foi orientada pela Supervisora que a AUTORA não realizasse supervisão de serviços, tendo em vista as ocorrências desagradáveis anteriores, sobretudo por seu comportamento com os serviços; informou que no CRAS, o trabalho era dividido entre atendimento e supervisão, mas que havia grande defasagem de técnico para atendimento de usuários, razão pela qual alocou a AUTORA para realizar o trabalho de atendimentos ao usuário e para participar de reuniões e outras demandas, o que lhe causou insatisfação. Ressaltou que entendeu ser importante que a AUTORA ficasse no atendimento para que pudesse conhecer o território, serviços parceiros de CRAS, para depois fazer a redistribuição dos trabalhos, tendo em vista ter vindo de CREAS. (a Coordenadora; trecho extraído do Processo Administrativo 6024.2018/0008907-1)

Essa era uma prática das coordenadoras, deixar as servidoras negras atenderem a população negra. Tinha-se um imaginário que profissionais na função de supervisão de serviço teriam mais capacidade, ou eram destinados para esse trabalho porque teriam mais status do que trabalhadores de atendimento de porta. Como eu já havia passado pela experiência de supervisão em CREAS, onde houve desentendimento com a minha chefia na condução do trabalho, ao chegar ao CRAS isso foi deliberado como um tipo de punição, já que somente eu seria a profissional da acolhida diária.

COORDENADORA: Informou que a AUTORA questionava muito as suas atribuições, e qualquer coisa que não concordasse, procuraria o SINDSEP ou o CRESS, perpetrando conduta de embate com a Coordenadora. Relatou um episódio em que quando recebia expedientes do Ministério Público ou judiciais solicitando "Laudo Técnico", a AUTORA se recusava sob o argumento de que, por ser Assistente Social, o que ela poderia fazer é um "Relatório Social", gerando desgastes na equipe pois outro teria que ser designado para essa atribuição. Houve também recusas acerca de solicitações de outros órgãos de Defesa de Direitos para visita domiciliar, sob o argumento de que não faria nada que não tivesse pertinência com a Política de Assistência Social. A Depoente declarou que se sentia muito desrespeitada e até mesmo assediada por receber diversas ameaças, discordâncias e falta de respeito. Diante dos embates entre as servidoras, conta que buscou respaldo perante a Supervisora da SAS, oportunidade em que fez documento relatando todo o comportamento de AUTORA, solicitando orientações para resolver o problema, pois não conseguia ter diálogo com a Denunciante. A Supervisora da SAS teria, nesse momento, decidido que a AUTORA iria para outro CRAS por ser próximo a sua residência e também devido à defasagem de técnicos. Por fim, conta que em recente reunião com a nova Supervisora da SAS, equipe do SINDSEP e todos os funcionários da supervisão, tendo em vista desentendimento entre AUTORA e a técnica da gestão SUAS, a Supervisora interveio advertindo a AUTORA para que não tivesse essa conduta desrespeitosa.

Como pode ser observado no depoimento, nesse último parágrafo, quando a gestão da SMADS queria humilhar uma servidora, marcava uma reunião para “mediar conflitos”. No entanto, todos que participavam da reunião eram comunicados para se prepararem para falar, mas a vítima, e no caso eu (ou quem fosse “acusado/a”), era pega de surpresa. Há vários relatos de servidores/as que passaram por esta situação vexatória. No dia fiquei sabendo que teria uma reunião para meu “ajuste” e ainda na frente de todo mundo. É o antigo pelourinho, alguém precisa servir de exemplo para que ninguém discorde das chefias.

Em relação aos expedientes do judiciário, houve várias conversas com a Coordenadoria da Proteção Social Especial para que não houvesse um tipo de extensão da equipe de assessoramento técnico dos juízes e promotores para os/as assistentes sociais de CRAS e CREAS, descaracterizando nossas atribuições de proteção social à população. O caráter protetivo do SUAS pode ser fragilizado ou inviabilizado quando os relatórios dos profissionais das equipes de referência das unidades da Assistência Social, que constituem instrumentos técnico-operativos fundamentais em sua prática cotidiana, são confundidos com documentos de caráter investigativo e fiscalizador. Ressalta-se que não compete às equipes de referência dos serviços do SUAS atestar veracidade dos fatos e produzir provas de acusação, pois tais condutas extrapolam o escopo de atuação da política de Assistência Social, além das implicações éticas. Diante dessa perspectiva, eu não poderia realizar laudo sobre questões psicológicas de usuário, necessitaria de resposta para o judiciário explicando os limites da

Política de Assistência Social. Mas, prefeririam me julgar como uma pessoa que se recusa a trabalhar, quando na verdade a proposta era valorizar a Assistência Social.

As unidades do CRAS também recebem muitos expedientes do Conselho Tutelar para que as denúncias sejam apuradas por nós. Não somos investigadoras de polícia. E na tentativa de explicar sobre as atribuições privativas de assistentes sociais, a coordenadora sentia-se ofendida e eu fui removida do CRAS, sem que a minha supervisora escutasse o meu lado da história. A opinião de uma coordenadora branca basta para tomar conclusões de quem eu sou e para onde devo ir. Segundo análise de Cida Bento (2002, p. 5), pessoas que dizem ter valores éticos, defensoras da igualdade, são capazes de praticar injustiça quando o outro não age, não pensa, ou não realiza ações como elas realizam.

O primeiro passo da exclusão moral é a **desvalorização do outro** como pessoa e, no limite, como ser humano. Os excluídos moralmente são considerados sem valor, indignos e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados. A exclusão moral pode assumir formas severas, como o genocídio; ou mais brandas, como a discriminação. [...] Pelos processos psicossociais de exclusão moral, os que estão fora do nosso universo moral **são julgados com mais dureza** e suas falhas justificam o utilitarismo, a exploração, o descaso, a desumanidade com que são tratados. Assim, o que se observa é uma relação dialógica: por um lado, a estigmatização de um grupo como perdedor e a **omissão diante da violência que o atinge**; por outro lado, um silêncio suspeito em torno do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia, concreta ou simbolicamente.

Eu tinha muita dificuldade de entender o porquê das pessoas da mesma categoria profissional que eu, aquelas que haviam passado no mesmo concurso público, não terem paciência comigo, para ouvir meus argumentos, para tentar considerá-los baseados em contextos racionais. Afinal, todas sabemos o que temos que fazer como assistentes sociais, e temos argumentos para não realizar funções que não nos compete. Mas, para agradar a gestão, todo tipo de trabalho era admitido no CRAS para que as pessoas não tivessem problemas com suas chefias ou “ficassem bem na fita”. Era um beco sem saída: ou você se sujeita, ou você terá problemas. E se for negra será resolvido como um problema desagradável a ser extirpado. Cida Bento (2002, p.12), utilizando de conceitos da psicologia, continua explicando essa aversão ao negro:

Freud chamou de o amor canibal, que pressupõe incorporar ou devorar o outro. Pode-se pensar também no ódio narcísico. O ódio narcísico, em relação aos *out-groups*, é explicado por Adorno e Horkheimer (1985) pela paranoia, também pautada nas defesas primitivas em que se expulsa tudo o que possa representar uma ameaça à autopreservação egóica. Chamam de “falsa projecção” o mecanismo por meio do qual o sujeito procura livrar-se dos impulsos que ele não admite como seus, depositando-

os no outro. Aquilo, portanto, que lhe é familiar passa a ser visto como algo hostil e é projetado para fora de si, ou seja, na “vítima em potencial”

E se fosse uma servidora branca seria diferente? A coordenadora chamaria para reportar que a relação estava desgastada? Poderia acontecer de, após as explicações sobre os conflitos, a servidora ter a chance de ficar na unidade e “mudar” sua maneira de interagir? Será que teriam mais cuidado ao transferir a servidora com uma comunicação, ou uma reunião anterior? Por se tratar de pessoa negra, as conduções de trabalho podem ser à revelia, tamanha a falta de importância daquele corpo negro.

4.6 Ruim com eles! Pior sem eles.

Esta é uma frase clássica utilizada para significar que algo é tão complexo que não tem saída possível. Eu ouvi muito essa expressão. Quando as servidoras pensavam em sair de determinada unidade, elas ficavam se questionando “será que sair desta unidade para outra é trocar seis por meia dúzia?”. Nos encontros sempre falávamos que as supervisoras de Assistência Social seguiam uma cartilha da gestão, ou seja, todas de forma geral tinham as mesmas atitudes e pertenciam às mesmas coligações políticas. Se em um local era ruim de trabalhar, caso trocassem, as tensões permaneceriam. Sempre era uma grande dúvida: o que fazer com as opressões, já que elas são um *modus operandi* da SMADS.

ESMERALDA: *Minha primeira experiência de trabalho na prefeitura foi trabalhar em uma unidade que só tinha servidores em fim de carreira, prestes a se aposentarem, gente que ganhou cargo e foi para lá, pessoas de variados bairros. As pessoas de um modo geral não queriam fazer nada, ensinar nada. Tudo o que era falado não se tinha um diálogo, só diziam que era para ler um material, o povo dava uns artigos de duas décadas atrás, sabe? Eu lembro que no meu primeiro dia, as pessoas olharam pra mim e falaram assim: “O que você tá fazendo aqui?” E eu respondi “Eu sou assistente social, vim trabalhar no setor tal, cheguei às 8 horas” e o povo começou a chegar entre 10h30 e 11 h. Na hora do almoço, me mandaram para casa porque não tinha nada pra fazer e nem para ensinar. Fui para casa, morrendo de medo. No outro dia, cheguei lá quase chorando, querendo me explicar que eu só fui para casa porque várias pessoas me mandaram e a gerente nem deu importância. Passando o tempo, fui ficando desanimada. Daí, eu tive uma conversa com a gerente que era uma médica e foi proposto pensar em formação para os agentes de zoonose. Fiz algumas coisas, mas nada saía do papel, porque ninguém queria. Convidava os médicos dos outros setores para fazer uma fala, faltavam, chegavam atrasados, não iam no dia, eu só passava vergonha. Para não ficar totalmente desanimada, eu entrei em uma pós-graduação de gestão de políticas públicas e conheci uma colega que me indicou uma permuta para o CRAS.*

Não reconhecer o potencial de uma pessoa negra é prática comum nas instituições. De forma geral não se leva em consideração as habilidades dessas pessoas, pelo simples fato de não se acreditar em, ou desconhecer, referências que tenham capacidade intelectual. São práticas discriminatórias que atuam dentro das estruturas; e as pessoas dentro das instituições vão materializando a invisibilidade de negros/as, não possibilitando o acesso a oportunidades de se desenvolverem no trabalho.

Tanto no relato anterior, quanto na narrativa a seguir, verificamos a alienação dos/as servidores/as públicos/as: uma maneira em que o profissional fica alheio às reais dificuldades, pois são atribuídas tarefas, cujas consequências devem ser ponderadas, de modo que a opção é executar aquilo que o gestor está mandando fazer, mantendo o foco somente no cumprimento de ordens. Como na expressão “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

AUTORA: *No meu primeiro dia no CRAS não tinha mesa para mim. Solicitaram que eu fosse até a Coordenadoria para verificar meu posto de trabalho e a chefia disse que a unidade que eu havia escolhido tinha muitos servidores e que ela precisava de ajuda para outra unidade e eu fui. Essa nova unidade era perto de casa também. Eu cheguei com muito gás, recém-formada, achava que poderia colocar em prática todo o aprendizado da faculdade. Mas, ocorreu um boicote entre as assistentes sociais com mais tempo de serviço versus as assistentes sociais novas. As concepções de trabalho eram diferentes e as novas colegas pensavam em trabalho em rede, algo que aquele grupo não concordava. Todas as demandas eram atendidas apenas com cestas básicas, independente dos problemas apresentados. Também existia uma divisão de trabalho entre quem supervisionava, ou seja, assistentes sociais com mais qualificação, e o pessoal do plantão, atendimento ao público. Todas as novatas almejavam ficar na supervisão, aquilo parecia um status, uma conquista. Foi difícil criar um vínculo naquele momento e naquela unidade. Tinha muita disputa e eu não me interessava por isso, o meu interesse era resolver as demandas dos usuários. Tempos depois, eu já estava com os primeiros apelidos “Dona encrenca”; “Faz tudo”. “Arrogante”.*

A alienação é personificada pelo sujeito, uma postura política que se instala por encontrar no espaço institucional o lugar perfeito para se reproduzir. A filósofa Marilena Chaui (2005, p. 173) traduz o pensamento de Marx quando analisa o que é alienação social:

Os humanos não se reconhecem como produtores das instituições sociopolíticas e oscilam entre duas atitudes. Numa delas, aceitam passivamente tudo que existe, por ser tido como natural ou de origem divina; a sociedade é o outro, algo externo a nós, separado de nós, diferente de nós e com poder total sobre nós ou nenhum poder sobre nós.

RUBI quando começou a trabalhar na prefeitura foi recepcionada com grosseria e falta de atenção, demonstrando logo de primeiro momento que ela não seria importante naquele local:

RUBI: *Desde o início da minha atuação na Secretaria eu sofri muita resistência devido ao meu modo de trabalhar. O atendimento à população prioritariamente acontecia com as terceirizadas/ gerenciadoras, e as analistas/ assistentes sociais supervisionavam os serviços. Acontece que eu estava muito interessada em colaborar com as equipes e fazer contribuições. Dessa maneira, eu não fui muito bem-vista pela equipe e principalmente pela minha chefia. Eu não conseguia me identificar com a equipe e depois percebi que essa falta de empatia estava atravessada pelo racismo. Como eu não sabia muito sobre políticas habitacionais eu perguntava muito, estudava bastante sobre o assunto, então as pessoas se sentiram incomodadas. Estou refletindo melhor e fazendo uma tomada de consciência agora: “Por que esse meu perfil profissional, minha postura pessoal, eu ser uma mulher negra, incomodava tanto?” E eu só queria trabalhar, eu não queria cargo de ninguém.*

Tinha também alguns servidores da era Erundina que não ajudavam em nada e estavam totalmente descompromissados com o trabalho.

Quando eu assumi minha vaga do concurso, eu estava completamente feliz e me apresentei no local de trabalho, sem informação nenhuma. Lembro-me de ter recebido um telegrama com o endereço da secretaria, o dia e o horário para me apresentar. Quando o coordenador do departamento, um homem branco de cargo comissionado há muito tempo dentro da prefeitura, me viu, aos berros ele me disse sem falar um bom dia

- O que é que você está fazendo aqui? Ninguém te falou que não era pra você estar aqui? O pessoal todo está na emergência das chuvas.

RUBI - explica que era o seu primeiro dia, e chegou a ficar muito impactada com a grosseria do chefe. Se ele sabia que assistentes novos estariam para chegar, um mínimo de acolhimento deveria ter acontecido. Ela lembra que o primeiro sentimento ao entrar na prefeitura foi de humilhação e agressão, ela saiu do prédio com o choro preso na garganta. Fazer as pessoas negras passarem vexame na frente de outras pessoas é uma estratégia de diminuir alguém para colocá-la em um lugar abaixo do agente autoritário. Um mecanismo retrógrado de gerenciamento de trabalho.

RUBI: *Ao chegar no território tive outro enfrentamento com as trabalhadoras das gerenciadoras porque elas eram contratadas e faziam pouco caso com as considerações das novatas e isso ficou insustentável depois de meses. Eu decidi realizar uma permuta para outra secretaria.*

4.7 As microagressões no cotidiano de trabalho

Apresentamos neste subitem o conceito de Microagressões (Moreira, 2020, p. 51), que são práticas cotidianas que afetam os/as sujeitos/as nas suas subjetividades e, que somadas às discriminações raciais, podem ocasionar sofrimentos avassaladores para as trabalhadoras negras. São violências, e práticas de opressão, que por muito tempo, foram naturalizadas e banalizadas nas relações interpessoais e de trabalho com o disfarce de se tratar de uma condução de “ajustamento” dos profissionais. No entanto, o tratamento com as pessoas, sobretudo com as mulheres negras, são desprovidas de cuidado atacando sempre a dignidade de forma ofensiva e humilhante diante das pessoas não negras.

O termo microagressões foi originalmente criado pelo psiquiatra Chester Pierce¹²⁷ na década de 1970, para descrever e caracterizar as maneiras pelas quais os/as negros/as eram agredidos/as e hostilizados/as cotidianamente. Além de médico, Pierce foi um ativista dos direitos humanos e de forma contundente afirmava que: “O racismo é um problema de saúde pública porque possui uma natureza contagiosa. Ele permite a propagação de estereótipos que procuram legitimar práticas discriminatórias contra negros” (Pierce, 1974, p. 516). Assim, para ele não se deve procurar o grosseiro e o óbvio porque os ataques aparecem de forma velada e rotineira formando assim a substância do racismo que convivemos.

Os atos de desumanizar as pessoas negras foram chamados por Pierce de microagressões e ele os dividiu em três categorias: microassaltos, microinsultos e microinvalidações. Elas são identificáveis quando se manifestam nas expressões verbais, nas representações culturais, nas reações físicas, e principalmente nos gestos e ações simbólicas que demonstram desprezo, antipatia, rebaixamento pelos racializados. Baseiam-se em sentimentos de natureza negativa em relação a membros de grupos não brancos, de diferentes status cultural e social. Diante do exposto, destaco as circunstâncias que as servidoras públicas negras vivenciaram no ambiente de trabalho:

Microassaltos: Designa um ato que expressa atitudes de desprezo ou de agressividade de uma pessoa em relação a outra em função de seu pertencimento social. Ocorre por meio de falas ou comportamentos físicos que pressupõem uma diferença de valor entre pessoas; eles geralmente são conscientes e proposital, sendo então expressões de estereótipos negativos em relação ao outro. Indivíduos que evitam interações sociais com negros, que não tratam negros com a mesma cortesia que dispensam a pessoas do próprio grupo racial (Moreira, 2020, p. 52).

As práticas racistas são cotidianas, e sem o devido cuidado para dialogar com as trabalhadoras, sem empatia, e com severa limitação para auxiliar ou ajudar uma servidora negra

¹²⁷Chester Middlebrook Pierce era um psiquiatra americano, professor titular de educação e psiquiatria na Harvard Medical School.

como nos atos discriminatórios que **ESMERALDA** sofreu:

Eu enxerguei o tratamento distinto e o racismo institucional rápido. Uma vez uma servidora no corredor verbalizou que iria deixar a bolsa na sala e quando ela me viu na sala ela não deixou. Ela foi guardar em outro lugar.

Eu já fui junto com outra trabalhadora, em uma reunião, acusada de furtar cadernos do CadÚnico, sem prova nenhuma eram mais fáceis achar que uma pessoa negra é aquela que seria capaz de cometer tal ato.

Todas as minhas dúvidas e perguntas dirigidas às servidoras brancas não eram respondidas nas reuniões. Eu era invisível, sem importância. Quando conversávamos em reunião e uma servidora branca trazia uma inconsistência de um serviço de convivência, alguma quebra de plano de trabalho, tinha solidariedade para resolver a questão, ou a oferta para conversar com a parceria. Quando era eu a expor a situação, pediam para eu ler a normativa, porque lá tinha a resposta da inconsistência. “Você não leu os artigos que tratam sobre este assunto?” - Claro que eu sabia, mas eu precisava de um apoio, de uma troca de informações. Mas, pra mim, não existia nenhum tipo de colaboração.

Teve um momento em que numa reunião o diálogo foi mais tenso. Isso porque eu estava colocando uma situação, e as pessoas menosprezando meus argumentos; e tratava-se de uma situação grave que eu acompanhava.

Eu disse: “Olha gente, deu!”.

“Eu tenho a mesma formação que vocês, eu passei no mesmo concurso, então assim, eu quero ser respeitada. Eu sei o que a legislação diz, ninguém precisa me dizer o que a legislação diz, só que eu trabalho em equipe, teoricamente, essa equipe é para pensar junto. Se vocês não quiserem me auxiliar, está tudo bem, eu vou procurar sozinha. Sabe, chega uma hora que fica insustentável, é muito desrespeitoso, e a discriminação é humilhante.”

Reuniões de equipe são ambientes perfeitos para quem deseja demonstrar o poder de forma coercitiva. Nesses encontros verificamos nitidamente o pacto da branquitude e o acordo tácito (Cida Bento, 2002) que incentivam as discrepâncias raciais. Uma servidora negra praticamente não tem voz, quando ela se manifesta há um silêncio que a confunde. Ela pensa: Será esse silêncio concordância ou não? A intenção é deixar a servidora deslocada, ao ponto dela desistir de falar nas próximas vezes. Isso se evidencia porque quando a servidora branca explana algo, o restante do grupo costuma comentar, ou apoiar a sua fala. Apesar de ser uma prática geralmente da chefia, os subordinados contribuem com o apartamento quando não trocam informações com as negras nas reuniões. Este mecanismo protege seu grupo com o objetivo de não perder seus privilégios.

Microinsultos: são formas de comunicação que demonstram de maneira expressa ou encoberta uma ausência de sensibilidade à experiência, à tradição ou à identidade cultural de uma pessoa ou um grupo de pessoas. Podem ser não propositais, embora sejam manifestações de um sentimento de superioridade que uma pessoa sente em relação à outra por fazer parte do grupo dominante. Os Microinsultos decorrem de

violações culturais que atribuem importância distinta a grupos sociais e suas vivências de opressão ou das tradições culturais. Podem assumir a forma de mensagens ou representações culturais derogatórias quando símbolos ou ritos sinalizam desprezo por membros de grupos minoritários (Moreira, 2020, p. 53, grifo nosso).

Refletimos, a partir desta citação que muitas servidoras e servidores manifestam um trabalho alienado, que dificulta o fortalecimento para resistir às pressões do sistema levando aos trabalhadores aceitar a submissão. O fingir que nada está acontecendo, atinge os funcionários/as na sua potência fazendo com que, muitas vezes, migrem para o sentimento de perda de sentido do trabalho sendo fonte depois de um desgaste mental.

AUTORA: *Em uma reunião de equipe de alinhamento de fluxo de trabalho em relação à gestão de parceria, onde estavam presentes a maioria das servidoras públicas do CRAS e CREAS, a Supervisora em debate comigo exaltou-se e **gritando** me disse **que eu era uma péssima profissional** porque eu tinha que ter educação com as pessoas. O ataque de fúria se deu após eu **questionar a servidora** responsável pela parte documental das parcerias para que o procedimento que estávamos realizando fosse analisado sob outra perspectiva ou que considerássemos uma consulta à própria SMADS havendo ali um impasse. Ou seja: “Quem eu penso que eu sou para cobrar, sugerir ou solicitar de outra servidora alguma coisa?” Tive essa sensação quando ela me disse **que sou mal-educada**. A questão de ela achar que eu era uma péssima profissional se deu porque ela tirou conclusões precipitadas como a própria supervisora me disse: “Eu já sei quem você é, eu já levantei a sua capivara!” Ou seja, ela sabia que eu era capaz de denunciar irregularidades, **de fazer críticas dentro do trabalho**, e que isso gerou um volume de documentos no meu prontuário funcional. Eu, quando saí da reunião, tive que comparecer a um serviço e lá não consegui me conter e na frente de outros funcionários eu chorei compulsivamente. No dia seguinte, eu não consegui levantar da cama. Acabei abrindo uma CAT¹²⁸ de violência de trabalho porque fiquei muito abalada, me senti constrangida e humilhada porque, após os gritos, as outras servidoras foram até a sala da supervisora acalmá-la e **eu fiquei sozinha na minha sala** sem que ninguém me perguntasse se eu estaria bem. Pelo contrário, ouvi na cozinha as pessoas comentando que em toda reunião eu trazia confusão e que não poderíamos ter paz. Ou seja, as contrariedades, as diferenças de opinião, as divergências de trabalho era algo que necessitava ser evitado, porque somente a supervisão poderia dizer o que a equipe técnica deveria fazer. E no caso, não se tratava de uma supervisora entendedora da Política Pública de Assistência Social, ela era mais uma indicada política, professora do ensino fundamental que estava desautorizando um trabalho técnico de anos de experiência.*

O tratamento autoritário e a comunicação severa assemelham-se à narrativa da **DIAMANTE** logo abaixo. Somos duas servidoras negras que passamos por uma profunda humilhação ao sermos tratadas de forma agressiva diante de outras pessoas. Um constrangimento tão vergonhoso que ao sairmos dos ataques nossos corpos explodiram em lágrimas. Barreto, ao estudar as formas de violências (Barreto, 2006, p. 28 *apud* Silva; Raichelis, 2015, p. 58), explica que a “humilhação é como dor social numa sociedade que é

¹²⁸CAT – Comunicação de Acidentes de Trabalho – Muito utilizado para identificação dos adoecimentos relacionados ao trabalho, no entanto, pouco utilizado para notificar violências que ocasionaram o adoecimento do trabalhador. O trabalhador poderá verificar se há ou não necessidade de afastamento ou licença do trabalho.

atravessada por relações sociais autoritárias, nas quais predominam o medo e a vergonha, sentimentos que acabam contribuindo para a submissão”.

DIAMANTE: *Me ligaram do hospital dizendo que minha filha estava no Pronto Socorro. Eu saí do CRAS imediatamente, saí correndo para ver minha filha. Mas avisei a coordenadora, avisei a recepção, que eu tinha uma emergência lá no hospital. Quando eu voltei, no dia seguinte a supervisora passou no salão do CRAS. Já tinham naquele momento muitos usuários, e ela me deu o maior esculacho na frente de todo mundo; falando como eu pude deixar o CRAS abandonado. Na hora me veio as lágrimas da humilhação. Naquele dia, eu fiquei assim, paralisada, paralisada, paralisada (com lágrimas nos olhos novamente). Foi uma violência racial, porque ela nunca faria isso com outro técnico branco. Ela tratava os outros funcionários ‘a pão de ló’. Quando eu contei a situação para outras pessoas, eu percebi que existia uma certa forma de minimizar, justificar, o que ela fez. Nas duas vezes em que eu sofri violência de forma direta, nenhuma pessoa chegava a mim e me dizia que a agressora era uma pessoa equivocada, mas sempre tentando minimizar para a agressora. “Será que ela estava nervosa? Sempre nesse lugar de que o branco seria incapaz de uma violência, se o fez teve motivos certos. Ela me conhecia, ela sabia que eu era a técnica que mais se dedicava ao trabalho. Eu teria um motivo muito sério para sair do CRAS. Então foi na intenção de querer me humilhar sendo que ela poderia ter optado por conversar comigo. Se ela não o fez, foi porque quis a agressão.*

As violências de e no trabalho são entendidas por nós como estratégia de manutenção de poder; no caso da minha narrativa, os gatilhos da agressividade são acionados quando há o contraponto sobre os novos rumos da execução do trabalho, cuja tendência é desregulamentar, aumentar os contratos terceirizados para diminuir os gastos da gestão. Mesmo que isso implique numa pior qualidade de serviços para a população mais vulnerabilizada. Opor-se a isso, sozinha, contra a classe dominante, significa sofrer todas as formas de opressão, exclusão e punição. A chefia representa os interesses do capital e do poder institucional do Estado, e a classe trabalhadora alienada prefere se omitir para garantir seus salários, mesmo que com isso contribua para a precarização do serviço público. Pessoas como eu que criticam o sistema tendem a ser violentadas para servir de exemplo para todo restante do grupo e, quando se trata de uma mulher negra, o agressor sente-se autorizado a praticar a agressão porque não sofrerá consequências dos seus atos.

No caso da **DIAMANTE**, sua chefia foi irracional aos seus argumentos de necessidade de sair intempestivamente. “Não escutar é uma estratégia que protege o sujeito branco de reconhecer o mundo subjetivo das pessoas negras” (Grada Kilomba, 2019, p. 122). A chefia não quis saber os motivos da **DIAMANTE**, ela só sabe que a servidora não trabalhou e não permaneceu no seu posto de trabalho. Nenhuma empatia surgiu dela, que também é mãe e sabe como é doloroso saber que a filha está hospitalizada. Um certo medo de saber que as mulheres negras têm iguais preocupações da mulher branca; por isso, o rechaço porque não é possível ser parecido com uma negra. Se negras eram amas de leite e babás de mulheres brancas não

podendo cuidar de seus filhos, a **DIAMANTE** jamais poderia deixar seu posto de trabalho também para cuidar da sua filha. “O sujeito negro torna-se tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo” (Grada Kilomba, 2019, p. 71).

Microinvalidações: ocorrem quando sujeitos/as deixam de atribuir relevância às experiências, aos pensamentos e aos interesses de um membro específico de uma minoria. Por exemplo, o indivíduo atribui valor a pessoas de sua própria raça quando falam sobre situações de estresse emocional, mas deixa de fazer o mesmo quando minorias afirmam que sofrem mentalmente em função de tratamentos discriminatórios (Moreira, 2020, p. 53, grifo nosso).

RUBI relatou que o tratamento era desigual entre pessoas brancas e pessoas negras. Era nítido que tinha um tipo de favorecimento a um grupo e uma rigidez em relação às mulheres negras. Para que o racismo funcione é necessário discriminar prejudicando uma pessoa ou um grupo e quanto mais restrições na mobilidade da pessoa negra, mais se consegue o objetivo de deixá-la capturada. Reparem que a justificativa da chefia está de acordo com as regras institucionais, mas quantas outras regras quebramos para ter um bom funcionamento do trabalho? A chefia não quis ouvir e muito menos autorizar uma proposta alternativa para garantir que a funcionária evitasse o cansaço, o desgaste mental e físico que neutralizaria os impactos da gestação:

RUBI: *Eu morava na zona leste, mas minha casa não era tão perto do CRAS e o meu acesso era de transporte público. Nunca tive carro e foi um período assim, de uma elevação de temperatura. Eu sofria muito com retenção de líquido. Eu passava mal no transporte público e, naquela época, tentei fazer um acordo com minha chefia para o trabalho híbrido, para trabalhar alguns dias em casa, porque de outra forma eu teria que me ausentar ou tirar licença e eu estava pensando em contribuir com a equipe, mas ela não me autorizou realizar o trabalho dessa forma. Uma justificativa de que **não poderia abrir exceção**. Ser mulher, ou ser mãe, não garante que outra mulher se humanize ou se solidarize. É essa leitura que faço da realidade. Eu fiquei tão mal, tão mal com isso que eu estava me programando também para sair de licença maternidade assim que o meu filho nascesse. Pra poder aproveitar o maior tempo com ele. Eu tive que sair antes porque estava **insustentável continuar trabalhando**. Desconfio que se fosse uma servidora branca, não sofreria a crítica e a supervisora teria flexibilizado esse pedido.*

Essa é também a opinião de **SAFIRA** que acredita existir uma **distinção** entre o grupo de servidores brancos e negros, revelando o caráter nocivo das relações raciais no e de trabalho.

SAFIRA: *Na prática, o exercício de **pequenos poderes** nas unidades da SMADS (CRAS/CREAS/SAS) revela que aqueles que têm aceitado as regras de poder, por mais injustas que sejam, estarão isentos ou aliviados do cumprimento de algumas exigências institucionais e até de atribuições profissionais, tendo condições mais favoráveis no ambiente de trabalho. Ao contrário de mim, **servidora negra que a***

chefia se mostrava inflexível e intolerante. E assim o racismo é desenvolvido potencialmente favorecido pelas condições estruturantes.

Tanto **SAFIRA** como **RUBI** informaram que ficavam cansadas na tentativa de serem valorizadas ou reconhecidas. E essa rotina de falta de consideração causou vários efeitos biopsicossociais. No caso da **RUBI**, ela não conseguiu continuar trabalhando por perder os estímulos que a levavam a realizar o seu melhor, devido às condições físicas de estar em uma gravidez com desgaste mental. Esses fatos que ocorreram com **RUBI** contribuíram para a depressão pós-parto pela qual passou. E no caso da **SAFIRA** ela estava sempre colocada em desvantagem em relação aos outros servidores. O isolamento e a falta de compartilhamento do trabalho cotidiano minava a resistência da servidora por estar sempre sozinha contra submissão. O desgaste mental foi inevitável a monotonia de sentir-se sozinha levava a **SAFIRA** duvidar que algum dia ela seria tratada de forma igual.

O

4.7.1 Tempestades e sombras sobre as cabeças de servidoras públicas

Eu achava todos odiosos por se **permitirem ser postos para trabalhar como touros**, e ainda mais vergonhosos por **tentarem fingir que as coisas não estavam tão ruins quanto estavam**. [...] Passou pela minha cabeça a ideia de que o meu povo talvez fosse uma raça de masoquistas, e que não só era nosso destino viver a vida mais pobre e difícil, como nós gostávamos assim (Maya Angelou, 2018, p. 19).

Para conseguirmos analisar as violências de trabalho é necessário contextualizar que o mundo do trabalho hoje se apresenta em intensa transformação. O sociólogo Antunes (2018, p. 28-40), no seu livro “O privilégio da servidão” explica que a “classe que vive do trabalho” é uma composição dos trabalhadores assalariados de distintas formas, incluindo informais, intermitentes, subcontratados, desempregados, que dependem da venda de sua força de trabalho para obterem seus meios de subsistência. Esses trabalhadores compartilham uma condição comum de estarem subordinados ao capital e à lógica do mercado, sendo explorados em prol da acumulação de capital pelos empregadores. E como vimos nas narrativas anteriores, os gestores do capital utilizam-se do mecanismo de impedimento, da ascensão profissional dentro das hierarquias institucionais e, para isso, praticam violências com um grau de perversidade quando se trata de sujeitos/as não brancos/as. Essa é uma forma bem sucedida de manter a classe trabalhadora dependente e subalternizada.

O sociólogo tem destacado que existem várias armadilhas postas para os trabalhadores e esses estão sendo capturados, por conta das mudanças estruturais do modo de produção e

organização do trabalho, que cada vez mais vem flexibilizando as leis trabalhistas, como no caso das subcontratações. Estas condições de trabalho são marcadas por uma alta competitividade e, no caso dos servidores públicos, há uma disputa entre esses funcionários públicos e aqueles contratados nos regimes mais precarizados, ou os comissionados; “cuidado com o indicado do político” o que eleva a fragmentação da categoria de trabalhadores e promove o acirramento, a disputa e uma individualidade na linha do “salve-se quem puder”. Na análise de Antunes (2018, p. 37), além desses profissionais estarem “submetidos a estas modalidades de trabalho com contratos [...] flexíveis, os funcionários ainda são levados a fazer vistas grossas porque sentem-se devendo favores a políticos, vivem a pressão para cumprir metas, lidam com as diferenças de salário e, também por isso, frequentemente reproduzem práticas de assédio capazes de gerar tensões e conflitos. No caso da SMADS, os cargos de chefia, na grande maioria, são cargos de confiança e conduzem o trabalho na “cartilha” da classe dominante. **DIAMANTE** resgata uma memória com uma chefia comissionada:

DIAMANTE: *Acho que ela não se conformava que eu, daquele grupo, era uma servidora pública cujo salário era maior que o dela. E naquela reunião ela sentiu-se no direito de acabar comigo tentando me rebaixar e humilhar*

AUTORA: *Eu havia solicitado aos os Jovens Monitores providenciarem os cards que iríamos postar no Instagram, eles disseram ao meu chefe que eu tinha um maior salário que o deles, portanto, a resposta deles foi “Deixa ela se virar!”.*

E o meu chefe me disse: “aqui todo mundo rala muito, e você é uma servidora pública que não trabalha de final de semana, tem o maior salário, então acho que você não pode falar nada porque quem tem privilégios é você!”

Uma outra situação das transformações do mundo do trabalho que afeta de forma indireta e direta os servidores públicos é o avanço da indústria 4.0 e os investimentos em Bigs Tech e Big Data, com uma evolução dos produtos de tecnologia aprofundando as desigualdades econômicas e principalmente culturais e comportamentais.

Observamos uma maior atenção no campo dos serviços, onde estão instaladas as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS), que ampliam o trabalho morto com redução do trabalho vivo; a automatização, o desenvolvimento das inteligências artificiais e a robotização como processo de substituição do trabalho humano e intelectual.

No caso da SMADS já avançam alguns sistemas operados pelo telefone e site 156, que prestam informações gerais e específicas para a população, explicam procedimentos que a população deve fazer sozinha, ou seja, pelo menos o primeiro contato para resolver a sua

demanda é com uma máquina. O que nos leva a pensar em como fica o processo de triagem com base em estudo social dos indivíduos e famílias a ser garantido pelo SUAS? As principais demandas do portal 156 atualmente são pedidos de vagas em centros de acolhida, denúncias de violências, agendamento de benefícios sociais e atendimento social. Nossa maior demanda são os Programas de Transferência de Renda - PTR, o CadÚnico e suas consultas podem ser realizadas no aplicativo do governo federal. Além das nossas questões administrativas que são enviadas de forma eletrônica via Serviço Eletrônico de Informações (SEI). Há também, espalhados em alguns equipamentos, os totens onde a população “resolve” suas demandas pela máquina sem a necessidade da pessoa humana.

Os avanços tecnológicos têm proporcionado aos gestores justificativas para não realizar novas contratações de profissionais, ocasionando a sobrecarga de trabalho e acúmulo de funções que, de forma geral, os servidores públicos reclamam. Ou seja, o cenário para o futuro sem algum planejamento em relação aos recursos humanos dos serviços públicos se apresenta ainda de forma muito desesperançosa quanto nebulosa, sobretudo para negros e negras.

Ainda, o sociólogo Ricardo Antunes (1995) alerta que há uma divisão técnica do trabalho em âmbito internacional e regional capaz de levar ao aprofundamento da barbárie em vários países, da qual o Brasil não escapa, tamanha a distância inalcançável das condições objetivas e subjetivas de viver e existir.

Há uma dialética profunda do trabalho: O trabalho é criação e perda; é emancipação, é ato poético, mas trabalho também é sofrimento, e estas duas dimensões caminham com o trabalho ao longo da história da humanidade (Antunes, 1995, p. 249).

Diante do exposto, as violências de trabalho, em sua grande maioria, são realizadas pelas chefias imediata e mediata, apoiadas por outros funcionários públicos omissos ou silenciosos diante dos fatos.

O que se observa, no caso da discriminação no interior das empresas, é que ela envolve uma trama com inúmeros personagens (chefes, subordinados, clientes, usuários dos serviços), todos eles com seus estereótipos permanentemente alimentados pelos meios de comunicação, entre outras fontes de estereotipia que reproduzem o racismo no cotidiano dos brasileiros. [...] Assim, a passagem dos trabalhadores negros de ambos os sexos pelo crivo dos setores de recursos humanos e das chefias, nas várias etapas da vida funcional e profissional, é reiteradamente apontada como um momento crucial da eclosão de práticas discriminatórias (Cida Bento, 2002, p. 20).

E, nesse sentido, a intelectual Edith Seligmann- Silva (2022, p. 213, grifo nosso) compreende que há uma conjuntura favorável para que empregados vivam no trabalho dominado a desvantagem que faz com que o corpo e os potenciais psíquicos do trabalhador

sejam consumidos pelo processo de trabalho e por constrangimentos a ele vinculados, se configurando o desgaste. Como foi possível constatar nas várias narrativas das servidoras, as opressões correlacionam desiguais poderes impostos (Edith-Seligmann, 2020) que ocasionaram inclusive seus adoecimentos. E sobre os adoecimentos e traumas vamos tratar com mais profundidade nas próximas seções.

No processamento dos dados das entrevistas, foi possível relacionar as distintas violências vivenciadas pelas servidoras negras no ambiente de trabalho e chegamos à seguinte lista:

- ISOLAMENTO SOCIAL;
- APAGAMENTO;
- DISTINÇÃO;
- OPRESSÃO;
- EXCLUSÃO;
- IMPEDIMENTO;
- DESQUALIFICAÇÃO;
- REBAIXAMENTO
- SILENCIAMENTO;
- CONSTRANGIMENTO;
- HUMILHAÇÃO;
- EXPOSIÇÃO;
- PRECONCEITO DE RAÇA;
- GÊNERO E CLASSE;
- DISCRIMINAÇÃO
- SEGREGAÇÃO;
- APARTAMENTO;
- RIGOR EXCESSIVO;
- DESCRÉDITO;
- DESLEGITIMAÇÃO;

Também quando perguntado às entrevistadas quais palavras aleatoriamente elas mais ouviam em relação as servidoras negras e o racismo institucional empregada a elas foi possível representá-las:

Figura 24 - Palavras/Sentimentos em relação as violências raciais



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Na conjuntura atual observamos muitas transformações em relação à moral social, mas nenhuma capaz de erradicar o racismo. E para que o poder não mude nem tenha alguma alternância, a fraude é uma excelente tática. A classe dominante com seu discurso neoliberal apropria-se da narrativa emancipatória se colocando como antirracista, pois não é bom para o capital ser cancelado pela sociedade. Assim, pratica-se o que Moreira (2020) denominou de “racismo aversivo”. Uma prática muito comum nos órgãos públicos é o pacto do silêncio, ou seja, mesmo quando é percebida alguma discriminação, possivelmente não será contestada e passará como se nada tivesse acontecido, omitindo-se das situações que levam a opressão racial.

Para Moreira (2020, p. 46-49), os racistas aversivos estão nas instituições praticando a dissimulação. Eles se esforçam para parecer que não têm aversão a negros e negras. Podem inclusive ser amigos de um casal negro, namorar um/a negro/a, empregar um/a negro/a (na limitação da cota), tratar bem os/as trabalhadores/as negros/as, contanto que sejam poucos ao seu redor e tenham “comportamento apropriado”. No racismo aversivo, aparentemente as pessoas têm um discurso antirracista, mas são os que mais praticam a omissão. Esses aversivos até dizem o quanto é absurdo o racismo, mas não tomam nenhuma iniciativa para acabar com as visões e ações racistas.

4.7.1.1 Isolamento/silenciamento

É quando nós falamos
temos medo que nossas palavras nunca serão ouvidas
nem bem-vindas
mas quando estamos em silêncio
nós ainda temos medo.
então é melhor falar
tendo em mente que
nunca fomos destinados a sobreviver.
(Audre Lorde *apud* Grada Kilomba, 2019)

A seguir apresentamos narrativas que versam sobre o silenciamento e o isolamento aos quais as servidoras negras foram submetidas. Logo abaixo, resgato a memória da minha primeira experiência violenta, em relação à qual me dou conta de tratar-se de assédio moral, para depois reconhecer que se tratava de racismo institucional:

AUTORA: *Depois de 6 anos trabalhando no CRAS, pedi à minha supervisora oportunidade de transferência para o CREAS. Meu desejo era atuar com a proteção social especial. Ela nega, e explica que eu ‘não tinha perfil para trabalhar com ONGs’, ‘pois precisava de delicadeza’. Sempre aquela história de ‘perfil’. Vou até a SMADS, converso com a chefe das supervisoras e ela me disse que me conhecia e que eu era uma excelente profissional e que não havia motivos para eu não trabalhar no*

CREAS, afinal era uma unidade que só tinha uma servidora, por conta das licenças longas. Dessa forma, eu poderia contribuir muito com o trabalho. Sou autorizada a trabalhar lá, só que a supervisora impôs que seria uma condição provisória: **‘seria testada’**, **‘uma chance’** (como foi dito) para realmente verificar se eu tinha capacidade para estar ali no CREAS (**todos os concursados já estão aptos para atuarem como Assistentes Sociais**). Ela também me aconselhou a ter uma relação amistosa com as ONGS para não trazer nenhum problema para a SAS (como se eu não soubesse ser profissional). Vejam, que não existe tal procedimento na SMADS, e todos os servidores aprenderam os fluxos trabalhando no dia a dia sem formação. Com tudo em mente, comecei no CREAS, mas ao chegar na unidade não fui para a sala dos técnicos, fiquei em uma sala **isolada**, junto aos arquivos de prontuário do NPJ, **sem função**. A estagiária tinha mais atividades que eu. Estava acompanhando um caso no CRAS há 2 anos e teria uma discussão de caso no CREAS sobre a família, eu fui convidada pela técnica da Vara da Infância a participar da discussão de caso, quando a servidora me disse que eu não poderia participar porque não mais pertencia ao CRAS e que como eu não era supervisora de serviços eu não poderia participar das discussões. De algum modo, as servidoras tinham que não deixar eu participar das atividades do Creas. Porém, nunca entendi quais os motivos do impedimento, Sai da sala **chorando**, solicitem pra eu sair na frente da rede de proteção. Me senti humilhada, **rebaixada, impedida de exercer a profissão** pelo simples fato de **‘acharem’** que eu represento algum tipo de **ameaça às chefias**. Eles simplesmente não me queriam, pelo meu **estereótipo** de mulher negra, que tinha costume de discutir casos ser resolvida. Porque eu era assim, de personalidade firme com a rede para que os usuários acessassem seus direitos. Não me queriam nesse perfil no CREAS ainda mais sendo negra. Agiram comigo tentando me ridicularizar, para que eu me curvasse. Uma **atitude colonial**, preconceituosa, de **me negar oportunidade, acesso ao meu desenvolvimento como profissional**.

Relatei para a chefia o que aconteceu e pedi para retornar ao CRAS. Fizeram uma roda de conversa com as pessoas envolvidas para mediar a situação, mas a conversa foi com o próprio servidor que havia me pedido para aproveitar meu tempo livre no CREAS para estudar qualquer coisa. E o resultado foi mais **vexame** porque disseram que eu não tinha ideia da complexidade do CREAS e por isso não poderia atuar sem uma supervisão de outra assistente social. Sempre uma resposta institucional, mas há um evidente tratamento distinto do comum nas relações de trabalho. Foi uma situação de discriminação. E ter relatado minha opressão e isolamento me gerou uma **outra remoção** para outro território, porque o objetivo sempre foi me tirar daquela SAS e eu poderia servir de exemplo para os outros servidores que querem trabalhar a favor da classe trabalhadora.

Uma das violências mais usadas pelas gestoras na SMADS é o isolamento. Esta prática possibilita ter um nível de controle por seus subordinados que evite a manifestação da criatividade e autonomia da servidora. Quanto mais servidoras alienadas, menos embates aquela equipe terá. Para as gestoras é importante mostrar que ela tem o domínio da sua equipe. “Justamente pelo fato de representar menores custos para o empregador, surge o interesse de caracterizar como desqualificada uma mão de obra que em realidade não o é”. (Marx, 1890 *apud* Seligmann, 2011, p. 221). E para que a gestora consiga fazer o isolamento sem passar por perversa ela precisa criar um ambiente entre a equipe que a justificativa e apartar é porque a servidora não é tão qualificada ou necessária.

Outro caso de isolamento é a narrativa de **SAFIRA**, que também traz vários elementos como a distinção de tratamento entre brancos e negros, a falta de respeito com seu espaço de

trabalho, e a situação de vir a servir de companhia para uma servidora, nos remete a cena das escravizadas da Casa Grande que ficavam à disposição das sinhás.

SAFIRA: *Eu trabalhava sozinha numa sala que foi imposta a mim desde que cheguei na unidade, enquanto outros profissionais da equipe, tinham suas mesas na outra sala, sendo estas da mesma frente de trabalho que eu (PAEFI). Ocorre que quando algumas se aposentaram, restou apenas uma trabalhadora branca. A coordenadora de até então, procurou-me para informar que havia retirado minhas coisas da sala (sem falar comigo) porque foi pedido também pela colega branca pra fazê-la companhia e ajudá-la nas demandas e manejo; ela não deveria ficar sozinha.*

Quando servidores/as confrontados/as com a humilhação e o isolamento, é comum que a vítima da discriminação se sinta sozinha e tenda a ficar reclusa sem apoio. Muitas vezes, as mulheres negras passam a introjetar aquele desvalor, e passa associar a outras formas de racismo vividos fora do ambiente de trabalho. O resultado dessas interferências discriminatórias quase sempre é baixa-estima e o adoecimento por não se enxergar igual a outras servidoras. Para fugir destas armadilhas é importante estar junto a coletivos de mulheres negras para a credibilidade de si mesma seja resgatada por seus pares. Como indica a assistente social Ana Paula Procópio (Silva, 2020, p. 173).

Nas discriminações em organizações, ou até mesmo em sociedades inteiras, os indivíduos podem negar a acusação de racismo e se abster da responsabilidade. Se o padrão de exclusão persiste, as causas devem ser procuradas nas instituições, nas suposições não expressas nas quais tais organizações baseiam suas práticas, e nos inquestionáveis princípios que porventura possam usar [...] O racismo pode não ser reconhecido, mas se não for exposto permanecerá.

Um levantamento produzido pela Universidade Federal do RGS – UFRGS em 2021, junto a Fundação Faurrgs¹²⁹, pesquisando um total de 4077 servidores públicos do Ministério Público em âmbito nacional, apontou que para a maioria deles a melhor alternativa para manter o bom fluxo de trabalho era se manter quieto, sem questionamentos às chefias. 77% dos entrevistados afirmaram ter vivido violências de trabalho como o constrangimento, sendo que 50,1% se identificam como vítimas de assédio moral e 27,1% vítimas de outras violências psicológicas. O número se torna assustador quando 6,7% afirmam ter pensado em suicídio. Com isso, esse contingente manifestou adoecimentos de saúde mental (Brasil, 2021).

¹²⁹BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Bem viver:** saúde mental no Ministério Público: relatório final. Brasília: CNMP, 2021. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/saude_mental/images/downloads/Relatorio_Final.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.

Apesar de ser um levantamento sobre servidores públicos federais, minha percepção, até pela proximidade com a precarização dos serviços públicos é de que esses números também representam a realidade das servidoras na prefeitura de São Paulo

Na vivência da **DIAMANTE**, ela disse que não esperava o silêncio do grupo de assistentes sociais frente ao racismo que ela estava passando e acha que tinha pessoas ali que se diziam antirracistas, mas na verdade ela tem dúvidas:

DIAMANTE: *A falta de enfrentamento dos meus colegas era o que mais me doía. Eu estava para sair da SAS, não tinha condições de permanecer daquele jeito. Então, em vez de nós enfrentarmos, de falarem pra mim “ Você não vai sair!? Vamos juntos, vamos fazer alguma coisa, como eu via sempre a categoria se movimentando em prol de uma pessoa. Isso não aconteceu comigo. Ficou um silêncio perturbador. Eu vi a categoria brigando por um homem branco ter o direito de tirar uma licença para estudar doutorado, mas não vi solidariedade de classe comigo que estava enfrentando o racismo na unidade. Até mesmo os grupos que se diziam revolucionários, que eram meus amigos. A sensação que eu tinha era que, como eu tinha dois empregos, eu não deveria receber apoio. Olha, eram pessoas que me colocavam lá em cima quando estavam na minha casa, num bar e tudo mais. Mas eu acho que elas também tinham interpretações racistas em relação a mim, sabe? Não quiseram comprar briga de jeito nenhum. Foi nessa época que eu perdi meu chão, porque esse era o meu grupo da categoria dos assistentes sociais, a turma do sonho, de estudante, dos intransigentes das violações dos direitos humanos.*

Na análise das intelectuais citadas a seguir, considera-se um aspecto importante de atenção quando se trata das violências de trabalho:

O aspecto da violência no mundo do trabalho apresenta-se como estratégia de dominação do capital sobre o conjunto de trabalhadores(as), desorganizando-os(as) enquanto classe social e despolitizando-os(as) na medida em que ocorre o esvaziamento do potencial reivindicatório dessa classe, ocorrendo a individualização da violência assimilada como culpa do(a) trabalhador(a), e não como forma de violentar os direitos humanos dos(as) trabalhadores(as). Nesse sentido, a solidariedade de classe desaparece para dar lugar à culpabilização individual em relação a questões que afetam o coletivo. ‘Dejours (2000, *apud* Moraes, 2010, p. 208) destaca que o sofrimento do trabalho face às novas exigências se relaciona à solidão, característica da nova organização de trabalho e da cultura do individualismo’ (Ociana Silva; Raquel Raichelis, 2015, p. 9).

Concordamos com as autoras, mas observamos que quando as opressões são para mulheres e negras a falta de solidariedade é maior. Seria como as pessoas imaginassem que as mulheres negras fossem mais fortes do que as mulheres brancas, mesmo porque não é comum presenciar o apoio e a defesa dessas mulheres, o comum, é ver as mulheres negras desprotegidas.

Os números da pesquisa citada anteriormente vão ao encontro da trajetória de **DIAMANTE** quando o silenciamento se dá em ambos os lados. As mulheres negras, pelo

estigma de ignorantes, precisam evitar se manifestar; as equipes precisam manter o acordo tácito e ficar caladas diante das opressões; e, a manutenção do patriarcado em ambientes conservadores, ainda o poder de fala permanece com os homens brancos.

DIAMANTE: *Sempre tinham as pessoas que eram convidadas para falar em encontros, reuniões e capacitações. E na maioria das vezes era o homem branco. Não só no trabalho, em outros espaços também, nas reuniões do sindicato o que eu narrava era desviado, sem dar muita atenção, nos casos das brancas tinha um tratamento diferente, digamos assim, credibilidade sabe, eu não tinha nenhuma. Sentia isso no gesto das pessoas um desinteresse nos meus relatos. Ninguém queria ouvir. Fora as vezes quando eu falava parecia que eu estava agredindo alguém. Era uma sensação assim, tipo, a gente não quer que você fale. Eu sempre quis reconhecimento e visibilidade. Eu acho que de forma inconsciente, eu estava sempre tentando falar porque eu queria ser uma pessoa vista.*

Esse **silenciamento** era o que “mais doía”, como disse **DIAMANTE**, porque acabam surgindo sentimentos de inadequação, de não ser aceita, ou pertencente àquele grupo como ela imaginava ser. Uma decepção frente à expectativa intersubjetiva de que o grupo estaria comprometido com o antirracismo. Há o rompimento da proteção que uma rede de apoio costuma exercer quando o outro está fragilizado. Diante do exposto, consideramos necessário falar da particularidade da dor da mulher negra.

4.7.1.2 Dororidade

O racismo institucional proporciona muito sofrimento e por conta da dor sempre mencionada, sobretudo por mulheres negras, a intelectual Vilma Piedade (2017) desenvolveu o conceito de dororidade ao refletir sobre o conceito e a forma de praticar a sororidade¹³⁰ termo muito utilizado no movimento feminista. A pergunta que ela se fez foi: Com mulheres negras existirá empatia nas experiências traumáticas às quais elas são submetidas? Ela chegou à conclusão de que não, pois para as mulheres negras existe um “lugar marcado pela ausência histórica, pelo silêncio histórico, pela invisibilidade do não ser” (Vilma Piedade, 2017, p. 15).

As mulheres negras vivem julgadas como gente inferior, são as que mais sofrem com o machismo e as que mais morrem pelo feminicídio. Quando as agressões não são praticadas contra elas diretamente, são praticadas com pessoas da sua família ou do seu convívio. As violências acompanham as mulheres negras em seus cotidianos. “A palavra “dororidade” trata

¹³⁰A palavra **sororidade**, do latim *soror* “irmã”, mais a junção do sufixo *-dade*, que designa uma qualidade ou estado. Portanto indica na sua origem “condição ou qualidade de irmã”, uma relação de irmandade, união, afeto ou amizade entre mulheres, que compartilham os mesmos ideais e propósitos, sendo caracterizada no feminista pelo apoio mútuo evidenciado entre estas mulheres (Piedade, 2017, p. 5).

de sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo racismo. E essa dor é preta” (Vilma Piedade, 2017, p. 16).

Em se tratando da dor, existe o sofrimento moral e emocional que atinge também o corpo físico. Piedade (2017) lembra que desde o período escravocrata criou-se o mito de que as pessoas negras são mais resistentes à dor, de que são pessoas fortes, que aguentam passar por tudo. Nesse sentido, dororidade é a cumplicidade entre mulheres negras, pois existe dor que só estas reconhecem, algo que na sororidade seria difícil alcançar. Um caminho de análise para o que **DIAMANTE** nomeou de “solidão da trabalhadora negra”, ou seja, o fato de a empatia não ter sido acionada por essa ausência da experiência e do sentimento de uma mulher negra.

4.7.1.3 Estigmatização

É outro mecanismo muito eficaz e eficiente para reproduzir o racismo: são sentidos negativos atribuídos às/aos racializadas/os. “O estigma é uma característica a partir da qual uma pessoa ou um grupo sofre desvantagens sistemáticas” (Moreira, 2020, p. 62); (...) “eles motivam o comportamento de agentes públicos ou privados, pois moldam a percepção sobre o valor das pessoas” (Moreira, 2020, p. 63). O estigma pode manifestar-se de várias formas, incluindo discriminação, preconceito, estereótipos negativos e exclusão social. Estas atitudes prejudiciais podem ter impactos significativos na vida das pessoas afetadas, levando as dificuldades de integração social, baixa autoestima e limitações nas oportunidades. Sobre os estigmas, a servidora **SAFIRA** como funciona nos locais de trabalho:

SAFIRA: Quando *passei a questionar a centralização e o autoritarismo da Unidade de trabalho*, bem como a rigidez no tratamento dispensado a mim e à outra trabalhadora tão logo assumimos o cargo, eu via cotidianamente o peso da mão do poder contra mim, posto que a direção deixava nítido para a equipe que meus posicionamentos eram reprovados naquela equipe e reprimidos, tratados como inconvenientes; dessa forma, (seguindo o pacto da branquitude) toda a equipe aliava-se à direção. Devido *ao meu perfil militante*, os embates dentro da instituição ficavam cada vez mais acirrados.

Observava os vários mecanismos utilizados pelo racismo; o *uso de estereótipos* tais como: *"Você é uma pessoa difícil"*. Falavam sobre mim sem o meu conhecimento, levando adiante informações que colaboram com a disseminação desses estereótipos. E tomaram atitude sobre a minha vida funcional sem que eu soubesse. Eu sofri os efeitos de tais decisões, e até procurei me alienar do meu próprio trabalho como uma tentativa de proteção.

AUTORA: As pessoas têm medo de você. Já recebi reclamações de que preferem não estar junto de você. Eles sempre se sentem intimidados com suas colocações, te acham *arrogante*. É melhor você me dizer o que temos que falar na reunião, porque quando eu falo não soa como *pretensiosa*. Eu tenho um jeito mais cordial de falar com a equipe.

Quando a pessoa é racializada por características estigmatizantes é muito difícil sair desta teia, porque as versões falaciosas são mais rápidas do que o tempo que se leva pra conhecer uma pessoa melhor. Como num piscar de olhos, a mulher negra, principalmente as que possuem um nível de instrução e conhecimento elevado, já precisa de algum predado ruim, porque não é o lugar conhecido dela ser uma mulher de confiabilidade e capacidade.

A branquitude reitera a visão colonial de que negros/as são gente que faz, que produz, que serve, marcando o sujeito como subalterno. Enquanto esta estratégia vai se operando, a branquitude vai se beneficiando dos **impedimentos** de sucesso das/os trabalhadoras/es. O racismo é estrutural porque favorece alimentar as desiguais condições sociais e econômicas.

RUBI: *Eu sempre tive uma relação boa com os gerentes dos serviços. Os coordenadores, os presidentes das ONGs. Poxa, isso incomodava. Por 2 vezes a gente discutiu porque eu fiz uma proposta de supervisão técnica, não é para suspensão do cotidiano, para que as pessoas pudessem refletir sobre as questões de racismo, sobre as questões de gênero. Ela achou que eu estava interferindo no trabalho dela. E aí rolou um papo do meu tom de voz. Peraí... eu sempre me colocava de uma maneira muito polida, o meu tom de voz, ele não é alto. Mas tem a coisa do estigma, né? Do estereótipo da mulher negra. E ficou parecendo como quem estivesse destemperando era eu. E da minha fisionomia? Quantas pessoas acham que eu sou brava? “Fica calma!” Hei, eu nem abri minha boca, eu não estou falando nada, essa é a minha cara, assim. Mas colocam também esse estereótipo do povo negro. E sobre esses estereótipos também, pelo fato de eu ser retinta, fiquei sabendo que uma gerente de um serviço da Sehab comentou sobre mim, se referindo “a macaca”. São questões intoleráveis que nossa categoria tem que avançar nesta temática.*

A discriminação do estereótipo da mulher negra nervosa também é uma estratégia para a superexploração do trabalho e por consequência o desgaste mental das servidoras negras. É contra o capital o descanso, ainda mais de funcionários produtivos. Para a chefia, tal atitude é inadmissível. As artimanhas do capital desta forma, é fazer com que a servidora negra tenha um rótulo, mesmo que ela não seja, a nervosa, e mal educada, é possível com isso julga-la e aparta-la das outras funcionárias como se ela fosse a “ laranja podre”. Tendo a mulher negra como nervosa também seria possível justificar o aumento do trabalho como forma de mantê-la ocupada e fora da sociabilidade entra outras pessoas como é o caso da Safira:

SAFIRA: *Eu tinha muita experiência profissional na atenção ao público de média e alta complexidade, amplo conhecimento sobre a atuação profissional; no entanto, tal condição servia para cada vez mais eu **ficar sobrecarregada**; posto que, qualquer necessidade de atendimento à população com agressão no campo de direitos humanos era destinada a mim para intervenção. **Era destinada prioritariamente apenas a mim** revelando que para nós era reservado **o trabalho mais penoso e extenuante**. Na prática, nunca foi oferecido a nós nenhuma oportunidade de conhecer outras dimensões do trabalho realizado na Assistência Social.*

Manter uma servidora negra sempre sobrecarregada também é uma tática da exploração do trabalho. E esta mulher sempre terá impedimento de escalar as camadas hierárquicas, porque ela é uma excelente executora daquela tarefa. Com o fardo de não criar mais atritos para que possa ser mais oprimida, essas servidoras tendem a se calar diante do excesso de trabalho e acaba aceitando essas condições.

DIAMANTE: *Certa ocasião minha coordenadora negra me indicou para ser coordenadora do CREAS. Ela foi a única que me disse que eu precisava de uma oportunidade de crescer institucionalmente. Eu estava disposta a aceitar, principalmente na época por conta do aumento do salário. Mas, passados dias depois, eu soube que a pessoa que iria assumir era uma servidora branca descompromissada. Eu era a servidora que mais produzia, que se desenvolvia no trabalho. **Era notória minha liderança** e a vaga foi para uma pessoa quase apática sabe. Fiquei na época sem conseguir fazer uma leitura institucional. Só observei que ela tinha **um perfil, igual ao da chefia, branca, refinada que poderia representar a instituição fora da unidade**. Eu não tinha esse perfil, eu era vista como a mulher que trabalha muito, mas que é feia, que não sabe se vestir, não tem roupa para apresentar uma reunião. Sabe que depois eu fiquei reparando muito nos/nas servidores/as e notei que até os/as mais jovens, depois de um tempo, foram seguindo esse mesmo padrão do cabelo, do tipo de roupa, do jeito de falar, do jeito de usar as expressões, de não expressar sentimento, de não falar da vida, de não dividir problemas. Os servidores vão entrando em um esquema, em um padrão. No meu caso, eu entendo que eu sempre tive um estilo mais descolado, minhas roupas eram de brechó ou de lojas baratas. Porque o meu projeto era criar minha filha.*

Em consonância com o que aponta a Cida Bento (2022):

Outras características da discriminação institucional são o seu caráter rotineiro e contínuo e o fato de variar entre aberta ou encoberta, visível ou escamoteada da visão pública (p. 69). [...] A eliminação dos mais fracos pode ocorrer nos momentos de disputa sobre quem pode ocupar os lugares de prestígio e de comando nas instituições. Por isso, o território da ascensão profissional é um dos mais tensos, pois pessoas negras que chegam a posições de vanguarda ou de comando invertem a lógica de que pessoas brancas estejam sempre ocupando os lugares dele da liderança. Assim, estas pessoas negras em processo de ascensão nas organizações despertam receio, e é preciso trazer o tema ‘medo da perda de privilégios’ para as reuniões de institucionais para impedir que a caneta da decisão na mão dos incluídos interdição os/as negros/as (p. 77).

4.7.1.4 Apagamento / rebaixamento

Considerando que o racismo é estrutural e que ainda hoje a sociedade se comporta com discriminações, podemos afirmar que de forma geral, o funcionalismo público reproduz atitudes racistas, uma vez que transpassam para o ambiente de trabalho seus preconceitos, as microagressões, replicam estigmas e estereótipos que vem de muito longe, desde a época colonial. E um dos mecanismos para manter a servidora inferiorizada é fazer com que ela experimente o rebaixamento.

SAFIRA: *Em resumo, somos as que mais trabalham, mas não temos mérito algum pelo trabalho, dificilmente somos convidadas para compor os cargos comissionados ou executar tarefas que abranjam o planejamento e o pensar da execução do trabalho nas unidades da assistência; outro sim as atribuições em que executamos são as mais penosas deliberadamente somos colocadas em condições de trabalho que nos fragilizam, exigem esforços de nossa saúde física e mental.*

Como pudemos conferir no capítulo 2, após a abolição de 1888 a classe dominante construiu um conjunto de leis e mecanismos para barrar (Moura, 2020) a ascensão da população negra, pois nós somos descendentes do conhecimento milenar e ancestral. A classe dominante fabrica estratégias para extrair toda a nossa qualidade como se fosse uma máquina de moer cana. Ou seja, o doce do suco fica somente com eles e nós viramos o bagaço. A tática também é confundir o/a sujeito/a negro/a ao ponto de ele/a achar que o problema era dele/a e que para isso precisaria investir mais, trabalhar mais, para produzir até morrer.

Outra questão abordada por **ESMERALDA** é o fato de receber apoio da branquitude, mas, como se isso fosse um favor. No seu exemplo, as atenções eram dadas para a servidora branca que tinha uma boa capacidade de argumentação; dessa forma, ela se oferecia para intermediar as suas ideias. **ESMERALDA** com o tempo foi ficando constrangida, diminuía e precisando de um favor, que ela não tinha necessidade de fazer-lo:

ESMERALDA: *O apagamento dos servidores negros é clássico. O racismo institucional opera tão bem que ele silencia, se ele não silenciar, ele apaga a gente e dá mais destaque para as pessoas brancas. Porque eu acho que, ao passo que o assunto entra em evidência, as pessoas brancas não querem sair dessa posição. Elas não querem sair do lugar de privilégio, então elas também vão se apropriando dessa dinâmica e entram nesse lugar de proteção, que a gente aceita, porque a gente está tão desprotegida que, por um momento, a gente aceita.*

Ou seja, por uma questão de sobrevivência, a servidora negra, mesmo que capacitada a executar uma tarefa se ancora em outra servidora branca como possibilidade de proteção e de maior flexibilidade para exercer suas funções, já que é do seu conhecimento que sendo ela mesma será impedida.

Em outra circunstância em uma roda de conversa com toda a equipe **DIAMANTE** descobriu que a servidora branca achava que ela estaria devendo um favor já que teria apoiado em determinado momento a sua transferência da unidade:

DIAMANTE: *A servidora, enfática, me disse que eu era mal-agradecida e que não tinha memória, porque ela chegou a abdicar de ir para uma unidade de trabalho em consideração as necessidades da DIAMANTE. E que ela não estava gostando das conversas de Diamante em relação ao racismo, sendo que ela teria que falar de*

gratidão. Fiquei em choque, depois de anos, descobri que estava devendo um favor pra ela....saiu caro isso.

Em várias falas das entrevistadas apareceram essas situações de ter que depender de um/a servidor/a branco/a para que suas ideias fossem acolhidas, era praticamente um fluxo vicioso para conseguir existir enquanto equipe.

4.7.1.5 Negro disputa com negro

Outra questão é o processo que Fanon (2008) descreve sobre o subterfúgios dos negros/as em utilizar da máscara branca como forma de conseguir sobreviver. Essa reflexão também é interessante para perceber que nas situações em que negros/as disputam uma posição social, muitos agem como seus gestores e se unem aos seus gestores brancos como forma de fugir da reprodução social da miserabilidade negra. Infelizmente esta opção lhe causa a perda da sua identidade negra:

Parece que só se pode existir através de uma imagem alienada de si mesma/o. O momento em que o sujeito negro é inspecionado como um objeto de fetiche, um objeto de obsessão e desejo. Um processo de ‘despersonalização absoluta’ pois o sujeito negro é forçado a desenvolver um relacionamento com o eu e a performar o eu que tem sido roteirizado pelo colonizador, produzindo em si mesmo a condição, internamente dividida, de despersonalização (Fanon, 2008, p. 119).

Acredito que para todas nós mulheres negras, essa é uma das piores constatações, saber que um dos seus irmãos e irmãs estão entregues a alienação de não se perceber classe trabalhadora e negra neste país. Porque já está mais que comprovado que na face perversa do sistema capitalista a manutenção do poder e do lucro está localizada mundialmente na força de trabalho superexplorada que são a priori negros/as e outras etnias não brancas.

ESMERALDA: *Eu trabalhei numa equipe majoritariamente negra no CRAS e o coordenador era um homem negro retinto. Ocorreu na equipe uma tensão de discordância de trabalho, mas que obviamente, como tudo na vida, passou pelo viés racial. E era uma equipe majoritariamente negra (3) e duas servidoras brancas. Só que a discordância que vinha da pessoa branca da equipe por personalidade era mais dura e ferrenha. E ficou realmente uma disputa de narrativas e ideologias entre assistentes sociais brancas e parte negra da equipe. E assim, gerou uma questão de tensão racial, não dá para dizer que não, porque eu vou ser hipócrita se eu disser isso, porque se eu estou dizendo que o racismo está na sociedade, que o racismo está na estrutura, que tem racismo institucional, como eu vou ignorar o fator raça nessa tensão? E a gente sabe que a dor branca, o posicionamento branco ou a postura branca, certa ou errada, gera muito mais empatia. E esta situação toda me adoeceu porque do ponto de vista da defesa por melhores condições de trabalho, eu estava afinada com as colegas brancas. E algumas vezes me posicionei contra o coordenador, aquele colega de vários anos de trabalho no CRAS. Me gerou muito*

sofrimento, porque era uma pessoa negra num lugar que eu entendo que as pessoas negras têm que estar, mas eu não tinha acordo com o que estava acontecendo ali. E aí você tem que entender que são pessoas negras, mas são pessoas, têm escolhas, tem lado, tem tudo.

Infelizmente a chefia negra estava equivocada. E chato foi que, por estar contrária às decisões da gestão, esta chefia me assediou, como assediou outros colegas. Só que teve isso, o assédio contra mim era mais pesado do que contra as duas colegas brancas. E o equívoco do coordenador recaía sobre toda uma equipe. E quando você se posiciona contra uma postura, você está se posicionando contra a pessoa. Doe muito em mim. Essa foi uma dor que quando eu comentei com 2, 3 pessoas brancas, ninguém entendeu. Porque vieram os argumentos de que as pessoas escolhem um lado, porque o marxismo já diz isso e aquilo, que a luta de classe tá tá... mas assim, cara, me dói, me dói, era para ser um irmão, entendeu? Me dói!

Faustino (2015, p. 71) vai explorar na sua tese de doutorado intitulado: “Por que Fanon? Por que agora?”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil, a questão do comportamento do homem negro associado à branquitude que demonstra a sua ilusão de ser aceito pela classe dominante. Para Fanon, o negro sempre terá o papel de ser utilizável:

Em diálogo com a teoria dos estranhamentos de Lukács (1979), sugerimos que o indivíduo vítima do racismo vive como todos os outros o mal-estar da civilização, ao encontrar-se cindido de si mesmo, em uma sociabilidade na qual tanto o desenvolvimento das forças produtivas quanto a individuação contemporânea operam de maneiras entranhadas na ordem do capital. Mas, ao mesmo tempo, lembra-nos Fanon, este indivíduo vê a sua individualidade sistematicamente atravessada pela experiência da racialização, configurando um duplo mal-estar. (Faustino, 2023.p.14)

O homem negro cansado de não alcançar a liberdade de ser quem ele é, passa a viver uma vida de forma egoísta e seguir os passos do mundo do outro. Para Fanon (2008) esquivar-se não resolve porque gera a perda da identidade que tanto o homem negro precisa para alcançar a liberdade.

DIAMANTE: *Por conta do desgaste com uma OSC eu passei a ser mal vista pelos trabalhadores da rede de serviços do território. Toda vez que eu fazia uma orientação na supervisão, eu era a que estava equivocada, ficava em uma pressão com os trabalhadores, eles me oprimiam, me repeliam. Quando formalizei as alterações para eles fazerem, eles me ignoraram. Tinha violências contra os usuários deste serviço, isso era grave, e não recebi respaldo da equipe e chefia. Outras organizações também convidaram para eventos os supervisores brancos, mas eu não. Era perceptível que comigo era muito diferente. Era uma situação muito rude. E nas organizações os funcionários eram predominantemente negros.*

[...] ‘Para que haja moral é preciso que desapareça da consciência o negro, o obscuro, o preto. Então, o preto, em todos os momentos, combate a própria imagem’ (Fanon, 2008, p. 163). Do outro lado, já que o self é produzido na relação (no caso mencionado, racializada), mas principalmente porque o colonizador detém os meios de manipulação das representações, o negro passa a ver o mundo e a si próprio com o olhar fornecido por seu algoz e, concordando, por isso, com todas as prerrogativas que

lhe conferem o status de animal, assumindo a culpa por ser o ‘fardo do homem branco’ (Faustino, 2015, p. 71).

Frantz Fanon (2018), nas suas observações no livro “Pele negra máscaras brancas” entregou uma crítica muito incisiva sobre a questão da subjetividade dos/as sujeitos/as negros/as ao se travestirem de pessoas brancas para sobreviver. Junto a esse disfarce ele explica a sujeição e a denegação das pessoas negras fruto do colonialismo.

Este racismo dos/as negros/as contra o negro é um exemplo da forma de narcisismo no qual os/as negros/as buscam a ilusão dos espelhos que oferecem um reflexo Branco. Eles literalmente tentam olhar sem ver, ou ver apenas o que querem ver. Este narcisismo funciona em muitos níveis. Muitos brancos, por exemplo, investem nele, já que teoricamente preferem uma imagem de si mesmos como não racistas embora na prática hajam frequentemente de forma contrária (Gordon Lewis R, *apud* Fanon, 2018, p. 15).

4.7.1.6 Tratamento diferenciado

SAFIRA: *Um dos mecanismos de controle era a rigidez com o horário, outro com o cumprimento do trabalho. Para as trabalhadoras brancas apoiadas pela coordenação, tinha uma flexibilidade e compreensão, era evidente o tratamento que recebiam: amistoso e acolhedor.*

Esses episódios levantam outro ponto importante de análise que trata da problemática da diferença entre mulheres negras e não negras. Desde o colonialismo as mulheres brancas estiveram nesta posição de subalternizar as mulheres negras. Primeiro colocando-as como servis, na plantação, ou na Casa Grande, e depois em seus apartamentos como empregadas domésticas. Por conta da beleza da mulher negra, o recalde também sempre acompanhou a subjetividade destas mulheres que sabiam que muitos homens desejavam os corpos de negros/as. No ambiente de trabalho do serviço público a interação entre mulheres brancas e não brancas o passado se encontra com a contemporaneidade produzindo um racismo velado. As mulheres brancas persistem em estabelecer a verticalidade dessa relação como elemento dominante, assim vão colocando a mulher negra nessa condição de inferioridade.

Uma das frases mais importantes do feminismo negro foi dita por Sojourner Truth (...), no século XIX: “Eu não sou uma mulher?”. Querendo demonstrar se ela uma mulher negra seria menos mulher que as outras, que são brancas. Ela observou que enquanto os homens diziam que mulheres eram frágeis e precisavam de ajuda em tudo que fizessem, ela, mulher negra, era uma escravizada que tudo fazia:

Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (Baumfree, 2009)¹³¹

A ativista Sojourner Truth estava correta ao afirmar que existe uma distinção de tratamento entre a mulher branca e a mulher negra, por isso, hoje avançam os estudos da diversidade de gênero e dos feminismos. No caso brasileiro, é inevitável que recuperemos a história e a formação social brasileira dentro da interseccionalidade (classe, gênero e raça) , para buscar capturar os diversos níveis de subordinação ao qual as mulheres negras são submetidas. As atividades desenvolvidas por elas sempre proporcionaram a sustentabilidade das condições de qualidade de vida da branquitude. As diferenças entre brancas e negras também é constatada com os índices das violências cotidianas que atingem marcadores expressivos ao afirmar que as mulheres negras estão mais encarceradas, são mais vítimas de feminicídio, são as que possuem, mais cids de afastamento no trabalho.

No meu caso, nas interações com mulheres brancas, eu tinha certeza que eu era diferente delas, porque eu sempre estava ouvindo expressões ou conversas que me fazia sentir que eu era muito diferente:

AUTORA: *Sempre ouvi das mulheres brancas frases do tipo: ‘Você não é tão negra assim’; ‘Como você cuida do seu cabelo, qual o tipo de creme que utiliza’; ‘Que roupa colorida! Pena que não fica bem com meu ‘tipo’; ‘Se eu tivesse essa bunda eu faria sucesso com os homens’; ‘Você tem um estilo exótica!’. Elas sempre se referiam a mim com curiosidade, mas sempre com uma frase de que minhas preferências seriam algo exclusivo para negros..*

Em outro caso, **ESMERALDA** narra como é decepcionante saber que as colegas do mesmo nível profissional eram capazes de tratar os servidores negros como empregados delas:

ESMERALDA: *Nas confraternizações o pessoal convidava a gente, mas queriam que a gente arrumasse as cadeiras, fizessemos lista de presença. Saíamos no meio da confraternização para encher jarra de água, buscar algo no andar de baixo. E aí, pede para quem? Olham para os trabalhadores negros. Sempre eram gentis. Você pode? Vai ali pegar pra mim, por favor? Vai lá fazer isso, por favor? Você consegue descer lá, por favor? Como se o “por favor” tirasse essa característica de que eu estou te mandando trabalhar para mim. A nossa equipe, depois de um tempo, parou*

¹³¹Cf. BAUMFREE, I. Sojourner Truth. **Portal Geledés**, 23 maio 2009. Site. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

de ir. Agradecemos o convite e não íamos mais, só que a gente também não conseguia verbalizar nosso desconforto para as pessoas.

4.7.1.7 Provar que você é competente

Desde cedo, a mãe da gente fala assim: 'filho, por você ser negro, você tem que ser duas vezes melhor'. Aí, passados alguns anos, eu pensei: 'como fazer duas vezes melhor, se você tá pelo menos cem vezes atrasado pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses, por tudo o que aconteceu? Duas vezes melhor como?'. Ou vai ser o melhor ou o pior de vez. E sempre foi assim. Você vai escolher o que tiver mais perto de você, o que tiver mais perto da sua realidade. Você vai ser duas vezes melhor como? Quem inventou isso aí? Quem foi o pilantra que inventou isso aí? Acorda pra vida, rapaz. (Racionais MC's, 2002).

A letra da música dos Racionais e a história da **DIAMANTE** a seguir me remete ao segundo capítulo onde meus pais também incentivavam a não errar nunca e acreditar que o trabalho é tudo na vida de uma pessoa. De modo geral, as mulheres negras sentem pouca confiança em si mesmas; portanto, se esforçam muito para superar seus obstáculos. Isso faz com que estas pessoas sintam uma pressão constante para serem perfeitas; pois não têm o mesmo direito de cometer erros como os brancos, o julgamento para as falhas é diferente. Isso afeta o relacionamento no trabalho, como também nossa própria maneira de nos vermos. Quando ouvimos a frase "errar é humano", não é apenas um ditado comum, mas algo importante para se considerar, pois as/os negras/os não foram consideradas/os humanas/os por alguns séculos.

DIAMANTE: *Quando eu precisava que determinada tarefa fosse executada, eu precisava da interferência do meu colega branco, para que as funcionárias prestassem atenção nas recomendações. Quando era eu a solicitar, tinha uma falta de importância ou urgência, como se eu não fosse competente ou adequada a solicitar algo. Em reuniões técnicas, o mesmo esquema, me ignoravam e acolhiam o que os outros colegas falavam. Numa dessas situações eu cheguei a sair chorando porque me senti muito humilhada, cansada de não ser vista.*

Ao ingressar no serviço público todas sentiram a necessidade de melhorar seus conhecimentos técnicos com elevados níveis de cobrança pessoal, também ocasionados pelo mercado de trabalho transformado pelo sistema capitalista competitivo. E no caso das entrevistadas, todas disseram que se dedicaram muito aos estudos, à educação permanente, tanto que três delas são mestrandas pesquisando questões étnico-raciais, e duas delas são especialistas em gestão pública. Grada Kilomba (2019) sustenta a ideia de que inventaram nossa inferioridade intelectual:

Para corrigir tal dissociação massiva, nós, geralmente, nos vemos forçadas/os [...] a prover uma performance excelente de nós mesmas, uma performance excelente da *negritude*. Nos tornamos atrizes e atores excelentes de nossas competências: nada medíocre, nada ordinário, nada mediano, mas sim excelente (2019, p. 176, grifo nosso).

Os comentários da Kilomba (2019) vão ao encontro das vivências de **ESMERALDA**:

ESMERALDA: *Eu ouvi de colegas que trabalhavam comigo.- “ Olha, deixa que eu falo, porque quando eu falo me escutam”. Mas, espera aí, eu preciso de uma representante branca para expor as minhas ideias?! Minha colega falando por mim pra me proteger? Mas é uma proteção que vem com o meu silenciamento? Meu apagamento é proteção? O racismo é sinônimo de sofrimento, é uma pressão no ambiente de trabalho. Questionam competência, o apagamento no trabalho, de tratar você como inferior, de te colocar para tarefas menores, de te questionar frequentemente, de colocar dúvidas de suas atribuições. Não tem como ser forte o tempo todo, as discriminações vão colocando a gente em lugar nenhum.*

Na sociedade de classe, a ideologia é uma representação do real, mas necessariamente falseado, porque é necessariamente orientada e tendenciosa - e é tendenciosa porque seu objetivo não é dar aos homens e mulheres o conhecimento objetivo do sistema social em que vivem, mas, ao contrário, mantê-los em seu lugar no sistema de exploração da classe.

4.7.1.8 Exclusão

Em outro momento da minha atuação no CREAS me senti completamente humilhada por me forcarem a acreditar que eu estaria inadequada e, por isso, era invalidada o tempo todo nas minhas ações até começar a trabalhar sem nenhuma autonomia de decisão técnica.

AUTORA: *Quando recebi a autorização de poder ser removida, tinha escolhido ir para uma unidade cuja coordenadora tinha acabado de fazer o seu doutorado em serviço social. Logo pensei, vou trabalhar em um local técnico, cumprindo o SUAS com alguém que estudou a defesa dos direitos humanos de forma mais intensa. Que engano! Não fui recebida com nenhuma acolhida. A história que chegou ao local de trabalho é que estaria chegando uma servidora que teria “causado” no CREAS um grande mal-estar por acusar servidores brancos respeitados por assédio moral. Eu já cheguei com as pessoas acreditando que tenho problemas de relacionamento e poderia ser uma ameaça à nova unidade. No CREAS com pouco tempo de atuação já estava perseguida, vigiada, controlada. Meu trabalho era excessivamente supervisionado para que eu não pudesse promover danos à gestão. Não tinha autonomia como gestora de parceria e meu trabalho era acompanhado de perto pelas chefias e agpps. Nesta SAS, não existiam disfarces, me segregavam, quando não, me lançavam olhares racistas, o tempo todo por minha característica étnica, meu corte de cabelo, meu jeito de falar, meu estilo de me vestir, de me comportar. Sempre tinha um comentário maldoso, venenoso, covarde, as pessoas não me suportavam e eu com o tempo a elas.*

A discriminação no ambiente de trabalho, a progressão de suas carreiras devido a desigualdades de oportunidades, a competência profissional questionada ou invalidada, entre outros problemas, são enfrentadas por estas mulheres negras diariamente no serviço público. Essa lógica da segregação é parte de uma gestão do trabalho que aliena o conjunto do funcionalismo a se fixar nas discrepâncias das raças/cor com o objetivo de manter a posição social e racial na estrutura institucional. Quando percebe-se que a mulher negra tem críticas ao trabalho, e resistência aos mandos gerenciais irracionais o manejo é a retirada da “laranja podre”.

SAFIRA: *Com o quadro funcional defasado, a coordenadora nos perguntou em qual local gostaríamos de trabalhar. CRAS ou CREAS? Manifestei interesse em retornar a trabalhar no CRAS. A coordenadora informou a Supervisão sobre nossa situação funcional e ela ficou de tomar providências para o nosso remanejamento. Ocorre que passou muito tempo da minha solicitação, a Supervisora preferiu transferir a outra profissional (mulher branca), ignorando e invisibilizando a solicitação que eu realizara. Com a nova organização do trabalho e nova equipe parcerizada, eu fiquei em tarefas de subutilização que eram tarefas para não permanecer sem atribuições, sendo solicitação de vagas entre hospital e centros de acolhida. Para piorar, a Coordenadora foi substituída por uma servidora de nível médio, que não se apresentou a mim e passou a me hostilizar, agia de forma violenta, não me reconhecia profissionalmente, sendo que as tarefas que eu estava executando, ficava perguntando para outra profissional se era certo, ignorando-me, e invisibilizando minha ação profissional e meu próprio histórico de trabalho naquele território. Levando-me ao adoecimento. Levei ao conhecimento do Sindicato de classe, solicitei intervenção e houve uma reunião para um acordo. Não houve um desfecho de responsabilização sobre o assédio moral e racismo praticado e tempos depois eu fui removida para uma outra unidade do território que foi inaugurado. No entanto, as violências cotidianas me levaram a um adoecimento e tive que ficar afastada do trabalho. Realizei acompanhamento na Clínica de Psicologia do Trabalho da PUC para entender o que acontecia comigo. Neste tempo ninguém me procurou para saber se estava bem.*

Na SMADS, o tema da discriminação racial sempre foi desconfortável e complexo de se tratar; as violências envergonham tanto a negritude como a branquitude, porque se tratando de uma Secretaria que executa uma Política Pública de Assistência Social, e portanto deveria ser defensora intransigente de direitos humanos pautada por princípios de igualdade e diversidade, executa a gestão do seu recurso humano de forma autoritária, arbitrária e violenta.

A instituição de mantém atrasada em relação ao debate do racismo institucional e ainda não foi integrado às unidades práticas não discriminatórias e o combate as violências no trabalho. Ainda é necessário afirmar que é fundamental ações de combate ao racismo, a informação e a formação em letramento racial que permitam a construção de um olhar atento a tais práticas. Se o conhecimento e a reflexão estão ausentes, a consequência é a reprodução alienada dos mecanismos racistas no ambiente de trabalho.

A estrutura racional da sociedade capitalista requer que a violência contra a população negra seja normalizada, juntamente com a perpetuação das desigualdades de gênero, e de classe, enquanto valores morais são enraizados como fundamentais para a ordem social. Portanto, a ascensão do pensamento conservador em períodos de crise não é um acaso, mas uma estratégia necessária para alinhar aspectos econômicos e culturais na direção mais favorável ao capital (Silva, 2020, p. 170).

4.7.1.9 Descrédito

AUTORA: *Certa vez eu fui ajudar uma agente SUAS branca, recém-chegada no CRAS, a realizar uma pesquisa no computador pois havia reparado que ela não estava encontrando a informação para o encaminhamento do munícipe. Logo depois, minha coordenadora me chamou na sala, ao lado de outra assistente social, para me questionar porque eu havia constrangido a funcionária na frente do usuário. Eu fiquei atônica com aquilo. Ela ainda chamou a agente SUAS para dizer que estava conversando comigo e eu nervosa pedi para ela dizer o que exatamente tinha acontecido? Perguntei a ela se não havia passado na cabeça dela se tratar de uma ajuda, e ela me respondeu que eu queria mostrar que sabia mais. Eu perdi a cabeça, subiu em mim um fogo da raiva, da indignação e disse à minha coordenadora se ela não me conhecia suficiente pra verificar que aquilo era uma inverdade, porém ela disse que não tinha motivos para duvidar da agente SUAS.*

Ou seja, a palavra de uma pessoa branca é inquestionável, mesmo que eu estivesse dentro da prefeitura há muito mais tempo que a outra funcionária recém-chegada os meus argumentos são motivos de muitas dúvidas e falta de confiabilidade. Neste caso, surgiu de primeiríssima alternativa que eu só poderia estar intencionada, com a finalidade de rebaixar a profissional, porque, na mentalidade branca, o negro está muito mais para o mal do que para o bem.

SAFIRA: *Fui trabalhar no CREAS e neste a situação foi incrivelmente mais grave. Vivenciava situações de isolamento em relação à equipe, o cumprimento das funções do atendimento direto à população era feito por mim; mas, por exemplo, quando a situação social de um usuário necessitava de uma intervenção do profissional do serviço parcerizado, eu não conseguia realizar conjuntamente. Havia uma recusa da organização que preferia resolver sem a minha presença. Existia uma gestora de parceria para mediar essa situação, mas ela deixava que outras pessoas tivessem autonomia prejudicando um melhor atendimento ao usuário. Havia também, por parte daquela equipe, uma insistência em me contrapor deliberadamente, sendo que não existia motivo para me **descrédibilizar**.*

Se o negro, nas relações cotidianas, aparece como igual, a interpretação é de exibicionismo, de querer se mostrar.

DIAMANTE: *Quando fui para a supervisão de serviços, eu fui trabalhar no segundo andar e lá eu já tinham vários estereótipos. Foi um processo penoso. Me limitaram nas minhas falas, nas minhas ideias, e meus argumentos nunca foram bem recebidos, eles eram sempre questionados. Em um processo no qual eu era a presidenta da*

audiência pública, observei que a organização não tinha condições de passar. Só que aí outra técnica tinha um poder institucional e, por vinculação, com a OSC fez um parecer favorável. E a OSC, tempo depois, deu muito problema; inclusive fui eu que tive que descredenciar o serviço ficando em uma situação bem complicada como a rede e os trabalhadores.

Duvidar da honestidade de uma mulher negra é uma prática diária. Em uma situação de conflito entre uma pessoa branca e uma pessoa negra, a razão sempre será da pessoa branca. A palavra de uma mulher branca tem credibilidade, porque o negro tem o estigma de ser capaz de enganar e de mentir.

RUBI: *E eu me lembro uma vez, todos os CRAS receberam os questionários do BPC na escola para realizar visita domiciliar de conferência para saber se as famílias existiam. Os CRAS já estavam abarrotados de usuários buscando atendimento espontâneo. Eu conversei com a equipe questionando se seríamos obrigadas a fazer, a gente tem que fazer algum protesto! Enfim, não deu certo. A recomendação era visitar três vezes para encontrar a família. Tinha pessoas que não queriam ir até o portão responder a pesquisa, elas não eram obrigadas a responder. Eu não ia ficar insistindo. E aí, tiveram endereços onde eu fui e a família não estava, eu assinalava ausência. Confesso que não achava ruim não as encontrar, não entendia que esse era o papel do Assistente Social. Eu saí de férias. Quando voltei, o motorista do CRAS me falou que a coordenadora estava indo em todos os endereços em que eu não tinha feito a aplicação do questionário. Ela visitou só os meus. E ela encontrou a maioria das famílias cujas casas eu já tinha ido. Ela fez um relatório para a Coordenadoria de Gestão dos Benefícios. E em um final de tarde, sem saber de nada, fui chamada para uma reunião. Tinha umas 10 pessoas vindas da Central da SMADS. Tive aquele primeiro impacto, aquele choque, eu seguro o choro e falo pra mim mesma, vamos, né! Eu fui coagida e intimidada. Eu estava sozinha no CRAS. Eles me perguntavam:*

- Mas porque só as suas famílias não estavam?

E a coordenadora aproveitou para inserir outros temas sobre o meu trabalho. Eu me senti totalmente exposta do tipo: “Quem essa pretinha pensa que ela é? Precisa ser colocada no seu lugar!”. Eu nem me lembro de quanto tempo durou aquela reunião. Eu lembro que terminou a reunião, eu levantei, peguei minhas coisas e fui embora chorando, eu desabei!

Para que o conjunto da sociedade perceba que determinados comportamentos são suscetíveis de recriações é preciso dar visibilidade. Levar ao ‘pelourinho’ e fazer do corpo negro um exemplo de condenação por rebeldia; ou não seguir normas institucionais conservadoras são ações que legitimam a branquitude a utilizar de técnicas de punição. E para que sirva de exemplo para todos é necessário aparecer o sofrimento do/a trabalhador/a.

Não tem como pensar que essa forma coercitiva em relação aos/as servidores/as negros/as são representações de um Brasil colonial. É nítido o lugar dos colonizadores e do colonizado. Existe uma permissão, uma autorização invisível para a punição sem culpa. **RUBI** continua:

RUBI: *Liguei para alguns colegas da militância e resolvemos construir um documento e ele foi entregue no gabinete da Secretária. Fiquei ruminando depois, se eu sair daqui como fica meu filho? Será que vão me mandar para Marsilac (em menção a distância zona leste à zona sul). Vão me mandar para um outro território cada vez mais longe daqui, e aí depois? Enfim, não responderam meu documento e tempos depois a coordenadora foi afastada por denúncia de corrupção. Fui cogitada para assumir o cargo de coordenadora no CRAS. E chegou pela supervisora que a Secretária teria barrado meu nome. Outras histórias e a minha tinham chegado ao gabinete. Mas eu não recebi credibilidade. Tempos depois fui em uma reunião no gabinete para discutir questões do trabalho. Encontrei com a Secretária e ela estava tomando água, e eu fui encher minha garrafa d'água. Ela olhou para mim e falou assim: "Você é muito diferente do que falaram para mim".*

Muitas pessoas têm essa dificuldade de identificação com o/a outro/a criando-se, deste modo, uma aversão à outra pessoa, uma intolerância contra tudo o que possa representar a diferença, fruto de uma imaturidade; pois, todos nós temos trajetórias diferentes e fomos nos desenvolvendo em ambientes e famílias diferentes. Quando se trata da raça negra, a estudiosa Cida Bento (2002, p. 14) recupera um conceito da psicologia e diz que se trata do ódio narcísico:

Por outro lado, o alvo de nosso ódio narcísico é o outro, o 'diferente', depositário do que consideramos nosso lado ruim. Um dos pontos de partida desse enfoque é o de que características humanas essenciais, como o medo, a rigidez, os ressentimentos, a desconfiança, a insegurança são reprimidas e projetadas sobre o Outro, desconhecido, o diferente. Sociedades muito repressoras, que punem ou censuram a expressão de aspectos humanos fundamentais considerados negativos, favorecem a proliferação de pessoas que podem negar partes de si próprias, projetá-las no outro e dirigir sua agressividade contra o outro.

4.7.1.10 Agressividade

O sociólogo Clóvis Moura (2021, p. 237), retira as informações escritas pelo pesquisador Henrique Dias que descreveu sua percepção do comportamento dos povos de negros/as nos agrupamentos militares contra os Holandeses:

De quatro nações que compõem este regimento: os minas, ardras, angolas e crioulos; estes são tão malcriados que não temem nem devem; os minas são tão bravos que aonde não podem chegar com o braço chegam com o nome; os ardras são tão fogosos que tudo querem cortar de um golpe, os angolas tão robustos que nenhum trabalho os cansa.

Estas observações do comportamento dos/as negros/as foram realizadas em vários documentos, em diferentes momentos do Brasil Colônia. Pensava-se em traçar um perfil dos escravizados como no exemplo desta carta do Holandês Adrian Van Der Dussen:

Os de Angola são considerados maus trabalhadores; os de Asdra são obstinados, mais, preguiçosos, sem iniciativa e difíceis de adaptarem ao trabalho, mas que, entre eles, são capazes de sobrepassar todos os demais em vivacidade e esforço, de tal modo que parece que os bons, e os maus pertencem a nações diferentes [...] Os/as negros/as do Guiné até Serra Leoa e do Cabo Verde não são muito trabalhadores, mas são limpos e vivazes, especialmente as mulheres, pelo que os portugueses os compram para fazerem trabalhar em suas casas (Moura, 2021, p. 237).

Desta forma, percebemos que as análises das personalidades dos/as negros/as recém-chegados/as de vários países de África eram descritas com o propósito de traçar um perfil dessas pessoas. O que não é possível realizar com precisão; pois, justamente não estavam em suas nações, com suas famílias, estavam escravizados, humilhados e tratados com desumanidade; desta forma, cada um reagiu a violência e o sofrimento em decorrência a situação singular de um momento de guerra. Entretanto, foram criando-se ideias pré-concebida do comportamento da população negra baseada em generalizações.

AUTORA: *Quando solicitei que a técnica psicóloga realizasse o atendimento comigo, de um caso complexo de abuso sexual infantil, ela me respondeu que ninguém do NPJ tinha autorização para realizar escuta conjunta. Achei a medida descabível, mas aceitei entendendo que era uma organização da OS. Na mesma semana, a mesma técnica acompanhou o gestor de parceria para realizar uma escuta de abuso sexual dentro do SAICA. Como eu já estava desgastada com a segregação imposta a mim, na reunião de equipe eu me levantei e num tom bem alto disse que gostaria de começar a reunião com a seguinte pergunta: Vocês não têm vergonha de ser racistas não? Pronto, foi um “fuzuê”, uma discussão, bate-boca e eu acusada de ser grosseira e ladeira abaixo. Na mesma semana, minha chefe me pediu pra eu não participar mais das reuniões de equipe com NPJ.*

AUTORA: *O coletivo de servidores estava escolhendo as pautas para encaminhar na reunião. Eu e SAFIRA pedimos as situações do racismo institucional, o coordenador do Sindsep começou a divagar que existiam pautas mais importantes, SAFIRA virou-se pra ele e disse:- Você é um FDP, como não é importante uma pauta central das relações sociais e raciais no trabalho? SAFIRA ficou tão nervosa que foi levada pra fora para se acalmar e o coordenador foi consolado pelas outras servidoras que justificaram “um descontrole” da SAFIRA.*

Na verdade, não encontro outras palavras que representem esses momentos que não sejam “estamos de saco cheio” ou o faltava o “pingo no copo para transbordar”. Esse ponto é quando há um acúmulo de opressão e estamos nos sentindo acuadas, com medo, porque fomos e estamos sendo atacadas na nossa honra, na nossa dignidade, e as pessoas teriam dificuldade de entender que chegou a hora de colaborar com uma trabalhadora oprimida. Quem lida bem com a rejeição? São momentos que nossa agressividade clama por empatia e solidariedade. Para especialistas que estudam as questões que levam ao desgaste mental concordamos:

A violência psicológica pode ser desencadeada ocasionalmente, em momentos de ansiedade aguda, situações extenuantes que deixam todos com ‘os nervos à flor da

pele’, e sempre que surjam conflitos e descontrole emocional momentâneo. Embora grande mal-estar, ressentimento e mesmo adoecimento possa ser desencadeados nesses momentos de agressividade explosiva, esses conflitos não podem servir para caracterizar assédio moral (Hirigoyen, 1998, 2001 *apud* Edith Seligmamm, 2022, p. 613).

RUBI também passou por uma tensão grande quando estava trabalhando e indo a uma pós-graduação financiada por SMADS para especialização em Gestão Pública:

RUBI: *Eu estava me sentindo sobrecarregada de trabalho além de extremamente incomodada com os rumos da política pública na cidade, com a pressão do tempo para entregar um trabalho acadêmico, sem a flexibilidade da professora para entrega da tarefa fora do combinado, e então quando percebi que a professora estava inflexível em partir pra cima dela. Não aconteceu o pior porque as meninas estavam comigo. Depois, mais calma aceitei a sugestão delas para pedir um afastamento porque realmente eu me encontrava em crise de irritabilidade e outras questões de saúde mental.*

“O preto é um brinquedo nas mãos do branco; então para romper este círculo infernal, ele explode” (Fanon, 2018, p. 126).

4.7.1.11 Desqualificação

Muitas vezes penso que preciso dizer as coisas que me parecem mais importantes, verbalizá-las, compartilhá-las, mesmo correndo o risco de que sejam rejeitadas ou mal-entendidas.

Mais além do que qualquer outro efeito, o fato de dizê-las me faz bem (Audre Lorde p. 1).

ESMERALDA: *Nomear o racismo institucional às vezes é difícil porque ele não é uma palavra, ele é uma situação. Mas, pra mim, o racismo não é subjetivo, é concreto, em qualquer situação em que eu sofri racismo, eu sei detalhar exatamente como ele se deu. O movimento do racismo é o mesmo do processo de escravização. E desde essa época a classe dominante está mantendo essa sociedade estruturada no racismo. SMADS se utilizam do racismo para operar violências de trabalho. E o assédio é uma forma de gestão da SMADS. Assedia-se quase todo mundo, mas com as pessoas negras é mais cruel. O nosso assédio está sempre colocando a nossa competência em jogo. Eu acho que é aí que eles atuam muito com a gente, nos **desqualificando** o tempo todo. Eu fui ouvindo pessoas que se diziam antirracistas, que eram empáticas muitas vezes: Eu sei como você está se sentindo! Eu imagino! Mas, eu pensava comigo: Eu sinto, mas eu não estou aqui para tratar de um sentimento, eu estou aqui para tratar de uma situação, real, palpável, aconteceu, é um fato, é racismo, quando a branquitude vai parar de nos excluir e de fingir que se importa de verdade?*

DIAMANTE: *‘Fui elogiada por toda equipe, por excelência. Foi quando a servidora chegou e disse que eu a desgastava’.*

As expressões racistas apareceram desde o ingresso na prefeitura, foi uma luta para ser uma mulher vista, aceita e respeitada. Eu tinha vontade de ser reconhecida pelo trabalho. Ser admirada por executar algumas tarefas. Existe um diferencial quando é uma profissional negra, humilde sem ascensão, da trabalhadora, que é sua igual.

Ou seja, com pessoas que precisam da sua acolhida tudo bem, mas quando não é igual tem uma faísca. No começo você se sente igual a todos. Mesmo edital de chamamento. Ilusão da profissão que você faz parte de um todo. Pessoas sem experiência iam para cargos e ficavam sempre olhando as pessoas prosperarem, e eu ali me empenhando pra ser vista algum dia. Mas, os anos passam e nada muda, a não ser pelo fato de aumentar o julgamento de você ser uma pessoa inadequada.

De um modo geral, pessoas negras têm poucos recursos para lidar com as injustiças perpetradas contra elas, sozinhas não conseguem fazer parar as discriminações que são silenciosamente continuadas pela equipe e autorizadas pelas chefias.

SAFIRA: *O uso do carro para visitas domiciliares ou institucionais é muito comum entre os funcionários, mas quando estava comigo existia ameaças para me deixar no local, fato que com outros não ocorriam. Tinha **um desmerecimento do meu trabalho** perante a equipe, inclusive na presença de trabalhadores terceirizados e de diversos níveis hierárquicos. Tenho inclusive a impressão de que isso ocorreu para que eu pudesse ser rechaçada, para que houvesse a quebra de qualquer respeito de mim em relação aos outros. No meu caso, uma servidora de nível médio se recusava a me atender nas minhas solicitações de execução de tarefas, fazia meu **enfrentamento sem nenhum tipo de consideração**, situação não realizada com os outros da equipe. Todos notavam esta diferença de tratamento.*

Tivemos na prática a mostra de como o racismo institucional opera até mesmo em instituições que se posicionam no campo progressista. O impedimento de ser quem você é, se tornou, ao longo do tempo, um procedimento predominante nos ambientes de trabalho da SMADS. Existe visivelmente um processo autoritário disfarçado de narrativas “as normas são assim”. Nos últimos anos, todas as entrevistadas ouviram que não poderiam colocar os seus pontos de vista, fazer reflexões ou críticas, essa forma inteligente de conduzir e operar a gestão do trabalho é condenável. O método ainda é o antigo, ou seja, “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. E quando o racismo é exposto, o/a sujeito/a negro/a deve se curvar ou acatar para não ter problemas futuros. Porque se esse/a sujeito/a reage e contesta o racismo, a recusa é imediata: foi um “mal-entendido”; “quem me conhece sabe”, “faltou comunicação”. Mas, depois da exposição do/a branco/a na surdina “o chicote estrala”. Nesse sentido, é importante ressaltar que não precisa haver uma ofensa verbal pessoal declarada para entender que se trata de atitudes racistas. O impedimento a execução das tarefas por motivos egóicos ou irracionais já indica a ação de barramento das mulheres negras em se desenvolverem profissionalmente, retirando sua autonomia, restringindo seu campo de ação e impedindo demonstrar eficiência, criatividade, eficácia, e isso é racismo institucional que a maioria não entende que é. Como diz Grada Kilomba (2019) “o racismo por si só é uma prática diária”.

O ódio racial se manifesta quando exerce poder simbólico, subjetivo, discursivo, ideológico sobre o/a sujeito/a negro/a, que tenta subjugar. Assim, o racismo não precisa ser, e

no Brasil quase nunca é, antecedido por ofensas raciais. A motivação é o racismo em si, é inferiorizar o/a negro/a que é, à vista do/a branco/a, não digno/a de direitos.

O fato de que as profissionais preparadas ocupem determinadas colocações subalternas indicam o lugar reservado que a instituição deseja que ela esteja. O medo da superação de pessoas negras, ou medo de que essa população promova mobilizações que possam abalar o poder, é maior do que os supostos benefícios que aquela profissional poderia trazer para dentro da organização.

Esse medo, para Clóvis Moura (2020), remonta ao sistema colonial porque existia um receio que os/as negros/as rebelados/as tentassem fugir e, se conseguissem, seriam capazes de matar seus donos, suas esposas e os capatazes. Esse era o medo dos/as brancos/as, do mesmo modo, que negros/as também sentem medo de serem mortos/as (aqui também simbolicamente) simplesmente por serem negros que não compactuam com as ações conservadoras, autoritárias, exploradoras das facetas neoliberais. Por meio do medo, brancos e negros são vistos como inimigos em potencial pelos grupos consolidados; uma guerra que só acaba com a superação do sistema capitalista.

Ainda que as entrevistadas tenham percebido que foram discriminadas, todas demoraram para ter coragem de fazer um registro de suas violências. Em um primeiro momento, todas remeteram relatório para suas chefias mediatas e imediatas (que eram autoras ou participantes das agressões), como também para a chefia central de recursos humanos da própria secretaria. Também, se dirigiram para o sindicato descrevendo as violências. Nos casos da **ESMERALDA**, **RUBI** e **SAFIRA**, as violências foram tratadas em mediações nas mesas de negociação¹³² com os chefes de gabinete. No caso da **DIAMANTE**, além disso, a denúncia foi realizada, no primeiro episódio, para o RH-Central, e no segundo episódio foi encaminhada para Decradi - Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância, para a Coordenação de Promoção da Igualdade Racial.

No meu caso, fiz todos esses caminhos relatados e solicitei processo administrativo em três episódios e denúncia formal¹³³ para a Controladoria Geral do Município, na qual o processo de apuração iniciado em dezembro de 2022 está em andamento. Também, junto a um grupo de assistentes sociais, denunciemos as questões de assédio moral sistêmico para a Comissão de

¹³²Mesa de negociação é um instrumento legal utilizado pelo Sindesp junto aos servidores para negociar diversas situações de desacordos, conflitos, condições de trabalho, violências de trabalho com o objetivo de garantir direitos aos trabalhadores. Na SMADS, a composição desta mesa era sempre com um coordenador de sindicato, a vítima, chefe de gabinete, coordenação de RH, representantes dos coletivos de servidores e, às vezes, advogado representante da vítima ou do Sindsep.

¹³³Processo nº 6025.2022/0019637-7

Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, ao qual nunca tivemos a resposta desta manifestação de forma coletiva como realizamos.

Em todas as denúncias, nenhum caso foi devidamente apurado e entendido como racismo institucional ou configurado como assédio moral, e ninguém foi responsabilizado por seus atos. As agressões foram tratadas como um “desentendimento entre funcionários” porque a SMADS não admite que exista práticas de assédio moral ou racismo institucional em suas unidades. Quase todas as denúncias que chegam à COGEP são encaminhadas para CONJUR – Coordenadoria Jurídica, para obter parecer sobre a situação e verificar se existem fatos para uma apuração preliminar para a responsabilização administrativa. E segundo a coordenadoria de COGEP, nos últimos 13 anos na SMADS, não há nenhum registro de constatação de assédio moral e de racismo nas relações de trabalho entre os servidores públicos. A justificativa jurídica é que existe um conjunto de fatores que configura o assédio moral¹³⁴ e que as circunstâncias precisam ter a materialidade, para além de um conjunto de ações sistemática que constitui o crime, critérios que qualificam a violência conforme a legislação.

Precisamos refletir que as leis vigentes não representam de forma efetiva os danos causados aos servidores. Perdas simbólicas e concretas em relação a suas vidas funcionais ocorrem quando, por exemplo, apenas uma ocorrência violenta acomete aquela profissional. Existem circunstâncias que alcançam tamanho dilaceramento da honra e da dignidade que viola a pessoa, ao ponto de promover uma ruptura psicológica, emocional e até física, como foi inclusive narrada pelas entrevistadas desta pesquisa. Há que se integrar estudos multidisciplinares para alterar legislações que deveriam ser feitas para proteger os trabalhadores e não para proteger a classe dominante. Essas legislações fora da realidade concreta do cotidiano de trabalho precisam urgente de uma alteração.

Dentre as formas de assédio, que observamos no dia-a-dia do trabalho podemos citar os pesquisados por Cardoso Júnior *et al.* (2022.), tais como:

¹³⁴No caso dos servidores públicos de São Paulo existem duas legislações o Decreto n. 43.558/2003, que regulamenta a Lei nº.13.288, de 10 de janeiro de 2002. As informações sobre assédio moral são uma compilação de três cartilhas: Cf.: CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Cartilha de Prevenção aos assédios moral e sexual**. Brasília, DF: CAPES, MEC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/16102023_Cartilha_de_Preveno_aos_assdios_moral_e_sexual.pdf. Acesso em 11 out. 2023; TST – Tribunal Superior do Trabalho. Cartilha de Prevenção ao Assédio Moral: pare e repare: Por um ambiente de trabalho mais positivo. Brasília, DF: TST, 2019. Disponível em <https://www.tst.jus.br/documents/10157/55951/Cartilha+ass%C3%A9dio+moral/573490e3-a2dd-a598-d2a7-6d492e4b2457>. Acesso em 11 out. 2023; SINDSEP/SP. **Saúde do Trabalhador no Serviço Público Municipal**. São Paulo: SINDSEP/SP, 2016. Disponível em: <https://admin.sindsep-sp.org.br/sistema/materiais/522/arquivo/revista-saude-do-trabalhador-baixa.pdf>. Acesso em 11 out. 2023.

- Assédio moral interpessoal: ocorre de maneira individual, direta e pessoal, com a finalidade de prejudicar ou eliminar o profissional na relação com a equipe;

- Assédio moral institucional: ocorre quando a própria organização incentiva ou tolera atos de assédio. Neste caso, a própria pessoa jurídica é também autora da agressão, uma vez que, por meio de seus gestores, utiliza-se de estratégias organizacionais desumanas para melhorar a produtividade e formatar uma visão de trabalho, criando uma cultura institucional de humilhação e controle.

- Assédio moral vertical: ocorre entre pessoas de nível hierárquico diferentes, chefes e subordinados, e pode ser subdividido em duas espécies: - descendente: assédio caracterizado pela pressão dos chefes em relação aos subordinados. Os superiores se aproveitam de sua condição de autoridade para pôr o colaborador em situações desconfortáveis, como desempenhar uma tarefa que não faz parte de seu ofício e qualificação, a fim de puni-lo pelo cometimento de algum erro.

Uma observação e conclusão desta dissertação é que a articulação do assédio moral e do racismo institucional são originários da mesma fonte de interesse que essas violências aconteçam como mecanismo de controle da classe trabalhadora. Para que a exploração da força de trabalho gere lucro é preciso de um nível de contenção para que ela permaneça executando tarefas que garantam lucros para a classe dominante constituída na branquitude. Essa é uma fórmula que para funcionar necessita da violência principalmente a simbólica e psicológica como manutenção do poder.

O colonizador utilizando-se das primeiras iniciativas de contenção da população negra no início do sistema capitalista com a escravização dos corpos, aprendeu os mecanismos de coersão e opressão para que as “novas” violências de controle fossem modificados para a suposta sutileza que requer a modernidade para parecer que não se trata de violência. Desta forma, podemos afirmar que o assédio moral e o racismo institucional são similares, nos seu modo de execução e controle da classe trabalhadora, sendo o principal determinante das diferenças entre eles a cor da pessoa.

Quando o controle é na população negra o agressor ainda possui em sua memória a história social de subalternidade e da sujeição e essa memória é automaticamente acionada no reconhecimento pela imagem da cor das pessoas estigmatizadas como inimigas que são a população negra. Desta forma, as violências têm características mais hostis e até um tipo de incorporação da autorização destas práticas por entenderem os racistas ser normal a desumanização.

Nossas entrevistadas, desta forma, passaram por situações de assédio moral e de racismo institucional, quando elas identificaram os tipos de discriminação que estavam presentes. O assédio tem várias características e Cardoso Júnior *et al.* (2022) informa que podem ser identificadas a partir de várias situações como: retirar a autonomia do funcionário ou contestar a todo o momento suas decisões; retirar o trabalho que habitualmente competia a ele executar provocando a sensação de inutilidade e de incompetência; ignorar a presença do assediado dirigindo-se apenas aos demais funcionários; humilhar, desqualificar ou usar formas desrespeitosas; espalhar rumores ou divulgar boatos ofensivos a respeito do funcionário; não levar em conta seus problemas de saúde; impor punições vexatórias (repreensão desnecessária); postar mensagens depreciativas em grupos nas redes sociais; evitar a comunicação direta, não se dirigir à vítima, ao fazê-lo apenas por e-mail, ou por recados e outras formas de comunicação indireta; isolar fisicamente o funcionário para que não haja comunicação com os demais colegas; desconsiderar ou ironizar injustificadamente as opiniões da vítima; retirar funções sem motivo justo; impor condições e regras de trabalho personalizadas, diferentes das que são cobradas dos outros profissionais; manipular informações, deixando de repassá-las com a devida antecedência necessária para que o funcionário realize suas atividades; vigilância excessiva; controlar excessivamente seu deslocamento dentro do ambiente de trabalho; advertir arbitrariamente; instigar o controle de um funcionário por outro criando um controle fora do contexto da estrutura hierárquica, para gerar desconfiança e evitar a solidariedade entre colegas.

Figura 25 - Tá na Lei - Prevenção ao Assédio Moral



Fonte: TST (2019, p. 7)

Nos relatos das entrevistadas parecia que existia uma cordialidade e uma acolhida sobre os efeitos das violências de trabalho pela equipe de RH da SMADS; porém, em relação ao

racismo institucional, era nítido o desconhecimento do que ele significa, como ele funciona e como proceder quando ele é denunciado. O racismo sutil, lembrando, é uma forma mais discreta e subjetiva de discriminação racial, que pode ser mais difícil de identificar e combater, do que formas mais explícitas de racismo. Isso pode incluir microagressões, estereótipos raciais, preconceitos implícitos e discriminação institucionalizada.

Algumas entrevistadas disseram se tratar de conhecimento geral nas relações de trabalho, que tais situações haviam ocorrido com as servidoras, e que se tratava de violência continua em várias unidades. Porém, justificaram que existe um imobilismo institucional, que é não providenciar as responsabilizações por conta de uma obediência às ligações políticas do gabinete da secretaria. Mesmo porque as pessoas comissionadas, que predominam como cargos de confiança, são indicações políticas.

Quanto a resolutividade das violências nas unidades a única opção ofertada era sempre a negociação para a troca de unidade das vítimas. Essa questão de a Secretaria não aceitar o óbvio nos leva a refletir que a gestão, que representa o poder dominante, deseja com isso que não só as pessoas desistam das denúncias, como também, almejam que o serviço público seja extinto. Práticas assediosas levariam uma categoria a pensar que não vale a pena vender a força de trabalho para ser servidores em lugares onde se praticam tais violências. Esse mecanismo de exaustão desta classe poderia fortalecer o emprego do Estado Mínimo que os neoliberais desejam para o futuro da sociedade, possibilitando a terceirização dos contratos de pessoas e serviços e reduzindo os custos do Estado em detrimento do aumento do lucro das iniciativas privadas que são as empresas de substituição dos serviços públicos articuladas por organizações sociais.

Diante deste cenário político e econômico por trás da manipulação da administração pública que contam com auxílio do executivo, do legislativo e do judiciário observamos um cenário de grandes incertezas no ambiente de trabalho fatores que aumentam a ansiedade das servidoras públicas que ocasionam o aumento do estresse, o desgaste mental e potencializa o adoecimento das trabalhadoras.

Afirmamos que as condições violentas às quais as servidoras foram submetidas foi o principal motivo de seus desgastes mentais, mesmo porque o autoritarismo está no cotidiano das relações sociais, produzindo e reproduzindo o avanço da precarização do trabalho. Diante dessa constatação, lamentamos que a SMADS não tenha ainda no seu planejamento o combate às violências de trabalho como prioridade, porque a gestão se mantém paralisada frente ao crescente aumento do adoecimento mental das servidoras públicas. E também, observamos que a categoria profissional e a militância dos movimentos negros devem ocupar os sindicatos para

que todos juntos possamos promover a proteção as trabalhadoras em momentos de grandes opressões e de transformações do mundo do trabalho. Concordamos com as pesquisadoras sobre relações de trabalho quando elas trazem a seguinte reflexão:

A violência moral é necessária para manter a ordem e a disciplina nas empresas e organizações, como bem enfatizou Barreto (2006). Portanto, ela contribui para reduzir processos coletivos de luta e resistência, enfraquecendo os sindicatos e as entidades representativas dos(as) trabalhadores(as). O desmantelamento dos sindicatos é muito útil ao sistema capitalista de produção, pois desorganiza os(as) trabalhadores(as) e estimula a competitividade e o individualismo exacerbado entre eles(as). Perde-se a solidariedade de classe, deixando o(a) trabalhador(a) totalmente vulnerável aos interesses do capital. (Ociana Silva, Raquel Raichelis, 2015, p. 9).

Uma vez que os esforços das denúncias são frustrados pelo não reconhecimento das violências dentro da instituição, ocorre um efeito desestimulador com outras/os servidoras/es que estão passando pela mesma situação, isso também enfraquece os/as sujeitos/as para as lutas coletivas. Para as que tiveram coragem de registrar o racismo, ficou uma mistura emocional de culpa, de profundas lesões na autoestima, abalo na autoconfiança e dúvidas sobre como agir se tais situações acontecerem novamente.

Como Mbembe (2020) argumentou de forma convincente, as democracias modernas construíram sua força sobre a dissimulação das origens violentas, especialmente através do legado do colonialismo e da escravidão, que lançam uma sombra sobre o ideal democrático. Essa democracia, enraizada na segregação entre "iguais" e "desiguais", promoveu a marginalização e a humilhação daqueles considerados "outros" (Mbembe, 2020). De fato, segundo Mbembe (2020), a inimizade tornou-se uma característica central das democracias liberais contemporâneas, alimentando um processo contínuo de identificação e exclusão de novos "inimigos". Este contexto levanta questões importantes sobre o futuro da democracia: “Por que devo eu, contra tudo e contra todos, e apesar de tudo, zelar por outra pessoa, cercandome ao máximo de sua vida, se ela, em contrapartida, visa apenas a minha ruína?” (Mbembe, 2020, p. 13 *apud* Cardoso Júnior *et al.*, 2022, p. 36).

4.8 O desgaste mental e os efeitos do Racismo Institucional

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a definição de saúde é um estado completo de bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doenças. Também de acordo com a OMS, o ambiente psicossocial do trabalho inclui a cultura organizacional, bem

como atitudes, valores, crenças e práticas cotidianas da empresa que afetam o bem-estar mental e físico dos trabalhadores.

A noção de trabalho decente hoje se encontra na agenda da OIT e, no Brasil, no Plano Nacional de Trabalho Decente, lançado em Brasília em 2010 pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme a definição abaixo:

Trabalho Decente é uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Em inúmeras publicações, o trabalho decente é definido como o trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a noção de trabalho decente se apoia em quatro pilares estratégicos: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social (Brasil, 2010, p. 11).

O desgaste mental ocupa espaço importante na vida e nas situações vividas pela população negra. Desde a colonização os escravizados foram levados a seus limites físicos e mental para fornecer a força de trabalho gratuita aos seus algozes e colonizadores. Naquela época o desgaste mental levava as trabalhadoras negras a perda de vida e hoje observamos que a exploração da classe assalariada explorada pelo capital no enfrentamento do trabalho precarizado demonstra sinais de perda de sentido de vida.

O agravante desta situação é que assistentes sociais mesmo adoecidas permanecem trabalhando, e muitas vezes sem o acompanhamento devido da sua saúde, como também do tratamento das variáveis doenças que o desgaste mental pode proporcionar. Muitas vezes, as trabalhadoras vão adquirindo doenças físicas que elas sequer relacionam que são resultados da superexploração do trabalho. Esse é um alerta mais que necessário a ser feito a classe trabalhadora.

Em outras situações sabemos que algumas sabem que estão adoecidas, mas temem que o afastamento retire alguns benefícios financeiros que pra ela é imprescindível no seu orçamento familiar. Outra situação é saber que com a equipe reduzida a sobrecarga passará para outra colega de trabalho que também é tão explorada quanto ela. Por solidariedade, por medo, por insegurança a equipe vai trabalhando sobrecarregada prejudicando a longo prazo a saúde do trabalhador.

E de forma geral, o desgaste mental cobra uma conta sobre a vida das servidoras negras porque na cadeia hierárquica da sociedade ela está na base da pirâmide com triplas, duplas

jornadas de trabalho, sendo a mulher mais pobre, de moradia mais precária, com endividamentos, com uma família negra historicamente mais empobrecida e que requer recursos para sobreviver. As outras dimensões da vida de forma limitada é fonte de tensões e estresse que acumulados levam ao desgaste mental. “ o fato de esse tipo de trabalho ser executado quase que exclusivamente por mulheres aponta para uma situação sociocultural peculiar, em que as condições de trabalho descritas e especialmente os aspectos organizacionais foram criados para quem " foi feita" para suporta-los, isto é a mulher" (Selimann, p. 226, 2011) e forma geral, afastando o sonho de ser um milionário, a maioria dos brasileiros sonha em ter saúde e conseguir um emprego que remunere o suficiente para que possa sobreviver e ter um trabalho digno em que ela/o seja respeitada/o. E isso não é pedir muito, mas o mínimo que seja aceitável a um ser humano.

Entretanto, nossa realidade é que o sistema capitalista produz um nível de perversidade que contamina as instituições e estas produzem violências desnecessárias. As entrevistadas lembraram também que as questões de ambiente e organização do trabalho foram fatores que potencializaram as amarguras do dia a dia que somadas às violências produziram momentos insuportáveis. Extraímos dos seus relatos os principais pontos que prejudicaram a rotina no trabalho e as levaram ao desgaste mental e salientamos que o conjunto elencado são situações que atingem não só as mulheres negras como outros servidores públicos não negros:

- Sobrecarga de trabalho, trabalhar sob pressão de muitos atendimentos em um prazo curto de ação. Muitos atendimentos de situações urgentes e emergentes, sem respaldo de chefias, sem vagas para usuários, sem possibilidade de proteção social para usuários; acúmulos de atividades como atendimento aos usuários e gestão de serviços;

- Pouca flexibilidade nos horários, longas jornadas acima das 6 horas por lei além do horário do expediente, trabalhar em casa; esquema de turnos desiguais; a falta de remuneração de horas complementares ou a impossibilidade de tirar as horas extras;

- Falta de remuneração justa, de benefícios institucionais; falta de plano de carreira; não reconhecimento de profissionais com mestrado e doutorado ou especializações com nenhuma forma de promoção ou incentivo por aprimoramento; ameaças veladas de transferência de unidade; de estágio probatório; a decepção de ser mais qualificado do que as tarefas; não realizar trabalho técnico para satisfazer questões políticas; regras não claras de execução da política pública; não aumento de salários por mais de duas décadas;

- Relações interpessoais permeada de competitividade e agressividade; relações hierárquicas com chefias que não têm competência técnica; falta de solidariedade de classe e principalmente de gênero, apoio da categoria profissional; assédio moral vertical e horizontal,

isolamento físico ou social, silenciamento de servidores; ausências de mediação de conflitos; falta de empatia e respeito à diversidade; discriminação e preconceito; a falta de políticas de recursos humanos que reconheçam que esta secretaria é predominantemente de mulheres

- Cultura organizacional: má comunicação, ausência de resposta sobre tarefas a serem providenciadas; falta de clareza sobre os objetivos das atividades; impedimento de articulação entre os diferentes setores da estrutura organizacional; ausência de reuniões de planejamento; falta de indicadores sobre o trabalho; política partidária; terceirização e parcerização em substituição a política de Estado e de administração direta; sucateamento; precarização dos meios de trabalho; desconhecimento das legislações; politicagem.

- Condições físicas dos equipamentos: ausências de bens patrimoniais, materiais de escritório, mobília, não acesso para deficientes; instalações em locais não apropriados.

Como as entrevistadas tinham personalidades resolutivas e pro-ativas, muitas sugestões para minimizar os impactos da falta de organização eram descredibilizadas como se o trabalho cooperado e interessado não fosse do pertencimento às servidoras negras.

Dentre as maiores características das entrevistadas na relação de trabalho e na execução de suas atribuições foram identificadas: a preocupação excessiva com o trabalho; o superengajamento com a população atendida e com a defesa do SUAS; defensoras intransigentes dos direitos humanos; o compromisso ético com a profissão, antirracistas e com letramento racial; o compromisso com a execução das tarefas; e, um certo perfeccionismo relacionado à questão de sentirem-se culpadas quando algo não procede tecnicamente como elas desejavam; vocacionadas na profissão; responsabilidade e compromisso com o trabalho e com a população, estresse e ansiedade antecipando as violências que estavam ou não prestes a receber.

ESMERALDA: *O racismo não pode ser tratado somente no campo do sentimento. Você sofreu, eu te acolhi e pronto, está resolvido? Isso vai causando mais sofrimento, um adoecimento, porque junta a introjeção com o que a gente reproduz socialmente. A SMADS está a serviço da classe dominante, se ela questiona a minha competência, eu vou tentar resolver isso sendo mais eficiente, e a secretaria utiliza isso para nos cobrar produtividade. Você cai na cilada de comprovar competência, e vai querer mostrar que dá conta. Você começa a estudar 2, 3 vezes mais. Você começa a trabalhar 2, 3 vezes mais. Se você me coloca uma atribuição pequena, eu vou realizá-la com excelência, porque eu quero te mostrar que posso, que sou capaz, porque a gente aprendeu que se trabalhar corretamente a gente vai ser reconhecido no trabalho. E aí, nesse ser reconhecido pelo trabalho, você se submete a fazer coisas que por vezes não é legal ou, como na maioria das vezes, vai ficar esperando um lugar ou reconhecimento que ele nunca irá existir.*

Em relação aos respectivos conhecimentos, as entrevistadas eram sempre questionadas, elas dedicavam-se estudando mais do que as/os outras/os trabalhadoras/es para que não tivessem motivos para desqualificação diante dos outros. Algo que na prática não funcionou, porque a excessiva desconfiança da branquitude em relação ao poder intelectual dessas mulheres foi motivo para tramar suas exclusões das unidades de trabalho, fato que aconteceu comigo e com as quatro entrevistadas. Edith Seligmann (2022) explica que um trabalho adoecedor é um trabalho desgastante que produz um maior impacto no nosso corpo físico e no nosso emocional. Perde-se capacidades, potencial, estímulos, motivação, energia, disposição, paciência e afetividade.

Sobre isso, com o tempo, eu e as entrevistadas fomos afetadas no nosso psiquismo e hoje ainda estamos realizando terapia, acompanhamento psiquiátrico com medicação controlada e ainda não totalmente curadas em relação aos nossos adoecimentos ocasionados pelo racismo institucional.

Os sintomas das servidoras públicas aparecem como: transtorno do sono, dor crônica na cabeça, desconforto no estômago, queda de cabelo, alergias, estresse, dificuldade para relaxar, fadiga constante, falta de ar; alteração de pressão arterial; desânimo, desmotivação, formigamento em partes do corpo; tonturas; desequilíbrio alimentar, agressividade e irritabilidade, cansaço excessivo, choro constante; sensação persecutória; melancolia e chegaram a alguns agravantes da saúde mental para transtornos adaptativos, de ansiedade, de personalidade, depressão, estresse pós-traumático, depressão pós-parto, síndrome de burnout e ideias suicidas que ocasionaram em todas sofrimento individual e dificuldades com o relacionamento familiar, com a rede de amizade e fragilidades com a rede de proteção social.

AUTORA: *A minha licença foi de dois meses, mais férias. Fiquei a princípio sem saber o que teria que fazer na minha vida. Toda a minha rotina funcionava em torno do trabalho que tem muito sentido pra mim. E eu tinha bastante dificuldade de afastar a vergonha dos meus pensamentos, porque eu estar na cama, com depressão significava que eu tinha perdido a batalha e que lá fora, muitas de nós ainda estavam na luta e eu tive que me retirar abandonando a equipe. Nas reuniões do coletivo, eu tive que sair por recomendação médica, e eu chorava diante da minha impotência.*

Não achei, nas pesquisas que fiz, menção sobre os custos financeiros do adoecimento. Mas é importante apontar que as servidoras disseram que seus gastos para ficarem recuperadas chegaram a comprometer o orçamento mensal, os custos com as medicações, as terapias alternativas, o acompanhamento psicológico e psiquiátrico. Isso levou parte dos nossos salários e também nossos afastamentos atrasaram nossa evolução na prefeitura. No Brasil, os transtornos mentais e comportamentais estão entre as principais causas de perdas de dias no trabalho. A

soma dessas perdas financeiras poderia ter sido investida em outras atividades para melhorar a qualidade de vida, mas foram perdidos na tentativa de ficar bem pra conseguir trabalhar.

As entrevistadas foram categóricas em afirmar que seus adoecimentos são em decorrência das condições de trabalho. Antes de atuarem na prefeitura não tinham nenhum risco à saúde mental, o desgaste apareceu por situações de violência sistêmica empregadas contra as servidoras negras, condições determinadas por nossos empregadores pelo tipo de ação autoritária em relação aos nossos corpos e mentes pelo fato de não sermos brancas.

AUTORA: *Fui acometida gravemente na minha saúde mental enquanto sofria as violências de trabalho. De tanto tentar ser uma mulher aceita pela branquitude fui me fragilizando até receber o diagnóstico de síndrome de burnout associada com crises de ansiedade e depressão. Eu erroneamente me comparava às pessoas brancas, que para mim, não havia diferença nenhuma, afinal ingenuamente eu achava que éramos um país dos direitos iguais. Eu desejava ser como elas: reconhecida, valorizada e bem-sucedida, diante da dedicação profissional. No entanto, eu não compreendia o motivo pelo qual, por mais que eu me dedicasse ao conhecimento, eu não era validada ou creditada, ao contrário, fui ganhando títulos desestimuladores como arrogante, soberba e prepotente. Por onde eu passava eu não permanecia nas unidades da prefeitura. Eu sou daquelas que se esforça muito, aquela parcela de mulheres negras, que mesmo vindo de escolas públicas sucateadas, estudaram muito para passar em um concurso público para ganhar uma estabilidade econômica e chegar à ascensão profissional e ter uma carreira bem sucedida então pra mim, retirar a minha potência de vida foi viver um período como morta-viva.*

Coincidiram nos relatos que os médicos associaram o sofrimento das entrevistadas com estresse e síndrome de burnout, porém, elas explicaram que tiveram vários outros cids no percurso do trabalho e todas foram diagnosticadas com transtornos de ansiedade. De acordo com dados da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT), aproximadamente 30% dos trabalhadores brasileiros sofrem com a síndrome de burnout, uma doença ocupacional reconhecida e classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2022. Atualmente, o Brasil é o segundo país com mais casos diagnosticados no mundo. Sobre o diagnóstico dado ao/à servidor/a existem ainda muitos desafios a serem vencidos, pois quando se trata de saúde mental, de situações mais subjetivas, são raros os diagnósticos que estabelecem o nexo causal do adoecimento em consequências do trabalho. Entre nós cinco, somente eu tive a mudança da CAT para acidente de trabalho, o que também me coloca em outro patamar de direitos sem perdas na progressão da carreira. Essas mudanças precisam ocorrer e parecem estar próximas, porque recentemente, mulheres vítimas de violência doméstica física pararam de ter registros no SUS apenas por suas lesões, mas foi agregado ao sistema o registro da violência que deve ser uma preocupação da política pública da Saúde. A maior parte dos brasileiros diz pensar sobre seu bem-estar mental com frequência (75%) e acredita que ele é tão importante quanto o

bem-estar físico (73%). Os dados fazem parte do levantamento “*World Mental Health Day 2023*”, realizado pela Ipsos em 31 países¹³⁵. Os números mostram (58%) no geral, que o brasileiro se sente mais estressado que a média global das nações pesquisadas; além disso, 76% dos brasileiros afirmam que o estresse teve um impacto significativo em suas vidas. Esse número é maior do que a média global, de 62%. A pesquisa também aponta que 74% dos brasileiros sentiram-se tão estressados a ponto de não conseguirem lidar com as situações, e 65% relataram sentir-se deprimidos quase todos os dias durante algumas semanas ou mais. Globalmente, as mulheres sofrem mais com problemas decorrentes do estresse do que homens, com 38% delas afirmando que tiveram o seu dia a dia impactado (contra 29% dos homens), 36% achando que não conseguiriam lidar com a vida diária (contra 26% dos homens) e 30% se sentindo desesperançosa (contra 24% dos homens). Ambos os gêneros ficam tecnicamente empatados no quesito “não conseguir ir ao trabalho”, sendo elas 20% e eles, 17%.

4.9 Solidariedade de classe

Não mexe não/Não mexe comigo/
Que eu não ando só/Eu não ando só
Não misturo, não me dobro
A rainha do mar anda de mãos dadas comigo
Me ensina o baile das ondas e canta, canta, canta pra mim
É do ouro de Oxum que é feita a armadura que guarda meu corpo
Garante meu sangue e minha garganta
O veneno do mal não acha passagem
E em meu coração, Maria acende sua luz
E me aponta o caminho
(Velooso; Pinheiro, 2012).¹³⁶

A solidariedade quando praticada para a branquitude se dá no acordo tácito (Robin Diangelo, 2018. p. 83) que protege, resguarda as vantagens constituídas da supremacia branca. Para o pacto funcionar, ações como silenciamento, omissão, dissimulação precisam ocorrer em relação aos/às sujeitos/as negros/as.

Já para a negritude ela é altamente necessária quando realizada de forma decolonial na medida em que integra o conjunto de significações históricas destas relações sociais em uma perspectiva crítica radical. [...] Se trata de ubuntu, um ‘bem comum de várias pessoas’, onde cada um responde pelo todo “A solidariedade ela é diferente da caridade, quando realizada de

¹³⁵IPSOS. **Brasil é o país que mais se preocupa com o bem-estar mental, aponta Ipsos**. São Paulo: Ipsos, 2023. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/brasil-e-o-pais-que-mais-se-preocupa-com-o-bem-estar-mental-aponta-ipsos>. Acesso em: 23 fev. 2024.

¹³⁶VELOSO, V. T.; PINHEIRO, P. C. F. **Carta ao amor**. Interprete: Maria Bethânia. **Letras**, 2012. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/maria-bethania/carta-de-amor/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

forma verdadeira, a negritude reconhece as trajetórias ancestrais e afrodescendentes. (Sondarjee, 2020 *apud* Alessandra Devulsky, 2021, p. 201).

ESMERALDA: *Eu tive uma equipe muito peculiar nesse sentido. Porque era uma equipe muito envolvida, não com a questão racial, mas com a causa do trabalhador, a causa sindical. E isso foi acolhimento, um alívio, realmente. Obviamente não resolveu, como tudo que eu coloquei aqui, mas foi diferenciada nossa proximidade.*

Segundo Luci Praun e Antunes (2015), a sociedade neoliberal imprimiu tanto a autorresponsabilidade e o individualismo, que a rede de apoio fica cada vez mais fragmentada, impossibilitando que as vítimas de violência reconheçam e tenham seus pares em momento de acolhida. O sentir-se só enfraquece o/a sujeito/a ao ponto de não se sentir estimulado/a para as lutas coletivas, ocorrendo o afastamento por adoecimento, a solidão, e a fragilização da rede de apoio. Na medida em que as pessoas desistem de acionar umas às outras, também por entenderem que seus camaradas estão “ocupados”, as estratégias para sair do labirinto infinito ficam mais difíceis. Mas entendi que o depoimento da Esmeralda foi no sentido contrário: sentiu-se mais acolhida pelas colegas de equipe pela participação sindical e o compromisso com os direitos dos trabalhadores.

4.10 Ninguém solta a Mão de ninguém - Militância e Resistência

Como puderam perceber nas narrativas das entrevistas, sempre estávamos envolvidas com o conjunto dos trabalhadores no dia-a-dia, e era difícil constatar como muitos deles eram capturados pelo sistema capital e agentes algozes da classe dominante. Nós conseguimos visualizar que os agressores vinham também desta classe operária, então também foi bastante difícil fazer uma ruptura. No entanto, essas entrevistadas não desistiram de procurar os lugares onde a resistência e a proteção à vida digna pudessem ser articuladas para acontecer. Por isso, entendemos que o avanço desta pauta sobre o racismo institucional só vai acontecer se envolvermos vários setores da sociedade com o objetivo de reivindicar mais leis protetivas, revisões das que existem e cumprimento das que estão estabelecidas. O desgaste mental também não cessa quando percebemos que não há justiça social. Por isso, a importância de elegermos mais representantes mulheres e não brancas em todas as instâncias do executivo, legislativo e judiciário para avançarmos nas transformações necessárias. Como explica Marx (2021), no

Capital “a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista”.

AUTORA: *Nos meus primeiros anos de assédio e racismo eu fiquei sem contar com a categoria porque achei que as pessoas não entendiam do que eu estava falando, foi muito f... pra mim. Mas, na minha última circunstância eu senti o peso da militância de não andar só, na mesa de negociação, não estava eu mais sozinha sendo a carne pro Leão comer, eu estava é com os melhores da minha rede de apoio. Era representante do Cress, do Sindsep, uma professora doutora da PUC, Advogado, coletivo de servidores. Eu tive até uma carta da coordenação da Pós-Graduação naquela mesa. Ou seja, daquela vez, quem se calou foram eles!*

Como já foi dito anteriormente, as entrevistadas e eu somos mulheres que buscamos sempre estar junto aos coletivos de luta porque entendemos, há muito tempo, que sem derrotar o capital não há liberdade para a classe trabalhadora. Por sermos negras, a pauta da raça é muito cara e importante para nós, por entendermos “que a carne do mercado mais barata é a carne negra” (Elza Soares), também levantamos juntos com todos a bandeira do antirracismo. Entretanto, concordamos com bell hooks, que o nosso corpo e nossa mente saudável nos levam para muitos lugares. Não adianta militar doente, não conseguiremos contribuir, é necessário achar no autoconhecimento as maneiras de se refazer todos os dias. hooks explica que para nós negras é importante a autorrecuperação:

autorrecuperação Negra é uma expressão de uma prática política libertária. Vivendo - como vivemos- em um contexto patriarcal capitalista supremacista Branco, que pode melhor nos explorar quando não temos uma base firme no eu e na identidade (a consciência de quem somos e De onde viemos), escolher o bem-estar é um ato de resistência política, antes de manter efetivamente um engajamento na luta organizada pela resistência, no movimento da libertação Negra, muitas pessoas entre nós precisam passar por um processo de autorrecuperação que ajude a curar feridas individuais que possam impedir que funcionemos plenamente (bell hooks, 2023, p. 21).

Nos deparamos algumas vezes, com nossos/as colegas brancos/as afirmando que não era o lugar de fala deles/as a pauta negra, o que concordo, porém, é o lugar de fala deles/as debaterem a branquitude, não existe como encontrar caminhos para a extinção das discriminações por raça, enquanto brancas/os não estudarem e refletirem sobre este sistema operativo dos privilégios.

DIAMANTE: *Pior foi chegar e saber que a pauta racial não tem tanta importância nos espaços de militância de esquerda. Porque você fica vulnerável sem uma coletividade envolvida.*

Para criarmos uma mobilização em prol de uma nova sociedade, necessariamente os/as sujeitos/as devem estar comprometidos/as com essa mudança, atualizados/as, realizando a análise da conjuntura e revisando o modo das pessoas se relacionarem para perceberem a importância da transformação das relações sociais.

SAFIRA: *Participando da organização dos trabalhadores junto ao sindicato, apresentei a situação vivenciada no trabalho em 2014. Passei a pautar a situação vivenciada no CRAS como sendo assédio moral. Na época, essa pauta parecia estranha, algumas trabalhadoras mais antigas, chegavam a dizer que não existia assédio nas unidades. Logo mais, passei a apontar como racismo institucional, posto que entendia que todas as ocorrências comigo não eram aleatórias, mas estavam no campo do racismo, o tempo todo eu era racializada. Quando ocorreu o meu adoecimento fui atendida pelo Depto de Saúde do Trabalhador e desses atendimentos foi produzido relatório da equipe de saúde por se tratar de racismo institucional.*

SAFIRA disse que, por vezes, ficava atordoada com tantos golpes que ela sentia que vinham de todos os lados, dessa forma começou a pensar que era necessário uma articulação em conjunto, um aquilombamento:

SAFIRA: *Fui criando estratégias de sobrevivências, entrei em contato com o movimento negro para revelar o que vinha ocorrendo. Me aproximei de encontros de organizações de trabalhadores negras para socializar estas vivências, estudar possibilidades de mudança. Eu fui uma das fundadoras do Grupo Nós Carolinas, coletivo para viabilizar que pautemos em outras instâncias e para dar visibilidade ao racismo institucional.*

Como enfatiza bell hooks (2023, p. 9) “as pessoas sentiam que não tinham tempo para realizar um trabalho político porque sentiam que havia tantas coisas confusas em suas mentes, ou em seu cotidiano que elas mal podiam manter o controle da própria vida”.

Cida Bento (...) capta bem como o racismo institucional é sorrateiro, porque tanto as discriminações e preconceitos raciais quanto os assédios morais e outras violências envolvem práticas continuadas e supostamente camufladas de intimidação; de humilhação; de isolamento; e descrédito, entre outros, como vimos nas narrativas dos relatos das nossas sujeitas. No entanto, quando tais comportamentos são sutis e disfarçados, há uma tendência de que passem despercebidos e sejam mais difíceis de detectar. Grada Kilomba (2019) afirma que até isso a branquitude aprendeu a dominar, que é “não querer saber que tais situações existam”. O racismo na verdade está escancarado, quem não enxerga não quer sair da alienação na qual foram ensinados a ficar. Não há questionamento da realidade e isso é muito grave porque estamos tratando de violação de direitos humanos.

4.11 Denúncia

O Brasil é o país onde o racismo deu certo, muito certo porque o negro acredita que não é discriminado, e o branco acredita que não é racista, o negro acha que não é negro, e o pobre acha que não é pobre e fraco e a classe média acredita que é rica, e os ricos acreditam que são deuses (Zebrinha, 2023).¹³⁷

O que foi possível constatar é que as pessoas que tem o “poder da caneta” e ocupam lugares e locais onde ocorrem avaliações e julgamentos das denúncias manipulam o acordo tácito (Cida Bento, 2002), que se trata de uma intencionalidade implícita e não expressa, na qual a comunicação não é direta, cujo objetivo é proteger a classe dominante por meio das brechas das leis. Quando contamos o que aconteceu conosco para qualquer pessoa há uma consternação sobre o assunto, ou seja, como seria possível “passar batido” um tipo de violência como essa sem que as pessoas que as causaram não sejam responsabilizadas? No momento, a única ação disponibilizada para os servidores foi uma palestra de letramento racial realizada no ano de 2022.

No caso específico da SMADS, existem menos servidoras negras do que brancas, e o número de funcionárias negras em cargos estratégicos ou de confiança é expressivamente menor. Sem sombra de dúvida existem práticas de racismo institucional dentro das secretarias da prefeitura de São Paulo, como ficou evidenciado pelos densos e sofridos depoimentos das nossas entrevistadas.

A primeira ação imprescindível é, portanto, o reconhecimento de que houve racismo e o reconhecimento de que, como instituição, a prefeitura ainda tem que lidar com o racismo institucional dentro dos locais de trabalho e dentro dos seus espaços de poder.

O combate ao racismo tem que ser público e essa constatação ainda precisa avançar na nossa categoria, visto que muitas assistentes sociais chamam de exposição revelar fatos e acontecimentos reais. Pelo avançar deste estudo, chegamos aqui porque entendemos que o racismo afeta uma coletividade negra ao ponto de nos adoecer, ao ponto de nos matar.

DIAMANTE: *Eu tive pensamentos suicidas. Quando eu saí da SAS, eu sai pensando no suicídio. Eu fiquei tão decepcionada, tão desiludida, eu pensei mesmo em me matar. Eu escrevi uma carta para a equipe da SAS para falar para todo mundo o que eu estava sentindo. E quando eu li essa carta para todo o mundo muitas pessoas não falaram nada. Uma servidora branca, virou pra mim e disse:*

Você está falando de suicídio, para você poder nos responsabilizar disso!

¹³⁷ZEBRINHA. Zebrinha – pode.com #056. **Pode.com.official**, 4 de maio de 2023. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fuekJmraPu8>. Acesso em: 10 out. 2023

Dito de uma maneira bem fria, assim, sabe? Então pra mim, eu já nem uso palavra empatia, porque eu não acredito na empatia, sabe? Eu acredito em pessoas que têm responsabilidade afetiva. Quando a reunião terminou, poucas pessoas falaram comigo. Foi uma situação assim, horrível. Mas que já estava engasgada, eu não aguentei. Porque eram 10 anos sem falar, e mesmo assim eu fiz essa carta bem cuidada, não nomeei ninguém. Tinha muita gente ali que estava me causando muito mal, assim como pessoas, e eu não fui por essa via do personalizar. Eu fiz uma fala muito mais do debate, muito mais desses efeitos que o racismo causa. E aí eu fiquei muito mal por muitos anos. Eu tenho trauma, quando tem alguma situação que me lembra o racismo que sofri, eu fico muito mal. Então eu não tinha nenhuma estratégia, eu estava na beira do suicídio, eu fui ao psiquiatra porque ficava pensando em me jogar lá na estação de trem. O médico me atendeu, me deu uma licença, também depois procurei o sindicato. Foi aí que disseram que eu não poderia voltar mais para a minha unidade de trabalho. E na mesa de negociação, porque não parava de chorar lá também, com medo que eu cometesse o suicídio me transferiram para outra secretaria.

Pela gravidade desse depoimento, ao ponto de uma profissional capacitada e inteligente chegar a declarar para a sua equipe que estava pensando em suicídio, e as pessoas desacreditarem que ela seria capaz de fazer isso, e mesmo assim esse fato não comover ninguém, isso significa que estamos em um estágio avançado de esgarçamento do tecido social, como afirma Antunes (2015, p. 415):

Em situações mais extremadas, quando o trabalhador não conseguia dissimular seu sofrimento, os próprios laços de solidariedade constituídos acabavam, não raras vezes, sendo acionados de forma a protegê-lo ou confortá-lo. O desmonte dessas condições tem contribuído, conforme os autores, para o aumento da incidência de suicídios nos locais de trabalho. Esses, por sua vez, são o resultado extremado de um processo de sofrimento psíquico, mas já destituído do apoio e solidariedade dos demais.

Diante do exposto, não podemos aceitar mais racismo dentro das nossas instituições. A formação antirracista deve ser estendida para toda a sociedade de forma generalizada. Também, não é assertivo para o um futuro sem racismo recusar-se a denunciar, ainda que não haja punições, porque trata-se de uma obrigação ética, moral, pedagógica e histórica de respeito ancestral seguir dando voz à população negra.

No contexto das instituições privadas já há mudanças em curso. Um levantamento realizado pela empresa de Jurimetria Datalawyer identifica que a cada ano aumenta o número de processos trabalhistas que denunciam o racismo institucional, a injúria, discriminação e os preconceitos raciais. Já somam 22.511 ações no período de 2014 a 2022. Na Justiça do Trabalho os valores por danos morais já foram convertidos em 4,34 bilhões de indenizações trabalhistas e os números cada vez mais têm crescido¹³⁸.

¹³⁸Cf. Jornal Folha de São Paulo, 20 nov. 2022. A23.

Não há como concluir este capítulo desejando que todos possamos viver livres das opressões e da segregação das raças. Como Mombaça (2019) afirma, desejamos fortemente que esse mundo como nos foi apresentado acabe, que ele não exista mais, que tenhamos mais coragem do que já temos para resistir a todas as formas de violências que são impostas diariamente. Que possamos acionar nossos sentimentos mais lindos de amor e compaixão para coletivamente formarmos esta potência que destruirá a barbárie do sistema capitalista e que todos possam caminhar rumo à direção de um mundo melhor para se viver sem discriminações.

DESEJAMOS PROFUNDAMENTE QUE O MUNDO COMO NOS FOI DADO ACABE. Esse é um desejo indestrutível. Fomos submetidas a todas as formas de violência, fecundadas no escuro impossível de todas as formas sociais, condenadas a nascer já mortas, e a viver contra toda formação, no cerne oposto de toda formação. Desejamos profundamente que o mundo como nos foi dado acabe. E que ele acabe discretamente, no nível das partículas, na intimidade catastrófica deste mundo destituído de mundo, este mundo que até a própria terra rejeita (Mombaça, 2019, p. 98 *apud* Lima, 2020, p. 81).

5 CONCLUSÃO: A ESCRIVIVÊNCIA DE NÓS MESMAS

Ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno. E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas, aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade. (Conceição Evaristo, 2020, p.35)

A todo momento desta pesquisa a escritora Conceição Evaristo foi me acompanhando. Fiz questão de ler vários dos seus contos e poemas, para citar aqueles trechos que significavam algumas das histórias de nós mesmas, as histórias das mulheres negras que tanto precisam ser evidenciadas, compartilhadas. Histórias duríssimas, daquelas que a gente não queria escrever, expor, ler, mas também, aquelas lindíssimas que revelam o poder, a força e a beleza de ser preta.

O melhor resultado que todos nós poderíamos ter por meio desta pesquisa é a utilização da escrevivência como um conceito possível de ser utilizado nas pesquisas acadêmicas. Quando Conceição Evaristo (*apud* Duarte; Nunes, 2020, p. 34) afirma que a: “escrevivência nunca foi uma mera ação contemplativa, mas um profundo incômodo com o estado das coisas” ela está afirmando que mulheres negras exercem a resistência para conseguir o direito de existir.

A escrevivência revela as pessoas, tira de suas memórias as histórias que as oprimem, e as histórias de vitória e conquistas. Por isso, o tempo todo, os sentimentos, os comportamentos, os hábitos, os costumes e a forma de relacionar atravessaram toda a pesquisa.

Por meio da escrevivência nos aproximamos do cotidiano das mulheres negras e esperamos que a leitura dos seus depoimentos possa provocar a identificação com as sujeitas do estudo, com suas experiências, e simpatia ou empatia com as histórias narradas. Quando uma pessoa lê uma escrevivência, ela acessa o passado e o presente do/a narrador/a e recorda de suas próprias histórias por encontrar similaridade com suas próprias vivências. Por isso, afirmamos que a escrevivência é uma escrita coletiva. Como ela tem como princípio retratar as vivências, as trajetórias das mulheres negras, muitas descobertas são realizadas pois a realidade aparece com toda a sua força.

Entendemos que as ciências sociais poderão utilizar este conceito como método de investigação e produção de conhecimento na medida em que as subjetividades e o concreto da vida constituem as relações sociais como motor da sociedade. A partir do momento em que a própria sujeita da pesquisa analisa os fenômenos que circulam e atravessam seu cotidiano, é possível afirmar que saímos transformadas/os. Adquirir conhecimento é um passo para a desalienação e, no caso da população negra, olhar para si é descolonizar a mente, é a possibilidade de se identificar como negro/a e se libertar das condições de exploração às quais desde a invasão ao Brasil esta população está submetida.

Aimé Césaire (*apud* Duarte; Nunes, 2020, p. 183) traz uma reflexão muito interessante sobre a produção do saber quando afirma que: “[...] não é verdade que a obra do homem está acabada, que não temos nada para fazer no mundo, que parasitamos no mundo, que basta que marquemos o nosso passo pelo passo do mundo, ao contrário a obra do homem apenas começou”.

O objetivo da escrivência também é trazer incômodo à supremacia branca e provocar fissuras que quebrem esse ciclo de legitimação das desigualdades social e racial na medida em que escancara os privilégios de uma classe dominante.

Neste sentido, concluo que o conceito da escrivência oportunizou alcançar todos os objetivos que expressamos na introdução.

Desde logo, o último artigo que li para a finalização desta pesquisa foi uma reflexão da professora Bader Sawaia (2018) sobre o trabalho e o sofrimento ético-político. Lembro-me que por coincidência foi um dos meus primeiros artigos lidos no primeiro semestre do mestrado em 2022.

O termo sofrimento ético-político foi cunhado por Sawaia (2018, p. 265) “para introduzir a dialética na análise da relação entre afeto e política, entre o sentir, o pensar e o agir e entre subjetividade e objetividade”. Assim, indica não apenas um sentimento que tem determinação social, mas que se associa “à trama da servidão e da autonomia em suas diferentes particularidades” (*idem*).

Ao analisar o trabalho no SUAS, Sawaia (2018) chama atenção para os riscos de não apreendermos a dialeticidade dos processos sociais e enfatizarmos as dicotomias, *determinismo x autonomia*, *objetivismo x subjetivismo*, na análise de fenômenos como o sofrimento decorrente das relações de trabalho no capitalismo. São riscos que reforçam a naturalização de processos sociais e podem levar à absolutização de fenômenos como a desigualdade social e também o racismo institucional, nosso objeto de pesquisa problematizado ao longo dessa dissertação.

A advertência de Sawaia (2018) “dialetrizar os dilemas” nos serve de inspiração para elaborar essas notas conclusivas. Não é possível separar razão e emoção presentes nas relações de trabalho, isolando-se os afetos e os sofrimentos que acompanham o trabalho e os desafios cotidianos. Como observa a autora, assistentes sociais trabalham com pessoas em estado grave de sofrimento ético-político, mas essa questão não aparece nos documentos técnicos do SUAS, CREAS e CRAS (foco da análise da autora), nem é problematizada no âmbito das equipes técnicas do Serviço Social e da Psicologia. Contudo, esse separatismo entre razão e sofrimento

não diz respeito apenas aos usuários das políticas sociais, mas também aos profissionais trabalhadores/as da política de assistência social, questão que nos interessa particularmente.

Assim, para *dialetizar os dilemas* do racismo institucional - nosso objeto de pesquisa - torna-se essencial conferir visibilidade social e trazer para o núcleo central de nossas análises o sofrimento ético-político vivido por assistentes sociais no cotidiano do trabalho institucional, impedidas de constituir-se e serem reconhecidas como *sujeito/a profissional* com sólida competência teórica e convicções ético-políticas em função dos preconceitos e dos estigmas associados à raça e à cor presentes nas relações sociais.

O sofrimento acompanhou todos os capítulos desta pesquisa: “as almas tristes precisam de um tirano para se propagar[...] o escravo e o tirano estão unidos pelo ódio à vida” (Espinosa *apud* Sawaia, 2018, p. 266). Este foi um dilema permanente ao escrever esta dissertação, pois ao mesmo tempo em que se analisa o mecanismo e os efeitos do racismo, ele está acontecendo em tempo real com nossas irmãs e irmãos. Comigo a história se repetiu, no meio do mestrado tive que trocar de unidade profissional por conta do racismo institucional. Quanto mais aprendemos, quanto mais estudamos, quanto mais ascendemos, mais veremos as estratégias de paralisar a população negra, estratégias essas que a classe dominante se empenha em fazer.

É um sofrimento porque incomodamos sem ser proposital. Somos julgadas sem cometer crime, somos punidas por uma imposição social que não suporta a população negra. Por ser uma situação aviltante, é necessário muito equilíbrio emocional e ter com quem contar para conseguir erguer a cabeça todos os dias porque não nos resta outra alternativa de viver a não ser sonhando e projetando um futuro promissor. Para Marx (*apud* Fanon, 2008, p.185) “a revolução social não pode obter sua poesia do passado, mas apenas do futuro”.

As narrativas das insubmissas servidoras públicas negras explicam que foi assumida a radicalidade da luta em defesa do antirracismo não como um ato marginal ou insubordinado como escreviam nos nossos processos de denúncia do racismo. O que essas mulheres enfrentaram e ainda enfrentam é o posicionamento contra práticas hegemônicas, anticapitalistas, pois não há solução para ter liberdade sem a derrota dos agentes da desigualdade. Foi como Moura (2019, p. 20) analisou: “As lutas dos escravos, como podemos ver, se não chegaram ao nível de modificar a estrutura, criando um novo modelo de ordenação social, foram, no entanto, um motivo de permanente desgaste do sistema.”

Por isso, meu retorno ao passado foi essencial para entender quais lutas foram possíveis realizar em um mundo tão hostil com a população negra. Ao me aproximar da trajetória familiar com a proposta de conhecer os aspectos básicos necessários para compreendê-los, cheguei aos problemas econômicos locais e constatee os desafios elementares da subsistência. Por meio da

oralidade foi possível realizar um levantamento das situações vivenciadas como: a naturalização do casamento infantil e precoce; o trauma da mortalidade infantil; a inexistência do saneamento básico; a ausência de políticas públicas para a agricultura familiar, a presença do patriarcado por meio do casamento arranjado; a banalização do trabalho infantil; o analfabetismo; a xenofobia e o racismo ambiental forçando as famílias a transitarem do rural para o urbano; os efeitos da migração nordestina sobre a minha família que buscou, assim como outras milhares de pessoas, sair da situação crítica da região nordeste em meados de 1970; e a importância dos estudos da ancestralidade para conhecer a formação cultural, econômica, política e social brasileira.

Quando trazemos para as pesquisas a dificuldade de encontrar as documentações ou registros dos familiares afrodescendentes esta situação aponta para que continuemos resgatando as memórias das famílias com o objetivo de reconstruir a história da população negra evitando o apagamento histórico da população negra.

Minha família é representativa do que as novas pesquisas das questões étnico-raciais estão estudando com mais profundidade, composta por uma geração de pardos que, por conta do apagamento cultural afrodescendente, vai ser branca ou negra dependendo das pessoas que a nomeiam.

O pardo tem dificuldade de assumir que é negro, mesmo porque as características são muito negativas e estereotipadas. O pardo não quer carregar esse fardo de assemelhar-se a uma pessoa que é tão discriminada. Mas, o pardo sabe que ele não é branco; quando na hierarquia do poder, ele/a não ascendeu econômica e politicamente porque ele/a não é branco/a. Desta forma ainda há um dilema identitário para a maioria dos/as brasileiros/as fruto da mestiçagem; há também novos desafios a percorrer nos estudos das questões étnico-raciais.

O presente estudo foi possível por meio de diversas conversas com parentes, e por meio das histórias orais, que tiraram as experiências ancestrais do apagamento e revelaram, por exemplo, histórias como da minha tataravó Castora que no século passado já usava maquiagem, pintava as unhas e usava roupas coloridas e esvoaçantes para partir daquela cidade minúscula no interior da Bahia até a cidade grande, São Paulo; não sei como, com qual meio de transporte, aquela insubmissa mulher foi e voltou. História como a da Joaquina, a outra tataravó, que caçada a laço por cachorros, por ser de origem indígena, foi estuprada, e mesmo sendo mãe solteira montou o primeiro negócio da família, um engenho de cana-de-açúcar, deixando como herança bens que são utilizados até hoje na continuidade de sua família. Por meio da oralidade de minha mãe sabemos que ela foi base de sustentação da nossa família, mesmo sendo “tratada como uma enxada”, escravizada pelo trabalho infantil, recebendo apenas alimentação como

remuneração. Ela, após o casamento, assumiu uma tripla jornada de trabalho, mas rompeu com a submissão aos homens quando conquistou sua autonomia e suas escolhas após a separação do meu pai. Aqui, mais uma vez, identificamos que a liberdade coloca a sujeita em uma condição mais favorecida e aponta para um caminho de uma vida alternativa com outras formas de sociabilidade.

“Nossos passos vêm de longe”, uma frase da Jurema Werneck (2010, p.1) que diz muito do significado da escolha de entrelaçar a história oficial com a memória familiar que é tão similar a outras tantas histórias de famílias e mulheres descendentes da diáspora africana. Ainda estamos no processo de descoberta de tantas outras novas histórias do nosso povo que foi escondido, apagado, negligenciado. Da mesma autora, em um artigo Werneck (2010, p.1) começa dizendo que: “As mulheres negras não existem!”. É uma frase chocante ao iniciar a leitura, mas eu entendi ao escrever a minha história familiar. As nossas mulheres negras foram lançadas a própria sorte, ausentes de direito e desvalorizadas pela sociedade. No entanto, essas mesmas mulheres da miséria são as avós e as mães que oportunizaram suas filhas, como eu, como as entrevistadas da pesquisa, a acessarem a universidade e alcançarem melhores condições de vida. Por isso, a importância das ações afirmativas para que a equidade das raças seja algo possível no presente e no futuro.

As mulheres negras ainda se submetem aos caprichos de mulheres brancas, são tratadas de forma diferente e são a base de sustentabilidade para a organização da vida e ascensão profissional de mulheres brancas. Por essas questões, é inaceitável que nos locais de trabalho onde exista uma horizontalidade das posições de trabalho as mulheres negras sejam tratadas como inferiores, ou provocadas a abandonar seus postos por insubordinação à branquitude como pudemos verificar nas várias narrativas das servidoras.

Por conta deste raciocínio, chegamos à conclusão de que a experiência de ser mulher negra é diferente da experiência da mulher branca, significa que temos outras perspectivas analíticas para as nossas particularidades. Existe, de forma incontestável, uma desigualdade de gênero por raça/cor.

Constatamos que as pessoas não nascem racistas, elas se tornam racistas. Significa dizer que as tradições, os costumes, os hábitos foram viajando no tempo sem se dissolverem, principalmente quando se trata de racialização. A população negra é vista hoje como era vista no passado. Na medida em que uma geração passa para a outra que existe distinção entre as raças, todas as instituições ficam permeadas desta classificação absurda de discrepância racial. Apontamos como necessário, forte investimento na educação e na cultura como estratégia de

descolonizar o pensamento eurocêntrico, para serem apresentadas às novas gerações a diversidade do mundo e as diversas etnias do nosso país.

Por constatarmos que o racismo científico e as ideias eurocêtricas distorceram o que significa ser negro/a, trabalhamos na pesquisa com outras perguntas como forma metodológica de chegar à realidade, interessadas em destacar sob quais condições o racismo opera e capilariza as discrepâncias das raças. Para isso foi necessário olhar para nossa própria história, como ocorreu no capítulo 3, e também extrair das narrativas a forma pela qual o racismo institucional funciona e quais são os mecanismos utilizados para ele se concretizar. Demonstramos com isso as implicações das violências institucionais presentes na vida de servidoras negras.

O estudo apontou que a branquitude se abstém de um olhar crítico sobre as violências impetradas aos servidores públicos negros, mantendo um pacto silencioso sobre o racismo institucional.

No cotidiano de trabalho apareceram as desigualdades de tratamento das servidoras brancas para com as servidoras negras; as desigualdades de oportunidade de ascensão profissional ou da carreira; o excessivo questionamento da qualidade profissional; o preterimento e o silenciamento dos/as parceiros/as de trabalho; a falta de solidariedade; a perseguição política; as punições e humilhações; os barramentos de acesso a outros setores da instituição; o impedimento do exercício profissional; a falta de ética e o comprometimento moral de algumas equipes. Todas as situações complexas e violentas que afetaram de forma significativa as servidoras que expressam até hoje não terem se recuperado da violência racial e institucional.

Foi o que nossa pesquisa evidenciou a partir das narrativas das sujeitas entrevistadas. As mulheres negras têm dificuldade de ser quem elas são: “o negro, em determinados momentos, fica enclausurado no próprio corpo” (Fanon, 2008, p.186). Seria como necessitar utilizar uma máscara branca para conseguir circular nas relações sociais, como afirma Hegel (apud Fanon, *idem*) “ser para-o-outro” porque assim não poderá ser julgada ou malvista. Para a branquitude somente é aceitável a “negra que é negra” no modelo criado, ou seja, aquele cujas características ainda são coloniais, como manter-se servil e obediente. Optando por ser ela mesma, descolonizada, a mulher negra precisará se preparar para defender-se dos ataques racistas. “Para um ser que adquiriu a consciência de si e de seu corpo, que chegou à dialética do sujeito e do objeto, o corpo não é mais a causa e a estrutura da consciência, tornou-se objeto da consciência.” (*idem*). De fato, é atormentador ser negro/a, vivemos em um permanente mal-estar porque temos esta cor. No entanto, entendemos que é uma escolha de vida nas condições que nos são dadas.

Debate-se bastante o papel da mulher na sociedade, entretanto, como disse Angela Davis (2018 *apud* Rios, Santos e Ratts, 2023, p. 150), as mulheres são o pilar de sustentação do mundo: “deve envolver uma consciência em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colonialidades, as capacidades físicas, a mais gêneros do que jamais imaginamos, a mais sexualidades do que pensamos nomear”.

Essa afirmação coincide com as histórias narradas pelas entrevistadas e minha escrevivência que revelaram o poder transformador das mulheres negras, pois apesar de viverem em contextos de discriminações buscam saídas para seus aprisionamentos objetivos e subjetivos. As servidoras públicas exercem a desalienação, na medida em que não aceitam as instituições como elas estão, se colocam insubordinadas aos racistas, sexistas e classistas. Constatamos que as entrevistadas, apesar das violências às quais foram submetidas, e sem a ingenuidade de que não serão mais racializadas, optaram por fortalecer o quilombo de afeto e resistência, e se manterem junto ao coletivo de servidoras negras que protagonizam a luta antirracista dentro da prefeitura de São Paulo.

Esta atitude é uma verdadeira guerra, estratégias são construídas para sobreviver à barbárie, e infelizmente suas narrativas indicam que estão feridas, as lágrimas caíam dos seus olhos, revelando-se a dor. Cada uma optou por um tipo de autocuidado e autorrecuperação, salvaguardados os devidos cuidados com seus adoecimentos, elas ainda acreditam na organização política contra-hegemônica e decolonial.

Verificamos que o fluxo de denúncias das situações de violência no trabalho ainda se encontra desarticulado, com falta de informação e comunicação apropriada sobre como os/as servidores/as podem relatar as discriminações institucionais. Reparamos que as pessoas que atuam junto ao processo de apuração são desconhecedoras do que é o racismo institucional, realizando pareceres que mais culpam as servidoras negras por apresentarem “o problema” do que garantiram o interrompimento das opressões. Aprimorar o sistema do processo administrativo dentro da SMADS é de suma importância para que as vítimas se sintam respeitadas e a justiça social seja realizada. Identificamos que a impunidade por meio dos casos que acabam “não dando em nada” afasta e desestimula as vítimas a realizarem novas denúncias, reforça o estigma de encenqueiras e equivocadas levando essas servidoras negras ao desgaste mental.

Por isso, não ficamos surpresas quando a SMADS e a prefeitura de São Paulo apresentam números que demonstram a falta de equidade entre os servidores públicos, pelo número pequeno de mulheres negras em cargos de chefias e gestão, que sinaliza o racismo institucional constituído na estrutura.

Apoiada por diversos autores que estiveram nesta pesquisa, é possível afirmar que na SMADS realiza-se o pacto da branquitude articulado com funcionários/as não negros/as com o objetivo de proteger suas posições na hierarquia institucional. Para isso, utilizam do silenciamento, da omissão das situações de violência, forjando e fingindo não saber o que é o racismo e como ele opera para inclusive dizer que não estão apropriados ao debate porque não são negros/as. Utilizam-se de narrativas disfarçadas de ajustes das funcionárias como forma de fragilizar as servidoras, retirando o melhor delas e das suas habilidades profissionais. Utilizam-se de mecanismos de cerceamento, isolamento, humilhação e descrédito na intenção de bloquear as suas ascensões profissionais e a manifestação de seus conhecimentos. Essas questões ficaram transparentes nas narrativas e nos resultados da pesquisa.

O fato de a pesquisa de campo ocorre com ativistas, servidoras negras, da mesma instituição, foi uma opção pensando na construção do conhecimento a partir de um contexto muito semelhante: as violências de trabalho e o racismo institucional a que fomos submetidas. O fato de estarmos comprometidas com a defesa dos direitos humanos fez de nós alvo principal de ataques da gestão. Concluímos que o racismo é um processo de dominação social, econômica, política. Esta pesquisa partiu do sofrimento de ser negra no ambiente de trabalho para explicar o racismo institucional. No entanto, os resultados podem ser uma arma destruidora da alienação e das falsas ideologias das discrepâncias e das discriminações raciais.

As unidades de CRAS e CREAS se apresentaram como um ringue invisível e lugar de muitas disputas onde foi evidenciado o racismo institucional. Por serem locais de grande hostilidade, as servidoras públicas foram acometidas pelo desgaste mental envolvendo depressão, síndrome de burnout, estresse pós-traumático e outros adoecimentos. As servidoras foram apartadas do conjunto dos/as outros/as trabalhadores/as como forma de demonstrar aos outros que elas não seriam pessoas preparadas para conviver no trabalho. Sem dúvida alguma, essa é uma das piores violências, já que impede os relacionamentos e deixa as servidoras sozinhas, sem chance de conseguirem desenvolver suas atividades. Nota-se que, por assumirem escolhas políticas anticapitalistas e antirracistas, as ativistas são vistas como perigosas e desta forma passaram a ser vigiadas e perseguidas de forma persistente e violenta.

O fato de as denúncias de racismo institucional não terem os devidos encaminhamentos e responsabilização dos agressores, mas apenas a remoção das próprias vítimas do setor em que trabalhavam, apareceu nos relatos como uma injustiça e a única “solução” para eliminar os conflitos. Porém, o rompimento dos vínculos com usuários, com colegas de trabalho, com a escolha de território para trabalhar gerou grande fonte de ansiedade e sentimentos de decepção, raiva, indignação.

Constatamos que o Sindsep, um sindicato próximo da categoria de assistentes sociais, também sofre com o refluxo dos servidores públicos que, ao não conseguirem mobilizar as pessoas para o enfrentamento político, reduz consideravelmente a força necessária para transformar o estado das coisas. No dia-a-dia servidores/as alegam falta de tempo para participar dos coletivos por conta das demandas individuais da própria vida. Com isso fragiliza-se o combate ao racismo institucional e outras defesas das condições de trabalho da classe trabalhadora por não conseguirem um contingente de luta contra o sucateamento dos serviços públicos e contra o racismo institucional.

A pesquisa evidenciou que há um sistema constante de barramento imposto pelo poder dominante com o objetivo de fazer com que a população negra não consiga transpor os impedimentos para fazer parte da organização, da estruturação de uma melhor condição de vida. E esses bloqueios são construídos com o objetivo de retirar a humanidade dos/as negros/as, como descreve Moura (2019, p. 30):

[...]bloqueios estratégicos que começam no próprio grupo familiar passam pela educação primária, a escola de grau médio até a universidade; passam pela restrição no mercado de trabalho na seleção de empregos no nível de salários em cada profissão na discriminação velada em certos espaços profissionais; passam também nos contatos entre sexos opostos nas barreiras aos casamentos interétnicos e também pelas restrições múltiplas durante todos os dias meses e anos que representam a vida de um negro.

Quando materializamos esses barramentos ocorrendo no cotidiano, o racismo vai ficando nítido, ele se desnuda na nossa frente, é uma condição que a nossa percepção apura, algo que a negritude consegue enxergar, mesmo porque são situações recorrentes com negros, nunca com brancos. Como essa dimensão é subjetiva, a responsabilização pelos atos e práticas racistas fica sem provas materiais da violação dos direitos, condição que o poder judiciário ainda precisa melhor estudar, se pretende fazer justiça.

Não foi possível trazer todas as entrevistas integralmente ao estudo; porém, ao ouvir as vozes que são constantemente apagadas, as histórias das entrevistadas eram similares às minhas, relatadas no capítulo 2. As memórias das situações vivenciadas a partir da infância, as primeiras experiências no mundo do trabalho até chegar ao espaço público como servidoras públicas.

De forma geral, as entrevistadas disseram que as primeiras experiências racistas ocorreram quando crianças dentro das primeiras instituições onde se davam suas relações pessoais. O racismo descrito por elas pareceu muito similar à minha história quando suas famílias também migrantes fugiram da fome com um sonho de que em São Paulo teriam melhores oportunidades. Evidenciou-se a mesma situação de membros da família trabalharem

em subempregos, e as mães trabalharem em atividades de cuidado com o/a outro/a, como babás, empregadas domésticas e cozinheiras. Todas disseram que cresceram imersas no mito da democracia racial, acreditando que não havia diferenças entre as pessoas.

As primeiras percepções das discriminações chegaram por meio dos estereótipos e do racismo recreativo, que apareceram no ambiente escolar, e que para todas as entrevistadas foram as maiores lembranças preservadas do preconceito e de serem vistas como diferentes fora de um padrão imposto. Para duas delas, a escola foi um espaço institucional de extrema violência.

Todas sonharam com uma ascensão social através da entrada no Serviço Público. A questão de estabilidade era algo esperado por todas. Confessaram que o sonho se tornou pesadelo quando começaram a sofrer o racismo institucional. Apenas duas delas se perceberam racializadas antes de entrar na prefeitura, as outras, como eu, entenderam o racismo institucional a partir do trabalho na SMADS.

Outra questão relevante foi o fato de que as servidoras públicas se relacionaram no mesmo cenário político, econômico das instituições precarizadas e superexploradas. De forma geral, a gestão do trabalho na SMADS mantém rotineira a prática do assédio moral como mecanismo de controle das trabalhadoras e como forma de dominar as equipes, já que a política pública executada no município não é suficiente para realizar a proteção social dos usuários da Assistência Social de forma universal.

Como o cenário era aparentemente horizontal, as primeiras situações foram nomeadas como assédio moral porque as características opressoras são praticamente iguais. No entanto, todas foram unânimes em afirmar que as agressões eram mais perversas por elas serem negras. Os quesitos gênero, cor e raça foram determinantes para que chefias e outras servidoras se sentissem autorizadas a oprimir.

O racismo é uma realidade violenta e suas expressões e mecanismos funcionam na prefeitura de São Paulo como um modelo de gestão que mantém os privilégios da supremacia branca com base no pacto da branquitude. Pratica-se o racismo aversivo como estratégia de falsear o preconceito e a discriminação, pois há um medo de que a sociedade descubra que não são antirracistas.

Na pesquisa ficou comprovado que a gestão do trabalho na SMADS é extremamente precária, estão muito atrasados em relação a modelos que possam tornar as pessoas mais cooperativas e com mais autonomia. A intensificação da precarização do trabalho tem transformado as relações sociais dentro de uma estrutura cada vez mais fragmentada, transformando os servidores em tarefeiros da burocracia. Estas novas configurações nas

relações de trabalho promovem o esgarçamento do convívio e instalam as violências de trabalho e a competição entre trabalhadores/as, fragilizando a ética profissional, a reciprocidade, o respeito, o vínculo, a confiança, além de diversas disputas e conflitos. Olhamos este cenário como muito grave, pois a solidariedade de classe é o apoio de que todos os trabalhadores necessitam para se manterem na luta por melhores condições de trabalho.

Para funcionar, o modelo de gestão no sistema de privilégio e domínio e os estereótipos são incentivados e compartilhados para criar uma onda de medo dos/as negros/as. Nas narrativas das sujeitas, foi possível observar que as servidoras públicas negras foram marcadas com estigmas falsos e reconhecidas como um problema. As táticas de opressão são modernizadas, mas os mecanismos ainda são os mesmos utilizados nas colônias. Quando queriam demonstrar o tipo de escrava, marcava-se os corpos das mulheres com fogo sinalizando seu estigma. Nós fomos marcadas e feridas na nossa dignidade humana. Nossos inimigos nos observam e percebendo que éramos vocacionadas para a profissão de assistentes sociais, todas nós fomos discriminadas, isoladas, perseguidas, apagadas.

Os estigmas destinados a nós mulheres negras permanecem como cicatrizes. Podem até ser minimizados, mas permaneceram acompanhando as servidoras para as outras unidades. Por isso, concordamos com a afirmação de Silvio Almeida (2019) de que o racismo é estrutural e se manifesta nas diversas instituições, não havendo escapatória para nós negras.

Como Cida Bento (2002, p.20) afirma: “O racismo só pode ser praticado pelo poder dominante”. E o impedimento do avanço racista são as organizações coletivas e a solidariedade de classe. Para Faustino (2021, p. 469), utilizando algumas análises de Hegel, a reciprocidade e a solidariedade só são possíveis entre sujeitos da mesma espécie. Ou seja, os pactos estão ocorrendo, tanto para negros como para brancos, mas os resultados do “cabo de guerra” dependerão da consciência de si e de todos.

Clóvis Moura (2019), que esteve presente na pesquisa em todos os capítulos, é pragmático ao afirmar que compartilha da mesma tese do Malcom X indicando que enquanto o sistema capitalista não for superado não teremos a extinção das discriminações de raça. Nós negros/as somos descendentes do radicalismo, das lutas e das guerras que protegiam nossas terras de origem, nossas famílias contra invasores, fomos nós que organizamos o fim da escravidão, comparecemos nas principais greves e movimentos democráticos e de reivindicação da classe trabalhadora, ou seja, a rebelião está na nossa constituição. Para o sociólogo precisamos sair da teia imaginária que nos prende à subalternidade no sentido de nos reposicionar junto com toda classe trabalhadora para exterminar o capitalismo dependente brasileiro e o imperialismo no mundo.

O pensador Karl Marx já nos aponta que é possível transformar esse caminho da prisão da servidão na organização política e coletiva em ações radicais “mediante uma prática política classista de que o sujeito é o núcleo duro” (Bader Sawava, 2018, p. 272).

Neste sentido, Fanon (2008, p.131) nos incentiva a utilizar instrumentos de desalienação que poderão ser adotados por ambas as raças: “serão desalinhados pretos e brancos que se recusarem a enclausurar-se na torre substancializada do passado”. Com isso, seria possível escalarmos para outras formas de relacionamento que possam eliminar todas as formas de opressão.

Esses intelectuais que se colocaram a observar a classe trabalhadora e a população negra nas suas relações de sociabilidade e de trabalho apontam que, independentemente das estratégias que usamos, elas só terão chances de se concretizarem se estivermos todos juntos em uma grande coletividade.

Como puderam notar, a escrevivência contribuiu como uma ferramenta de pesquisa epistêmica decolonial, onde a escrita é coletiva apesar da reelaboração pessoal que eu como pesquisadora tentei realizar.

Tal processo de consciência de si é essencial para todos os negros e negras, pois é somente a partir de tal conquista que podem ser gerados os necessários desdobramentos para o exercício pleno da cidadania.

Notamos que nas relações de trabalho das entrevistadas muitos/as negros/as, apesar de sofrerem o racismo e seus efeitos, não sentiam o peso da racialização por terem até pouco tempo naturalizado as violências raciais e não perceberem que determinadas práticas são racistas. Entendemos que o momento tem sido favorável para acabar com o mito da democracia racial, pois muitos estudos e pesquisas começam a se multiplicar quando as redes sociais e a grande mídia também propagam informações que atingem um maior número de pessoas.

A intelectual Marilena Chauí, citada por Bader Sawaia (2018, p. 275), faz a seguinte pergunta filosófica: “O que está e o que não está em nosso poder?”. Segundo ela nós estamos patinando nesta resposta. E Sawaia (2018, p. 275) responde chacoalhando nossas mentes, para afirmar que só é possível transformar o impossível em possível se juntarmos nossos potenciais individuais em prol de um coletivo organizado “que permita se expressar no espaço público”. Ou seja, se não estivermos todos juntos e misturados na luta de dominados e dominadores, ou colonizadores e colonizados, não conseguiremos chegar a um bom lugar e nem ver o mundo transformado. No entanto, há uma observação importante da intelectual: “a potência não se desenvolve em si, mas ela depende das afecções que o indivíduo sofre nos encontros permitidos pelo cotidiano em que se vive.” (p. 274).

Esse é o tempo de despertar, como sabiamente Lélia Gonzalez (2020, p.85) nos chama atenção:

Nas sociedades de classes, a ideologia é uma representação do real, mas necessariamente falseada, porque é necessariamente orientada e tendenciosa – e é tendenciosa porque seu objetivo não é dar aos homens o conhecimento objetivo do sistema social em que vivem, mas, ao contrário, oferecer-lhes uma representação mistificada desse sistema social, para mantê-los em seu ‘lugar’ no sistema de exploração de classe.

Almejo que este esforço na busca de relatar e descrever os mecanismos opressores do racismo institucional impulse novas reflexões, novas pesquisas que se transformem em insumos para a luta por uma reparação histórica de reconhecimento dos povos de negros/as.

Eu quero viver algo novo
Faz meu coração arder de novo
Fazendo todo medo desaparecer
Trazendo sobre mim um novo amanhecer
Eu quero viver algo novo
(Grupo Kemuel, 2020).¹³⁹

¹³⁹GRUPO KEMUEL. Algo Novo. [Compositores: Beresix / David Marx / Heric Tolentino]. **Letras**, 2020. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/coral-kemuel/algo-novo-part-lukas-agustinho/>. Acesso em: 26 mar. 2024.

REFERÊNCIAS

- A CARTA de Pero Vaz de Caminha. 1500. Ministério da cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Disponível em: https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 27 set. 2023.
- A VOZ DA MULHER NO TELEMARKETING VENDE MAIS. **Terra**, 5 mar. 2020. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/dino/a-voz-da-mulher-no-telemarketingvendemais,5952276a6043119547cc5ac06048db52ts1igox4.html?utm_source=clipboardhttps://www.terra.com.br/noticias/dino/a-voz-da-mulher-no-telemarketingvendemais,5952276a6043119547cc5ac06048db52ts1igox4.html?utm_source=clipboard. Acesso em: 1 mar. 2023.
- AKERMAN, W. Análise da Lei n. 14.532 e da tipificação, como racismo, da injúria racial. **Conjur**, 30 jan. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-jan-30/william-akerman-tipificacao-racismo-injuria-racial/>. Acesso em: 17 out. 2023.
- ALMEIDA, S. L. de **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte, Letramento, 2018.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural: feminismos plurais**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019. 264 p. Disponível em: https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.
- ALMEIDA, S. L. de. Racismo. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. In: CAMPILONGO, C. F.; GONZAGA, A. A. e FREIRE, A. L. (coord.). **Tomo: Teoria geral e filosofia do direito**. São Paulo: PUC, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/92/edicao-1/racismo>. Acesso em: 14 out. 2022.
- ALVES, L. D. O conceito de racismo institucional no âmbito da formação acadêmico-profissional do serviço social. **Cadernos do Lepaarq**, v. 16, n. 31, 2019. p. 94-106. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarq/article/view/14740>. Acesso em: 23 fev. 2024.
- AMIN, S. Culturas tributárias centrais e periféricas. In: AMIN, S. **Eurocentrismo: crítica de uma ideologia**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021. cap. 1, p. 19-79.
- ANDRADE, C. B. Assédio Moral no trabalho, gênero, raça e poder: revisão de literatura. **Rev. Bras. de Saúde Ocupacional**, v. 43, p. e11, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/4jH9bBbXyBr49hXPqTJMjTs/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- ANGELOU, M. **Eu sei por que o pássaro canta na gaiola**. Bauru, SP: Astral Cultural, 2018.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, n. 123, p. 407 - 427, jul. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/cbc3JDzDvxTqK6SDTQzJJLP/#>. Acesso em: 10 out. 2023.

ARAUJO, W. P. Marx e a indústria 4.0: trabalho, tecnologia e valor na era digital. **Revista Katálisis**, v. 25, n. 1, p. 22–32, jan. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/kQHYDzr9wpjWSMWjhpQGnWd/#>. Acesso em: 23 fev. 2024.

ARQUIVO NACIONAL. **O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2023. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/>. Acesso em: 16 nov. 2023.

ARREGUI, C. A pesquisa como princípio e condição para a construção do conhecimento e para o trabalho profissional. In: KOGA, D. ARREGUI, C. **Construção do conhecimento em Serviço Social: entre periferias, territorialidades, narrativas, experiências e cartografias**. São Paulo: EDUC, 2021.

AS DIFICULDADES DA POPULAÇÃO NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO. **Boletim DIEESE**, ed. esp. Dia da Consciência Negra, 20 nov. 2023.

ASSISTENTES Sociais no combate ao racismo. Brasília, DF: CFESS, CRESS, 2017. Disponível em: <https://servicosocialcontraracismo.com.br/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

AUGUSTO, H. A.; RIBEIRO, E. M. O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: um enfoque bibliográfico. **Organ. rurais agroind.**, Lavras, v. 7, n. 2, p. 199-208, 2005.

BANNERJI, H. Construindo a partir de Marx: reflexões sobre “raça”, gênero e classe. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 2079–2101, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/63501>. Acesso em: 27 set. 2023.

BARRETO, L. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Ediouro, 1997.

BARRETO, M.; HELOANI, R. Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 544-561, jul./set. 2015.

BARROCO, M. L. S. Direitos Humanos em face do conservadorismo neoliberal e do facismo. In: SILVA, A. A. da; PAZ, R. D. O. da. (org.). **Políticas públicas e direitos sociais no contexto da crise capitalista contemporânea**. São Paulo: Paulinas, 2020.

BAUMFREE, I. Sojourner Truth. Portal Geledés, 23 maio 2009. Site. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. **CEERT**. Disponível em: branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf (ceert.org.br). Acesso em: 14 abr. 2022.

BHATTACHARYA, T. O que é teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, 2019. p. 100-113. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.

BOCHINI, B. População negra encarcerada atinge maior patamar da série histórica. Agência Brasil. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/populacao-negra-encarcerada-atinge-maior-patamar-da-serie-historica>. Acesso em: 19 out. 2023.

BOCK, A.; GONÇALVES, M. G.; FURTADO, O. (org.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2009

BRANDÃO, F. S.; CEOLIN, A. C.; GIANEZINI, M.; RUVIARO, C. F.; DIAS, E. A.; BARCELLOS, J. O. J. Orientação para mercado externo do café brasileiro. **Coffee Science, Lavras**, v. 7, n. 3, p. 275-283, 2012.

BRASIL **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1940.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Bem viver: saúde mental no Ministério Público: relatório final**. Brasília: CNMP, 2021. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/saude_mental/images/downloads/Relatorio_Final.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 27 set. 2023.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Lei n. 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Altera a Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ... **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm. Acesso em: 1 abr. 2023.

BRASIL. Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 6 jan. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. FERNANDES, A. *et al.* Educação para as relações étnico-raciais. In: MORAES, C.

C. P.; LISBOA, A. S.; OLIVEIRA, L. F. **Educação para as relações étnico-raciais**. 2. ed. Goiânia: FUNAP: UFG/CIAR, 2012. p. 25-80.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada. **Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília, DF: MEC: SECAD, 2006. 262 p.

BUTLER, J. A força da não violência. **TV Boitempo**. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6DceyjMKel4&t=172>. Acesso em: 27 set. 2023.

CAETANO, E. Na Flup, Nêgo Bispo e Conceição Evaristo mostram por que os saberes ancestrais pautam a intelectualidade hoje. [S. l.]. **Nonada**, 17 out. 2023. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2023/10/na-flup-nego-bispo-e-conceicao-evaristo-mostram-porque-os-saberes-ancestrais-pautam-a-intelectualidade-hoje>. Acesso em: 11 fev. 2022.

CAMMAROTA, L. **Imigrantes nas cidades no Brasil do século XX**. São Paulo: Atual, 2007.

CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. In: CANDIDO, A. **Textos de intervenção**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 11-42

CANDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

CARDOSO JÚNIOR, J. C.; SILVA, F. A. B da; AGUIAR, M. F. de; SANDIM, T. L. (org.). **Assédio institucional no Brasil**: avanço do autoritarismo e desconstrução do Estado. Brasília, DF: Associação dos Funcionários do Ipea: EDUEPB, 2022. Disponível em: <https://afipeasindical.org.br/content/uploads/2022/05/Assedio-Institucional-no-Brasil-Afipea-Edupb.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

CARDOSO, A. S.; VALÉRIO, I. D.; RAMOS, C. I.; MACHADO, K. P. Casamento infantil no Brasil: uma análise da Pesquisa Nacional de Saúde. **Ciê. Saúde coletiva**, v. 27, n. 2, p. 417-426, fev. 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/zxRcykHLwb5cb7PbCwCg7rH/#>. Acesso em: 6 jan. 2024.

CARLOS, E. **Tanhaçu – BA**. CISUDOESTE, 2023. Disponível em: <https://cisudoeste.ba.gov.br/historia/>. Acesso em: 9 set. 2023.

CARNEIRO, S. Uma fala de Sueli Carneiro. **Portal Geledés**, 29 jul. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/uma-fala-de-sueli-carneiro/>. Acesso em: 13 out. 2023.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.

CINTURA FINA. [Compositor]: Luiz Gonzaga, Zé Dantas. [Intérprete]: Luiz Gonzaga. 1950. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/67896/>. Acesso em: 9 set. 2023.

CORDEIRO DUARTE, C. L.; CÔRTEZ, C.; PEREIRA, M. R. A. (org.). **Escrevivências**: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo. Belo Horizonte, Idea Editora, 2016.

CORREIA, A. N. S. O silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social Brasileiro. In: MARTINS, T. C. S.; SILVA, N. F. (org.). **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social**. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2020.

CRENSHAW, K. A. interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: CRENSHAW, K. A. **Cruzamento: raça e gênero**, Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf. Acesso em: 19 maio 2023.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 fev. 2024.

DEGENSZAJN, R. R. Polêmicas teóricas na análise marxiana do trabalho no Serviço Social. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, n. 41, v. 16, p. 154 – 170, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/36691>. Acesso em: 23 fev. 2024.

DELGADO, L. de A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, [S. l.], v. 6, 2009. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62>. Acesso em: 11 mar. 2023.

DESLANDES, S. F *et al.* (org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DEVULSKY, A. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DIANGELO, R. **Fragilité blanche: ce racisme que les blancs ne voient pas**. Paris: Les Arènes, 2020.

DIANGELO, R. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas**. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DIAS, A. H. C. “A guerra está declarada. Os que estão do lado de lá, que se cuidem”: jovem guarda e mpb tensões e desacertos. **Revista Escritas**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 209-228, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/2503>. Acesso em: 27 set. 2023.

DISTANTE, C. **Memória e Identidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998. Tempo Brasileiro, n. 95.

DOS SANTOS, W. A. Cangaço: um movimento social. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, feb. 2018. ISSN: 2254-7630. Disponível em: [187765891.pdf](https://core.ac.uk/doi/pdf/10.17765/2254-7630.187765891) (core.ac.uk). Acesso em: 11 mar. 2023.

DU BOIS, W. E. B. **The Negro**. Londres: Oxford University Press, 1970.

DUARTE, C. L.; NUNES, I. R (org.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

ESTUDO DO IBGE mostra o tamanho do desafio do Brasil para superar a desigualdade racial. **Jornal Nacional**. G1, Notícias, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/11/11/estudo-do-ibge-mostra-o-tamanho-do-desafio-do-brasil-para-superar-a-desigualdade-racial.ghtml>. Acesso em: 19 maio 2023

ETCHEVARNE, C. A. Presença tupi em tucum, município de Tanhaçu, Bahia: urna funerária e outros materiais arqueológicos. **Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio**, v. 1, p. 03-22, 2020. Disponível em: https://fundacaoparanabuc.org.br/arquivo/8ea11_Artigo_1_C.Etchevarne_Noctua%202020_1.pdf. Acesso em: 4 out. 2023.

EUGÊNIO, B. G.; LIMA, K. D. de. Construção da identidade na comunidade remanescente quilombola do Tucum-Ba. **Poiésis**, Tubarão, v. 8, n. 13, p. 203 - 222, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/2256/1632>. Acesso em: 9 set. 2023.

EURICO, M. C. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018.

EURICO, M. C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 114, p. 290-310, abr./jun. 2013.

EURICO, M. C. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. **Revista ser social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 414-427, 2017.

EVARISTO, C. A escrivência serve também para as pessoas pensarem. [Entrevista concedida ao] Itaú Social, São Paulo, 9 nov. 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 1 mar. 2023.

EVARISTO, C. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: BARROS, N. M. de; SCHNEIDER, L. (org.). **Mulheres no mundo**: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Idéia, 2020. Disponível em: <https://www.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/letras-1/mulheres-no-mundo-etnia-marginalidade-e-diaspora-2a-edicao/vol-05-mulheres-no-mundo-final.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2023.

EVARISTO, C. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, C. **Trecho do poema de recordação e outros movimentos**, 2008.

EVARISTO, C. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

FANON, F. Desventuras da consciência nacional. In: FANON, F. **Os condenados da terra**. cap. 3. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/fanon/1961/condenados/03.htm>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FANON, F. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Sá de Costa, 1969.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FANON, F. Racismo e cultura. **Présence Africaine**, juin./nov. 1956. Texto da intervenção de Frantz Fanon no 1. Congresso dos Escritores e Artistas Negros em Paris, em setembro de 1956. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/convergenciacritica/article/view/38512>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FAUSTINO, D. A “interdição do reconhecimento” em Frantz Fanon: a negação colonial, a dialética hegeliana e a apropriação calibanizada dos cânones ocidentais. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 33, n. 59, 2021a. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/28065>. Acesso em: 13 jul. 2023.

FAUSTINO, D. A universalização dos direitos e a promoção da equidade: o caso da saúde da população negra. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3831- 3840, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DjfyCT7p7vppXr6HLwvbgjD/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FAUSTINO, D. M. **Por que Fanon? Por que agora? Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FAUSTINO, D. M.; ROSA, M. D. O mal-estar colonial: racismo, indivíduo e subjetivação na sociabilidade contemporânea. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/VGTsw7XmBqRfzFjZxXckJTh/#>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FAUSTINO, D. O Brasil teria de ser branco e capitalista. In: MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. cap. 4, parte 3. Disponível em: https://drive.google.com/folderview?id=1TapvVE_w7R6EGb8HAye2lraIq9FJ_k7B. Acesso em: 15 mar. 2022.

FAUSTINO, D. O negro, o drama e as tramas da masculinidade do Brasil. **Revista Cult**, 7 fev. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-negro-o-drama-tramas-da-masculinidade-no-brasil/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo, Raízes da América, 2022.

FELISBERTO, F. Escrivivência como rota de escrita acadêmica. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R (org.). **Escrivivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FERNANDES, L. **De norte a sul e do sul a outros destinos**: a presença e mobilidade nordestina no município de Maringá. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

FERNANDES, L. Novos olhares sobre a presença nordestina no município de Maringá e norte do Paraná. In: ROMPATTO, M.; GUILHERME, C. A.; CRESTANI, L. de A. **História do Paraná**: migrações, política e relações interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do estado. Toledo: Editora Fasul, 2016. Disponível em: <https://www4.fag.edu.br/editora-fasul/e-books/livro41.pdf>. Acesso em: 9 set. 2023.

FERRARA, J. A. O eu que se narra: As literaturas de si e a construção do sujeito. In: **Revista Phila- Filosofia, Literatura & Arte**, v. 1, n. 1, fev. 2019.

FIGUEIREDO, C. **Racismo institucional**: histórias de dor, adoecimento e silenciamento. São Paulo: Sindsep, 2021. Disponível em: <https://sindsep-sp.org.br/noticias/funcionalismo/racismo-institucional-historias-de-dor-adoecimento-e-silenciamento-6273>. Acesso em: 6 ago. 2022.

FILHO, I. G. M. **500 anos de História do Brasil**. São Paulo: Ed. LTR, 1999.

FOLHAPRESS. **A portuguesa Grada Kilomba na Pinacoteca**. 2019. Disponível em <https://folhapress.folha.com.br/foto/13986729>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FONSECA, W. L. *et al.* Causas e consequências do êxodo rural no nordeste brasileiro. **Nucleus**, v. 12, n. 1, abr. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Gioto-Ghiarone-Terto-E-Sousa/publication/353243084_CAUSAS_E_CONSEQUENCIAS_DO_EXODO_RURAL_NO_NORDESTE_BRASILEIRO_CAUSES_AND_RURAL_EXODUS_AFTERMATH_IN_NORTHEASTERN_BRAZIL/links/60eee5f616f9f31300820857/CAUSAS-E-CONSEQUENCIAS-DO-EXODO-RURAL-NO-NORDESTE-BRASILEIRO-CAUSES-AND-RURAL-EXODUS-AFTERMATH-IN-NORTHEASTERN-BRAZIL.pdf. Acesso em: 27 set. 2023.

FORNAZIER, T.; GONÇALVES, G.; FAVARO, T. “Em passos firmes, linha reta”: lutas antirracistas e o trabalho profissional de assistentes sociais. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 1, p. 118–138, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/qT37hkpjDH4JxTrDgQBwTNN/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 27 set. 2023.

FOUCAULT, M. **Subjetividade e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016. p. 13.

GELEDÉS - INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Racismo Institucional**: uma abordagem conceitual. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.

GENERA. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.genera.com.br/>. Acesso em: 9 set. 2023.

GHOSH, P. Por que crânio descoberto na Etiópia pode mudar o que sabemos sobre evolução humana. **BBC News**, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49507708>. Acesso em: 15 ago. 2023.

GLOSSÁRIO ANTIRRACISTA: história da disputa. São Paulo: Sesc Florêncio de Abreu, 2021. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/glossario-antirracista-versao_final.pdf. Acesso em: 9 set. 2023.

GÓES, W. L.; FAUSTINO, D. (En)Capitalism and racism in the Longue Durée: an analysis of their reflexive determinations. **Agrarian South: Journal of Political Economy**. Feb. 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/22779760211073683>. Acesso em: 15 mar. 2022.

GÓES, W. L. Introdução: o conceito de raça e o movimento eugenista como expressão do conservadorismo. In: GÓES, W. L. **Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro**: a proposta de povo em Renato Khel. São Paulo: Liber Arts, 2018.

GOMESI, N. L. Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão. **Polêmicas contemporâneas#13** Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/polemicas-contemporaneas-13-nilma-lino-gomesi-o-movimento-negro-nos-reeduca,71374152-ad06-440a-a237-47e1eb8c2fa9>. Acesso em: 13 jul. 2023.

GONÇALVES, R. Léia Gonzalez e Beatriz Nascimento: contribuições para o combate à tríade capitalismo-patriarcado-racismo. In: ABRAMIDES, M. B. C. (org.). **Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos**. São Paulo: EDUC, 2021.

GONÇALVES, R.; AMBAR, G. A questão racial, a universidade e a (in)consciência negra. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 34, p. 202-213, jan./jun. 2015.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre a memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra capa, 2005.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HERMINIO, B. A escrevivência carrega a escrita da coletividade, afirma Conceição Evaristo. **IEA Notícias**. 2022. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo>. Acesso em: 20 nov. 2022.

HONNETH, A. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 46-67, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4321>. Acesso em: 11 out. 2023.

HOOKS, B. **Irmãs do iname: mulheres negras e autorrecuperação**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História Tanhaçu-Bahia**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/tanhacu/historico>. Acesso em: 9 set. 2023.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Retrato das desigualdades**. 4 ed. Brasília, DF: IPEA, 2011. 39 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.

IPSOS. **Brasil é o país que mais se preocupa com o bem-estar mental, aponta Ipsos**. Ipsos, São Paulo, 9 out. 2023. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/brasil-e-o-pais-que-mais-se-preocupa-com-o-bem-estar-mental-aponta-ipsos>. Acesso em: 6 dez. 2023

IVO, I. P; SANTOS, O. F. Mestiçagens e distinções sociais nos sertões da Bahia do século XIX. **Revista de História Regional**, v. 21, n. 1, p. 110-129, 2016. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/8998/5262>. Acesso em: 11 mar. 2023.

JAUMONT, J.; VARELLA, R. V. S. A pesquisa militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 2016. p. 414-464.

JOHNSON, S. You should give them blacks to eat: waging inter-American wars of torture and terror. **American Quarterly**, n. 61, v. 1, p. 65-92, 2009.

KAÇULA, T. **Casa Verde**: uma pequena África paulistana. São Paulo: Liber Ars, 2020.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódio de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAMPIÃO DE GÁS. [Compositor]: Zica Bérigami. [Intérprete]: Inezita Barroso. Cidade: Gravadora, 1957. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/inezita-barroso/524396/>. Acesso em: 27 set. 2023.

LIMA, F. Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 72, p. 80-93, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 9 set. 2023.

LIMA, M. **Sinhá Rosa**: poemas. São Paulo: Invisíveis produções, 2017.

LIMA, N. C. **Serviço Social em dois tempos**: a experiência como destinatário do trabalho do assistente social e sua resignificação quando profissional da área. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

LUZ, F. **As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil**: a microrregião “Norte Novo de Maringá” – 1950-1980. 1988. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

MANDAGUAÇU (PR). Prefeitura Municipal de Mandaguacu. **História do Município**. 2024. Disponível em: <https://www.mandaguacu.pr.gov.br/cidade>. Acesso em: 26 set. 2023.

MARCONSIN, C; ABRAMIDES, M. B. C. Crise capitalista contemporânea e os golpes contra a classe trabalhadora. In: SILVA, A. A. da; PAZ, R. D. O. da. (org.). **Políticas públicas e direitos sociais no contexto da crise capitalista contemporânea**. São Paulo: Paulinas, 2020.

MARINI, R.M. **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.

MARTINELLI, M. L. **História oral**: exercício democrático da palavra. 2018. Disponível em: http://acaspj.org/wp-content/uploads/2018/03/Hist%C3%B3ria-Oral_Exerc%C3%ADcio-democr%C3%A1tico-da-palavra-1.pdf. Acesso em: 13 out. 2021.

MARTINELLI, M. L.; LIMA, N. C. Experiência social como categoria de pesquisa no serviço social. In: MARTINELLI, M. L.; LOIOLA, G. F.; LIMA, N. C.; MONTEIRO, A. A.; DINIZ, R. (org.). **Cotidiano, cultura e sociabilidade**. São Paulo: Educ Editora, 2021.

MARTINELLI, M. L.; LIMA, N. C.; MONTEIRO, A. A.; DINIZ, R. (org.). **A história oral na pesquisa em serviço social**: da palavra ao texto. São Paulo: Cortez, 2020.

MARTINELLI, M. L.; LOIOLA, G. F.; LIMA, N. C.; MONTEIRO, A. A.; DINIZ, R. (org.). **Cotidiano, cultura e sociabilidade**. São Paulo: Educ Editora, 2021.

MARTINELLI, V. Identidade e consciência política da classe que vive do trabalho. *In*: SILVA, A. A. da; PAZ, R. D. O. da. (org.). **Dentro de políticas públicas e direitos sociais no contexto da crise capitalista contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2020.

MARX, K. **Manifesto do partido comunista**. Barueri, SP: Camelot, 2021.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo. 2011.

MBEMBE, A. **A universalidade de Frantz Fanon**. Lisboa: ArtAfrica, 2011. Disponível em: <http://artafrica.letras.ulisboa.pt/uploads/docs/2016/04/18/5714de04d0924.pdf>. Acesso em: 19 maio 2023.

MBEMBE, A. Necropolítica. *In*: MBEMBE, A. Necropolítica **Arte & Ensaios, Eclipse**, Rio de Janeiro, n. 32, p.122-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/issue/view/669>. Acesso em: 19 maio 2023.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção. Política de morte. São Paulo: N-1 edições, 2020.

MBEMBE, A. O devir negro no mundo. *In*: MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MEIRELES, M. Aceito a expressão, mas racismo não é estrutural no Brasil, diz Muniz Sodré. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mar. 2023. Caderno Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/03/aceito-a-expressao-mas-racismo-nao-e-estrutural-no-brasil-diz-muniz-sodre.shtml#:~:text=D%C3%A1%20um%20ancoramento%20para%20a,s%C3%A3o%20feitas%20para%20n%C3%A3o%20funcionar>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MÍDIA NINJA. Campanha pressiona por uma ministra negra no STF. 2023. Disponível em: <https://midianinja.org/news/campanha-pressiona-por-uma-ministra-negra-no-stf/>. Acesso em: 15 set. 2023.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, jun. 2017.

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. Lisboa: Galerias Municipais, 2019.

MONBEIG, P. A zona pioneira do Norte-Paraná. *In*: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de. (org.). **Geografia e Norte do Paraná**: um resgate Histórico. Londrina: Humanidades, 2007. v. 2.

MORAES MOREIRA. *In*: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa15192/moraes-moreira>. Acesso em: 4 out. 2023. Verbete da Enciclopédia.

MOREIRA, A. J. **Racismo recreativo**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

MOREIRA, T. W. F. A indissociabilidade entre as lutas antirracista e anticapitalista: aproximações necessárias. *In*: ABRAMIDES, M. B. C. (org.). **Marxismo e questão étnico-racial**: desafios contemporâneos. São Paulo: EDUC, 2021.

MORENINHA LINDA. [Compositor]: Maninho, Priminho, Tonico. [Intérprete]: Tonico e Tinoco. Cidade: Gravadora, 1983. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/tonico-e-tinoco/327062/>. Acesso em: 27 set. 2023.

MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

MOURA, C. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Conquista, 1977.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MÜLLER, R. G.; DUARTE, A. L. (org.). **E. P. Thompson**: política e paixão. Chapecó: Argos, 2012.

MUNANGA, K. O antropólogo que desmistificou a democracia racial no Brasil.[Entrevista concedida ao] **Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais**, Universidade Federal de Juiz de Fora, 15 jul. 2019. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ladem/2019/07/15/entrevista-com-kabengele-munanga-o-antropologo-que-desmistificou-a-democracia-racial-no-brasil/>. Acesso em: 27 out. 2022.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: BRANDÃO, A. A. P. (org.). Niterói: UFF, 2004. cad. 3.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O negro no Brasil hoje**. São Paulo: Global, 2008.

NASCIMENTO, W. S. Famílias escravas, libertos e a dinâmica da escravidão no sertão Baiano (1876-1888). **Afro-Ásia**, n. 35, 2007, p. 143-162. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21128>. Acesso em: 9 set. 2023.

NETTO, J. BRAZ, M. **Economia Política**. São Paulo: Cortez, 2019.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

NUNES, M. D. F. **Enfrentamento do racismo na primeira infância**. São Paulo: Geledés, 2022. p. 7. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Infancia-negra-uma-reconstrucao-necessaria.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

O EUROCENTRISMO: crítica de uma ideologia. LavraPalavra **Facebook**. Disponível em: https://www.facebook.com/lavrapalavra/videos/o-eurocentrismo-cr%C3%ADtica-de-uma-ideologia/326969028836005/?locale=pt_BR. Acesso em: 6 dez. 2023.

O QUE FOI A LEI EUSÉBIO DE QUEIRÓS. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares: MinC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/173-anos-da-lei-eusebio-de-queiros>. Acesso em: 9 set. 2023

OLIVEIRA, D. de. O racismo é, sim, estrutural. Grabois. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://grabois.org.br/2023/03/23/dennis-de-oliveira-o-racismo-e-sim-estrutural/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

OLIVEIRA, D. de. *O racismo é, sim, estrutural*. **Portal Grabois**. Espaço do Pensamento Progressista e Marxista. 23 mar. 2023. Disponível em:

<https://grabois.org.br/2023/03/23/dennis-de-oliveira-o-racismo-e-sim-estrutural/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

OLIVEIRA, D. de. **Racismo Estrutural**: uma perspectiva histórica-crítica. Fortaleza: Dandara, 2021.

PARKINSON, J. Sarah Baartman: a chocante história da africana que virou atração de circo. **BBC News Brasil**, 11 jan. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160110_mulher_circo_africa_lab. Acesso em: 15 dez. 2023.

PEDUZZI, P. Oposição a direitos de domésticas tem origem em cultura escravocrata. **Agência Brasil**, EBC, Brasília, DF, 17 abr. 2023. Política. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-04/oposicao-direitos-de-domesticas-decorre-de-cultura-escravocrata>. Acesso em: 27 set. 2023.

PEREIRA, P. A utilidade da pesquisa para o serviço social. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 4, n. 4, p. 1-156, maio 2005.

PERES, S. M. Z. M. Halbwachs e a Memória Coletiva e Individual. **Revista Missioneira**, Santo Ângelo, v. 23, n. 2, p. 71-78, jul./dez. 2021.

PIEDADE, V. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

PIERCE, C. “Mecanismos ofensivos”. In: BARBOUR, F. B. (ed.). **The Black Seventies**. Boston, MA: Porter Sargent, 1970. p. 265-282.

PIERCE, C. Problemas psiquiátricos da minoria negra. **Manual Americano de Psiquiatria**, v. 2, p. 512-523, 1974.

PODCAST: A grande Aposta. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/podcast-item/a-grade-aposta/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PORTELLI, A. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, M. de M.; FERNANDES, T. M. D.; ALBERTI, V. (org.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000.

PROJETO QUERINO: 2 o pecado original. [Locução de]: Tiago Rogero. [s. l.]: Instituto Ibirapitanga, 2022. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/podcast-item/o-pecado-original/>. Acesso em: 9 set. 2023.

QUEIROZ, V. S. Quando se fecha os olhos e vê: por uma metodologia afetiva. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 507-516, jul./set. 2022. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3299>. Acesso em: 9 set. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar: Universidad Central-IESCO: Siglodel Hombre Editores, 2007.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Dispositio**, v. 24, n. 51, p. 137-148, 1999.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E.; CASTRO-GÓMEZ, S. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do sul**. 2009. p. 73.

RAICHELIS, R. Um intelectual militante e insurgente: notas sobre a contribuição de Ricardo Antunes para o Serviço Social brasileiro. In: ANTUNES, C.; NOGUEIRA, C. M. (org.). **Ricardo Antunes: para além do mundo do trabalho**. São Paulo: Papel Social, 2023.

RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. **A nova morfologia do trabalho no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RENNÓ, C. **Gilberto Gil: todas as letras: incluindo letras comentadas pelo compositor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, E.; BARBOSA, M. (org.). **Escritoras de cadernos negros: contos e poemas afro-brasileiros**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 2019. 124 p.

RIBEIRO, F. **Racismo institucional: trajetória de uma trabalhadora negra. Nós, mulheres da periferia**. 2021. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/racismo-institucional-trajetoria-de-uma-trabalhadora-negra/>. Acesso em:

RIOS, F.; SANTOS, M. A.; RATTS, A. **Dicionário das Relações Étnico-Raciais Contemporâneas**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva 2023.

RODNEY, W. A Europa e as raízes de subdesenvolvimento africano. In: RODNEY, W. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Serra Nova, 1975. p. 133-145. Disponível em: <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/03/walter-rodney-como-a-europa-subdesenvolveu-a-africa-1.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.

SANTANA, T.; ZAPPAROLI, Al. Conceição Evaristo – “A escrivência serve também para as pessoas pensarem”. **Itaú Social**, Agência de Notícias - Dez perguntas para. 9 nov. 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 19 maio 2023.

SANTOS, D. J. dos; SILVA, E. P. Racismo em tempos de crise: neoliberalismo, nova ofensiva do capital e resistência negra. In: SILVA, A. A. da; PAZ, R. D. O. da. (org.). **Políticas públicas e direitos sociais no contexto da crise capitalista contemporânea**. São Paulo: Paulinas, 2020.

SANTOS, W. A. dos. Cangaço: um movimento social. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, fev. 2018. Disponível em:

<https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/3b999145-337d-4579-b89b-c6beb9571d92/content>. Acesso em: 13 jul. 2023.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. **Boletim recursos humanos**. 2023. Disponível em: https://boletimgestao.prefeitura.sp.gov.br/public/dashboard/b4dd5cc5-702f-40c2-84d6-0da295062fda?ano_m_s=2023-. Acesso em: 20 fev. 2024.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Decreto n. 56.130, de 26 de maio de 2015. Institui, no âmbito do Poder Executivo, o Código de Conduta Funcional dos Agentes Públicos e da Alta Administração Municipal. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 26 maio 2015. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-56130-de-26-de-maio-de-2015/consolidado>. Acesso em: 25 fev. 2024.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. **Lei n. 8989, de 29 de outubro de 1979**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-sao-paulo-sp>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. **Política de cotas raciais no funcionalismo público**. 2024. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/igualdade_racial/programas_e_projetos/index.php?p=270301. Acesso em: 20 fev. 2024.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. **Relação de Servidores Ativos da Prefeitura de São Paulo**. 2023. Disponível em: <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/servidores-ativos-da-prefeitura>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. **Ações de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de São Paulo**. São Paulo: SMDHC, 2023. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/igualdade_racial/. Acesso em: 14 set. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Cortez Editora, 1994. 324 p.

SILVA, A. A. da; PAZ, R. D. O. da. (org.). **Políticas públicas e direitos sociais no contexto da crise capitalista contemporânea**. São Paulo: Paulinas, 2020.

SILVA, A. B. B. **Bullying**: mentes perigosas nas escolas. 2. ed. São Paulo: Globo, 2015.

SILVA, A. P. P. da. Desafios à educação antirracista no serviço social: o racismo estrutural e a formação social e histórica brasileira. In: MARTINS, T. C. S.; SILVA, N. F. (org.). **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social**. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2020.

SILVA, A. P. P. da. Racismo estrutural, crise do capital e ofensiva conservador: desafios à consolidação da igualdade racial nas políticas sociais públicas. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16, v. 1. n. 1, 2018, Vitória, Espírito Santo. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2018, p. 1-18. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22110>. Acesso em: 23 fev. 2024.

SILVA, M. J. **Raízes Históricas**: um novo nível de reflexão história social no Brasil. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

SILVA, O. D. da; RAICHELIS, R. O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 582-603, jul./set. 2015.

SOCIAL, R. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, 2019. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

SOUZA, C. L. S. de. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 1, p. 16–35, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4XC6y7XCQj3L8RVFrSvGFGD/#>. Acesso em: 23 fev. 2024.

SOUZA, D. **População escrava do Brasil é detalhada em Censo de 1872**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares: MinC, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/populacao-escrava-do-brasil-e-detalhada-em-censo-de-1872>. Acesso em: 9 set. 2023.

SOUZA, J. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009. Disponível: <https://flacso.redelivre.org.br/files/2014/10/1143.pdf>. Acesso em: 9 set. 2023.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. São Paulo: Zahar, 2021.

TAMUIA ATEU ITA. **Menino 23**: infâncias perdidas no Brasil. Direção: Belisario França. Produção: Maria Carneiro da Cunha. Brasil, 2016 (79 min.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7wHNxOohoPA>. Acesso em: 16 jan. 2021.

TANHAÇU (BA). Prefeitura Municipal de Tanhaçu. **História do Município**. 2023. Disponível em: <https://tanhacu.ba.gov.br/historia/>. Acesso em: 9 set. 2023.

TAVERNA, A. R.; TAVERNA, M. R.; MELLO, E. H. Processo histórico do analfabetismo no Brasil (1500-1945). **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 9, p. 62250-62265, set. 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/download/52006/38926>. Acesso em: 27 set. 2023.

VALENTE, A. L. **Ser negro no brasil hoje**. 11. ed. São Paulo: Moderna, 1994. p. 64-72.

VANDERLINDE, T. Capa: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no sul do brasil. **RA'E GA**, Curitiba, n. 10, p. 49-60, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/4986/3776>. Acesso em: 27 set. 2023.

VELDEN, F. F. V. Os Primeiros Cachorros: encontros interétnicos e multiespecíficos no sudoeste da Amazônia. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 33, n. 97, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/bMWywnH8gzLsByF4FzGJQRh/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2023.

VERONEZE, R. T.; MARTINELLI, M. L. Identidade e consciência política da “classe que vive do trabalho”. In: SILVA, A. A. da; PAZ, R. D. O. da. (org.). **Políticas públicas e direitos sociais no contexto da crise capitalista contemporânea**. São Paulo: Paulinas, 2020.

VERONEZE, R. T.; MARTINELLI, M. L. Identidade e consciência política da “classe que vive do trabalho”. In: SILVA, A. A. da; PAZ, R. D. O. da. (org.). **Políticas Públicas e Direitos Sociais no contexto da crise capitalista contemporânea**. São Paulo: Paulinas, 2020. p. 251-272.

VERSIANI, R.; JAUMONT, J. Scott. A pesquisa militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Direito & Praxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 414-464, 2016.

VICENTE, D; RAICHELIS, R. Contrarreforma trabalhista no Brasil: desproteção da classe trabalhadora e desmanche de direitos. In: SILVA, A. A. da; PAZ, R. D. O. da. (org.). **Políticas públicas e direitos sociais no contexto da crise capitalista contemporânea**. São Paulo: Paulinas, 2020.

VILLA, M. A. **Quando eu vim-me embora**: história da migração nordestina para São Paulo. Rio de Janeiro: Leya, 2017. 224 p.

VOGEL, L. **Marxismo e a opressão das mulheres**: rumo a uma teoria unitária. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

VON MARTIUS, C. F. P. **Historia Naturalis Palmarum**, v. 2., 1839. Disponível em: www.plantillustrations.org. Acesso em: 9 set. 2023.

WACQUANT, L.; DURÃO, S. **O corpo, o gueto e o Estado penal**: entrevista com Loïc Wacquant. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1811>. Acesso em: 13 jul. 2023.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida, reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (ABPN), [S. l.], v. 1, n. 1, p. 07–17, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>. Acesso em: 10 abr. 2024.

WILLIAMS, E. Origem da escravidão negra. In: WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Americana, 1975. p.7-34. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/13009.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

DADOS SOBRE A PESQUISA

TÍTULO DA PESQUISA: INSUBMISSAS MULHERES NEGRAS: ESCRIVIVÊNCIA DO RACISMO COTIDIANO E INSTITUCIONAL DE UMA SERVIDORA PÚBLICA

PESQUISADORA: ROSANGELA ARAUJO ALMEIDA

PROGRAMA: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ORIENTADORA: Profa. Dra. Raquel Raichelis Degenszajn.

1 – Esta dissertação pretende apresentar uma década de racismo institucional vividos por mim e por servidoras negras da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS na Prefeitura de São Paulo. Vamos conhecer as trajetórias dessas mulheres nos espaços ocupacionais, e suas memórias em relação às violências de trabalho, por conta, da racialização que configura uma forma de deixar o corpo negro segregado dentro das relações institucionais e do sistema político, social e econômico. Vamos dar visibilidade ao racismo cotidiano demonstrando como ele alcança uma capilaridade nas relações interpessoais e de trabalho trazendo à tona a naturalização, a normalidade e a banalização dessas ações violadoras de direitos humanos evidenciando as diferenças de tratamento do conjunto dos servidores brancos sobre as servidoras negras.

O Trabalho tem um destaque fundamental que é a apresentação dele em ESCRIVIVÊNCIA, um conceito utilizado pela escritora literária Conceição Evaristo que é utilizado para expressar a interseção entre a experiência de vida (vivência) e a expressão dessa experiência por meio da escrita. A ideia do método é uma forma de dar voz e visibilidade às vivências, às experiências e à ancestralidade que, por muito tempo, foram apagadas, ou esquecidas, colocadas como algo sem tanta importância. E que agora, se faz necessário resgatar a verdadeira história da formação social brasileira e o legado dos povos negros e indígenas. Para tanto, a dissertação apresenta a saga da família Araujo e Almeida que lembra tantas outras famílias que viveram a diáspora nacional.

2 – Para esta pesquisa adotaremos a metodologia de entrevistas. Elas serão abertas, embora haja algumas questões norteadoras. Esse diálogo será gravado a fim de garantir a fidelidade da fala do/a participante. As narrativas obtidas serão transcritas pela pesquisadora e serão utilizadas em trabalhos e artigos acadêmicos e nos documentos da instituição. Na entrevista, o participante poderá utilizar um nome fictício. Essa pesquisa seguirá as normas e diretrizes de pesquisas envolvendo seres humanos, respeitando a dignidade humana, a ética, utilizando o consentimento livre e esclarecido e manifestando a anuência em participar da pesquisa, conforme define as Resoluções n. 466, de 12 de dezembro de 2012 e n. 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você. Durante todo o período da pesquisa você poderá solicitar esclarecimentos sobre qualquer dúvida, bastando para isso entrar em contato direto com a pesquisadora por meio do endereço eletrônico: rosangela.cras@gmail.com e pelo contato telefônico 11-99910-6860.

3 - A pesquisa não implicará em nenhum tipo de dano para os/as entrevistados/as, uma vez que a escrivência será descrita conforme as gravações e as entrevistas concedidas. Para as Assistentes Sociais, as entrevistas servirão para esclarecer como funcionava o Racismo Institucional dentro das relações sociais e de trabalho no cotidiano da atuação profissional. Seus nomes serão preservados e o local de trabalho também, como o nome de outros profissionais envolvidos nas situações narradas, mantendo assim o caráter sigiloso, de forma que somente a pesquisadora e sua orientadora terão acesso aos registros.

4 - Salientamos que as Instituições não terão acesso aos registros das narrativas das/dos profissionais que participarem do estudo. Não serão divulgados os dados das entrevistadas nos relatórios finais.

5 - É garantida a plena liberdade dos/das entrevistados/as da pesquisa de decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento até a data de publicação da dissertação sem quaisquer prejuízos.

6 - Informamos que será garantida a divulgação dos resultados da pesquisa a todas/os as/os Assistentes Sociais, como também, das/os entrevistadas/os que participarem do estudo.

7- A pesquisa não implica em custo financeiro nem para as/os participantes do estudo.

8- As/os participantes poderão ter acesso ao registro de consentimento sempre que solicitado.

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP caracteriza-se por ser órgão multidisciplinar, independente no exercício das suas funções e investido de múnus público, com finalidade de salvaguardar os direitos e a dignidade dos sujeitos de pesquisa, bem como de contribuir para uma contínua preocupação e evolução dos padrões éticos na pesquisa.

A Secretaria do CEP-PUC/SP Monte Alegre está localizada no térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello (Prédio Novo), na sala 63-C, na Rua Ministro Godói, 969 - Perdizes - São Paulo - SP - CEP: 05015-001 Tel./FAX: (11) 3670-8466 | e-mail: cometica@pucsp.br. Horário de atendimento do CEP ao Público: Das 11h00 às 13h00 de 2ª a 4ª feira e das 15h30 às 17h00 de 5ª e 6ª feira.

Eu,....., declaro que fui informado/a dos objetivos do presente estudo de maneira detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar a decisão da minha participação, se assim o desejar. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações ou retirar este consentimento durante a realização da pesquisa. Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento; me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Autorizo a gravação de voz e imagem com a finalidade única de transcrição da entrevista.

São Paulo, _____ de _____ de 2023.

Assinatura da pessoa participante

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Haverá uma ficha para o preenchimento das servidoras públicas para colher alguns dados que são relevantes para uma identificação. No entanto, para cada pergunta ela vai informar se prefere que seja sigiloso ou se poderá ser público, conforme o termo de consentimento assinado.

Identificação

Nome: _____ Sugestão de apelido: _____
 Endereço: _____ Bairro: _____
 Data de Nascimento: _____ / _____ / _____ Idade: _____
 Original de: _____
 Telefone: _____
 e-mail _____
 Naturalidade de _____
 RG: _____
 Estado civil _____ Tem filhos: _____
 Sexualidade: _____
 Profissão: _____ Ocupação: _____
 Trabalha onde: _____
 Escolaridade: _____

A pesquisa será realizada na residência das entrevistadas. Formato: Presencial/ Gravado plataforma Windows, ou gravador de voz Android.

Quem são elas, as entrevistadas?

Servidoras públicas negras da prefeitura de São Paulo. Com formação em serviço social, algumas pós-graduadas e outras mestradas. Assistentes sociais que passaram no concurso público de 2008. Atuaram na SMADS no período de 2008 até 2010 algumas permanecendo e outras estão na Secretaria Municipal de Cultura - SMC, e na Secretaria Municipal de Habitação. Fazem parte da composição do coletivo de assistentes sociais negras do CRESS-SP, e do coletivo Nós Carolinas - grupo de servidoras públicas negras em defesa do antirracismo na prefeitura de SP. São ativistas dos direitos humanos.

As entrevistas serão concentradas em algumas questões relevantes que estou chamando de blocos temáticos:

- **Ancestralidade, antepassados**
- **Descobrir-se negra**

- **Racialização**
- **Aprendizado e Formação**
- **Percurso profissional**
- **Racismo institucional, racismo estrutural**
- **Percepção do racismo**
- **Os impactos do racismo - Adoecimento e desgaste mental ocasionado por violência de trabalho/ racismo institucional**
- **Formas de combate às violências de trabalho/ racismo institucional**
- **Identificação das violências de trabalho**
- **Fluxo para denúncias/ mecanismo de proteção**
- **Sororidade /dororidade**

ROTEIRO DE PERGUNTAS

- 1 - Um pouco sobre sua história de vida. Como foi a experiência ao crescer como mulher negra.
- 2 - Em qual momento da sua vida você se descobriu como uma mulher negra? Quais experiências você se lembra de ser uma mulher negra?
- 3 - Você entende o que é racialização? Em quais situações você se viu racializada, na vida social, familiar, profissional?
- 4 - Como foi a experiência na formação acadêmica em relação ao racismo?
- 5 - Como foi seu percurso profissional?
- 6 - Você já foi discriminada ou sofreu preconceito por conta da sua cor? Se sim, em quais circunstâncias?
- 7 - O que você entende sobre racismo institucional?
- 8 - Você já presenciou uma manifestação de racismo institucional? Como foi? Já viveu esta violência? Se sim, como foi?
- 9 - Quais são as violências de trabalho? Você as vivenciou ou presenciou no decorrer do seu percurso profissional?
- 10 - Na interação com outros trabalhadores, você acredita que os servidores públicos reconhecem o racismo institucional ou entendem que isso possa existir no ambiente de trabalho?
- 11 - Quais são os impactos de alguém que sofre racismo?
- 12 - Você viveu um desgaste mental por conta do racismo? Se sim, como foi?
- 13 - Você já viveu algum processo de adoecimento pelo trabalho? Ou pelo racismo institucional? Se sim, você pode relatar essa experiência?

- 14 - Caso você tenha vivido situações de discriminação no ambiente de trabalho, como essa violência interferiu na sua vida pessoal, social, familiar e no relacionamento no trabalho?
- 15 - Quais são as formas de combate às violências de trabalho/ racismo institucional?
- 16 - No período em que você trabalhou como servidora pública foram construídas intervenções para tratar sobre o combate ao racismo institucional?
- 17 - Você procurou falar sobre o Racismo Institucional com quem? Como foi a recepção desse assunto?
- 18 - Você já precisou fazer alguma denúncia sobre discriminação, racismo institucional? Se sim, como foi esse fluxo?
- 19 - Conhece alguma organização de servidoras públicas e/ ou exemplos de resistência ao racismo? Existe alguma forma de proteção ao racismo?
- 20 - A partir dessas situações, quais são as experiências que você conclui de todo o processo de ser racializada, discriminada e violentada?
- 21 - Gostaria de acrescentar alguma informação referente às violências de trabalho e ao racismo institucional?